

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

**DO VERBO À VIOLÊNCIA: DISCURSOS DE ÓDIO, PRECONCEITO E
DESUMANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DA FAVELA**

CHARLES VINICIUS BEZERRA DE SOUZA

São Cristóvão - Sergipe
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

**DO VERBO À VIOLÊNCIA: DISCURSOS DE ÓDIO, PRECONCEITO E
DESUMANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DA FAVELA**

Tese de Doutorado apresentada pelo Discente Charles Vinicius Bezerra de Souza ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe - UFS (Brasil), como requisito para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Eugênio Oliveira Lima

Coorientador: Prof. Dr. Hendrik Teixeira Macedo

Leitor Interno: Prof. Dr Diogo Conque Seco Ferreira

Leitor Externo: Prof. Dr Marcos Emanuel Pereira

Leitora Externo: Prof^a Dra Sheyla Christine Santos

Leitor Externo: Prof. Dr Denis Giovani Monteiro Naiff



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE TESE DE DOUTORADO

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte quatro, reuniram-se por videoconferência os membros da Comissão Examinadora, professores: Prof. Dr. Marcus Eugênio Oliveira Lima, (Orientador - UFS), Prof. Dr. Hendrik Teixeira Macedo (Coorientador - UFS), Prof. Dr. Diogo Conque Seco Ferreira (Membro Interno -UFS), Prof. Dr. Marcos Emanuel Pereira (Membro Externo - UFBA), Profa. Dra. Sheyla Christine Santos Fernandes (Membro Externo – UFAL) e Prof. Dr. Denis Giovanni Monteiro Naiff (Membro Externo - UFRRJ) para avaliar o trabalho intitulado: "DO VERBO À VIOLÊNCIA: DISCURSOS DE ÓDIO, PRECONCEITO E DESUMANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DA FAVELA” do doutorando Charles Vinicius Bezerra de Souza. O orientador, assumindo os trabalhos na qualidade de presidente, passou a palavra ao candidato, para que ela expusesse sua dissertação, informando que a mesma dispunha de 30 (trinta) minutos para a apresentação, que cada examinador iria dispor de 20 (vinte) minutos para fazer arguições e que o candidato gozaria de 20 (vinte) minutos para responder aos questionamentos. Terminada a exposição do candidato, o presidente passou a palavra aos membros da Comissão Julgadora, que iniciaram a arguição. Terminada a arguição, o candidato retirou-se da sala para que os membros da Comissão Julgadora atribuísem-lhe as notas. Em seguida, o presidente anunciou que o candidato foi considerado APROVADO, a partir da avaliação dos membros da Comissão Julgadora. O presidente proclamou o candidato DOUTOR EM PSICOLOGIA, devendo este resultado ser homologado pela Comissão da Coordenação de Pós-Graduação. O presidente, então, agradeceu aos membros da Comissão Julgadora e aos presentes e encerrou a sessão. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata que vai assinada pelos membros da Comissão Julgadora.

16 de dezembro de 2024.

Prof. Dr. Marcus Eugênio Oliveira Lima
(Presidente - UFS)

Prof. Dr. Hendrik Teixeira Macedo
(Coorientador - UFS)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Prof. Dr. Diogo Conque Seco Ferreira
(Membro Interno -UFS)

Prof. Dr. Marcos Emanuel Pereira
(Membro Externo - UFBA)

Profa. Dra. Sheyla Christine Santos Fernandes
(Membro Externo – UFAL)

Prof. Dr. Denis Giovani Monteiro Naiff
(Membro Externo - UFRRJ)

AGRADECIMENTOS

Concluir este percurso vai além de uma realização pessoal; é a concretização de uma aspiração coletiva, possível graças ao apoio, à inspiração e ao carinho de muitas pessoas.

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Tânia e Charles Roberto, por toda a compreensão, o amor e o apoio ao longo da minha vida. À minha irmã, Thayanne, minha grande amiga desde sempre, pela escuta, compreensão e acolhimento incondicional. Amo vocês

Ao professor Marcus Eugênio, por quem nutro grande admiração, agradeço pelos anos de orientação, ensinamentos e por acreditar em mim desde o início, sempre apontando o quanto a psicologia social é uma ferramenta poderosa de compreensão e transformação do mundo.

Agradeço também aos professores Hendrik Macedo, pela parceria, e aos professores Marcos Emanuel, Sheyla Fernandes, Diogo Conque e Denis Naiff, por aceitarem participar deste trabalho e por suas valiosas contribuições.

Meus agradecimentos aos colegas do grupo de pesquisa Conpsi (Ádila, Kethelen, Rose, Raquel, Vanessa, Samira e Victor), que enriqueceram este percurso com suas contribuições. aos companheiros de jornada Israel, Camila e Patrícia, pelo apoio e pelas sugestões ao longo dessa trajetória, e à professora Dalila e aos colegas do OPPES (Bárbara, Uelinton, Joana, Grasi e Rita) por possibilitarem abrir ainda mais as perspectivas sobre a atuação prática na Psicologia Social.

Aos meus amigos Alysson, Felipe, Caio, Wendel, Diego, Carina, Juliana e Gardênia, agradeço pela paciência e compreensão diante das minhas ausências. Minha gratidão ainda a Alcides, Heloisa e Andressa, pela ajuda e carinho de sempre. À Clarice por todo o afeto e apoio que foram fundamentais nesse processo. Agradeço também a colaboração de Oliver, Felipe e Thiago, que foram essenciais nas questões técnicas desta tese.

Agradeço especialmente a Iara por estar ao meu lado nessa conclusão de jornada e preparada para muitas outras. Contigo pro que for.

Por fim, deixo meu agradecimento a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a construção e finalização desta etapa da minha vida. Muito obrigado! Deu certo!

Este trabalho contou com o apoio e financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Resumo

O discurso de ódio abrange uma variedade de formas de expressão que instigam a discriminação, preconceito e violência direcionados a determinados grupos sociais, em virtude da raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo, orientação sexual, religião, entre outras identidades sociais (Brugger, 2007; Chetty & Alathur, 2018). Na psicologia social, o discurso de ódio pode ser entendido como uma forma de “antilocução”, ou seja, uma expressão verbal de preconceito. Representando o primeiro passo, em uma escalada de cinco estágios, que pode descambar para atitudes de evitação, discriminação, ataques físicos e até mesmo extermínio (Allport, 1954/1979). Nas redes sociais, o pertencimento grupal e a estrutura algorítmica incentivam a disseminação da intolerância, intensificando o preconceito, ativando estereótipos negativos e reforçando ideologias desumanizadoras, o que influencia a opinião pública e a aceitação da exclusão social e da violência contra grupos historicamente marginalizados, como os moradores de favelas. Esta tese tem como objetivo principal analisar o discurso de ódio direcionado à população negra e pobre da favela, investigando como a exposição a esse discurso impacta o preconceito implícito e se relaciona com práticas de desumanização. Pretende-se ainda identificar os elementos que contribuem para a normalização de conteúdos discriminatórios, além de caracterizar os estereótipos, os conteúdos identitários e ideológicos subjacentes a esses discursos. Para alcançar esses objetivos, os capítulos foram organizados de forma a construir uma análise progressiva e interligada. No capítulo 1 apresentamos uma discussão teórica do fenômeno, abordando como as plataformas virtuais promovem a formação de identidades e grupos que perpetuam estereótipos e preconceitos contra grupos marginalizados. No capítulo 2 realizamos uma revisão sistemática da literatura empírica sobre discursos de ódio, destacando metodologias e abordagens aplicadas na área. No capítulo 3 abordamos o papel do discurso de ódio na violência institucional contra minorias, especialmente a população negra, abordando a normalização da violência pelas forças de segurança públicas, assim como é apresentado um estudo com dados de rede social sobre a chacina policial no Jacarezinho em 2021. Já no capítulo 4 investigamos o efeito do discurso de ódio sobre a percepção social, com foco na desumanização da população negra, apresentando um estudo experimental, que analisa se exposição ao discurso de ódio intensifica o preconceito implícito e a violência racial. Por fim, no capítulo 5 tratamos sobre o uso político do discurso de ódio em regimes autoritários. Focando no contexto brasileiro e nos impactos do fenômeno na violência policial e políticas públicas de segurança, apresentando ainda um estudo sobre o período eleitoral de 2022, examinando o discurso de ódio como fortalecedor de identidades de grupo e ferramenta de endosso ao extermínio. Os resultados deste trabalho indicam que, embora os participantes expostos ao discurso de ódio não tenham demonstrado níveis mais altos de preconceito implícito em comparação ao grupo não exposto, apresentaram índices mais elevados de desumanização em relação aos moradores da favela. Além disso, a percepção da ofensividade dos discursos mostrou-se correlacionada ao uso das redes sociais, sendo mediada pela orientação política dos indivíduos. Em outras palavras, o consumo de redes sociais influencia a percepção da ofensividade do discurso de ódio de acordo com o espectro político de cada participante. Os estudos computacionais corroboram com os achados no sentido, pois foi notório o uso retórico da desumanização contra a população da favela, sendo identificados de forma recorrente discursos de ódio fazem a comparação dessas pessoas a “lixo”. Facilitando no imaginário social, a aceitação de políticas punitivistas e práticas de extermínio contra a favela.

Palavras-chave: Discurso de ódio; Preconceito Implícito; Desumanização; Redes Sociais; População da Favela

Abstract

Hate speech encompasses a variety of forms of expression that incite discrimination, prejudice, and violence against specific social groups based on race, ethnicity, nationality, gender, sexual orientation, religion, and other social identities (Brugger, 2007; Chetty & Alathur, 2018). In social psychology, hate speech can be understood as a form of "antilocution," that is, a verbal expression of prejudice. It represents the first step in a five-stage escalation that can lead to avoidance behaviors, discrimination, physical attacks, and even extermination (Allport, 1954/1979). On social media, group belonging and algorithmic structures encourage the dissemination of intolerance, intensifying prejudice, activating negative stereotypes, and reinforcing dehumanizing ideologies. This process influences public opinion and fosters acceptance of social exclusion and violence against historically marginalized groups, such as favela residents. This thesis aims to analyze hate speech directed at the Black and impoverished population of favelas, investigating how exposure to such speech impacts implicit prejudice and relates to dehumanization practices. Additionally, it seeks to identify the elements that contribute to the normalization of discriminatory content and to characterize the stereotypes, identity elements, and ideological underpinnings of these discourses. To achieve these objectives, the chapters are organized to build a progressive and interconnected analysis. In Chapter 1, we present a theoretical discussion of the phenomenon, addressing how virtual platforms promote the formation of identities and groups that perpetuate stereotypes and prejudice against marginalized groups. Chapter 2 offers a systematic review of empirical literature on hate speech, highlighting methodologies and approaches applied in the field. Chapter 3 examines the role of hate speech in institutional violence against minorities, particularly the Black population, addressing the normalization of violence by public security forces. It also presents a study using social network data on the 2021 police massacre in Jacarezinho. In Chapter 4, we investigate the effect of hate speech on social perception, focusing on the dehumanization of the Black population, through an experimental study analyzing whether exposure to hate speech intensifies implicit prejudice and racial violence. Finally, Chapter 5 addresses the political use of hate speech in authoritarian regimes. Focusing on the Brazilian context and the phenomenon's impacts on police violence and public security policies, it also presents a study on the 2022 electoral period, examining hate speech as a tool for strengthening group identities and endorsing extermination. The results of this work indicate that although participants exposed to hate speech did not show higher levels of implicit prejudice compared to the non-exposed group, they exhibited higher levels of dehumanization toward favela residents. Furthermore, the perception of offensiveness in hate speech correlated with social media use, mediated by individuals' political orientation. In other words, social media consumption influences the perception of hate speech offensiveness according to each participant's political spectrum. Computational studies corroborate these findings, highlighting the rhetorical use of dehumanization against the favela population, with hate speech recurrently comparing these individuals to "garbage." This fosters societal acceptance of punitive policies and extermination practices targeting favelas.

Keywords: Hate Speech; Implicit Prejudice; Dehumanization; Social Media; Favela Population

SUMÁRIO

SEÇÃO I- MARCO TEÓRICO.....	8
INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1	
DISCURSO DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS: IDENTIDADE SOCIAL, ESTEREÓTIPOS E CONFLITOS SOCIAIS.....	15
1.1 Discurso de ódio: Definição do fenômeno.....	15
1.2 O ódio nas redes: Discurso de ódio, formação de identidade e a construção do “outro”.....	21
CAPÍTULO 2	
REVISÃO SISTEMÁTICA DE ESTUDOS EMPÍRICOS: DISCURSOS DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS.....	34
2.1 Método.....	34
2.2 Resultados e discussão.....	35
Considerações Finais.....	48
SEÇÃO II – ESTUDOS EMPÍRICOS.....	50
CAPÍTULO 3	
DISCURSO DE ÓDIO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ÓDIO CONTRA A POPULAÇÃO POBRE E NEGRA.....	51
3.1 O ódio como norma: O discurso e a violência contra minorias sociais.....	51
3.2 Formação de Grupos e Conflito nas Redes Sociais.....	58
3.3 Discurso de ódio e violência policial: Quando discurso e realidade se cruzam....	63
3.4 Estudo 2: Discurso de ódio, Redes Sociais e Violência Policial: O Caso da Chacina do Jacarezinho.....	66
CAPÍTULO 4	
O DISCURSO DE ÓDIO, PRECONCEITO IMPLÍCITO E DESUMANIZAÇÃO.....	83
4.1 O ódio como lente: o impacto dos discursos de ódio na percepção social.....	83
4.2 O preconceito implícito e a naturalização da violência.....	88
4.3 Violência Racial Implícita: a manifestação do racismo estrutural.....	93
4.4 Discurso de ódio como catalisador da desumanização da população negra.....	98
4.5 Estudo 3 - A lente do ódio: Relação entre discurso de ódio, preconceito implícito e desumanização.....	104
CAPÍTULO 5	
O DISCURSO DE ÓDIO NA POLÍTICA: ESTRATÉGIAS DE PODER E EXTERMÍNIO	126
5.1 O ódio como política: discursos de ódio enquanto ferramenta do autoritarismo	126
5.2 O discurso de ódio no Brasil: entre a retórica e a realidade da favela.....	137
5.3 Estudo 4 - “#Faveladoelixo humano”: Discurso de ódio como política de desumanização da população da favela.....	145
Considerações finais.....	183
DISCUSSÕES GERAIS.....	185
CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	189
REFERÊNCIAS.....	193
APÊNDICE.....	213
ANEXO.....	225

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Capítulo 2

Figura 1. Fluxograma de seleção dos estudos.....	33
Figura 2. Publicação de artigos sobre discurso de ódio nas redes sociais por ano.....	34
Figura 3. Números de estudos examinando diferentes regiões geográfica.....	35
Figura 4. Tipos de discurso de ódios (preconceitos) analisados pelos estudos.....	37

Capítulo 3

Figura 5. Evolução das postagens com hashtags de ódio sobre a operação no Jacarezinho.....	66
Figura 6. Nuvem de palavras com os termos mais utilizados a partir das hashtags.....	67

Capítulo 4

Tabelas

Tabela 1. Ofensividade das frases de acordo com especialistas em Psicologia Social.....	105
Tabela 2. Correlações entre as medidas de preconceito implícita e o indicador de desumanização.....	114
Tabela 3. Correlações entre o tempo de exposição as redes e a dessensibilização ao ódio por grupo experimental.....	116
Tabela 4. Correlações entre o tempo de exposição as redes e a dessensibilização ao ódio por grupo experimental utilizando o espectro político como variável de controle.....	117

Figuras

Figura 7. Captura da página da web contendo discurso de ódio.....	106
Figura 8. Captura da página da web sem discurso de ódio.....	107
Figura 9. Médias dos tempos para a decisão de tiro em função da cor do alvo.....	112
Figura 10. Mediação considerando o espectro político como mediador da relação entre a exposição às redes sociais e a naturalização do discurso de ódio.....	118
Figura 11. Modelo teórico sobre o papel dos espectro político e o consumo da redes como elementos que influencia na percepção sobre as minorias sociais.....	119

Capítulo 5

Tabelas

Tabela 5. Lista de vídeos selecionados do YouTube.....	149
Tabela 6. Principais bigramas e qui-quadrados dos comentários.....	155

Figuras

Figura 12. Representação Gráfica dos algoritmos testados.....	146
Figura 13. Aumento das pesquisas sobre o Complexo do Alemão.....	149
Figura 14. Fluxograma da construção do banco de dados.....	153
Figura 15. Gráfico de distribuição de discurso de ódio por vídeo.....	154
Figura 16. Gráfico de distribuição de discurso de ódio por vídeo	157
Figura 17. Diagrama de Venn com as quatro categorias principais e suas frequências de uso interseccionadas.....	158
Figura 18. Diagrama de Venn inserindo a categoria “Preconceito generalizado” e suas interconexões com as outras categorias.....	159

SEÇÃO I- MARCO TEÓRICO

INTRODUÇÃO

A escalada dos discursos de ódio nas plataformas virtuais e em contextos políticos tem se tornado uma preocupação global nos últimos anos. Esse fenômeno está atualmente no centro do debate público devido à sua capacidade de influenciar atitudes que incitam práticas discriminatórias contra diversos grupos minoritários.

Segundo dados da Safernet (2022), organização que defende os direitos humanos no ambiente digital, entre 2017 e 2022 foram registradas mais de 293 mil denúncias de discurso de ódio no Brasil. Apenas em 2022, foram encaminhadas mais de 74 mil denúncias, o maior número desde 2017 e representando um aumento de 67,7% em relação a 2021. Entre os crimes denunciados, apologia a crimes contra a vida foi o mais relatado (76,1 mil), seguido por casos de misoginia (74,3 mil). Foram também registradas 45,6 mil denúncias de racismo, 32,6 mil de neonazismo, 28,3 mil de LGBTfobia, 25,9 mil de xenofobia e 10,2 mil de intolerância religiosa, além de 29,2 mil denúncias de violações de direitos (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023). Esses dados indicam um crescimento acentuado dos crimes relacionados ao discurso de ódio na *internet*, incluindo racismo e ataques aos direitos humanos.

O discurso de ódio, enquanto definição, abrange uma variedade de formas de expressão que promovem a hostilidade, discriminação, preconceito e violência direcionados a grupos sociais. Essa forma de expressão vai além das palavras e pode incluir imagens, termos, símbolos e outros meios de comunicação visual, auditiva ou gestual, que têm como alvo pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo, orientação sexual, religião, entre outras identidades sociais (Brugger, 2007; Chetty & Alathur, 2018).

Na perspectiva da Psicologia social adotada neste trabalho, o discurso de ódio pode ser entendido como uma forma de "antilocução", ou seja, uma expressão verbal de preconceito. Essa forma de discurso representa o primeiro passo, em uma escalada de cinco estágios, que pode descambar para atitudes de evitação, discriminação, ataques físicos e, até mesmo, de extermínio (Allport, 1954/1979). Em outras palavras, o discurso de ódio pode ser visto como um catalisador para a manifestação do preconceito, uma vez que ele autoriza as pessoas a expressarem publicamente suas opiniões preconceituosas, atacando determinados grupos (Soral, et al., 2018).

Essa expressão discriminatória, além de criminosa, representa um grande desafio para a manutenção da civilidade e dos direitos humanos, valores essenciais das sociedades democráticas. Impulsionada, principalmente, pelas novas tecnologias de comunicação e pelo crescimento de ideologias radicalizadas, esse tipo de retórica fortalece grupos cujas identidades se fundamentam na discriminação de minorias (Bilewicz & Soral, 2020).

O discurso de ódio desempenha um papel central na intensificação dos conflitos sociais e na perpetuação de uma ideologia de intolerância contra minorias sociais. Sua propagação tem consequências significativas para as relações intergrupais, afetando diretamente as normas sociais e o bem-estar das vítimas. Estudos demonstram que a exposição ao discurso de ódio pode impactar, negativamente, o bem-estar psicológico dessas populações, resultando em maior vulnerabilidade ao estresse e a crises emocionais (Saha et al., 2019), bem como no aumento de sintomas depressivos (Wachs et al., 2022) e numa maior taxa de suicídio entre esses grupos (Mullen & Smyth, 2004). Além disso, o discurso de ódio não afeta apenas as vítimas, mas também altera as opiniões e atitudes dos perpetradores, reforçando ideologias discriminatórias e aumentando o distanciamento social entre os grupos (Bilewicz & Soral, 2020).

Embora a discriminação e o ódio estejam presentes nas relações intergrupais, o uso intensificado das redes sociais e de outras plataformas virtuais têm ampliado significativamente sua repercussão. A rápida propagação de discursos de ódio nesses espaços torna-se central na reprodução de um ambiente de preconceito e de intolerância, facilitado pelo uso de termos pejorativos, humor depreciativo e sarcasmo (Kiela et al., 2020). Nessas plataformas, grupos com ideias preconceituosas semelhantes formam comunidades que, frequentemente, se baseiam na construção de uma identidade coletiva, fundamentada na exclusão de outros indivíduos (Lupu et al., 2023).

Esse cenário de incivilidade digital promove comportamentos que ameaçam a democracia ao negar liberdades pessoais, reforçar estereótipos de grupos sociais e incitar atitudes e comportamentos hostis contra ideologias políticas, grupos religiosos e em relação a outras minorias sociais, tanto no ambiente *on-line*, quanto no *off-line* (Calderón, Vega & Herrero, 2020; Wiedlitzka, 2021).

Estudos indicam uma forte correlação entre discursos de ódio *on-line* e os crimes de ódio *off-line*, sendo ambos impulsionados por eventos significativos no mundo real, como ataques terroristas, eleições, processos judiciais e crimes contra grupos minoritários, incluindo negros e muçulmanos (Burnap & Williams, 2016; Hanes & Machin, 2014; Williams et al.,

2019). Assim, o discurso de ódio reflete as tensões sociais, servindo como um indicador de potenciais crimes de ódio, evidenciando um papel preditivo desse tipo de discurso na violência *off-line*.

Pesquisas recentes mostram que a ascensão da extrema direita tem uma relação direta com o aumento de discursos de ódio em ambientes virtuais (Winter et al., 2020). Isso foi corroborado por estudos com foco em líderes de direita, os quais demonstraram que conteúdos antirrefugiados, postados por essas figuras, previram um aumento de crimes de ódio, tanto nos EUA, quanto na Alemanha (Müller & Schwarz, 2020; 2021).

Os achados indicam que a violência expressa *on-line* pode intensificar a violência *off-line*. Um evento recente e significativo que exemplifica essa dinâmica é o ataque de 6 de janeiro de 2022 ao Capitólio dos Estados Unidos. O discurso de ódio, disseminado por figuras políticas, como Donald Trump e outros *influencers* políticos, instigaram a mobilização de extremistas, que invadiram o prédio governamental e utilizaram violência contra as forças policiais. De modo semelhante, em 8 de janeiro de 2023, apoiadores radicais do ex-presidente Jair Bolsonaro invadiram os prédios dos três poderes, em Brasília. Movidos por semanas de retórica de ódio nas redes sociais, atentaram contra a República e entraram em confronto com a polícia.

Esses episódios evidenciam como o discurso de ódio possui características identitárias e seu endosso pode levar pessoas a ações violentas *off-line*. Nesse sentido, o impacto vai além do ambiente virtual e traz graves consequências diretas para as relações sociais, com possibilidades de comprometer a integridade das instituições públicas.

A presença de discursos de ódio pode indicar certa modificação nas normas sociais, naturalizando a incitação pública ao ódio contra determinados grupos e incentivando comportamentos hostis em indivíduos que compartilham desses sentimentos (Bilewicz & Soral, 2020; Soral, et al., 2018). Por exemplo, o estudo de Fasoli et al. (2016) comprova que a exposição subliminar a rótulos homofóbicos, como por exemplo "bicha", aumenta a desumanização e o distanciamento físico de homens *gays*. Em outro estudo, os autores descobriram que as pessoas expostas a rótulos homofóbicos tendem a discriminar mais os *gays* na distribuição de recursos materiais, ou seja, alocam menos dinheiro para programas de prevenção da AIDS, direcionados à comunidade LGBTQIA+, em comparação com os programas direcionados à comunidade heterossexual.

No Brasil, o cenário de ascensão do discurso de ódio fica ainda mais assustador, na medida em que esse tipo de discurso se torna mais comum na retórica política e nas

plataformas virtuais. Como visto em outros países, com o avanço da extrema direita, houve um aumento da utilização das redes sociais como propagadora política, incitando a difusão de discursos de ódio contra os grupos eleitos como “inimigos”, reforçando estereótipos e defendendo práticas abusivas (Cioccarri & Persichetti, 2018; Silva, et al., 2021).

A disseminação desse tipo de discurso nas redes sociais cresceu, exponencialmente, no Brasil, onde há uma longa história de discriminação e violência contra grupos marginalizados, como negros, mulheres, LGBTQIA+ e povos indígenas, além de situações de conflitos sociais abertos, como é o caso da violência que a população da favela sofre diariamente (Atlas da Violência, 2023; Borges, 2019; Trindade, 2022). Aqui, onde mais de 10 mil favelas, as quais abrigam mais de 16 milhões de pessoas, vivendo com problemas sociais estruturais e enfrentando estigmatização histórica (Data Favela, 2023), esses discursos atuam como uma ferramenta de desumanização, rotulando os moradores das favelas como "ameaças" à segurança pública, normalizando a violência estatal e afetando as políticas públicas voltadas a esses territórios.

Investigar esse fenômeno permite compreender as dinâmicas de desumanização que se perpetuam por meio da linguagem e oferecem suporte teórico e empírico para o desenvolvimento de estratégias de combate ao discurso de ódio. Embora o discurso de ódio tenha sido pauta de diversas discussões públicas, ainda são relativamente escassos os estudos no campo da Psicologia social que investigam seus elementos identitários e o papel desse discurso na normalização do preconceito, especialmente no contexto brasileiro.

Neste sentido, esta tese tem como objetivo geral analisar o discurso de ódio direcionado à população negra e pobre da favela, investigando como a exposição a esse discurso impacta o preconceito implícito e se relaciona com práticas de desumanização. Pretende-se ainda identificar os elementos que contribuem para a normalização de conteúdos discriminatórios, além de caracterizar os estereótipos, os conteúdos identitários e ideológicos subjacentes a esses discursos. Com base nos objetivos da tese, levanta-se a seguinte hipótese geral: O discurso de ódio direcionado à população negra e pobre da favela reflete e reforça estereótipos e ideologias que sustentam sua desumanização. A exposição a esse tipo de discurso está associada ao aumento de respostas preconceituosas implícitas em relação aos alvos, intensificando práticas de desumanização e reduzindo a percepção de ofensividade de seu conteúdo.

A tese é composta por cinco capítulos que exploram diferentes perspectivas do fenômeno do discurso de ódio, as quais se interligam no decorrer do escrito. O Capítulo 1,

intitulado "Discurso de Ódio nas Redes Sociais: Identidade Social, Estereótipos e Conflitos Sociais", traz uma discussão inicial sobre a definição do fenômeno do discurso de ódio, estabelecendo uma compreensão teórica e legal do termo. O capítulo explora como o discurso de ódio, nas redes sociais e em outros ambientes virtuais, contribui para a formação de identidades e grupos *on-line*, focando na construção de processos de identificação social e de produção de alteridade, mostrando como estereótipos reforçam visões preconceituosas de grupos sociais marginalizados.

O Capítulo 2, "Revisão Sistemática de Estudos Empíricos: Discursos de Ódio nas Redes Sociais", apresenta uma revisão sistemática de estudos empíricos sobre o discurso de ódio nas redes sociais. A revisão realiza uma análise das abordagens, técnicas e instrumentos empregados nos estudos empíricos sobre discursos de ódio, incluindo metodologias qualitativas e quantitativas, explorando as diferentes perspectivas teóricas, metodologias e análise de dados, sintetizando as principais contribuições metodológicas desses estudos para investigação do fenômeno e construção dos estudos desta tese.

No Capítulo 3, intitulado "Discurso de Ódio e Institucionalização do Ódio Contra a População Pobre e Negra", é discutida a dinâmica entre o discurso de ódio e a estrutura de preconceito e violência sistemática direcionada à população da favela. Inicialmente, o capítulo examina como o ódio pode se tornar norma social e precursor de práticas violentas contra minorias, explorando a relação entre racismo estrutural e a criminalização de pessoas negras no Brasil. Em seguida, são abordadas a formação de grupos e a intensificação dos conflitos sociais dentro de ambientes virtuais. Por fim, o capítulo inclui um estudo empírico sobre a operação policial no Jacarezinho em 2021, que resultou em 28 mortes, analisando o discurso de ódio no "X" (antigo Twitter) relacionado à ação policial. O estudo busca compreender a estrutura dos comentários, identificando elementos e estratégias discursivas que contribuem para a naturalização das práticas de violência policial.

No Capítulo 4, intitulado "O Discurso de Ódio, Preconceito Implícito e Desumanização," é investigada a conexão entre o discurso de ódio e os processos de desumanização e preconceito implícito. Inicialmente, o capítulo discute o impacto dos discursos de ódio sobre a percepção social, analisando como o ódio molda a visão do outro e influencia normas sociais. Em seguida, o capítulo examina a violência racial implícita como manifestação do racismo e como o discurso de ódio serve como catalisador da desumanização, especialmente da população negra. Por fim, é apresentado um estudo experimental que busca analisar se a exposição ao discurso de ódio contra moradores negros

de favelas aumenta os níveis de violência racial implícita, e quais variáveis tem relação com o fenômeno.

Por fim, no Capítulo 5, intitulado "O Discurso de Ódio na Política: Estratégias de Poder e Extermínio", é realizada uma análise psicossocial sobre o uso do discurso de ódio como uma prática política, especialmente em regimes autoritários de extrema direita. Explorando como essa retórica de medo é empregada para ampliar a adesão ao grupo e legitimar práticas de exclusão direcionadas a minorias sociais. Em seguida, o contexto brasileiro é abordado, destacando os impactos concretos dos discursos de ódio na legislação e nas práticas repressivas do Estado, principalmente nas favelas. Por fim, o capítulo apresenta um estudo que analisa comentários com discurso de ódio durante o período eleitoral de 2022, investigando como a utilização desse discurso na política funciona como uma ferramenta de manutenção de identidade do grupo e melhor delimitação do inimigo, colocando um lente de ameaça sobre o outro, legitimando atitudes de intolerância e políticas de repressão direcionadas a população da favela.

CAPÍTULO 1

DISCURSO DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS: IDENTIDADE SOCIAL, ESTEREÓTIPOS E CONFLITOS SOCIAIS

O capítulo em questão aborda o fenômeno do discurso de ódio e sua influência nas relações e conflitos sociais. Inicialmente, é discutido o conceito de discurso de ódio, seus aspectos jurídicos, delimitações conceituais e suas implicações à sociedade. Descreve como os ambientes virtuais favorecem a formação de comunidades *on-line*, enfatizando o processo de construção da identidade social e a utilização de estereótipos para a definição do "outro" como o alvo da discriminação. Ilustrar-se-á como esses ambientes reforçam e reproduzem o preconceito do mundo *off-line*.

1.1 Discurso de ódio: Definição do fenômeno

Por ser um afeto humano, muitas vezes, coloca-se o ódio como um elemento natural, sendo um contraponto ao amor (Flanzer, 2006). Contudo, a palavra "ódio" tem origem etimológica no latim *odium* e carrega significados como antipatia, aversão, indignação e fúria. Pode ser definido como um sentimento de profunda inimizade, uma paixão intensa que leva ao desejo ou à prática de mal contra o outro (Silva & Montagner, 2012).

O ódio pode ser descrito como um sentimento intenso e negativo direcionado ao objeto do ódio (Staub, 2005). Ao se manifestar em níveis individuais, pode surgir a partir de experiências pessoais, como o ressentimento gerado por uma traição de um amigo, por exemplo. No plano coletivo, o ódio é compartilhado por grupos que desenvolvem visões e atitudes comuns em relação ao objeto de ódio do grupo, o "inimigo" real ou criado. Por exemplo, grupos extremistas, como células terroristas ou movimentos políticos, religiosos ou étnicos, constroem narrativas coletivas que alimentam e legitimam o ódio contra seus alvos (Navarro, 2013).

Quando a violência é motivada por essa emoção intensa e negativa sobre o outro, ela deve ser vista como um ato de ódio, uma atitude baseada no desejo de causar dano ou eliminar o alvo desse ódio (Navarro, 2013). No entanto, o ódio também reflete profundamente quem somos, incluindo nossos sentimentos, crenças e, sobretudo, nossa identidade. Nesse sentido, o ódio está intrinsecamente ligado à tendência humana de criar divisões entre "nós" e

"eles" (Staub, 2005; Tajfel, 1982), se tornado um grave problema social quando é instigado por líderes populistas reacionários. Movimentos como o antissemitismo na Alemanha nazista, o Apartheid na África do Sul e a segregação racial nos Estados Unidos (Leis Jim Crow) ilustram o quanto pode ser destrutivo quando o ódio é institucionalizado.

Nesse contexto, o discurso de ódio torna-se instrumento poderoso na construção do outro como inimigo. Um exemplo claro desse processo foi o uso da retórica nazista para desumanizar o povo judeu, traçando um perfil de inferioridade no intuito de se unificar o sentimento popular em torno do regime: “A raça judaica é constituída por um povo sem-terra, sem pátria, sem nação. Falta lhes inteiramente a condição *sine qua non* para um povo expoente de cultura, a mentalidade idealista” (Hitler, 1983; p. 198). O uso da retórica de ódio contribuiu, de forma direta, para a perseguição e genocídio do povo judeu, demonstrando o poder destrutivo do discurso de ódio.

Apesar de, atualmente, o discurso de ódio ser amplamente discutido em diversos meios, o conceito tem uma história relativamente recente. O termo "discurso de ódio" foi utilizado, pela primeira vez, por Mari Matsuda em um artigo seminal, publicado em 1989, intitulado "*Public Response to Racist Speech: Considering the Victim's Story*". No artigo, a autora criticava o sistema de justiça dos Estados Unidos por não fornecer meios para que as vítimas de discursos racistas buscassem reparação, expondo a inadequação das leis de proteção à liberdade de expressão frente a formas de fala racista que causavam danos profundos às comunidades negras (Brown, 2017; Matsuda, 1989).

Ao longo dos anos, com o surgimento de novas formas de disseminação e expressão do discurso de ódio, a definição desse fenômeno tornou-se cada vez mais complexa, especialmente devido ao debate sobre os limites entre a liberdade de expressão e o discurso de ódio (Brown, 2017). No mundo, a preocupação com esse fenômeno estimulou discussões sobre possibilidades jurídicas para os países. Citam-se os Princípios de Camden sobre Liberdade de Expressão e Igualdade¹, os quais foram desenvolvidos após encontros entre altos funcionários da ONU e especialistas em direitos humanos entre 2008 e 2009. Esses princípios visam a promover um maior consenso global em relação à conexão apropriada entre o respeito à liberdade de expressão e a promoção da igualdade. Esses princípios buscam orientar os Estados na criação de legislações que possam enfrentar o discurso de ódio de modo eficiente.

¹ Para mais informações: <https://www.article19.org/wp-content/uploads/2009/04/Camden-Principles-PORTUGUESE-web.pdf>

No contexto nacional, o sistema jurídico brasileiro reconhece que a proteção à liberdade de expressão está, intrinsecamente, ligada à garantia da dignidade da pessoa humana e ao fortalecimento da democracia. O reconhecimento constitucional desse direito abrange a possibilidade de se expressar crenças, convicções, ideias, ideologias, opiniões, sentimentos e emoções nas mais variadas plataformas informativas disponíveis. Embora a Constituição preveja que o direito à liberdade de expressão não deve sofrer restrições, ela estabelece que esse direito deve ser exercido "observado o disposto nesta Constituição", indicando que os demais direitos fundamentais e valores constitucionais funcionam como limites. Em muitas situações, a manifestação do pensamento pode conflitar com outros direitos constitucionalmente protegidos, especialmente quando essas expressões veiculam mensagens violentas, intolerantes e impregnadas de conteúdo preconceituoso (Rothenburg & Stroppa, 2015).

Embora o discurso de ódio não possua uma definição legal específica no Brasil, a Constituição brasileira já dispõe de instrumentos legais que colocam esses atos ou expressões discriminatórias como crime. A Lei nº 7.716/1989, conhecida como Lei do Racismo, criminaliza a prática de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, abrangendo várias formas de discurso de ódio com base nessas características. Além disso, o artigo 140, § 3º do Código Penal tipifica como crime a injúria qualificada, que ocorre quando a ofensa envolve elementos referentes à raça, à cor, à etnia, à religião, à origem ou à condição de pessoa idosa ou com deficiência. Esses dispositivos legais fornecem uma base jurídica para a punição de manifestações de ódio que perpetuam preconceitos e incitam a violência contra grupos marginalizados.

Em suma, dentro de uma perspectiva jurídica, o discurso de ódio é caracterizado por seu conteúdo segregacionista, pautado na ideia de superioridade do emissor e na inferioridade do alvo, geralmente expresso em contextos de discriminação. Além disso, o discurso de ódio envolve a externalização, ou seja, ele só ocorre quando a mensagem é dirigida a terceiros, além do próprio emissor (Silva et al., 2011). Essa visão ressalta a necessidade de se considerar quem são os alvos dessas manifestações, bem como a gravidade da violência e dos danos que os discursos de ódio, intolerância e desprezo, motivados por preconceitos, podem causar aos grupos atingidos (Rothenburg & Stroppa, 2015).

Por outro lado, o fenômeno não se restringe a uma definição única, pois abrange uma variedade de expressões que compartilham características em comum, sem uma essência universal. Dessa forma, sua conceituação ultrapassa o âmbito estritamente legal, incorporando

elementos culturais, sociais e políticos que influenciam a forma como o termo é compreendido e utilizado em uma sociedade. O termo "discurso de ódio" é utilizado em diversos contextos, muitas vezes, pessoas comuns, grupos sociais e a mídia empregam-no para descrever fenômenos de comunicação que nem sempre têm implicações legais, mas que são percebidos como prejudiciais ou ofensivos por uma parte da sociedade. Além disso, ele abrange uma variedade de expressões que vão desde insultos diretos até formas mais sutis de degradação ou estereotipia negativa (Brown, 2017).

Nesse sentido, é necessário fazer algumas pontuações para delimitar o discurso de ódio de expressões de violência ou discriminação. Os estudos indicam que existem, pelo menos, quatro características principais que diferenciam o discurso de ódio de outras formas de interações negativas, como incivilidade, *bullying* ou *cyberbullying* ou mesmo falta de educação.

A primeira e mais comum característica nas definições de discurso de ódio é a referência a um alvo específico (Bilewicz & Soral, 2020). Assim, um insulto racial, embora frequentemente direcionado a um único indivíduo, muitas vezes, transcende o alvo imediato, uma vez que uma referência pejorativa à raça do indivíduo, o transforma em um representante de um grupo ou de classe inteira de pessoas na mente de quem profere o discurso de ódio. Nesse sentido, se o destinatário é visto como intercambiável, o insulto racial deixa de ser um ataque pessoal e torna-se uma manifestação contra todo o grupo ou classe social ao qual o indivíduo pertence, reforçando estereótipos e perpetuando discriminações coletivas (Brown, 2017).

Em segundo lugar, o discurso de ódio costuma ser direcionado a indivíduos ou grupos com os quais o agressor não tem uma relação pessoal, diferindo-o do *bullying* e do *cyberbullying*, que, usualmente, ocorre em contextos de relações mais próximas (Obermaier & Schmuck, 2022). Esta delimitação é importante tendo em vista o grau do problema. Em todo o mundo, um em cada três jovens afirma ter sido vítima de *bullying*, sendo que um em cada cinco, relata ter abandonado a escola devido ao *cyberbullying* (*bullying on-line*) (ONU News, 2020). A prática do *bullying* ou do *cyberbullying* envolve ataques pessoais no ambiente *on-line*; os agressores podem espalhar boatos, criar perfis falsos para difamar a vítima, divulgar informações pessoais sem consentimento e/ou enviar mensagens ofensivas a alguém; já o discurso de ódio é direcionado à associação de um indivíduo a um grupo, seja real ou presumida (Obermaier & Schmuck, 2022).

Contudo, estudos demonstram que práticas associadas ao *bullying* são também uma forma de discurso de ódio. O experimento realizado por Tynes et al. (2008), investigou o *cyberbullying* entre estudantes afro-americanos e revelou que jovens pertencentes a minorias étnicas enfrentaram mais experiências negativas *on-line*. Como consequência, os ataques não apenas amplificam a disseminação do ódio, como, também, facilitam o estabelecimento de conexões e interações entre indivíduos que compartilham ideologias de ódio semelhantes, demonstrando como as questões de identidade de grupo também estão presentes no *bullying*.

A terceira característica do discurso de ódio é sua intenção deliberada de prejudicar ou subordinar os membros do grupo-alvo, promovendo e consolidando uma posição de inferioridade social desses indivíduos. Sendo uma forma de comunicação prejudicial, não busca apenas causar dano imediato, mas também enfraquecer o status social do grupo ao atuar para sua marginalização (Schäfer et al., 2021). Por fim, o discurso de ódio pode variar em intensidade, abrangendo desde a simples repetição de estereótipos até formas mais extremas, como insultos graves ou a incitação à violência física. Esse aspecto é especialmente relevante no contexto da regulamentação legal, que deve ser capaz de distinguir entre expressões que ainda se enquadram na liberdade de expressão e aquelas que ultrapassam esse limite, exigindo sua supressão ou, até mesmo, punição (Sellars, 2016).

Tendo esses pontos de delimitação em vista, neste trabalho, compreende-se o discurso de ódio como um fenômeno social que abrange uma variedade de formas de expressão, as quais promovem hostilidade, discriminação, preconceito e violência direcionados a grupos sociais. Essa forma de expressão vai além das palavras e pode incluir imagens, termos, símbolos e outros meios de comunicação visual, auditiva ou gestual, que têm como alvo pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo, orientação sexual, religião, entre outras identidades sociais (Brugger, 2007; Chetty & Alathur, 2018).

Além das expressões individuais de preconceito, o discurso de ódio também se baseia na disseminação sistemática de seu conteúdo, com o objetivo de perpetuar estereótipos negativos e incitar à discriminação associada ao vínculo, real ou presumido, do indivíduo ao grupo-alvo. Entendido como uma expressão que transmite uma ideia de ódio ou intolerância direcionada a determinados grupos pelo simples fato de pertencerem a esses grupos, o discurso de ódio constitui a manifestação pública dos preconceitos ligados a grupos sociais (Bilewicz & Soral, 2020).

Complementando-se a conceituação do fenômeno, é importante destacar que o uso do termo "ódio" pode trazer uma compreensão equivocada sobre esse tipo de expressão

discriminatória, levando à crença de que esse tipo de discurso deve sempre expressar emoções intensas, como hostilidade ou aversão extrema.

Contudo, por vezes, o discurso pode envolver atitudes de discriminação, que não envolvem ódio, de forma direta, mas que, ainda assim, têm o efeito de afetar grupos específicos (Brown, 2017). Por exemplo, se uma figura pública faz comentários depreciativos sobre um grupo racial, quando afirma que esse grupo é "inferior" ou "menos civilizado" e utiliza informações falsas ou distorcidas, sem demonstrar raiva explícita ou ódio. Nesse caso, a pessoa pode estar agindo com base em preconceitos ou com um sentimento de superioridade, sem necessariamente expressar ódio, de modo direto, pelos membros desse grupo. Nessa perspectiva, o discurso de ódio pode incluir expressões de discriminação, sem uma emoção extrema envolvida, não obstante causa consequências igualmente danosas (Brown, 2017).

No entanto, apesar dos apontamentos jurídicos e características estabelecidos, ainda é possível identificar a existência de um delicado equilíbrio antagônico entre a liberdade de expressão e o discurso de ódio. Observa-se que, frequentemente, indivíduos envolvidos na prática de disseminação de discursos de ódio, especialmente em ambientes *on-line* em geral, argumentam ter o direito constitucional à liberdade de expressão e veem qualquer iniciativa de questionamento a respeito do que proferem como uma forma de censura. Embora a liberdade de expressão, tanto *on-line*, quanto *off-line*, seja considerada uma componente fundamental das sociedades democráticas, é igualmente relevante pontuar que, muitas vezes, pessoas envolvidas em comportamentos abusivos tentam se esconder por trás desse argumento como um pretexto conveniente, utilizando-o como um escudo para disseminar, impunemente, ódio, racismo e outros preconceitos (Khaled Jr, 2018; Trindade, 2022).

Como estratégia, os discursos de ódio estão se tornando mais sutis. Em vez de usarem linguagem explicitamente ofensiva, os perpetradores, comumente, empregam táticas mais veladas, como insinuações, sarcasmo ou humor, dificultando sua detecção automática (Mondal, et al., 2017.)

O discurso de ódio é uma forma de violência simbólica que acarreta consequências graves para as pessoas e aos grupos que têm contato com esse tipo de conteúdo prejudicial. Conforme ressalta Allport (1954/1979), o discurso de ódio ("antilocução") representa o primeiro estágio em uma escala que pode levar a atitudes mais intensas, como evitação, discriminação, agressões físicas e, até mesmo, extermínio.

Embora nem todas as pessoas ou grupos avancem nesse continuum, é importante reconhecer que a expressão inicial de violência facilita a transição para estágios mais avançados. Um caso histórico que ilustra esse processo é o discurso de ódio promovido por Hitler, que levou os alemães a evitarem e discriminarem seus vizinhos judeus. Essa atitude de evitação preparou o terreno para a implementação das leis discriminatórias de Nuremberg, culminando em incêndios de sinagogas e ataques de rua contra judeus, ações que foram percebidas como naturais dentro do contexto criado. Essa compreensão ressalta a importância de reconhecer o discurso de ódio como um ponto crítico na potencial escalada de violência contra grupos sociais (Bilewicz & Soral, 2020).

Nos últimos anos, o fenômeno assumiu novos formatos e meios de veiculação, aumentando exponencialmente a propagação de conteúdo ofensivo em todo o mundo (Weber et al., 2020). O discurso de ódio tornou-se mais comum no âmbito político, e sua presença nas mídias sociais aumentou significativamente (Winiewski et al., 2017).

Cada vez mais, cria-se um ambiente de propagação e instigação ao ódio, o qual configura uma grave ameaça à organização democrática que tem como premissa a defesa dos direitos humanos. Nesse sentido, faz-se necessária a busca por novas formas de compreensão e de regulação desse fenômeno, principalmente no âmbito das mídias sociais. À medida que o discurso de ódio pode ter várias formas e expressões, o que se tem percebido, ao longo dos anos, com a ampliação da tecnologia e dos espaços de comunidade *on-line*, não obstante a discriminação e do ódio sempre estarem presentes nas relações intergrupais, as redes sociais e o seu uso compulsivo potencializam seu alcance e reverberação social (Chetty & Alathur, 2018).

1.2 O ódio nas redes: Discurso de ódio, formação de identidade e a construção do “outro”

O avanço das tecnologias transformou, nas últimas décadas e de modo radical, a forma como as pessoas se comunicam e compartilham no cotidiano. A ampla disponibilidade da *internet* e a popularização dos dispositivos móveis possibilitam conexões instantâneas com seres humanos ao redor do mundo, independentemente das barreiras geográficas e culturais. É corriqueira a troca de mensagens, o compartilhamento de fotos, vídeos e opiniões com indivíduos de diferentes origens e experiências, ampliando, significativamente, o alcance comunicativo. Dados recentes ilustram esse cenário: segundo o relatório "*Digital 2023*:

Global Overview Report", atualmente, existem 5,16 bilhões de usuários de *internet* no mundo, o que significa que 64,4% da população total do planeta está *on-line*. Desses usuários, 4,76 bilhões utilizam mídias sociais, o que equivale a quase 60% da população global total.

No Brasil, esse fenômeno tem uma dimensão ainda maior: em 2022, os brasileiros passaram, em média, 9 horas e 32 minutos navegando na *internet* todos os dias. Com quase dez horas conectadas, o Brasil lidera mundialmente em tempo gasto *on-line*, ultrapassando países em fase mais avançada de desenvolvimento, como a Inglaterra que tem um tempo médio de 5 horas e 47 minutos. O número de pessoas conectadas também aumentou nos últimos anos. Enquanto há uma década apenas metade da população tinha acesso à *internet*, atualmente 84% dos brasileiros a utilizam, e o uso das redes sociais também ganhou espaço no país. O *WhatsApp*, por exemplo, é usado em média quatro vezes mais tempo no Brasil do que nos Estados Unidos (*Global Overview Report*, 2023).

Importante ressaltar que a Pandemia ajudou a intensificar esse cenário, em que a *internet* se mostrou uma ferramenta fundamental para as atividades de trabalho, educação, entretenimento e comunicação, além de proporcionar acesso a informações sobre recomendações de saúde.

A expansão do universo comunicativo, proporcionado por essas tecnologias, traz consigo um cenário complexo. Essa abertura e velocidade comunicativa também geram desafios e dilemas, pois, apesar dos possíveis usos da *internet* e das redes sociais como ambientes virtuais favoráveis à projeção de informações e conhecimento humano, também são terrenos férteis para a ampliação de aspectos conflituosos da realidade palpável e dos relacionamentos, como os conflitos sociais e a disseminação de estereótipos preconceituosos. Esses fenômenos, não apenas virtuais, podem ter impactos significativos na dinâmica das interações sociais, afetando a forma como os indivíduos percebem, avaliam e se relacionam com os outros (Bilewicz & Soral, 2020; Soral, et al., 2018).

Dentro da perspectiva das ciências sociais, as redes sociais são formas de agrupamento humano. Elas são constituídas pelas interações entre as pessoas, que formam os grupos sociais. Ao utilizarem essas ferramentas, as redes sociais são modificadas e adaptadas de acordo com as funcionalidades e com os recursos oferecidos pelas plataformas virtuais. Portanto, as redes sociais não são previamente construídas pelas ferramentas digitais, mas, sim, moldadas pelos usuários, que lhes atribuem significado (Recuero, 2012).

Nesse contexto dinâmico, as conversas entre as pessoas formam outros grupos sociais, que se baseiam em um discurso compartilhado, podendo influenciar na formação de

ideologias e na construção de valores e crenças. Ao mesmo tempo, as redes sociais reproduzem as dinâmicas de poder e de dominação, presentes na sociedade, por meio da linguagem utilizada. Nesse sentido, discurso do ódio é mais uma prática social (Moura, 2016).

Apesar de o conteúdo de ódio também ser veiculado por mídias mais tradicionais, como rádios (Adelman & Suhrke, 2017; Pate & Ibrahim, 2020), canais de televisão (Fasakin, Oyero & Okorie, 2017) e jornais (Merklejn & Wiślicki, 2020), as redes sociais e o uso continuado de plataformas, como o *Facebook*, *Twitter* e *YouTube*, potencializaram seu alcance e sua reverberação social. Nessas plataformas virtuais, o discurso de ódio ganha legitimidade à medida que é considerado uma opinião pessoal, o que dificulta a delimitação do fenômeno. Esse cenário envolve o equilíbrio complexo entre direitos e princípios fundamentais, incluindo a liberdade de expressão e a defesa da dignidade humana (Chetty & Alathur, 2018).

Pesquisas realizadas nas redes sociais têm demonstrado que postagens contendo discursos de ódio espalham-se de forma mais rápida e ampla porque seus autores estão mais densamente conectados uns aos outros (ElSherief et al., 2018). Esse fenômeno ocorre, em parte, devido ao conteúdo altamente identitário dessas postagens, que reforçam um senso de pertencimento e coesão entre os membros do grupo. Ao apresentar o "outro" de maneira negativa e promover estereótipos, essas postagens fortalecem a identidade do grupo e engajam emocionalmente os seguidores, tornando-se ainda mais atrativas para compartilhamento nas redes sociais (Mathew et al., 2019).

Tendo como exemplo o *Facebook*, a rede social mais utilizada no Brasil (*Global Overview Report*, 2023), sua plataforma possui quatro formas básicas de comunicação: a) *broadcasting*, que a capacidade de postar mensagens e conteúdo; b) redistribuição, que representa o compartilhamento e a disseminação de conteúdo em uma rede de contatos; c) interação, que é o comentário sobre uma determinada postagem e o ato de se expressar opiniões; e d) reconhecer, mais conhecido como "curtir". Essa dinâmica de criar (postar), divulgar (compartilhar), comentar e endossar ("curtir"), tornou-se um padrão para as demais redes sociais que a sucederam, facilitando a circulação irrestrita dos mais diversos conteúdos nas redes (Trindade, 2022).

À medida que essas redes são formadas por milhares, e até bilhões, de pessoas interligadas, é possível inferir que, quanto mais usuários conectados a um determinado indivíduo, maior será a capacidade desse usuário de espalhar seu conteúdo. Para ilustrar, uma rede formada por apenas cinco usuários pode estabelecer um total de dez conexões entre si. Se essa rede for ampliada para dez usuários, será capaz de criar até 45 conexões. Já uma rede

com 100 usuários pode formar 4.950 conexões, enquanto uma rede com 1.000 usuários poderá estabelecer um total de 499.500 conexões (Trindade, 2022). Ou seja, quanto mais conexões existem na rede, maior é a probabilidade de os conteúdos, incluindo discursos de ódio, serem compartilhados e alcançarem um público mais amplo.

Dessa forma, apesar da implementação de medidas para detecção de discurso de ódio nos espaços virtuais, sua estrutura permite a reprodução instantânea de uma vasta gama de ideologias preconceituosas por tempo prolongado. Isso faz com que os ambientes virtuais atuem como “câmaras de eco”, termo que se refere a espaços digitais onde os usuários são predominantemente expostos a informações, opiniões e ideias que confirmam suas crenças preexistentes (Moura, 2016).

Essa característica das plataformas digitais gera um terreno fértil para a disseminação de conteúdos discriminatórios. Plataformas, como *Facebook* e “X”, são conhecidas por sua capacidade de amplificar conteúdos polêmicos através de algoritmos que priorizam o engajamento (Siegel, et al, 2019; Schmid, et al., 2022). Da mesma forma, o consumo de notícias pelo *YouTube*, que sugere vídeos com base no engajamento, pode, inadvertidamente, amplificar conteúdos controversos ou extremistas, tanto nos vídeos, quanto nos comentários (Yesilada & Lewandowsky, 2022). Além disso, os fóruns anônimos, como *4chan* e *Reddit*, frequentemente, atuam como incubadoras para discursos extremistas, onde os usuários, protegidos pelo anonimato, sentem-se encorajados a expressar opiniões radicais sem medo de repercussões (Rieger et al., 2021).

Nesses espaços virtuais, pessoas com ideias preconceituosas semelhantes criam comunidades que, geralmente, se concentram na construção de uma identidade de grupo, particularmente fundamentada na exclusão de outros indivíduos. Assim, o discurso de ódio desempenha um papel importante ao intensificar sentimentos de coesão dentro do grupo e sentimentos negativos de oposição em relação ao grupo externo. Ao manterem a comunicação em comunidades virtuais, os indivíduos reafirmam suas próprias identidades, bem como as do endogrupo, utilizando linguagens, símbolos e imagens específicas (Lupu et al., 2023).

Dois elementos são centrais na relação entre a identidade e o discurso de ódio: o insulto e a instigação. O primeiro diz respeito ao indivíduo que é alvo, o destinatário inicial da agressão, que tem sua identidade atrelada a algum grupo social que teve sua dignidade violada. Já a instigação tem efeito decorrente do discurso do ódio e é direcionada a possíveis "outros" consumidores da manifestação, que também por questões ligadas a grupos de

pertença, são chamados a endossar o discurso discriminatório, ampliando sua propagação com palavras ou com ações concretas, com potencial de contágio (Moura, 2016).

O anonimato é uma conhecida característica que favorece essa propagação. Esse anonimato permite que os indivíduos expressem opiniões preconceituosas, sem medo de repercussões imediatas, incentivando discursos hostis que, em outros contextos, seriam reprimidos (Davidson et al., 2019; Suler, 2004). Nesse sentido, a amplitude do discurso é altamente dependente desse ambiente de comunicação. Sendo que os usuários de *internet* relatam terem muito mais contato com expressões de ódio em redes sociais e fóruns anônimos do que, por comparação, com interações face a face (Barnidge et al., 2019).

Contudo, mesmo sem muito anonimato, há um “ganho” para quem incita ódio nas redes sociais: visibilidade, reputação e certa influência em determinados grupos online. Tais elementos estão, novamente, ligados às questões de pertencimento ao grupo e à afirmação de identidade. A intolerância torna-se um fator preponderante nesse discurso, funcionando como o elo que une os membros do grupo. Esse tipo de discurso exemplifica um conflito que se redefine e se intensifica na convivência de grupos cada vez mais diversos e com sistemas valorativos complexos (Moura, 2016). Desse modo, a relação entre identidade e grupo, assim como o viés de diferenciação grupal, tornam-se fundamentais para explicar os elementos constituintes do fenômeno do discurso de ódio e sua fácil propagação nas redes sociais.

1.2.1 Pertencimento e identidade social em contextos virtuais

As teorias da Categorização Social e da Identidade Social (Tajfel & Turner, 1979; Tajfel, 1982) são perspectivas-chave para a compreensão da formação das identidades, das interações entre os grupos e da (re)produção de estereótipos, seja no mundo “real” ou nas redes sociais. De acordo com essas perspectivas, a identidade social é um processo contínuo que envolve tanto a maneira como cada indivíduo se identifica quanto como é identificado pelos outros. Para se identificar com um determinado grupo, seja ele étnico, religioso, profissional ou mesmo de uma comunidade online, cada pessoa busca semelhanças entre os membros do grupo e ela própria. Embora as semelhanças inicialmente atraiam o indivíduo para um grupo, esse processo também permite reconhecer ou construir diferenças em relação a outros grupos. Assim, a identidade é um constructo utilizado tanto para afirmar pertencimento e igualdade quanto para afirmar a diferença.

Como bem ilustrado no poema de Martin Niemöller (1892–1984), pastor luterano muito conhecido na Alemanha por sua posição combativa ao nazismo:

“Um dia vieram e levaram meu vizinho que era judeu. Como não sou judeu, não me incomodei.
No dia seguinte, vieram e levaram meu outro vizinho que era comunista. Como não sou comunista, não me incomodei.
No terceiro dia vieram e levaram meu vizinho católico. Como não sou católico, não me incomodei.
No quarto dia, vieram e me levaram; já não havia mais ninguém para reclamar...”²

A distinção entre diferentes grupos sociais, frequentemente implica valorização do grupo interno (endogrupo) e desvalorização do grupo externo (exogrupo), uma vez que os indivíduos tendem a buscar uma identidade social positiva por meio do processo de comparação social (Deschamps & Moliner, 2009). Tal processo é influenciado por fatores psicossociais, como a necessidade de pertencimento e a busca por uma autoimagem positiva, levando à formação de estereótipos e de preconceitos em relação a membros de grupos, considerados diferentes ou inferiores (Tajfel, 1982).

Na visão de Tajfel (1982), os indivíduos tendem a procurar e manter uma identidade social positiva, pois isso contribui para um sentimento de autoestima positiva. Nesse sentido, quanto maior for o sentimento de identificação com um grupo social, maior será a tendência de o indivíduo diferenciar entre o endogrupo e os exogrupos para manter uma identidade social positiva. Como resultado da necessidade de manutenção dessa identidade, o viés endogrupal surge como a tendência de favorecer o próprio grupo, em valorizar seu próprio grupo em detrimento dos outros, talvez, tendendo a comportamentos discriminatórios. Esse favoritismo endogrupal deve ser visto tanto como motivação psicológica, como quanto uma reprodução da própria dinâmica de relações de poder entre os grupos (Pereira, et al., 2003).

Diretamente relacionados a esse processo de acentuar as semelhanças ou diferenças nas relações intergrupais, os fenômenos de assimilação e contraste são fundamentais para se pensar as dinâmicas das relações sociais. A assimilação ocorre quando as diferenças entre o endogrupo e o exogrupo são minimizadas, levando a uma percepção de maior semelhança e familiaridade entre eles. Isso ocorre quando as características do exogrupo são reinterpretadas para se alinharem às do endogrupo. Em contraste, o processo de diferenciação acentua as distinções entre os grupos, reforçando a percepção de separação. Isso acontece quando as

² Retirado de:

<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/martin-niemoeller-first-they-came-for-the-socialists#a-citao-1>.

características do exogrupo são exageradas e enfatizadas, destacando as diferenças (Tajfel, 1982).

Esses processos são fundamentais para compreender como as fronteiras intergrupais são construídas. No contexto das redes sociais, os elementos de pertencimento grupal amplificam atitudes que estimulam a divisão entre grupos sociais. Em ambientes virtuais, as pessoas atuam tanto de acordo com as normas sociais estabelecidas e compartilhadas no mundo “real” quanto desenvolvem novas formas de interação, reflexo das dinâmicas relacionais do próprio ambiente. Portanto, mesmo que a *internet* possibilite que os indivíduos desenvolvam e expressem múltiplas identidades sociais, além de experimentarem novas identidades virtuais, também facilita o alinhamento identitário e a diferenciação intergrupala. Conseqüentemente, as interações em redes sociais constroem e redefinem os conceitos existentes do “social” (Dobson & Knezevic, 2018).

Os estudos que abordam a identidade social nas redes sociais têm desempenhado um papel significativo na compreensão de como os usuários constroem e expressam suas identidades *on-line*. Sobretudo, por meio da teoria da identidade social e utilizando técnicas de mineração de dados, os pesquisadores têm explorado como os indivíduos se identificam com determinados grupos e como isso influencia suas interações nas plataformas digitais. Investigando a constituição das identidades sociais nessas plataformas, seja por meio da autocategorização, em que expressam diretamente sua afiliação a grupos ou comunidades por meio de suas informações bibliográficas (Pathak, et al., 2021), seja por meio interações com outros usuários, grupos específicos ou movimentos sociais (Menendez, et al., 2020).

Essas análises sobre a dinâmica das identidades sociais compartilhadas contribuem para uma melhor compreensão das atitudes e ao estabelecimento de relações das pessoas nas redes sociais. Isso se enquadra no estudo realizado por Menendez e colaboradores (2020), que analisou a identidade social dos usuários do *Twitter* em relação ao movimento conhecido como *#MeToo*. Esse movimento social, iniciado em 2017, utiliza a *hashtag* nas redes sociais com o objetivo de aumentar a conscientização sobre a prevalência de assédio sexual e de agressão sexual, especialmente no local de trabalho.

A citada pesquisa adotou uma abordagem interdisciplinar com a combinação da mineração de dados e análise do discurso para examinar o conteúdo gerado pelos usuários na rede, como postagens, comentários e interações, com o intuito de identificar os principais indicadores de identidade social associados a esse movimento. Os resultados revelaram a existência de quatro principais identidades sociais associadas ao movimento *#MeToo*.

Primeiramente, a identidade de gênero: a maioria dos usuários do *Twitter* que participam do movimento são mulheres. Em seguida, a identidade de vítima, na qual muitos usuários compartilharam suas próprias experiências de assédio e de abuso sexual. Além disso, foi identificada a identidade de ativista: os usuários demonstraram atitudes pró-mudanças na cultura e nas políticas relacionadas ao assédio sexual. Por fim, a identidade coletiva, quando os usuários compartilham um senso coletivo de pertencimento a um grupo social com interesses e objetivos comuns (Menendez et al., 2020)

Também é possível inferir-se que a identidade social dos usuários de redes sociais interfere na forma como eles interagem e engajam virtualmente, assim como nos impactos que os conteúdos de ódio têm sobre essas identidades. Nesse sentido, Costello et al. (2019) realizou um estudo com o objetivo de identificar como determinados grupos se relacionam com o ódio *on-line*. A partir de uma amostra de 412 usuários da *internet*, com idades entre 15 e 36 anos, expostos ao ódio *on-line* nos três meses anteriores à pesquisa, foram utilizados quatro indicadores de identidade de grupo social: raça/status de minoria étnica, sexo, afiliação religiosa e ideologia política. Como resultado, pôde-se perceber que os homens conservadores têm menor probabilidade de julgarem perturbador o material de ódio, em comparação com as mulheres com ideologia política mais liberal. Além disso, os indivíduos que relataram terem sofrido vitimização *on-line* também demonstram maior probabilidade de definir o material de ódio como perturbador.

As conclusões dessa pesquisa convergem para a realidade dos ataques que as mulheres recebem nos espaços virtuais. Os dados demonstram que as mulheres estão mais sujeitas a serem alvos de discursos de ódio por diferentes motivos, como sua aparência física (Ghaffari, 2020) e questões de moralidade (Wilhelm & Joeckel, 2016). Além disso, uma maior exposição pública aumenta o risco de ataque às mulheres.

Isso é evidente no material de ódio da extrema direita, que geralmente tem como alvo mulheres e pessoas não conservadoras (Piñeiro-Otero & Martínez-Rolán, 2021). Ou seja, as identidades sociais mais vitimadas pelos discursos de ódio têm maior propensão a sentir os impactos desse conteúdo. Descobertas como essas são importantes, pois mostram que a proliferação do ódio *on-line* requer não apenas uma compreensão de como ele é produzido, mas também de como é direcionado e recebido pelas diversas identidades sociais que interagem na rede.

1.2.2 Estereótipos e a simplificação do “outro”

Por mais que tenham a capacidade de incluir, essas comunidades *on-line* também servem para excluir, assumindo a forma de “bolhas algorítmicas” ou de grupos virtuais de indivíduos com ideias semelhantes que reforçam e legitimam as crenças discriminatórias uns dos outros contra outros grupos sociais (Lim, 2017). Assim como no mundo das relações não mediadas por tecnologias da informação e comunicação (“mundo real”), dentro das redes sociais a identidade é relacional e essa diferenciação é estabelecida, frequentemente, por um processo de inclusão e exclusão (estes pertencem, aqueles não), demarcação de fronteiras (nós e eles), classificação (bons e maus; puros e impuros; desenvolvidos e primitivos) e normalização (nós somos normais; eles são anormais), ou seja, um terreno fértil para reprodução de estereótipos sociais (Code & Zap, 2009).

Estereótipos podem ser definidos como crenças ou expectativas simplificadas e generalizadas sobre um grupo social, aplicadas indiscriminadamente a todos os seus membros (Pereira, 2013). Essas crenças podem ser positivas, negativas ou neutras e estão frequentemente associadas a características como etnia, gênero, orientação sexual, idade ou classe social. Os estereótipos são adquiridos ao longo da vida por meio da socialização, das experiências pessoais e da constante exposição a representações estereotipadas nos meios de comunicação (Dixon, 2008).

Nesse sentido, as próprias plataformas de mídia social facilitam e estimulam uma visão reducionista sobre o mundo, permitindo o enquadramento de questões sociais complexas em estereótipos simplificados e autoperpetuadores. O algoritmo de recomendação de conteúdo tende a apresentar informações que reforçam as ideias do usuário (câmara de eco), associando indivíduos que são semelhantes em termos de valores e identidades, alinhadas com seus interesses ou opiniões, e excluindo ou evitando conteúdos que sejam contrários às suas crenças ou preconceitos, fato que aumenta a probabilidade de eles serem expostos a estereótipos, compartilhados socialmente e reforçados por determinados grupos (Dobson & Knezevic, 2018).

O modo de comunicação na plataforma estimula esse processo. À medida que a abordagem escrita é preferencial nas redes sociais, por possibilitar abreviar a comunicação, em virtude de as mensagens simples serem mais facilmente compartilhadas, tende-se a simplificar questões sociais complexas e, por fim, estimula-se a reprodução de estereótipos nas redes (Lim, 2013; Dobson & Knezevic, 2018). Imagens, vídeos e *emojis* são, frequentemente, utilizados na comunicação virtual para reproduzir preconceitos. Assim é que

o termo “*digital blackface*” é muito usado para descrever conteúdos de estereótipos raciais *on-line*. A prática ocorre especialmente em plataformas digitais, onde conteúdos imitam ou caricaturam indivíduos negros por meio de memes, GIFs ou avatares digitais, de forma superficial e desrespeitosa (Intravia & Pickett, 2019).

O uso desses estereótipos na disseminação do discurso de ódio nas redes sociais é uma prática recorrente. Essas representações simplistas tendem a categorizar e rotular os indivíduos com base em sua pertença a determinados grupos sociais, como etnia, gênero, religião, orientação sexual, entre outros, situações que contribuem para a polarização social e ao aumento das tensões entre diferentes grupos (Pereira, 2013).

Ao retratar grupos sociais de modo negativamente estereotipado, as interações *on-line* tendem a torná-las mais hostis e potencialmente danosas. Estudos têm explorado essa relação entre estereótipos e discurso de ódio nas redes, destacando como os estereótipos são utilizados para justificar e validar atitudes e comportamentos violentos direcionados aos negros (Burnap, et al., 2020; Miskolci, et al., 2018), mulheres (Fuchs & Schafer, 2020; Ghaffari, 2020; Piñeiro-Otero & Martínez-Rolán, 2021), LGBTQIA+ (Fasoli et al., 2015; Silva & Silva, 2021), ciganos (Miskolci, et al., 2018; Thompson & Woodger, 2020), islâmicos (Aguilera-Carnerero & Azeez, 2016; Serhan & Elareshi, 2020; Wiedlitzka, 2021), migrantes e refugiados (Arcila-Calderón et al, 2020; Calderón, et al., 2020), entre outras minorias sociais.

Os danos causados para os alvos pela exposição a esse tipo de discurso são muito abrangentes, incluindo questões emocionais, como o aumento do estresse e sintomas depressivos (Bilewicz & Soral, 2020; Saha et al., 2019), aumento de emoções negativas, como sentir-se “irritado”, “ansioso”, “triste” ou “humilhado” (Pacheco & Melhuish, 2018) e, ainda, uma maior taxa de suicídio para grupos alvos (Mullen & Smyth, 2004). Também mudanças comportamentais são notadas: não querer sair de casa, incapacidade de dormir, medo excessivo de falar com estranhos e retraimento social (Pacheco & Melhuish, 2018). De toda forma, sejam danos psicológicos ou físicos, sociais ou econômicos, não há dúvida de que as pessoas, alvo dessas expressões, vivenciam na “pele” o clima de hostilidade e de intolerância na sociedade

Esses apontamentos científicos demonstram que, à medida que os estereótipos negativos são compartilhados repetidamente por meio de mensagens, imagens e vídeos, cria-se uma narrativa que molda a percepção dos grupos-alvo, o que pode levar as pessoas a perpetuarem representações simplificadoras sobre determinados grupos, reforçando preconceitos. Ressalta-se, inclusive, que isso pode contribuir para a criação de um ambiente

hostil nas redes sociais, onde indivíduos pertencentes a grupos marginalizados enfrentam ataques constantes e, conseqüentemente, sentem insegurança para expressar suas identidades ou opiniões.

O estudo de Ghaffari (2020) demonstra isso, a partir de análises de comentários em fotos de mulheres influenciadoras no *Instagram*, quando constata que os estereótipos de gênero, reproduzidos nas redes sociais, podem ser considerados expressões opressivas quando se trata da feminilidade e dos ideais de gênero. O discurso de ódio, nesse contexto, exige que as mulheres suprimam seus sentimentos ou limitem sua autenticidade na apresentação *on-line*, a fim de manter uma aparência externa que corresponda aos papéis de gênero estereotipados.

Para além da comunicação entre os usuários, as redes sociais tornaram-se um dos principais meios de consumo de informações, apresentando possibilidades que a mídia tradicional não oferece, uma vez que a mídia *on-line* permite que os usuários se envolvam ou interajam com notícias e informações (comentando histórias, postando ou compartilhando notícias com outras pessoas), com acesso facilitado a uma variedade de conteúdos e opções para pesquisar, controlar e selecionar informações para consumir (Metzger 2009). Nesse sentido, quando os estereótipos são reproduzidos também pelas notícias ou são endossados por sua repercussão, o impacto negativo pode ser ainda mais significativo. Como ilustram estudos sobre representação de raça e mídia, quando verificam que, durante anos, a representação de criminosos negros na mídia tradicional promoveu estereótipos e crenças negativas sobre os negros, como um grupo (Dixon, 2008; Oliver & Fonash, 2002).

Já um estudo mais recente examinou *sites* de notícias da *Internet* durante um ano e demonstrou que, nada obstante os negros serem representados, de forma equilibrada, na proporção da sua população dos EUA, eram duas vezes mais retratados com um estereótipo negativo (por exemplo, relacionado ao crime, drogas e pobreza) em comparação com um contra estereótipo (como CEO negro). Em contrapartida, os brancos foram sobrerrepresentados nas notícias da *Internet* em relação à proporção da população geral e eram menos estereotipados negativamente (Josey, 2015).

De fato, eventos de notícias com questões identitárias, principalmente com relação às questões raciais, recebem muita atenção nas plataformas de mídia social (Lupu et al., 2023). Como resultado, consumir conteúdos por meio de exposição seletiva reforça crenças preconceituosas (tal como associar negros ao crime) (Dixon, 2008), entretanto, também, aumenta a incidência de outras formas de discriminação não relacionadas.

A esse respeito, é elucidativo o estudo proposto por Lupu et al. (2023), cujo objetivo foi descobrir se potenciais eventos desencadeadores *off-line* poderiam ser responsáveis pelo aumento de discurso de ódio *on-line*. Os resultados mostraram que, após o assassinato de George Floyd nos EUA, a taxa de discurso de ódio racial aumentou 250% em relação à média anterior e permaneceu cerca do dobro nos meses seguintes a esse evento. Surpreendentemente, a maioria dos outros tipos de discurso de ódio também aumentou, dramaticamente, nessa época, especialmente as expressões homofóbicas (75%), xenófobas (60%), sexistas (50%) e antissemitas (40%).

Esse contexto demonstra o papel do discurso de ódio como um potencial amplificador de sentimentos racistas e de outros preconceitos já existentes. Em diversas situações, as pessoas possuem opiniões tendenciosas e experimentam emoções negativas em relação a determinados grupos externos, contudo essas opiniões e emoções, raramente, são expressas. A presença do discurso de ódio no ambiente de alguém pode funcionar como um indicativo de uma norma que permite aos indivíduos expressarem, publicamente, tais opiniões e emoções negativas, bem como agir de acordo com elas (Bilewicz & Soral, 2020).

A fim de investigar, de modo mais aprofundado, os efeitos do discurso de ódio, Winiewski et al. (2017), em estudo sobre violência verbal contra grupos minoritários, constataram que as pessoas mais expostas ao discurso de ódio não apenas tendem a evitar minorias étnicas em seu ambiente próximo, como mais apoiam o tratamento severo aos imigrantes, incluindo: isolamento de refugiados, fechamento de fronteiras nacionais, recusa de assistência a imigrantes necessitados e uso de métodos de vigilância que violam os direitos humanos.

Assim como no estudo citado acima, diversos outros apontam que há influência significativa do discurso de ódio na maneira como as pessoas percebem e reagem aos grupos minoritários. Essas descobertas revelam que as pessoas que estão mais expostas ao discurso de ódio evitam interações com minorias sociais, apresentam maior aceitação a medidas que violam a integridade física e os direitos humanos desses grupos (Fasoli et al., 2016; Fasoli, et al., 2015; Soral, Bilewicz & Winiewski, 2018; Winiewski et al., 2017).

Dessa forma, ao mesmo tempo em que as redes sociais oferecem oportunidades de conexão e de interação, elas também aumentam o risco de exposição ao discurso de ódio, podendo afetar a percepção e os comportamentos dos indivíduos. Por isso, realizar-se uma revisão de literatura é estratégico para se entender como o fenômeno é abordado nos estudos

científicos, o que permite uma análise mais profunda e melhor compreensão de como abordá-lo empiricamente.

CAPÍTULO 2

REVISÃO SISTEMÁTICA DE ESTUDOS EMPÍRICOS: DISCURSOS DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS

O estudo do discurso de ódio *on-line* mostra-se uma área de pesquisa fundamental, pois o fenômeno não apenas reflete, como reforça hierarquias sociais, baseadas na discriminação, incitando a violência entre grupos na vida *on* e *off-line*. Ainda que sobrevenham avanços, ainda há lacunas teóricas significativas na compreensão desse fenômeno nas redes sociais. Diante disso, neste capítulo, propõe-se a construção de uma revisão sistemática com o objetivo de se analisar como os estudos científicos têm abordado, empiricamente, o discurso de ódio nas redes sociais, assim como identificar as contribuições teóricas e metodológicas trazidas por esses estudos para a investigação do fenômeno. O recorte justifica-se pela intensificação do uso das redes sociais como plataforma para discursos de ódio, com as denúncias atingindo recordes no Brasil em 2022 (Safernet, 2022).

2.1 Método

Para a composição do banco de dados, foram realizadas buscas em duas diferentes bases científicas virtuais: a plataforma *Scopus*, o maior portal de resumos e citações de literatura revisada por pares do mundo e o Portal de Periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), um dos maiores acervos científicos virtuais do Brasil. As coletas foram realizadas em março de 2022, utilizando-se os termos de busca "*hate speech AND social media*" na base internacional e "*hate speech AND social media*" OR (discurso de ódio AND redes sociais) na base nacional. Os filtros utilizados na busca dos artigos foram direcionados para que as publicações fossem as publicadas em português e/ou inglês; revisadas por pares; e possuísem o texto completo disponível na rede mundial de computadores.

Em função da limitação do escopo do estudo, foram estabelecidos três critérios de inclusão: 1) Caracterizar-se como artigo científico que aborda o fenômeno do discurso de ódio nas redes sociais por meio de métodos empíricos de investigação; 2) Estar integralmente disponível em bases de dados científicas com revisão por pares; e 3) Ter sido publicado a partir de 2012. Além disso, foram aplicados cinco critérios de exclusão: 1) Não abordar a

dinâmica do fenômeno de forma empírica; 2) Não conter os termos buscados no título, resumo ou palavras-chave; 3) Não estar no idioma inglês ou português; 4) Constituir material que não seja um artigo científico (por exemplo, teses, capítulos de livro, revisões narrativas ou sistemáticas, cartas ou comentários); e 5) Estudos cujo foco seja a análise do modelo de detecção de dados (ferramenta computacional) e não, o conteúdo do fenômeno investigado.

Como forma de se obter uma maior organização dos dados, os resultados das buscas foram exportados das bases de dados e importados pelo *software State of the Art Through Systematic Review* (StArt). O StArt é uma ferramenta desenvolvida pelo Laboratório de Pesquisa em Engenharia de *Software* (LaPES) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) para dar suporte ao processo de Revisão Sistemática da Literatura. O *software* contempla as três etapas da revisão de literatura: planejamento, execução e sumarização, englobando os processos de filtragem, extração de conteúdo das publicações e algumas análises quantitativas (Munzlinger, et al., 2012).

2..2 Resultados e discussão

A busca inicial nas bases de dados gerou um total de 1524 artigos científicos, sendo a maior parte deles advindos da base *Scopus* (62%, n=955). Na primeira triagem, considerando a existência dos termos buscados, preferencialmente, nos títulos, resumos e palavras-chave de artigo, foram eliminados 1112 trabalhos, 88 deles duplicados por possível equívoco no sistema de busca das bibliotecas virtuais ou por estarem em ambas as plataformas. Portanto, restaram 414 publicações, as quais foram submetidas à análise principal deste estudo, levando em consideração os critérios de inclusão e de exclusão.

Após a triagem a partir dos critérios pré-estabelecidos, o banco final para análise deste estudo foi composto por 55 artigos científicos (Figura 1). Grande parte dos estudos eram da área das ciências da computação e demonstravam os modelos computacionais que detectam discurso de ódio na *internet*, mas não possuíam uma análise mais aprofundada sobre os conteúdos coletados. Dessa forma, o conteúdo foi analisado, quantitativa e descritivamente, de acordo com o ano de publicação, área de conhecimento, tipo do preconceito abordado, métodos de investigação, estratégias de coleta de dados e características da amostra do estudo. Também foi realizada uma análise do conteúdo dos artigos no sentido de identificar os aspectos mais relevantes, o foco das pesquisas, trazendo contribuições para as discussões do discurso de ódio no âmbito das redes sociais (Anexo A).

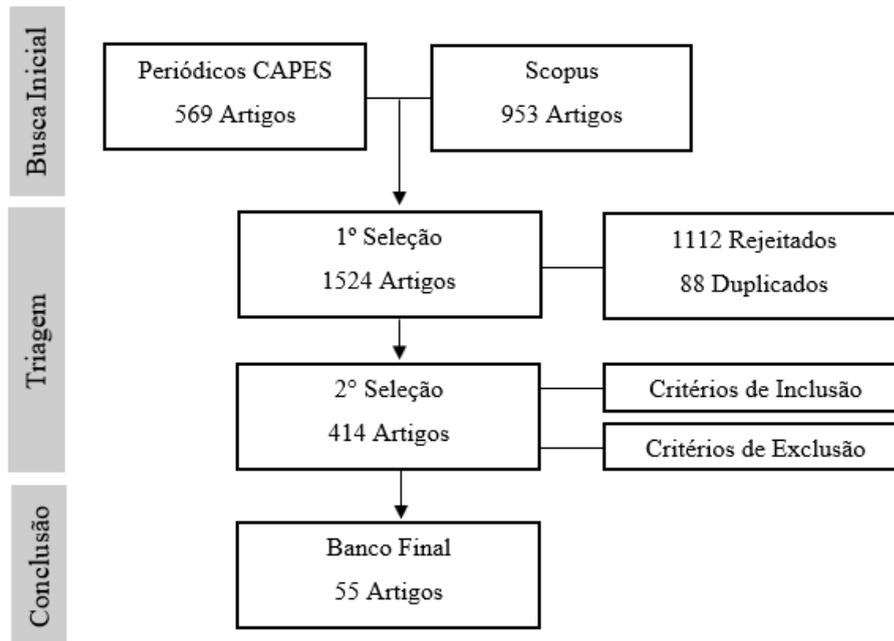


Figura 1. Fluxograma de seleção dos estudos.

A partir da análise do banco de dados construído, foi possível constatar que, mesmo sendo um tema vastamente estudado e amplamente discutido, atualmente, o número de publicações empíricas sobre discurso de ódio nas redes sociais não segue um padrão linear ao longo dos últimos 10 anos pesquisados. Apesar do crescimento pontual das produções científicas, no ano de 2016, apenas, a partir de 2019, houve um aumento significativo e contínuo dos estudos, sendo os anos 2020/2021 os que mais publicaram investigações sobre o discurso de ódio nas redes sociais, concentrando 54,5% (n=30) dos estudos selecionados. Isso ocorreu, possivelmente, por conta do crescimento da importância das redes sociais na dinâmica social, do aumento considerável dos discursos de ódio em contextos políticos (Safernet, 2022), assim como do crescimento de conteúdos odiosos nas redes durante o período da pandemia da Covid-19 (Recuero, 2021) (Figura 2).

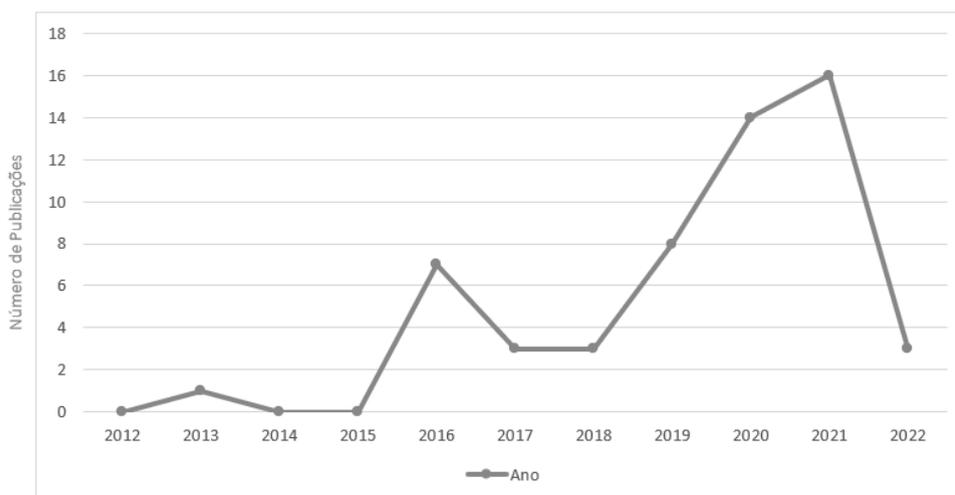


Figura 2. Publicação de artigos sobre discurso de ódio nas redes sociais por ano

A tendência de priorizar a pesquisa sobre discurso de ódio com o passar dos anos é um correlato da crescente cobertura midiática desse fenômeno, sua inequívoca presença nas mídias sociais e na *internet*, em geral, assim como por conta das atuais discussões públicas sobre seus limites com a liberdade de expressão. Os efeitos do discurso de ódio tornaram-se mais evidentes à medida que se testemunha uma série de eventos trágicos e violentos, em todo o mundo, muitos dos quais influenciados ou motivados por discursos de ódio, disseminados *on-line*. Um trágico exemplo é o caso do massacre na *Stoneman Douglas High School*, na Flórida, em 2018. O autor do ataque deixou um rastro de ódio em suas postagens nas redes sociais, onde expressava opiniões racistas, homofóbicas, antissemitas e xenófobas. Durante a investigação, foi constatado que ele frequentava ambientes virtuais extremistas, com conteúdo de ódio *on-line*, que o estimularam a agir, resultando no violento ataque à escola (*Florida school [...]*, 2018).

Embora a discriminação contra minorias ocorra em todo o mundo e seja compartilhada por todas as redes, os estudos sobre discurso de ódio nas mídias sociais permanecem mais proeminentes em alguns contextos específicos. Em termos de parâmetros geográficos, os dados demonstram que a Europa foi a região que mais produziu estudos empíricos sobre a temática, com 41,8% de todos os estudos ($n = 23$), especialmente o Reino Unido ($n = 8$). A Ásia é a segunda região com maior produção (21,8%, $n = 12$); já no continente americano (20%, $n = 11$), mais da metade dos estudos foi realizada nos Estados Unidos ($n = 6$), seguido pelas produções científicas do Brasil ($n = 5$) (Figura 3).

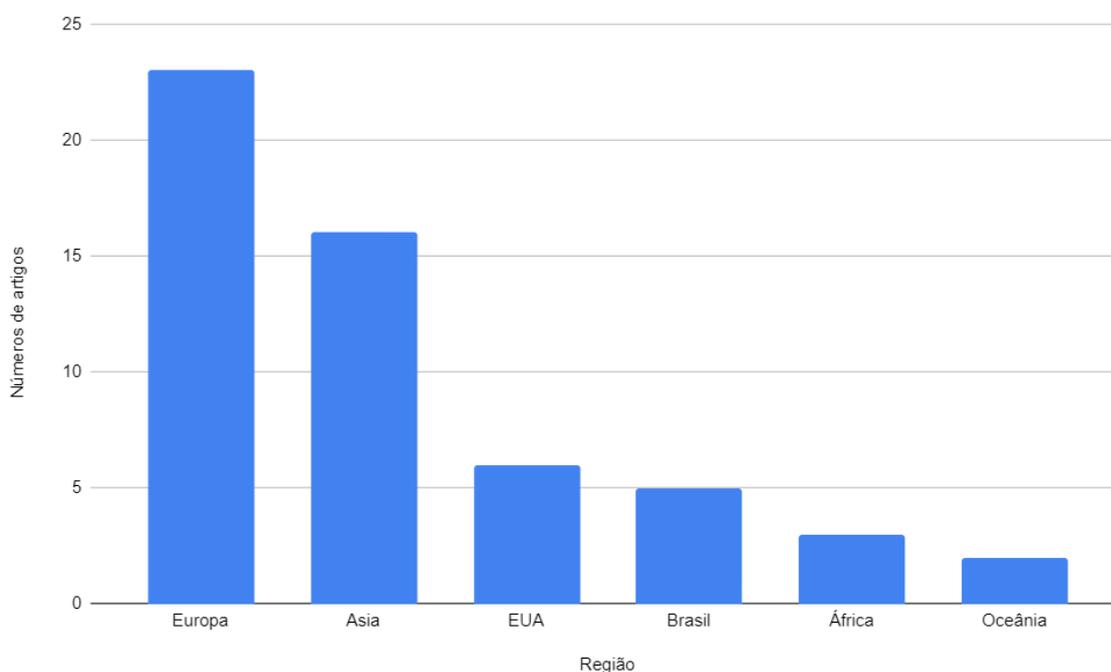


Figura 3. Números de estudo, examinando diferentes regiões geográficas

Os resultados demonstram que a concentração de estudos por região converge com o aumento dos discursos de ódio nas redes no período referente à publicação dos artigos. Um vasto estudo realizado pela *Ditch the Label*, uma instituição de combate ao *bullying* cibernético, analisou milhões de dados para entender como o discurso de ódio evoluiu *on-line*, entre 2019 e 2021, e demonstrou que, durante esse período, houve um aumento de 28% no discurso de ódio racista e baseado em etnia no Reino Unido e nos EUA.

A Pandemia, por exemplo, desencadeou um aumento significativo no discurso de ódio anti-asiático, com um crescimento de 2770% em 2020 em comparação ao ano de 2019. Incidentes de violência, ameaças e ataques direcionados a asiáticos, a asiático-americanos e a asiáticos britânicos aumentaram durante o verão de 2020, trazendo à tona o movimento *#StopAsianHate* (Ditch the Label, 2021). Esses dados ilustram a rapidez com que o discurso de ódio nas mídias sociais pode-se proliferar e afetar, de modo diferente, cada região.

Os resultados indicam que o estudo dos discursos de ódio não é uma tarefa simples, principalmente por este tipo de discurso assumir diversas formas de expressões, situação que traz maiores desafios a esta empreitada, necessitando de múltiplos olhares para se compreender o fenômeno em suas diversas facetas. Tendo isso em vista, dentro desta análise, os estudos dividiram-se em seis grandes áreas de conhecimento, sendo as áreas de Comunicação (23,6%, n= 13), Ciências Sociais (20%, n=11) e Ciências da

Informação/Computacional (18,1%, n= 10) as que mais concentraram estudos respectivamente. A área das Ciências Jurídicas também trouxe bastante contribuições (16,3% n= 9), sendo seguida pelas das Ciências Políticas (12,7% n=7) e da Ciências Humanas (9% n=5).

A análise da produção acadêmica, a partir de suas áreas de conhecimento, demonstra as possibilidades de compreensão sobre o discurso de ódio nas redes, revelando, desse modo, também, a importância da interdisciplinaridade e da transversalidade entre diversas áreas do conhecimento, além da necessidade de se considerar todo o espectro do discurso de ódio. Espectro esse, desde seu modo de expressão, que está em constante evolução, com linguagens cifradas, símbolos e eufemismos que escapam facilmente dos mecanismos tradicionais de detecção, até o tipo de preconceito que é exposto (racismo, xenofobia, intolerância religiosa, discriminação sexual e de gênero etc.) para que se possa compreender as múltiplas expressões deste tipo de violência.

Nesse sentido, as pesquisas empíricas, em ambientes específicos, delimitando o contexto e o objeto de estudo, têm-se mostrado eficazes na compreensão do discurso de ódio. Entretanto, ainda é necessário um melhor alinhamento teórico entre as diversas áreas do conhecimento para o desenvolvimento de um olhar mais holístico do fenômeno. Para isso, é fundamental adotar-se uma abordagem interdisciplinar, que integre aspectos sociais, políticos, psicológicos, jurídicos, linguísticos e retóricos, possibilitando uma compreensão mais aprofundada dos elementos que sustentam a discriminação sistemática de determinados grupos sociais.

Embora o discurso de ódio possa se apresentar de diferentes formas e com diversas intensidades, uma característica comum observada é que, em muitos estudos, ele não se limitou a uma única identidade de grupo, demonstrando uma tendência a uma interseção entre diferentes preconceitos. Nesse sentido, a maior parte dos estudos abordavam uma análise mais ampla do discurso de ódio, englobando diversos tipos de discriminação (Figura 4).

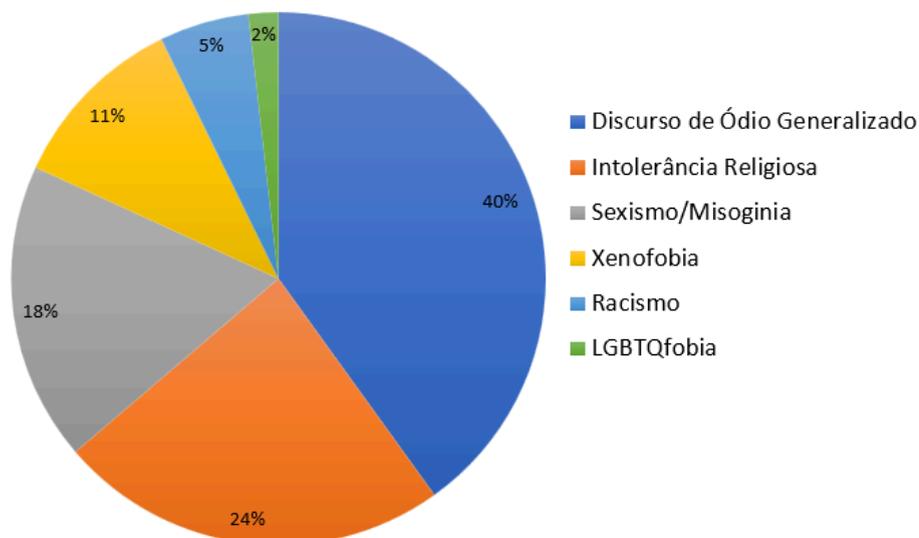


Figura 4. Tipos de discurso de ódios (preconceitos) analisados pelos estudos

Entre os estudos, 40% (n = 22) propuseram-se a compreender, de forma mais exploratória, quais tipos de discursos de ódio surgem em determinadas temáticas *on-line*, tais como mídias jornalísticas (Meza, et al., 2019; Silva & Silva, 2021); informações sobre a Covid-19 (Alshalan et al, 2020; Bajari, et al., 2021); política e eleições (Ajani, et al, 2021; Akhdani & Vera, 2021; Siegel, et al, 2019; Wekesa, 2019); entre estudantes universitários (Serhan & Elareshi, 2020) ou mesmo torcidas de futebol (Khosla, *et al*, 2019).

Trata-se de resultado já esperado diante da complexidade do fenômeno, uma vez que suas múltiplas camadas de discriminação podem dificultar a definição de um único recorte de violência, pois à medida que os indivíduos pertencem a diversos grupos e identidades, as manifestações de ódio tendem a se sobrepôr. Tem-se como exemplo disso a islamofobia, que possui motivações tanto religiosas, quanto políticas. O preconceito contra os muçulmanos não se limita a sua condição de religião e também envolve a percepção de que a migração de muçulmanos representa uma ameaça à segurança nacional em muitos países europeus (Awan, 2016). Já um estudo realizado na República Tcheca categorizou comentários odiosos *on-line* contra o Islã, cujos alvos incluíam não apenas muçulmanos, mas também imigrantes, refugiados, governos, elites políticas e pessoas que apoiavam esses grupos, contexto que ilustra o alcance das mensagens e como elas podem atingir múltiplos alvos (Hanzelka & Schmidt, 2017).

Toda essa atmosfera reflete-se, diretamente, na produção de estudos sobre intolerância religiosa, que é o tipo de violência mais pesquisado nesta revisão (23,6%, n = 13), com

destaque para a islamofobia, presente em todos os estudos analisados. A islamofobia é definida como o uso de linguagem hostil e sectária para incitar o ódio e a violência contra indivíduos com base em sua filiação religiosa (Awan, 2016). Há um consenso entre os estudos de que os muçulmanos são, frequentemente, retratados como um grupo homogêneo, associado a conflitos, à violência e ao extremismo, de tal forma que se reforçam estereótipos e preconceitos históricos contra essa comunidade. (Aguilera-Carnerero & Azeez, 2016; Maia & Paixão, 2020; Poole et al., 2020; Soral et al., 2020; Vidgen et al., 2021).

Os danos causados pelo discurso de ódio nas plataformas *on-line* são bastante concretos. A hostilidade contra muçulmanos manifesta-se por meio de assédio, da incitação e de ameaças de violência que podem transbordar para o mundo *off-line*. As vítimas, com frequência, desenvolvem medo de que essas ameaças virtuais se concretizem. A conexão real entre os crimes de ódio *on-line* e *off-line* contra muçulmanos têm levado algumas vítimas a se afastarem das redes sociais, considerando essa retirada como a única forma de se proteger das ameaças (Burnap et al., 2019; Wiedlitzka, 2021).

O segundo tipo de discurso odioso mais estudado foi a violência de gênero, em específico, o sexismo e a misoginia, com um total de 18% (n=10). De fato, as redes sociais são o principal meio de assédio *on-line* com base no gênero (Chetty & Alathur, 2018). Com o avanço das discussões sobre igualdade de gênero e feminismo na sociedade, este espaço torna-se um meio utilizado por determinados grupos para afligir medo, insegurança e hostilidade para as mulheres dentro e fora das redes.

Os dados demonstram que as mulheres estão mais sujeitas a serem alvos de discursos de ódio por diferentes motivos, como pela sua aparência física (Ghaffari, 2020) e por questões de moralidade (Wilhelm & Joeckel, 2016). Sabe-se, contudo, que não se restringe a isso; até mesmo uma maior exposição pública aumenta o risco. Em um estudo realizado na Espanha, foram analisadas conversas do *Twitter* em torno de cinquenta mulheres de alto *status on-line* e *off-line* em diferentes áreas profissionais: ciência, comunicação, cultura, esportes, negócios e política. Foi comprovado que mulheres com maior visibilidade e influência social, como as que atuam na comunicação ou na política, são mais frequentemente alvo dessa violência (Piñeiro-Otero & Martínez-Rolán, 2021). Um resultado similar a esse também foi encontrado em mulheres inseridas na política no Japão (Fuchs & Schafer, 2020).

Infelizmente, as mulheres no ambiente político são, particularmente, mais suscetíveis a ataques virtuais e as pesquisas indicam que essa vulnerabilidade é ampliada pela interseção com a raça, tornando-as alvos, ainda mais frequentes, de violência *on-line*. Um mapeamento

conduzido pelo Instituto Marielle Franco³, com foco em casos de violência política, demonstrou que, em 2020, a violência virtual foi a principal forma de ataque relatada pela maioria das mulheres negras candidatas a cargos eletivos, totalizando 78% dos casos. Dos ataques sofridos nas redes, mais de 20% continham conteúdo misógino e 18%, conteúdo racista. Verificou-se, inclusive, que as mulheres foram ofendidas e humilhadas em decorrência da sua atividade política nas eleições.

Isso demonstra que o discurso de ódio nas redes sociais tem um grande potencial para moldar a opinião pública, formando verdadeiras redes de ataque direcionadas a mulheres em posições de destaque. Esse tipo de assédio afeta não apenas a vida pessoal dessas mulheres, mas também suas carreiras profissionais, podendo inibir suas manifestações públicas e atitudes, devido às hostilidades constantes que enfrentam (Simons, 2015).

Como comentado anteriormente, a intolerância religiosa tem uma ligação muito próxima com a xenofobia. Nos últimos anos, devido ao aumento do número de imigrantes e refugiados de países que sofreram guerras civis e outras fatalidades, também houve o crescimento da intolerância para com os grupos estrangeiros, motivado pelas diferenças culturais e sociais, com destaque aos inúmeros casos de intolerância social, racial e religiosa (Filibeli & Ertuna, 2021; Arcila-Calderón et al, 2020). Nesse sentido, os estudos acadêmicos, principalmente na Europa, refletem esse momento e têm ampliado a discussão sobre como esses grupos estão sendo vistos. Assim, 11% (n=6) dos trabalhos analisados tratavam, especificamente, de expressões de xenofobia nas redes sociais. Cabe destacar que grande parte desses estudos traz uma relação direta entre grupos de extrema direita e os discursos de ódio contra imigrantes e refugiados.

Um dos estudos que se propôs a caracterizar o discurso de ódio contra imigrantes na Espanha em torno do surgimento do partido de extrema-direita “Vox” teve esse foco. Ao se analisar 240.000 *tweets*, relacionados ao partido, encontraram-se conteúdos hostis que mencionavam o controle da imigração ilegal, as consequências da imigração ilegal e como a Espanha tornou-se ponto de chegada de imigrantes africanos e terrorismo islâmico. Também foi constatado que a linguagem relacionada aos imigrantes foi, sobretudo, chula, contendo informações falsas, ironia, expressões de humilhação/desprezo, ameaças físicas e psicológicas, além de incitamento à violência *off-line* (Calderón et al., 2020).

Os estudos acima analisados demonstram que, apesar da extrema direita abarcar um leque cada vez mais amplo de ideologias, um ponto comum a todo esse lado do espectro é o

³ Violência pública contra mulheres negras. Acessado em: <https://www.violenciapolitica.org/baixe-a-pesquisa>

apelo a uma suposta identidade nacional, ao nacionalismo e à xenofobia, não apenas na Europa (Ben-David & Matamoros-Fernandez, 2016; Caiani et al., 2021; Vidgen, et al., 2021), como no Japão (Yamaguchi, 2013) e no Brasil (Silva et al., 2021).

Observando-se outros tipos de expressão de ódio que foram investigadas, pôde se perceber que, apesar do discurso racista ter uma grande difusão nas mídias sociais, através de táticas veladas, como o uso de memes ou a utilização de identidades falsas para incitar o ódio racista (Matamoros-Fernández & Farkas, 2020), nesta revisão, apenas 5% (n=3) das pesquisas tratavam, exclusivamente, sobre o racismo. Uma delas, uma análise de comentários do *Twitter* à luz da primeira emenda da Constituição Federal dos EUA, que trata da liberdade de expressão, tendo como resultado e destaque a amplitude de interpretação da lei e a possibilidade de discursos de ódio serem compreendidos como opinião individual. O restante dos estudos trata de expressões discriminatórias, direcionadas aos ciganos na Europa, com termos e categorias discriminatórias associados àquela etnia no Reino Unido (Thompson & Woodger, 2020) e na Eslováquia (Miskolci et al., 2018).

Cabe ressaltar que o racismo, juntamente com a islamofobia, foi um dos principais elementos analisados em um estudo amplo que utilizou geolocalização para associar ameaças *on-line* a crimes de ódio *off-line* (Burnap et al., 2019). Mesmo com o número reduzido de estudos com o racismo em foco, conteúdos racistas ainda são um dos mais expressos em pesquisas de análises mais amplas. (Mondal, et al., 2017; Silva, et al., 2016; Trujillo et al., 2020).

Estudiosos do racismo nas redes apontam que, embora haja muitas evidências que comprovem a presença do racismo online, é necessário que os trabalhos acadêmicos vão além da análise de expressões racistas nesses espaços. É importante investigar a natureza estrutural do racismo, ou seja, como a questão racial está embutida no design das plataformas virtuais e nas suas dinâmicas, tanto relacionais quanto algorítmicas. Muitas vezes, a discriminação se expressa de forma sutil, por meio de códigos, eufemismos ou discursos indiretos. Esses aspectos tornam sua detecção mais difícil, especialmente se o contexto social, político e estrutural da comunicação não for levado em conta (Matamoros-Fernández & Farkas, 2021).

Importante destacar que apenas um estudo tratava dos discursos de ódio, direcionados à população LGBTQ. O estudo analisou 1.784 comentários em notícias postadas em canais jornalísticos brasileiros, que tinham relação com o universo LGBTQ. Os resultados trouxeram categorias dos discursos hostis apresentados, como a vitimização, a patologização e o repúdio pelas atitudes das pessoas LGBT. Em suma, as categorias descritas utilizam-se de fatores

distintos para desvalorizar e condenar as práticas homossexuais e uma série de conteúdos foram classificados como discursos de ódio. Comentários como “nojo”, “que horror”, “credo” ou figuras representando vômito foram frequentemente utilizadas (Silva & Silva, 2021).

No entanto, a ausência de estudos sobre esse tipo de violência isoladamente não significa que o crime de ódio na *internet* não exista: 5347 denúncias foram recebidas pela ONG Safernet, em 2021. Tais acusações referiam-se a 3479 páginas de *internet* com conteúdo LGBTfóbicos, das quais 2300 foram removidas da rede. O que demonstra, mais uma vez, a associação da política com a violência nas redes. No estudo “Violência contra LGBTs+ no contexto eleitoral e pós-eleitoral” de 2019⁴, 31% dos entrevistados referiram ter medo ou receio de expor opinião política nas redes sociais por ser LGBTQ+. Para aqueles que relataram ter sofrido perseguição, ameaça ou agressões nas redes sociais pela orientação sexual ou identidade de gênero durante o período eleitoral e pós-eleitoral, tal percentual aumentou para 36%.

Os dados, antes referidos, demonstram não apenas a existência da LGBTfobia nas redes, mas um processo maior de naturalização dos discursos de ódio e expressões preconceituosas e discriminatórias direcionados a minorias políticas, nesses contextos, sendo tratados meramente como defesa de uma pretensa liberdade de expressão ou justificativas de opinião.

Retomando às questões de cunho metodológico, é interessante salientar-se que as abordagens qualitativas e quantitativas estão igualmente representadas na amostra de textos recuperados. Tanto os métodos qualitativos, como os quantitativos são utilizados em 38,1% (n = 21) dos estudos; enquanto 23,6% (n=13) contam com abordagens de métodos mistos, unindo os dois métodos. Essa integração permite que os pesquisadores utilizem as informações de cunho quantitativo como medidas e frequências, mas também promovam uma maior análise dos significados subjacentes às expressões de ódio.

Em todo o *corpus*, encontrou-se um grande uso de métodos de análises, baseadas em texto (45,5% n=25), o que é uma tendência nos estudos dos discursos de ódio. Foram também utilizadas análises de sentimentos (Miro-Linares & Rodriguez-Sala, 2016; (Bajari, et al., 2021) e análises jurídicas (como no caso da Constituição dos EUA) (Martins, 2019; Hassett-Walker, 2022). Cabe ressaltar que poucos estudos utilizaram teorias baseadas na Psicologia para analisar o fenômeno do ódio nas redes sociais. Essas pesquisas valeram-se da

⁴ Violência contra LGBTs+ no contexto eleitoral e pós-eleitoral. Acessado em: <https://new.safernet.org.br/content/safernet-aponta-que-discurso-de-odio-cresceu-nas-duas-ultimas-eleicoes>

Psicolinguística como arcabouço teórico (Matulewska, et al., 2020; ElSherief et al, 2018), da Fenomenologia (Wekesa, 2019), da Psicologia Discursiva (Burke, et al., 2020) e da Teoria da Identidade social (Chekol, et al., 2021) para analisar os dados e interpretar o fenômeno, levando em considerações nuances psicológicas.

A relativa ausência de análises, a partir dos conhecimentos psicológicos em articulação com outras áreas de conhecimento, pode reduzir a capacidade dos estudos de compreender os elementos envolvidos na dinâmica do discurso de ódio nas redes sociais, tanto por parte do perpetrador, quanto da vítima. Isso resulta em uma compreensão superficial dos fatores psicossociais envolvidos, como as identidades sociais, que são reforçadas, e os mecanismos de influência grupais, que surgem nos ambientes virtuais. Esses elementos são essenciais para se entender como as redes sociais moldam o comportamento e as atitudes dos indivíduos, influenciando as interações intergrupais e a perpetuação do preconceito e do ódio *on-line*.

Nos estudos quantitativos, a análise de conteúdo é, frequentemente, realizada, de forma automatizada, após a coleta dos dados, situação que gera perdas significativas de interpretação que poderiam ser base para uma maior compreensão do discurso de ódio. Contudo, esses métodos oferecem possibilidades valiosas, como a correlação entre crimes de ódio *off-line* e discursos de ódio *on-line* com eventos significativos do mundo real, utilizando bancos de dados oficiais de crimes de ódio e relacionando-os com a localização geográfica das mensagens publicadas (Burnap et al., 2019). Além disso, os métodos quantitativos permitem compreender a aceitação social de migrantes e refugiados com base nos locais de socialização (Arcila-Calderón et al., 2020), além de associar, temporalmente, o ódio anti-islâmico *on-line* com incidentes de ódio *off-line* (Wiedlitzka, 2021).

No que diz respeito aos métodos mistos, a maioria combinou um método de análise quantitativa, a partir da modelagem de tópicos e filtros, com o uso de dicionários especializados que continham múltiplas formas dos termos usados para se referir aos objetivos de discurso de ódio que estão investigando (Awan, 2016; Aguilera-Carnerero & Azeez, 2016; Fuchs & Schafer, 2020; Bajari, et al., 2021). Esse tipo de abordagem mostra-se mais robusta, frente às particularidades dos discursos de ódio nas redes sociais, pois coleta dados, de forma automatizada, por meio de algoritmos e os complementa com análises de conteúdo. Dessa forma, permitem ter uma visão mais completa do fenômeno, reduzindo potenciais equívocos nos resultados e possibilitando uma compreensão mais próxima do objeto de estudo.

Ao se observar quais as plataformas sociais que foram utilizadas nas pesquisas selecionadas, o *Twitter* é a plataforma que mais concentrou estudos (45,4% n=25), seguido pelo *Facebook* (36,3%, n = 20) e pelo *YouTube* (7,2%, n = 4). Ainda houve estudos em plataformas não tão populares, como o *Bitchute* (Trujillo et al., 2020) e *Whisper* (Mondal et al., 2017; Silva, et al, 2016); e em aplicativos de mensagens instantâneas como *WhatsApp* (Wekesa, 2019) e o *Telegram* (Walther & McCoy, 2021).

O maior uso do *Twitter* para obtenção dos dados, provavelmente, está ligado à relativa facilidade de acesso através das APIs (*Application Programming Interface*) da plataforma, um conjunto de normas que possibilita a comunicação e a extração de dados, ou seja, que possibilita acesso aos dados públicos do *Twitter*, aqueles que os próprios usuários decidiram compartilhar. Contudo, esse cenário aponta para uma questão fundamental para se compreender o discurso de ódio nas mídias sociais, a necessária análise multiplataforma, uma vez que, além da tendência de grupos propagadores de discursos de ódio e extremistas direcionarem a comunicação virtual para plataformas com menos restrições, cada plataforma desenvolve características próprias, tanto de público, quanto de linguagem (Winter, 2020).

A forma de coleta de dados também teve forte influência de métodos computacionais: 52,7% (n=29) dos estudos utilizaram a mineração de dados para coletar o material a ser analisado; em seguida, veio o uso de questionários (18,7% n=10), utilizado tanto como forma principal de coleta (Barnidge et al, 2019; Iftikhar & Siddiqui, 2016; Serhan & Elareshi, 2020), quanto complementar (Abid, Shami & Ashfaq, 2021; Bajari, Koswara, & Erlandia, 2021); assim como também houve estudos que procederam a coleta de forma “manual” (16,3% n=9), ou seja, selecionando, de forma direta, o conteúdo a ser investigado nas redes sociais (Burke, et al., 2020; Chekol, et al., 2021; Silva & Silva, 2021; Trajkova & Neshkovska, 2018).

Outros estudos utilizaram dados de situações jurídicas específicas (Hassett-Walker, 2022; Maia & Paixão, 2020), como por exemplo, o estudo que analisa um caso de primeira instância, relativo a um comentário publicado no *Twitter* que contém discurso de ódio contra nordestinos (Martins, 2019). Finalmente, observando-se as características da amostra de dados, dois tipos de técnicas de delimitação da amostra foram os mais utilizados: coleta de dados a partir de perfis específicos ou através de termos ou palavras específicas. O primeiro, selecionou manualmente as páginas ou perfis em redes sociais que pretendiam analisar o conteúdo, como os perfis de políticos (Fuchs & Schafer, 2020; Siegel et al, 2019; Silva, Francisco & Sampaio, 2021), *influencers* (Ghaffari, 2020; Piñeiro-Otero & Martínez-Rolán,

2021), páginas de veiculação de notícias (Meza, et al., 2019; Silva & Silva, 2021) e representantes da extrema direita (Ben-David & Matamoros-Fernandez, 2016).

A coleta por termos ou palavras parte do mesmo princípio, ou seja, são selecionados termos afins do tipo de violência que se deseja analisar como termos islamofóbicos (Aguilera-Carnerero & Azeez, 2016), termos ligados à extrema direita (Calderón, Vega & Herrero, 2020), frases relacionadas à Covid (Bajari, et al., 2021) e termos ligadas a culturas específicas, como os ciganos (Miskolci et al., 2018). Os dados demonstram que, na realização de um estudo sobre discurso de ódio em redes sociais, é de extrema importância se compreender, inicialmente, os termos ou conteúdos que são considerados desencadeadores do discurso. Essa definição é fundamental para se estabelecer critérios consistentes na identificação e na análise do discurso de ódio nas plataformas *on-line*, sem se ficar sujeito às identificações automatizadas equivocadas.

Dessa forma, é possível delimitar o escopo do estudo e se fornecer uma base sólida para a coleta e à análise dos dados. Logo, evita-se ambiguidades e garante-se que os pesquisadores estejam focados em identificar expressões específicas (verbais ou não) que se enquadrem no conceito.

Outro ponto importante refere-se ao contexto no qual o estudo vai se dar, uma vez que, à proporção que os discursos de ódio são moldados por tensões sociais, polarizações políticas e eventos globais, compreender-se o contexto sociopolítico e os eventos que atuam como desencadeadores, torna-se essencial para uma análise mais precisa dos elementos que compõem a prática discriminatória. Como o ataque contra o jornal *Charlie Hebdo* em Paris em 2015. Evento que gerou uma importante reação do público nas redes sociais. Em um estudo, nos dias após o ataque, foi coletada uma amostra de mais de 255.000 *tweets* com as *hashtags* relacionadas ao evento, demonstrando expressões de ódio, diretamente relacionadas ao fenômeno do mundo *off-line*. Os resultados retro demonstram que eventos sociais dessa magnitude são seguidos por comunicações que atestam um aumento considerável de discurso de ódio (Miro-Linares & Rodriguez-Sala, 2016). Por isso, um maior entendimento sobre o contexto, permite uma melhor delimitação do campo de análise e compreensão das dinâmicas de discriminação nesses contextos.

Considerações Finais

Essa revisão de literatura propôs-se a analisar como os estudos científicos têm abordado, empiricamente, o discurso de ódio nas redes sociais, assim como identificar as contribuições teóricas e metodológicas trazidas por esses estudos para a investigação do fenômeno. A partir da análise do banco de dados, pôde ser observada uma tendência de os estudos apresentarem interseções entre os diferentes preconceitos, assim a maior parte deles procederam a uma análise mais ampla do discurso de ódio, englobando diversos tipos de discriminação. Contudo, há uma atenção significativa para os preconceitos contra imigrantes e muçulmanos, especialmente no contexto político atual na Europa, com o aumento das ondas de imigração e a ascensão da extrema direita.

A análise dos estudos demonstrou que a expressão e o impacto do discurso de ódio variam, de forma significativa, dependendo de uma série de fatores. Esses fatores incluem o grupo ou a pessoa envolvida, o conteúdo da mensagem, a localização geográfica e o contexto em que a violência ocorre. Nesse sentido, os trabalhos indicaram uma diversidade de abordagens teóricas utilizadas, demonstrando a complexidade e a multidimensionalidade do fenômeno, assim como a importância de articulações entre elas para aumentar o alcance compreensivo. Embora a Psicologia ainda careça de um número significativo de estudos específicos sobre o tema, é evidente que diferentes disciplinas têm contribuído para a compreensão desse fenômeno em constante evolução.

No que diz respeito à metodologia, a análise da literatura revela um equilíbrio entre o uso de métodos quantitativos e qualitativos. No entanto, os estudos que empregam métodos mistos têm-se destacado, permitindo uma abordagem mais abrangente e aprofundada na compreensão do discurso de ódio nas redes sociais. Além disso, foi identificada a importância de uma combinação de métodos computacionais de detecção de discurso de ódio, juntamente com métodos manuais de avaliação e de análise de dados. Essa abordagem híbrida permite uma maior precisão e uma compreensão mais contextualizada do fenômeno.

Em síntese, a revisão de literatura destaca a riqueza e a diversidade dos estudos sobre o discurso de ódio nas redes sociais, apontando para a necessidade contínua de pesquisas empíricas, como o fito de aprofundar o conhecimento nessa área, através de abordagens teóricas variadas, uma combinação adequada de métodos de coleta de dados e um foco atento às formas específicas de discurso de ódio, além de uma compreensão aprofundada que se deve considerar os fatores culturais, sociais e políticos que moldam essas práticas discriminatórias

para uma análise mais assertiva do fenômeno discriminatório que se apresenta. Dessa forma, é possível se avançar no estudo desse fenômeno complexo e se desenvolver estratégias eficazes de prevenção e intervenção. É essencial continuar explorando esse campo de pesquisa, considerando as implicações sociais, políticas e psicológicas do discurso de ódio nas redes sociais, principalmente diante do crescimento alarmante desse tipo de expressão no mundo.

Dessa forma, o próximo capítulo avança na análise desse discurso em um contexto específico e sensível: a violência e a discriminação institucionalizadas contra a população negra no Brasil, como a exploração de como o discurso de ódio contribui para legitimar a exclusão e justificar práticas repressivas.

SEÇÃO II – ESTUDOS EMPÍRICOS

CAPÍTULO 3

DISCURSO DE ÓDIO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ÓDIO CONTRA A POPULAÇÃO POBRE E NEGRA⁵

Este capítulo explora como o discurso de ódio é utilizado para institucionalizar a discriminação e legitimar a violência contra a população negra, especialmente em contextos de vulnerabilidade, como as favelas, onde vivem 8,1% da população do Brasil, sendo 73% dos moradores pessoas negras (IBGE, 2022). Inicialmente, é discutido o papel do discurso de ódio na perpetuação da violência, destacando as associações entre racismo estrutural e a criminalização de pessoas negras no Brasil. Em seguida, são analisados os mecanismos de radicalização e a formação de grupos em ambientes virtuais, mostrando como retóricas de exclusão contribuem para a reprodução de conflitos sociais e a construção de identidades grupais. O capítulo também aborda a relação entre o discurso de ódio e a violência policial, evidenciando como a incitação virtual se reflete em práticas repressivas no "mundo real". Por fim, é apresentado o estudo que se propôs a analisar o discurso de ódio no até então *Twitter* ("X"), relacionado à ação policial no Jacarezinho em maio de 2021. Por fim, é apresentado o estudo que se propôs a analisar o discurso de ódio no "X" (antigo Twitter) relacionado à ação policial no Jacarezinho, em maio de 2021, buscando entender a forma como os comentários são estruturados e como se expressam suas estratégias discursivas. Para coleta de dados, foram considerados os conteúdos relacionados às hashtags com conteúdo odioso e/ou de apoio à violência por parte da corporação policial.

3.1 O ódio como norma: O discurso e a violência contra minorias sociais

O julgamento de Adolf Eichmann, chefe da Seção de Assuntos Judeus no Departamento de Segurança de Hitler e responsável por coordenar a perseguição, o sequestro e a deportação de milhares de judeus destinados aos campos de concentração, foi analisado por Hannah Arendt (1963/2013) em seu livro "*Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal*". O livro levanta questões profundas sobre a natureza da maldade e da responsabilidade individual em regimes totalitários. A partir do seu conceito de "banalidade

⁵ Este capítulo foi publicado como parte do livro *Pesquisas em Psicologia, Saúde e Sociedade* sob o título "Discurso de ódio, redes sociais e violência policial: o caso da chacina do Jacarezinho" (Souza, et al., 2023).

do mal", a autora destaca que o réu não era movido por ódio, mas, por mera aceitação das normas do regime. Como pode ser observado neste trecho da obra:

"[...] A acusação deixava implícito que ele não só agira conscientemente, coisa que ele não negava, como também agira por motivos baixos e plenamente consciente da natureza criminoso de seus feitos. Quanto aos motivos baixos, ele tinha certeza absoluta de que, no fundo de seu coração, não era aquilo que chamava de *innerer Schweinehund*, um bastardo imundo; e quanto à sua consciência, ele se lembrava perfeitamente de que só ficava com a consciência pesada quando não fazia aquilo que lhe ordenavam — embarcar milhões de homens, mulheres e crianças para a morte, com grande aplicação e o mais metucioso cuidado. [...] Por trás da comédia dos peritos da alma estava o duro fato de que não se tratava, evidentemente, de um caso de sanidade moral e muito menos de sanidade legal. Pior ainda, seu caso evidentemente não era de um ódio insano aos judeus, de um fanático anti-semitismo ou de doutrinação de um ou outro tipo. 'Pessoalmente', ele não tinha nada contra os judeus; ao contrário, ele tinha 'razões pessoais' para não ir contra os judeus" (Pag. 441 e 442)

De acordo com Arendt (2013), Eichmann não compreendia a “realidade” do genocídio do qual fez parte, pois a violência não se caracteriza como uma violação dos direitos humanos, entretanto, como o cumprimento de uma obrigação imposta pelo regime, o que lhe proporcionava uma percepção diferente de “realidade”. Esta percepção foi facilitada pela linguagem utilizada pelos nazistas, os quais mascaravam o verdadeiro significado de suas ações. O testemunho de Eichmann era composto por uma linguagem codificada para descrever suas ações, durante o Holocausto, e onde termos como "solução final", "evacuação" e "tratamento especial" eram eufemismos usados para esconder o verdadeiro significado de genocídio. Arendt (2013) argumenta que essa linguagem permitia aos oficiais nazistas desumanizar suas vítimas e executar suas tarefas sem sentir culpa ou responsabilidade pessoal.

A relação entre a linguagem codificada do regime nazista e a estrutura social que normalizava a violência contra os judeus são fatores centrais em como os oficiais envolvidos no genocídio conseguiam enxergar suas ações apenas como se parte de seu trabalho (Arendt, 2013). O fenômeno da banalização do mal pode ser relacionado à realidade brasileira, especialmente no que diz respeito à violência estrutural direcionada às pessoas negras nas favelas. De acordo com o relatório Chacinas Policiais, produzido pelo Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI/UFF), entre 2007 e 2021 foram realizadas 17.929 operações policiais em favelas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Dessas, 593 resultaram em chacinas, com um total de 2.374 mortos, o que representa 41% do total de óbitos registrados em operações policiais nesse período.

Historicamente, a mídia tem desempenhado um papel crucial ao destacar operações policiais sob a justificativa da "guerra às drogas", apresentando-as como ações indispensáveis

no combate ao crime. Ao mesmo tempo, frequentemente minimiza ou ignora os abusos cometidos pelas forças de segurança nesses territórios, contribuindo para a legitimação da violência policial. Quando esse enfoque se soma à ausência de políticas públicas que garantam os direitos humanos e ao apoio popular a leis mais punitivistas, cria-se um ambiente que normaliza e intensifica as abordagens violentas pelas forças de segurança (Macedo e Sinhoretto, 2019).

Nos últimos anos, com o crescente uso político do discurso de ódio (Siegel et al., 2021) e com o alto índice de propagação desses discursos nas redes sociais (Auti et al., 2022), não é difícil encontrar conteúdos e comentários que incentivam a violência contra a favela. No Brasil, discursos populistas, amplamente disseminados como estratégia política nas redes sociais, têm explorado o medo e a insegurança da população para moldar a percepção pública, promovendo práticas violentas como soluções para questões de segurança pública (Mercuri & Lima-Lopes, 2020). Nesses ambientes virtuais, a eficácia das políticas de direitos humanos é frequentemente questionada, enquanto a desumanização de membros de minorias sociais emerge como um elemento central dessa estratégia. Esse contexto serve para justificar práticas de extermínio por parte das forças de segurança, exacerbando a associação histórica entre raça, pobreza e criminalidade (FBSP, 2020; Macedo & Sinhoretto, 2019; Vascon, 2018).

O atual panorama brasileiro revela essa estreita ligação: o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023) enfatiza uma pessoa negra enfrenta maior risco de ser morta, de forma violenta, em comparação aos não-negros. Em 2022, 76,5% das vítimas de homicídio eram negras e esse percentual aumentou para 83,1%, quando o autor do homicídio é um policial. As vítimas de intervenções policiais são, predominantemente, do sexo masculino (91,4%) e jovens de até 29 anos (60%). Além disso, 68,2% das pessoas encarceradas são negras.

Esses dados destacam a maior vulnerabilidade da população negra ao encarceramento, à criminalidade e à letalidade policial. Porém, o que sustenta essas práticas violentas por parte do Estado? Por um lado, a Polícia opera como uma instituição rigidamente hierarquizada, onde as normas limitam a autonomia e a reflexão crítica dos agentes, facilitando a execução de ações violentas sem questionamento interno (Souza, 2013). Por outro, o fortalecimento de um discurso punitivista, direcionado a negros e aos pobres, legitima a atuação truculenta da mesma Polícia em territórios, historicamente, estigmatizados como focos de criminalidade (Borges, 2019; Macedo & Sinhoretto, 2019). Nesse contexto, o racismo estrutural e o classismo, dois elementos centrais na base da sociedade brasileira, formam o pano de fundo

desse cenário violento e evidenciam uma articulação complexa e multifacetada que reforça o cenário de exclusão e a violência.

3.1.1 A construção do alvo: Racismo estrutural, classismo e criminalização do negro

O racismo não se limita a comportamentos individuais, como a discriminação racial direta ou flagrante: ele se configura como um fenômeno sistêmico, manifestando-se em vários níveis além das relações pessoais (Lima, 2020). O racismo estrutural ou institucional é visto como resultado do funcionamento das instituições, que atuam de maneira a conferir, mesmo que indiretamente, vantagens e privilégios com base na raça (Almeida, 2019). Essas instituições, ao orientar e coordenar comportamentos, estabelecem normas e padrões que direcionam as ações dos indivíduos na sociedade, trazendo estabilidade aos sistemas sociais (Hirsch, 2007).

A existência do racismo estrutural baseia-se na premissa de que os conflitos raciais são intrínsecos às instituições. Assim, a desigualdade racial caracteriza a sociedade, não apenas devido à ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, contudo, fundamentalmente, porque as instituições são dominadas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um grupo específico sejam considerados a norma da sociedade (Almeida, 2019). Na prática, se é racista porque a cultura é racista e isso afeta as instituições, que por sua vez, retroalimentam o racismo individual e cultural (Lima, 2020).

Dentro dessa perspectiva, as próprias instituições que constituem o Estado perpetuam os moldes historicamente determinados pelo racismo que sedimentam a organização social brasileira. Num breve percurso histórico para melhor ilustrar tal assertiva, a primeira lei criminal no Brasil foi promulgada em 1830, período em que se intensificaram as pressões para que o país cessasse o tráfico de escravos. Essa lei foi criada para conter revoltas por parte dos escravos, explicitando um caráter punitivista e de manutenção do interesse privado que caracterizava o Estado escravagista brasileiro e estabelecia um tratamento diferenciado entre os indivíduos livres e escravizados (Borges, 2019).

Após a abolição da escravização, uma série de decretos foram lançados com o intuito de marginalizar a população negra. Em 1883, surgiu uma lei que determinava a detenção de "vagabundos, vadios, capoeiras, etc."; em 1899, outro decreto negava fiança para

"vagabundos e sem domicílio". Destaca-se ainda a influência das teorias eugenistas propagadas, entre outros, pelo médico Nina Rodrigues, em seu livro "As raças humanas e a responsabilidade penal" de 1894. Ele que, influenciado por Cesare Lombroso, defendia o tratamento diferenciado para o que ele considerava raças inferiores: negros e indígenas (Schwarcz & Sterling, 2015).

Nesse contexto histórico a favela tem sua origem. Sem alternativas de habitação digna, acesso às políticas de inserção social ou de direitos territoriais, essas populações passaram a ocupar os morros e áreas irregulares das grandes cidades, especialmente, no Rio de Janeiro. Com as reformas urbanísticas, no início do século XX, as grandes cidades priorizavam o "embelezamento" dos centros urbanos, forçando as populações mais pobres, como migrantes rurais e trabalhadores informais de baixa renda, a se deslocarem para áreas periféricas. Esses territórios passaram a ser vistos como focos de insalubridade e de desordem social, sendo amplamente tratados por médicos higienistas e gestores como "problemas" urbanos a serem resolvidos (Valladares, 2000).

É importante destacar que, neste trabalho, utilizamos o termo "favela" conforme a definição estabelecida pelo IBGE (2024), após o "Encontro Nacional de Produção, Análise e Disseminação de Informações sobre as Favelas e Comunidades Urbanas no Brasil", realizado em 2023. O termo, resultado de consultas públicas, é reconhecido como parte de uma reivindicação histórica por reconhecimento, sendo compreendido de maneira positiva. Além disso, ele ressalta a sociabilidade, a identidade e as formas específicas de organização presentes nesses territórios (Agência Brasil, 2024).

Assim, a estrutura urbana brasileira foi moldada para atender aos interesses de elites, onde as áreas centrais, de maior interesse econômico e social, são destinadas às classes mais privilegiadas; enquanto as periferias e favelas, ocupadas por populações de classes mais baixas, ficam à margem, tanto geograficamente quanto em termos de acesso a recursos. Surge a divisão entre "centro" e "periferia", ilustrando como a formação social e espacial das cidades brasileiras refletem uma hierarquia que marginaliza pela raça e pelo *status* social (Valladares, 2000). O classismo entra nesse contexto como mais uma dimensão que reforça a segregação da população negra.

O classismo ou aporofobia (Cortina, 2020) pode ser compreendido como atitudes, crenças e comportamentos negativos direcionados a pessoas com menor poder aquisitivo e socialmente desvalorizadas. Esse preconceito manifesta-se tanto em práticas cotidianas, por meio de atitudes, suposições e interações interpessoais permeadas por estereótipos e

discriminação, quanto por meio de políticas e instituições. Nesse sentido, assim como o racismo estrutural, o classismo infiltrado nas instituições reforça e perpetua o baixo status de grupos desfavorecidos, criando ou agravando barreiras para o acesso a recursos e direitos (Lott, 2012).

O impacto dessa organização racista e classista é visível nas disparidades de renda e nas condições de vida da população atualmente. Para o relatório “Desigualdade Social por Cor ou Raça no Brasil” (2021), 56,6% da população brasileira é composta por pessoas negras, incluindo pretos e pardos. No entanto, entre os 10% com menores rendimentos, essa proporção sobe para 74,8%. Esse fenômeno de alta representatividade da população negra mantém-se até a metade da distribuição de rendimentos, mas diminui, progressivamente, nas faixas de renda mais elevadas. Entre os 10% com maiores rendimentos, a participação de pessoas negras cai para 28,2%, enquanto a proporção de brancos cresce. Esse padrão também se reflete em outros indicadores, como no *déficit* de moradia, saúde e educação (IBGE, 2022).

Essa interseção entre raça e *status* social potencializa a discriminação, como fica demonstrado no estudo conduzido por Daflon e colaboradores (2017), que identificou que a percepção de discriminação varia conforme o *status* socioeconômico e a identificação étnica dos participantes. Os resultados mostraram que pretos e pardos com baixo *status* socioeconômico têm níveis de percepção de discriminação semelhantes, ambos superiores aos reportados por brancos na mesma faixa socioeconômica. Nada obstante, entre os participantes de classe alta, os pardos relataram uma percepção significativamente menor de discriminação em comparação aos pretos que a sentem de modo mais intensa.

Essas camadas estruturais de desigualdades, assim como constrói o imaginário social, manifestam-se através de políticas e práticas que afetam diretamente as pessoas negras e pobres e são colocadas em lugar de contínua suspeição. Isso fica evidente nos quatro estudos experimentais de Lima e colaboradores (2019), com foco na condenação de pessoas acusadas de um crime. Variando as combinações de classe social (não especificada ou pobre) e raça (negra ou branca), os resultados mostraram que em todos os cenários, as pessoas negras e pobres foram condenadas com mais frequência do que qualquer outro grupo. Em contraste, não houve diferenças significativas nas condenações entre pessoas brancas pobres e brancas de classe social não especificada, sugerindo que a condição financeira não agravou o julgamento sobre pessoas brancas. Evidenciando os vieses estruturais que estão envolvidos na avaliação e categorização em situação que envolve crime.

Em uma perspectiva mais ampla, o racismo se entrelaça com o classismo de modo a reforçar estereótipos e práticas discriminatórias contra a população negra e pobre em um ciclo de estigmatização e exclusão, que na prática afetam diretamente o modo como os indivíduos são tratados pela sociedade. Essa postura histórica sobre favela enquanto um local de “problema”, vem reforçando as políticas públicas de segurança direcionadas a essa população com características coercitivas, priorizando intervenções como operações policiais para remoção das moradias informais e “repressão ao crime” (Valladares, 2000). Essa estratégia das instituições policiais se intensificou com o avanço do tráfico de drogas na década de 1980, quando houve maior intervenção do Estado através das operações militarizadas. Assim, a chamada “guerra às drogas” consolidou uma política de segurança pública que legitima o uso de força excessiva, resultando em elevados índices de letalidade policial, que tem como alvo principal os moradores da favela (Abreu, 2019).

A partir de 2008, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) foram implantadas na tentativa de reverter essa lógica. No entanto, a falta de políticas sociais complementares e a manutenção de abordagens repressivas transformaram a intervenção em mais uma estratégia de controle sobre a população favelada. Durante os anos em que as unidades atuaram, foi um processo amplamente midiaticizado, o que transformou a operação em uma pauta pública, com o fito de alimentar o imaginário social que apenas intervenções militarizadas são eficazes nesses contextos (Leite, 2012).

Embora nem todos os moradores de favelas sejam negros, é inegável que pessoas negras compõem a maioria das vítimas das políticas de repressão nesses territórios (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Essa realidade reflete a interseção entre raça e classe, onde a cor da pele acentua a vulnerabilidade e a exposição à violência, já impostas pelo preconceito de classe (Moore-Berg & Karpinski, 2018). Para a população negra, historicamente situada nas camadas mais desfavorecidas, a criminalização e a suspeição recaem, com maior intensidade, consolidando-se como uma prática legitimada por discursos que estigmatizam essas comunidades.

Assim, a violência contra populações da favela é naturalizada, sendo vista apenas como um resultado de mera execução de dever, ao tirar a humanidade de suas vítimas e ao eximir as forças policiais de qualquer senso de responsabilidade moral. Nos últimos anos, dentro do cenário político, o discurso de ódio tem sido utilizado com um padrão de vocabulário militar, como “Faca na caveira” e “CPF cancelado”, assim como políticos têm legislado para padrões operacionais das polícias, baseados no confronto direto e na violência,

como a ampliação da excludente de ilicitude e a valorização das operações letais (Macedo & Sinhoretto, 2019). Agravando ainda mais a situação, parte da população brasileira, especialmente aqueles que interagem em ambientes que endossam práticas violentas por parte da polícia, reproduz discursos de ódio que legitimam a violência como um meio necessário para a "manutenção da ordem" (FBSP, 2020).

Dessa forma, à proporção que esse discurso de ódio contra a população da favela é repetido, é fornecido respaldo social às ações violentas da polícia, contribuindo para a perpetuação de abusos nas favelas, uma vez que a propagação do discurso de ódio em ambientes públicos tende a alterar as normas sociais ao influenciar a aceitação de preconceitos, tornando-os mais normativos (Soral, et al., 2018; Winiewski et al., 2017), mantendo um ciclo de violência que passa a ser vista como justificável dentro de dessas “novas normas sociais” (Zitek & Hebl, 2007).

Entretanto, não é possível afirmar que o discurso de ódio se restringe às redes sociais e mesmo que se iniciem nelas, pois o impacto desse conteúdo tem reverberação muito maior. Estudos demonstram que crimes de ódio *off-line* e discurso de ódio *on-line* estão fortemente correlacionados com eventos significativos, como ataques terroristas, decisões eleitorais (voto), processos judiciais e crimes direcionados contra negros e mulçumanos (Hanes & Machin, 2014; Williams & Burnap, 2016; Williams et al., 2019), assim como a influência de representantes de direita nos crimes de ódio *off-line*, tal como comprovam as postagens antirrefugiados, as quais previram crimes de ódio nos EUA e na Alemanha (Müller & Shwarz, 2020; 2021).

3.2 Formação de Grupos e Conflito nas Redes Sociais

Nos ambientes virtuais, é fácil identificar a formação de grupos compostos por pessoas que compartilham ideias, símbolos, imagens e preconceitos (Chetty et al., 2018). Geralmente eles se organizam em comunidades nas plataformas de mídia social, buscando recrutar novos membros que se identifiquem com sua ideologia e coordenar ações *off-line*. Ou seja, a reprodução de estereótipos nas redes não apenas influencia a visão das pessoas sobre os grupos estereotipados, como estimula a mobilização e a coordenação de ações coletivas, tornando os crimes e a violência mais provável, seja ela *on-line* ou *off-line* (Williams & Burnap, 2016; Williams et al., 2019).

Estudos ilustram esse tipo de mudanças de atitude por conta de exposição a discurso de ódio, a exemplo de membros de grupos de extrema direita que afirmam que o conteúdo relacionado ao ódio na *internet* foi fundamental para reafirmar suas visões radicalizadas (Gaudette, et al., 2020) e a comprovação de que o consumo de ódio *on-line*, representava uma porta de entrada para a socialização *off-line*, tal como a organização de encontros e/ou eventos que promovem conteúdo extremista, sendo um passo necessário para desencadear a ação odiosa (Koehler, 2014).

Por exemplo, o movimento "*Skull Mask*", que se refere a uma rede mundial de grupos neonazistas e que emergiu a partir de um fórum *on-line*, chamado "*Iron March*", ativo entre 2011 e 2017. O fórum *Iron March* serviu como um ponto de encontro para neonazistas, fascistas e outros extremistas de várias partes do mundo, permitindo-lhes compartilhar ideologias, baseadas em supremacia branca, antissemitismo e violência contra sistemas democráticos. O espaço virtual é central tanto para o recrutamento como para a radicalização dos membros, visando à manutenção de uma rede global que fomenta o planejamento de ataques terroristas e a criação de células militarizadas (*Combating Terrorism Center at West Point*, 2020). Os espaços virtuais transformaram-se em vitais para esse tipo de organização, já que possibilitaram uma comunicação constante e discreta, além da criação de uma identidade coletiva, ultrapassando fronteiras geográficas.

O discurso de ódio nas plataformas virtuais desempenha um papel central no fortalecimento dos sentimentos de coesão interna de grupos. Ao alinhar-se com a ideologia compartilhada pelo grupo, contribui para a construção dos grupos externos (exogrupos) como alvos. Dessa forma, os adeptos afirmam não apenas suas identidades individuais, mas também as identidades coletivas do grupo, utilizando linguagem e simbologia específicas para reforçar essa coesão (Code & Zap, 2009; Lupu et al., 2023).

Contudo, é um equívoco pensar que esses conteúdos criminosos estão restritos a pequenos grupos ocultos na *internet*. O grande alcance desses discursos e os elementos identitários envolvidos revelam um problema ainda mais grave: a naturalização do uso de discursos de ódio em diversos âmbitos sociais (Bilewicz & Soral, 2020). À medida que a sociedade encara esses conteúdos como normais ou meras expressões de liberdade de opinião, se perde a capacidade de indignação e de reação crítica (Soral, et al., 2018).

Entretanto, esse não é um fenômeno tão recente. Membros de grupos radicalizados de extrema direita, especialmente supremacistas brancos, foram os primeiros a adotar a mídia digital. Há informações que grupos neonazistas criaram espaços de avisos *on-line* para

compartilhar material racista, antissemita e de negação do Holocausto, em 1983, muito antes de a maioria do público em geral ter acesso à *internet* (Berlet 2001; Daniels 2009).

Em particular, a extrema direita é muito influente nos ambientes virtuais (Empoli, 2022). O termo “Extrema direita” é o utilizado nas ciências políticas e sociais para se referir a um conjunto de ideologias e de movimentos sociais que apresentam características específicas em suas visões políticas, sociais e econômicas e que são fundamentalmente antidemocráticas (Bobbio, et al., 2004).

Apesar de a extrema direita abarcar um leque cada vez mais amplo de ideologias, um ponto comum a todo esse lado do espectro político é o apelo identitário, reivindicando uma suposta identidade nacional conservadora, nacionalista e “anticomunista”. Os adeptos dessa ideologia, em sua maioria, são favoráveis às medidas autoritárias contra a “insegurança” (usualmente associada a minorias sociais) por meio do aumento da repressão policial, penas mais severas e pena de morte. Fazendo uso de práticas racistas, homofóbicas e xenofóbicas como base de seu discurso, um movimento crescente na Europa (Ben-David & Matamoros-Fernandez, 2016; Caiani, Carlotti & Padoan, 2021; Vidgen, Yasseri & Margetts, 2021), nos EUA (Walther & McCoy, 2021; Siegel., *et al*, 2021), no Japão (Yamaguchi, 2013) e no Brasil (Silva, Francisco, & Sampaio, 2021).

Embora o conteúdo de ódio seja disseminado por representantes de ambos os espectros políticos, atualmente é o extremismo de direita quem domina o esse ciberespaço (Potok, 2015; Ratliff *et al.*, 2015). De forma geral, como característica, o extremismo de direita defende a superioridade heteronormativa, branca, masculina e cristã, opondo-se àqueles que são considerados uma ameaça a sua cultura ou valores, com o uso de uma linguagem associada a cultura de *trollagem on-line*; numa combinação de vulgaridade, ironia, humor e profissionalismo para promover sua ideologia *anti-establishment*, anti-globalista e racista (Forscher & Kteily, 2017).

No Brasil, a eleição de Jair Bolsonaro como Presidente em 2018, intensificou um cenário político propício à disseminação de conteúdos ofensivos e discriminatórios nos discursos políticos. Tal tendência discursiva tem sido percebida desde a eleição presidencial de 2014 (Mercuri, 2016). Desde então, o avanço do conservadorismo político e moral fortaleceu uma narrativa dicotômica no imaginário social, o que divide os indivíduos em categorias sociais de "cidadãos de bem" X "marginais", justificando a proteção dos primeiros em detrimento dos últimos. Essa narrativa contribui para a difusão de discursos de ódio contra minorias sociais, ao armamento da população e à defesa da letalidade policial. Como

resultado, observa-se um aumento preocupante do discurso de ódio nas práticas políticas, alimentando estereótipos negativos e promovendo discriminação, especialmente contra a população da favela (Sponholz, 2020).

O uso das redes sociais pelos representantes políticos no Brasil desempenhou um papel significativo na disseminação de discursos que contêm elementos estereótipos de minorias sociais. Por serem conteúdos polêmicos, esses conteúdos ganham maior engajamento e têm sua ideologia compartilhada por um público mais amplo, culminando com a disseminação dos conteúdos punitivistas, com o fomento de teorias conspiratórias e com a promoção da segmentação algorítmica que reforça essas convicções extremistas (Gaudette et al., 2020). Essa estratégia agressiva tem influenciado o debate público, ampliando a disseminação de discursos intolerantes e moldando as narrativas/alternativas no espaço político. Este é um aspecto importante, pois ele se intensifica quando figuras de autoridade, como líderes políticos ou religiosos, utilizam retórica depreciativa em relação a minorias sociais, logo normaliza e estimula atitudes discriminatórias (Bilewicz & Soral, 2020).

Os discursos de ódio, que demandam abordagens mais duras e, muitas vezes, de extermínio do “inimigo”, intensificam a violência institucional e promovem a concepção de que a punição severa é a solução para o controle social. Mais que discursos, são práticas discursivas eficazes quando exploram medos legítimos, como o do aumento da criminalidade, ao mesmo tempo em que desconsideram as injustiças e as discriminações sistêmicas, como é o caso brasileiro. Dessa forma, o discurso de ódio se apresenta como tributário dos anseios por segurança, respaldando políticas repressivas que aprofundam a exclusão social e racial (Ramirez, 2015).

Pela exposição frequente ao discurso de ódio, a percepção dominante sobre o grupo alvo dessa linguagem se modifica. Estudos clássicos e contemporâneos sobre a reação humana a estímulos desagradáveis ou ameaçadores confirmam essa afirmação, sugerindo que, após uma fase inicial de excitação fisiológica e emocional negativa, as pessoas de maneira gradual aprendem a ignorar tais mensagens alarmantes e se tornam menos sensíveis a novos estímulos do tipo. Trata-se de um fenômeno, classicamente estudado pela Psicologia Social, chamado de “efeito da mera exposição”, de acordo com o qual as pessoas desenvolvem afinidade ou aversão por algo, simplesmente pela repetida exposição a ele. Esse efeito foi demonstrado com uma variedade de estímulos, como palavras, pinturas, imagens de rostos, figuras geométricas e sons (Zajonc, 1968). Essas premissas são importantes para compreender como os indivíduos habitam-se à exposição frequente à violência e como esse processo pode

aumentar a probabilidade de comportamentos agressivos ou indiferentes (Bartholow et al., 2006; Carnagey et al.2007).

A exposição excessiva produz a dessensibilização, que reduz a intensidade das reações emocionais e fisiológicas a estímulos violentos, de tal forma que a violência passa a ser percebida como menos grave, com a geração de menor empatia pelas vítimas e de contribuição para a sua normalização (Harris & Fiske, 2007). A exposição contínua ao discurso de ódio diminui as respostas afetivas a mensagens hostis, tornando-as menos impactantes e violadoras das normas sociais. Isso reduz a simpatia pelas vítimas e reforça estereótipos que justificam a violência verbal, fato que gera o aumento do preconceito e o distanciamento em relação aos que sofrem a violência (Bilewicz & Soral, 2020; Leets, 2002; Soral, et al., 2018).Se produz assim o desengajamento moral, condição básica para a banalização do mal (Moore, 2015; Bandura, 1990).

O desengajamento moral explica como as pessoas se distanciam de seus padrões éticos internos, facilitando a aceitação de comportamentos, moralmente questionáveis, sem experimentar o desconforto ético usual. No contexto da violência discursiva, o desengajamento moral permite que indivíduos justifiquem ou ignorem o sofrimento infligido ao grupo-alvo, reinterpretando ações prejudiciais como aceitáveis ou até necessárias, favorecendo a naturalização da hostilidade direcionado a esse grupo (Moore, 2015).

Desse modo, o discurso de ódio pode ser efetiva ferramenta política que utiliza os estereótipos enquanto método para provocar sentimentos negativos na população, especialmente em períodos de tensão social (Bilewicz & Soral, 2020). De modo histórico, os comentários e os discursos depreciativos que precederam os genocídios retratam os membros do exogrupo como carentes de cordialidade e de competência e privados de características humanas básicas (Haslam, 2019). Os cartazes divulgados na Polônia, ocupada pelos nazistas, retratavam os judeus como vermes, ratos e piolhos e os conectavam ao tifo e a outras doenças (Grabowski, 2009). Os tutsis eram, usualmente, chamados de baratas, ratos e cobras na propaganda hutu antes do genocídio em Ruanda (Straus, 2006).

Essa retórica de ódio é usada por vários líderes ao redor do mundo para mobilizar sua base com relação aos seus projetos de poder, assim como para limitar a empatia da sociedade em relação ao sofrimento dos alvos dessas mensagens (Calderón, et al., 2020; Siegel, et al, 2019; Silva, et al., 2021).

3.3 Discurso de ódio e violência policial: Quando discurso e realidade se cruzam

No contexto brasileiro, estudos demonstram a relevância das redes sociais para a disseminação de discurso de ódio e à incitação à violência, relacionada às instituições do Estado, como as forças policiais. Análises realizadas em redes sociais de fãs/admiradores das corporações policiais confirmam que o discurso reverbera a referida dicotomização “cidadãos de bem” *versus* “bandidos”, com o propósito da desumanização do grupo tido como inimigo, no mesmo sentido que construíam uma imagem positiva do próprio grupo, situação essa que justifica e exalta as atitudes de extermínio do “inimigo” (Cedro, 2018; Macedo, 2015; Vascon, 2018). A construção da suspeição segue a lógica de reprodução de estereótipos sobre quem são os “bandidos” no mundo *off-line*. Somado a isso, as redes sociais permitem acrescentar às narrativas elementos como fotos e vídeos que ampliam o alcance sobre um evento criminal, contribuindo para fixar e difundir, ainda mais, os estereótipos (Macedo & Sinhoretto, 2019).

A disputa discursiva nas plataformas virtuais é constantemente influenciada pelo mundo fora das redes e vice-versa. Com a adesão da população aos discursos de ódio contra a população da favela, a Polícia sente-se autorizada a utilizar força extrema em áreas pobres e majoritariamente negras, pois existe a crença social de que ali se concentram os crimes que devem ser reprimidos (Borges, 2019; Trindade, 2022).

Os dados ilustram essa realidade de maneira contundente. De acordo com o Anuário de Segurança Pública (2021), a taxa de mortes violentas intencionais no Brasil foi de 23,6 por 100 mil habitantes em 2020, representando um aumento de 4% em relação ao ano anterior. A letalidade causada pela polícia corresponde, em média, a 12,8% dessas mortes, sendo as vítimas predominantemente homens jovens, negros e de baixa renda. A taxa de letalidade policial entre negros é de 4,2 vítimas para cada 100 mil habitantes, enquanto entre brancos é de 1,5 por 100 mil. Isso revela que a letalidade policial entre negros é 2,8 vezes maior do que entre brancos, evidenciando uma disparidade racial significativa nas mortes decorrentes de ações policiais.

Além disso, o Estudo Global sobre Homicídios, publicado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, 2019), aponta que Nigéria e Brasil, juntos, representam cerca de 5% da população mundial, mas são responsáveis por 28% dos homicídios globais. Esses dados reforçam o impacto desproporcional da violência em contextos marcados pela desigualdade racial e socioeconômica.

Na medida que os estereótipos são representações simplificadas e generalizadas de grupos sociais (Pereira, 2013), a representação das vítimas da letalidade policial, como "inimigos" e "bandidos", reforça a ideia de que as comunidades negras e pobres são naturalmente mais propensas à criminalidade. Desse modo, estimula práticas racistas e classistas, além de justificar essas ações como uma resposta necessária para combater a suposta ameaça (Anúnciação, 2020).

Os disseminadores do ódio colocam ênfase nos seus conteúdos polarizadores que podem resultar em maior engajamento e adesão ao grupo (Gaudette et al., 2020; Koehler, 2014). Fenômeno que tem sido perceptível no Brasil onde o número de células neonazistas teve um aumento significativo. A partir de 2019, os dados indicam a existência de pelo menos 530 núcleos extremistas, abrangendo um universo que pode chegar a 10 mil pessoas. Isso representa um crescimento de 270,6% entre janeiro de 2019 e maio de 2022. O crescimento dessas células neonazistas é impulsionado principalmente pelas redes sociais. Durante meses de investigação em grupos privados de compartilhamento de material extremista, jornalistas flagraram mensagens de ódio, compartilhamento de vídeos exaltando Adolf Hitler e manifestações que extrapolaram o ambiente *on-line*. A realidade retratada foi documentada em uma reportagem em vídeo, que revelou casos chocantes, como o de um grupo de extremistas que atacou clientes de um bar antifascista, na Zona Oeste de São Paulo, onde uma suástica havia sido pichada dias antes. Como ainda, o caso de um jovem armado que atirou contra manifestantes e recebeu uma campanha de apoio para ficar livre; ou de ataques a um rapaz negro que respondeu a um vídeo de um jovem, usando um capacete que dizia ser da "Legião Hitlerista", com a concomitante saudação nazista (G1, 2022).

À proporção que esses grupos radicalizados se concentram na exclusão de outros indivíduos e na busca de novos aliados, por meio do discurso de ódio, há uma tendência de eles direcionarem a comunicação para plataformas virtuais com menos restrições e normas de convivência, dificultando o controle e a possibilidade de construções de medidas inibitórias para a expressão de violência, direcionados a grupos minoritários, e a intensificação de sentimentos de coesão endogrupal (Lupu *et al.*, 2023; Winter, *et al.*, 2020).

Portanto, seja nas redes sociais mais populares ou em plataformas mais "tolerantes" à intolerância (Gab, 4chan ou Rumble), grupos extremistas utilizam a disseminação de estereótipos, preconceitos e teorias da conspiração na busca de criar um senso de "nós contra eles", promovendo a hostilidade em relação a grupos minoritários, como imigrantes, negros, pessoas LGBTQ+, entre outros. Como as redes são um espaço no qual essas mensagens

podem se espalhar rapidamente, há um grande alcance de pessoas, com a facilitação da articulação e da organização dos membros (Wahlström, et al., 2021).

As consequências *off-line* da mobilização de grupos extremistas *on-line* ainda não são totalmente compreendidas. Contudo, no Brasil, é perceptível que essa dinâmica atinge diversos grupos-alvo, especialmente a população das favelas. Influenciadores com perfil conservador e figuras políticas, frequentemente, utilizam uma retórica de combate ao crime para desumanizar esses moradores e respaldar práticas truculentas. Assim como em outros países em desenvolvimento, o impacto do ódio nas redes brasileiras é ainda mais devastador, pois os discursos estão vinculados a propostas políticas populistas-reacionárias, como uma narrativa maniqueísta entre o “cidadão de bem” e o “marginal”, definindo aqueles que são vistos como cidadãos e os devem ser tratados como membros à parte da sociedade (Cioccarì & Persichetti, 2018).

Nas “câmaras de eco”, essa ideologia conservadora-reacionária tem-se ampliado, cada vez mais, tendo destaque as páginas ligadas à Polícia, instituição emblemática do conservadorismo. Um estudo realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020), que mapeou as atividades de 879 profissionais de Segurança, constatou que 41% dos perfis de policiais militares interagem em ambientes de apoio ao ex-presidente da República, sendo os comentários LGBTQfóbicos os mais frequentes (24%). O estudo demonstrou ainda a presença de grupos no *Facebook*, formados por fãs/admiradores da polícia, a maior parte devotados à Polícia Militar (54%), com postagens e comentários favoráveis às ações policiais mais violentas. Espaços esses onde as medidas preventivas à violência policial foram interpretadas como cerceamento do trabalho policial em benefício dos criminosos e que desempenham papel fundamental na formação de conflitos sociais e na reprodução de uma cultura de perceber a favela como alvo.

Por sua vez, na visão do Anuário de Segurança Pública (2021), 50 cidades brasileiras concentram 55% das mortes, decorrentes de intervenções policiais. Nessa lista, o estado do Rio de Janeiro destaca-se com 15 municípios, cuja letalidade policial corresponde a 25,4% das mortes violentas intencionais, praticamente o dobro da média nacional, em operações, sobretudo, em favelas. Percentuais tão elevados indicam um padrão abusivo de uso da força e de práticas de extermínio por parte dos agentes de segurança pública. Em 2021, apesar de ter sido um ano marcado pela pandemia e pela reduzida circulação de pessoas, as ações policiais de alta letalidade, no Rio de Janeiro, cresceram 67% se comparadas ao mesmo período de 2020 (Instituto Fogo Cruzado, 2021).

A sensação de insegurança e a falta de confiança nas instituições jurídicas contribuem para a escalada de discursos de ódio e violência, ampliando a aceitação de medidas repressivas nas favelas. A mídia desempenha um papel central ao reforçar estereótipos sobre esses territórios, os retratando como espaços perigosos e fomentando uma percepção pública de que o sistema penal é insuficiente. Embora os índices de encarceramento e de letalidade policial sejam altos, há uma crença de que medidas mais duras são necessárias. Assim, ações policiais letais acabam sendo celebradas por partes da sociedade (Khaled Junior, 2018; Macedo & Sinhoretto, 2019).

A discussão até aqui permitiu compreender como é preocupante o uso do discurso de ódio como ferramenta de instigação popular, tendo como alvo as minorias sociais, especialmente a população da favela. No sentido de expandir o entendimento sobre os elementos que compõem a relação entre discurso de ódio e a população da favela, direcionaremos o foco para um caso emblemático dessa violência “a chacina do Jacarezinho”, em 2021, considerada a maior operação letal já realizada pela polícia do estado do Rio de Janeiro, ao culminar com a morte de 29 pessoas, sendo 28 civis. O objetivo da operação era cumprir mandados contra uma rede de tráfico de drogas. Contudo, testemunhas e registros de vídeo revelam que, além das ações de execução, caracterizados por tiros na nuca das vítimas à queima-roupa, houve também relatos de agressão e de tortura dos suspeitos por parte dos policiais (Jacarezinho: Saiba quem são, onde morreram [...], 2021). Tal operação repercutiu, fortemente, nas redes sociais, gerando forte engajamento do público, tanto no sentido de indignação contrária a ela quanto de apoio aos policiais envolvidos nos homicídios. Assim, entender a formação dos discursos que surgem nas redes sociais se faz importante, pois essas plataformas se tornaram o principal meio formador de opinião por grande parte da população (Digital News Report, 2023).

3.4 Estudo 2: Discurso de ódio, Redes Sociais e Violência Policial: O Caso da Chacina do Jacarezinho

3.4.1 Objetivos

3.4.1.1 Objetivo Geral

Analisar o discurso de ódio no então *Twitter* ("X"), relacionado à ação policial no Jacarezinho, em maio de 2021, buscando entender a forma como os comentários são estruturados.

3.4.1.2 *Objetivos Específicos*

- Identificar a estrutura discursiva que compõe os discursos de ódio, relacionados à operação policial no Jacarezinho;
- Avaliar como a operação policial é representada nos comentários que contêm discurso de ódio;
- Explorar os principais elementos usados para reproduzir estereótipos contra a população da favela;
- Compreender as ideologias compartilhadas nos discursos de ódio contra a população da favela.

3.4.2 *Método*

3.4.2.1 *Coleta de Dados*

Para a coleta de dados utilizou-se a API (*Application Programming Interface*) de busca do então *Twitter* ("X"), com o uso de *hashtags* relacionadas à operação policial no Jacarezinho, ocorrida em maio de 2021. A mineração dos dados foi conduzida usando o algoritmo *LinearSVC*, parte da Biblioteca *Scikit Learn*, especializada em aprendizado de máquina. O algoritmo foi treinado com um conjunto de dados hierárquicos, previamente testado para a detecção de discurso de ódio (Fortuna *et al.*, 2019). Foram selecionadas 20 *hashtags* que continham conteúdo de discurso de ódio explícito ou endosso à violência, levando em consideração a associação direta das postagens com o evento e o período de publicação (4 a 31 de maio de 2021, tais como: #faxinadojacarezinho; #bandidobomebandidomorto; #Direitodosmanos; #PauNeles; #CPFCancelado; #25FoiPouco; #facanacaveira, #nãofoichacinafoifaxina, com outras variações).

A seleção das *hashtags* baseou-se em uma análise prévia de cerca de 600 perfis, identificados como propensos a reproduzir discursos de ódio nas redes sociais. Esses perfis pertenciam, predominantemente, a políticos que integram a chamada bancada da bala,

bancada evangélica, bancada ruralista ("do boi"), defensores do armamento, bem como os influenciadores de extrema direita com mais de 10 mil seguidores. Esses grupos são conhecidos por seu discurso conservador e endosso de narrativas que legitimam a discriminação de minorias. No total, foram coletados 626 *tweets* para análise.⁶

3.4.2.2 Processamentos de dados

Os comentários coletados foram avaliados, manualmente, por dois avaliadores especializados, (um especialista em Psicologia Social e um especialista em Ciências da Computação), com o objetivo de confirmar a presença de conteúdo de ódio nas postagens. Para a delimitação do estudo, foram selecionados os 150 comentários com maior engajamento na plataforma X (antiga *Twitter*), com destaque àqueles que continham os discursos de ódio mais representativos e mais disseminados, a fim de garantir uma análise focada nos conteúdos de maior impacto. Foram extraídos, além do conteúdo das postagens, informações como: a quantidade de publicações, a frequência das postagens, seus principais bigramas (pares de palavras) e números primários de engajamentos.

3.4.3 Resultados e Discussão

Inicialmente, ao se analisar a evolução do uso das *hashtags* que continham discursos de ódio ao longo do período de coleta de dados, foi possível perceber que o endosso à violência relacionada à operação policial no Jacarezinho, continuou circulando de forma consistente nas redes durante grande parte do mês de maio, com o pico de postagens entre os dias 9 e 17 de maio de 2021, período com maior volume de engajamento. Observou-se, também, uma tendência de crescimento no final do mês, por conta dos debates em torno das investigações sobre a operação, solicitadas por instituições jurídicas⁷, como pode ser visto na Figura 5:

⁶ Os bancos de dados utilizados no estudo foram disponibilizados publicamente na plataforma Open Science Framework (OSF): <https://osf.io/7495h/>

⁷ Para mais informações:

<https://www.conjur.com.br/2021-mai-20/mpf-outras-10-entidades-pedem-investigacao-independente-chacina>

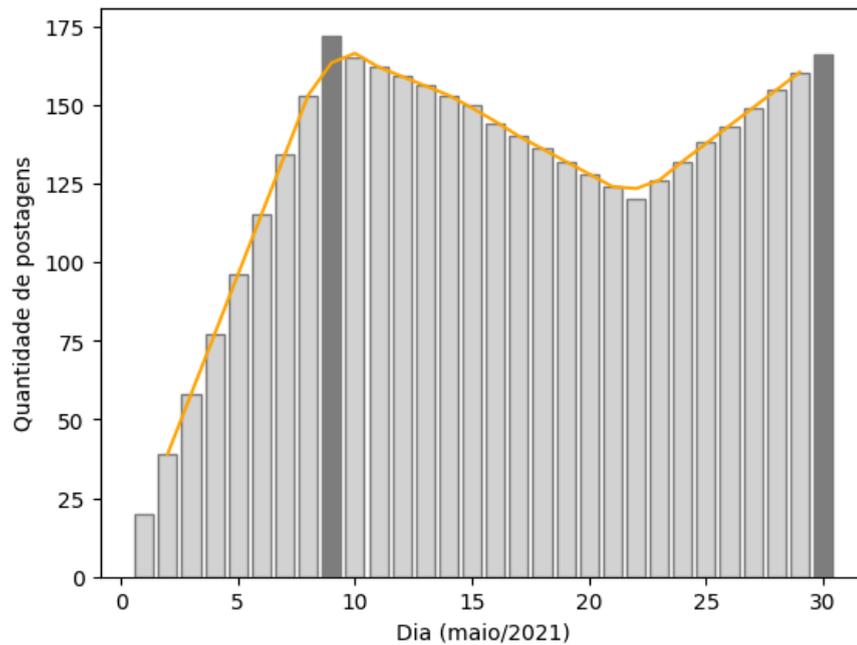


Figura 5. Evolução das postagens com *hashtags* de ódio sobre a operação no Jacarezinho

Como forma de se iniciar as análises das manifestações no “X”, em torno das *hashtags* de apoio à violenta ação policial no Jacarezinho, pôde-se perceber que os bigramas mais frequentemente utilizadas nas comunicações continham explícito incentivo à prática de violência na operação, assim como parabenizações para os agentes envolvidos na chacina, como: “bom bandido”; “bandido morto”; “foi purificado”; “Parabéns a”; “direitos humanos” e “CPF cancelado”. A nuvem de palavras ilustra quais termos mais foram utilizados em associação às *hashtags*, tendo destaque os termos: bandido, polícia, jacarezinho, faxina, globolixo e chacina (Figura 6).

de que o extermínio daqueles que ameaçam “o corpo social” é a melhor solução penal possível para a situação; dando “passe livre” para os agentes de segurança utilizarem práticas extrajudiciais de tortura e extermínio para trazer mais segurança à população.

De fato, recente pesquisa Datafolha (2024) demonstrou que há um aumento significativo no sentimento de insegurança dos brasileiros, especialmente nas regiões metropolitanas e no Sudeste do país: 52% dos moradores relatam se sentirem muito inseguros. Essa busca por segurança rápida resulta na aceitação de políticas autoritárias e punitivas que prometem proteção imediata (Gillath, 2009). Nesse contexto, a aceitação de discursos punitivistas ganha força, refletida no fato de que 57% dos brasileiros concordam com a expressão "bandido bom é bandido morto", junto ao temor de ser vítima, pois 76% da população tem medo de morrer assassinados (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016).

Este contexto de “matar ou morrer” se caracteriza um terreno fértil à propagação de discursos de ódio e demandas punitivistas, reforçando um ideário de “guerra contra as drogas” e “combate aos bandidos”, mantendo uma lógica institucional que trata a segurança pública como um meio de controle de população marginalizada, como os que residem na favela.

Como forma de se ampliar a compreensão do modo como os conteúdos de ódio repercutiram no *Twitter*; a partir das *hashtags* selecionadas, foram analisadas as 150 publicações com o maior engajamento na rede social. Foram consideradas os indicadores de interações com a postagem como os comentários, reações, “curtidas” e compartilhamentos da publicação. Avaliaram-se os conteúdos das publicações cujo teor da mensagem foi interpretado como discurso de ódio, incitação à violência e/ou discriminação. Foram definidas quatro categorias de análise, construídas a partir de metodologia proposta por Bardin (2011): 1) Ódio Político, 2) Apoio a ação policial, 3) Elementos de desumanização e 4) Extermínio.

Importante destacar que, por conta de suas intenções próximas e interseções de significado, estes recortes não podem ser analisados como categorias fechadas, rígidas e isoladas. Essa sobreposição aponta para os diversos significados contidos nos discursos de ódio, assim como a existência de grupos, dos quais uma pessoa é membro (Roccas & Brewer, 2002).

Isso tudo à medida que o discurso do ódio é um exemplo de conflito que se redefine e que se intensifica na convivência de grupos. No conteúdo coletado, na categoria “Ódio Político”, é perceptível a representação do “outro” como uma ameaça que justifica a violência, delimitando quais os indivíduos que devem ser valorizados e aqueles “dispensáveis”, os que devem ter o “CPF cancelado”. Ressalta-se que a *hashtag*

#CPFcancelado é uma das expressões usadas por policiais e pelos grupos de extermínio em referência a alguém que foi assassinado durante as operações (Souza, 2013).

A comparação intergrupala nos comentários revela elementos narrativos que instigam uma postura combativa em relação ao grupo opositor, principalmente os grupos de esquerda, enquanto defensores de "marginais". A discriminação dos opositores políticos surge como uma estratégia para deslegitimar a reputação desses grupos, por meio de táticas como acusações infundadas, insultos, ironia, sarcasmo e exageros deliberados, como também mobilizar o público e formar uma opinião desfavorável sobre o adversário (Balakhonskaya, et al., 2020). Os comentários abaixo destacados são emblemáticos dessa primeira categoria:

“A histeria dos esquerdistas com a morte dos 25 vagabundos no RJ é que eles perderam 25 eleitores. Parabéns PMRJ #CPFcancelado”

“Hoje, 25 eleitores do PT tiveram seu CPF CANCELADO!! #CPFcancelado”

“Correção: Morreu 1 pessoa os outros 24 eram bandidos eleitores do Psol, então não faram falta #CPFcancelado”

“Parabéns um tapa na cara da Esquerda e da Midia Canhota Canalha, sobre o Fato do Rio #tudobandido #FaxinaDoJacarezinho”

“Lixo de emissora. Vcs, a esquerda e o “direito dos manos” queriam que fossem 25 policiais mortos. Mas graças a Deus são 25 bandidos, traficantes que foram tarde para o colo do capeta. #GloboLixo #FaxinaDoJacarezinho #Jacarezinho”

O cenário político atual do Brasil favorece o antagonismo entre os grupos políticos e a construção de uma noção de "polarização política" entre representantes da esquerda e da direita fomentam discursos de ódio, contendo diferentes preconceitos (Mercuri & Lima-Lopes, 2020). Esse tipo de conteúdo esteve fortemente presente na amostra analisada, com destaque para publicações de políticos da direita, aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro, que obtiveram os maiores níveis de engajamento.

Um exemplo significativo é a postagem do Deputado Estadual de Minas Gerais, Bruno Engler, candidato a Governador do Estado, em 2022, que possuía mais de 102 mil seguidores: "A Assembleia de Minas não pode ser palco de homenagens a traficantes. #FaxinaDoJacarezinho", em referência a um vídeo no qual uma deputada da oposição prestava homenagem às vítimas da operação no Jacarezinho. O deputado contestou a homenagem, afirmando: "*Jovens' é a palavra que ela usou, todo mundo sabe que se trata de bandidos, vagabundos e marginais*" e acrescentou que havia aprovado uma moção de aplauso aos policiais envolvidos na operação. A postagem gerou 24 comentários, 949 curtidas e 200 *retweets*, mostrando o uso de estereótipos negativos, direcionados ao grupo opositor

(esquerda), combinados com estereótipos historicamente associados à população negra da favela (Nascimento, 1978).

Dita estratégia impulsiona o engajamento nas redes sociais, pois, como já referido, nos ambientes virtuais, os conteúdos estereotípicos do exogrupo têm maior probabilidade de serem compartilhados, uma vez que a linguagem negativa instiga a idéia de polarização e impulsiona a disseminação (Rathje et al., 2021).

A segunda publicação mais engajada apresenta uma estrutura semelhante à anterior: um posicionamento de um Deputado de esquerda para justificar a violência. A postagem faz uma distinção entre "jovens" e "traficantes", legitimando o extermínio ao argumentar a ausência de inocentes entre as vítimas. O autor, Deputado Federal Otoni de Paula (MDB – RJ), escreveu: “*Freixo chama traficante de juventude. Graças a Deus, dos 24 mortos pela @PCERJ, não havia um único inocente. TODOS eram os que Marcelo Freixo protege. #CPFcancelado*”. A publicação gerou 125 comentários, 653 curtidas e 157 *retweets*. Vale ressaltar que esse Deputado teve suas redes sociais bloqueadas em agosto de 2021, após a abertura de uma investigação por incitar violência contra as instituições, no contexto do 7 de setembro de 2021, por disseminação de *fake news*.

Os conteúdos políticos, nesse contexto, revelam as conexões entre a letalidade policial e uma ideologia conservadora-reacionária, ilustrando os mecanismos de formação de grupos no ambiente virtual. Os comentários demonstram como esses espaços se tornam um contexto de afirmação de identidade social, onde a pertença a determinados grupos é reforçada pela comparação social direta com o grupo opositor (Tajfel, 1982). Nesse cenário metacognitivo, os estereótipos são ferramentas de justificação do discurso de ódio (Lupu *et al.*, 2023).

Atitudes discriminatórias servem tanto para destacar as diferenças e semelhanças entre grupos quanto para reforçar relações de poder. Nos comentários, há uma reprodução contínua da ideia de quem pode ou não ser reconhecido como um ser humano digno (Haslam, 2006). Esses elementos identitários retratam que aqueles que incitam o ódio nas redes sociais recebem reconhecimento, visibilidade, popularidade e passam a influenciar mais outros indivíduos que se identificam com seus discursos (Santos, 2016). Essa retórica é sustentada por pautas moralmente conservadoras que justificam seus argumentos em torno da proteção moral da família tradicional e de dogmas religiosos para alimentar uma narrativa de ataque a instituições, aos meios de comunicação e as minorias sociais. Os comentários apresentados abaixo são bons exemplos dessa estratégia discursiva:

“Para a imprensa brasileira matar bebês no ventre da mãe pode, mas eliminar 27 vagabundos perigosos que aterrorizava a sociedade não pode! #midiaopdre #Brasil #FaxinaDoJacarezinho #CPFcancelado”

“Parabéns parabéns a polícia do Rio de Janeiro; foda-se a opinião dos especialistas ABORTISTAS jornalistas LIXOS amante do tráfico parceiros de bandidos assassino e terroristas #CPFcancelado”

“Mais um #CPFcancelado no #AlertaNacional! É milagre de Deus hoje!”

“Incrível como VAGABUNDO quer distorcer o que a bíblia ensina: O SALÁRIO DO PECADO É A MORTE (Romanos 6:23) #FaxinaDoJacarezinho”

“Extrema imprensa e Direitos Humanos estão bravos? Então foi ótimo. Vagabundo e traficante bom é morto. #CPFcancelado”

Este tipo de comunicação pública, baseada em discursos punitivistas sobre políticas de segurança, indica a reprodução de uma ideologia em que as práticas sociais produzem discriminação. Os grupos que utilizam o discurso de ódio desenvolvem um vocabulário comum e com características simples para não serem banidos das redes. Alguns comentários, como os que seguem, são direcionados a atores influentes nas redes sociais, com o objetivo de tornar o conteúdo mais “viralizado”:

“A esquerda que gosta de bandidos estão levantado uma tag que culpa a polícia civil do RJ ter cometido uma matança. Bora conservadores: #CPFcancelado”

“Bora subir #CPFcancelado”

“Bora lá! #faxinanojacarezinho”

“Subindo #FaxinaDoJacarezinho Viva a Polícia Civil”

Outro elemento predominante nos discursos de ódio foi o apoio às ações policiais. A relação entre as redes sociais e o endosso às práticas policiais que ferem os direitos civis têm se intensificado nos últimos anos, particularmente, com a ascensão da direita conservadora e do militarismo no Brasil, favorecendo a crescente presença das entidades policiais no ambiente digital, onde encontram apoio significativo de grupos conservadores (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021).

Na operação do Jacarezinho, houve uma movimentação virtual significativa entre os políticos conservadores. Um levantamento da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (DAPP-FGV, 2021) indicou que, entre os dias 5 e 12 de maio de 2021, 57,5% das interações sobre segurança pública no *Twitter* foram feitas por políticos de direita, por jornalistas e por blogueiros conservadores. Esse apoio virtual refletiu nas publicações analisadas, que exaltam a condução da operação e parabenizam os agentes

policiais pelo "bom trabalho" e pelo uso da violência como uma forma de controle social (Richardson & Goff, 2012):

“Parabéns pela ação policial. Bandido bom é bandido morto. #FaxinaDoJacarezinho”

“Parabéns polícia do rio de janeiro. #CPFcancelado com sucesso.”
 “A polícia bate recorde no Jacarezinho e não merecem um Nobel ou uma festa? #faxinanojacarezinho”

“Não entendi. Eu pago imposto pra @defensoria_rj tá preocupada com bandidos?? É muita marmita de bandido pra pouco cidadão de bem. Parabéns à Polícia Civil!! Usaram bem o suado dinheiro dos contribuintes. #FaxinaDoJacarezinho #tudobandido”

“Parabéns Presidente é Parabéns a Polícia infelizmente um policial morreu mais a limpeza feita deixou a sociedade mais tranquila. #cpfcancelado”

Estudos, como o realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021), demonstram que as práticas de violência extrajudicial e de extermínio encontram incentivo e legitimação em grupos virtuais, assim como as próprias polícias demonstram força nas redes sociais. A Polícia Militar é a que mais tem participação em redes sociais, com 25% de seus soldados e cabos interagindo em ambientes bolsonaristas radicalizados, que têm como uma das marcas os discursos de discriminação às minorias (principalmente LGBTQTA+), além do apelo constante à intervenção militar e ao fechamento das instituições democráticas.

O governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, período em que ocorreu a chacina, foi marcado pelo estímulo à liberação de padrões operacionais das forças policiais, caracterizados pelo confronto e pela violência, como exemplificado pela proposta de ampliação da excludente de ilicitude e da valorização de operações com resultados letais. Essa atmosfera de violência, combinada com ataques a instituições não-policiais, como o Supremo Tribunal Federal e a imprensa, é visível nos comentários analisados. Expressões raivosas, como "guerra contra o crime", "combate à vagabundagem" e "cancelamento de CPFs", encontraram eco nas redes sociais:

“Parabéns as polícias do Estado do Rio de Janeiro que mesmo com a ação do #STFVergonhaNacional. Conseguem fazer um trabalho em favor da sociedade civil. #CPFcancelado”

“Parabéns parabéns a polícia do Rio de Janeiro; foda-se a opinião dos especialistas ABORTISTAM d jornalistas LIXOS amante do tráfico parceiros de bandidos assassino e terroristas #CPFcancelado”

“Parabéns Presidente é Parabéns a Polícia infelizmente um policial morreu mais a limpeza feita deixou a sociedade mais tranquila. #cpfcancelado #elesim”

“Parabéns a polícia do RJ por mandar pro inferno 24 emissários do capeta. A imprensa mais uma vez mostrou de que lado está. Meus sinceros sentimentos a família e amigos do herói morto por esses bandidos.”

Devido à natureza das "câmaras de eco" das redes sociais, conteúdos relacionados às forças policiais alimentam uma atmosfera virtual que banaliza condutas punitivistas, produzidas por agentes de segurança pública com base em estereótipos raciais/sociais. Assim como no período colonial, quando a figura do negro era associada à indolência, à falta de civilização e à violência, que justificaram a tortura e a escravização, a ideologia por trás de máximas como “bandido bom é bandido morto” reforça preconceitos contra aqueles em situação de suspeição (Schwarcz, 2013). Nesse sentido, à medida que os moradores da favela são vistos como uma ameaça à sociedade, se reforça a ideia de que eles não merecem ser tratados com dignidade, o que contribui para a naturalização das execuções sumárias em comunidades negras e pobres.

A análise dos alvos preferenciais da polícia evidencia como os estereótipos influenciam profundamente as práticas e decisões nas ações policiais. Um levantamento realizado pela Rede de Observatórios da Segurança (2021), intitulado “Pele-alvo: a cor da violência policial”, avaliou dados de sete estados brasileiros, em 2020, e revelou que o Rio de Janeiro foi o estado com o maior número de mortes em operações policiais. Entre essas mortes, 86% das vítimas eram negras e moradores de locais periféricos, percentual que sobe para 90% quando se considera apenas a capital fluminense. Essa interseção de desigualdades está diretamente relacionada à sujeição à violência, evidenciando como um conjunto de características define quem é considerado suspeito no Brasil.

O estudo desenvolvido por Poderoso (2018) demonstra tal contexto. A pesquisa contou com a participação de policiais militares do Estado de Sergipe, que responderam a questões que exploravam as suas percepções sobre a relação entre características pessoais dos suspeitos, como cor de pele e estrato social, e o grau de suspeição. Os resultados sinalizaram uma clara associação entre pobreza e suspeição, indicando que indivíduos de estrato social mais baixo eram considerados suspeitos em maior grau. Além disso, observou-se uma correlação entre cor da pele e estrato social, sugerindo que policiais apresentavam uma tendência a relacionar pessoas negras a condições de vulnerabilidade social e, por extensão, à criminalidade.

Pesquisas, na Psicologia Social, quanto aos processos automáticos e não controlados de estereotipia e de preconceito demonstram uma associação cognitiva automática entre as

categorias sociais "negros" e "criminosos", o que resulta em avaliações mais negativas dos negros (Devine, 1989; Devine & Sharp, 2009).

Estudos revelam que negros são mais frequentemente, interpretados como possíveis criminosos (Eberhardt, et al., 2004) e, quanto mais características estereotipadas associadas à negritude um indivíduo possui, mais ele será percebido como criminoso (Eberhardt et al., 2006). Essa percepção aumenta o risco de negros serem alvejados por agentes policiais (Lima, et al., 2018), de receberem sentenças mais severas de juízes (Blair, et al., 2004; Blair, et al., 2004; Silva & Lima, 2016) e de enfrentarem uma maior probabilidade de serem condenados à morte (Eberhardt et al., 2006).

Os dados do presente estudo revelam que o discurso nos espaços digitais é permeado por uma dicotomia entre "cidadãos de bem" e "bandidos", facilitando a denegação de características mais complexas e humanas do grupo considerado inimigo. Paralelamente, constrói-se uma imagem positiva do próprio grupo, exaltando como o correto, “de bem” contra o "inimigo". Nesse contexto, esses elementos desumanizantes cumprem a função de construir uma base para a exclusão moral do outro (Opatow, 1990).

A desumanização é entendida como um fenômeno social que se baseia em estereótipos que visam a excluir determinado grupo do conceito de humanidade aceitável. Ela serve como uma pré-condição para o extermínio intergrupar, pois é precursora de processo em que grupos estigmatizados são colocados fora da esfera na qual os valores morais, regras e considerações de justiça se aplicam. Nesse sentido, o grupo ou pessoa excluída é percebido como uma praga ou ameaça, o que dá subsídio para formas mais extremas de discriminação, como tortura e morte (Haslam, 2006; Haslam, 2021; Opatow, 1990).

Além disso, a desumanização do exogrupo permite que o endogrupo construa uma percepção de superioridade moral. Essa percepção de superioridade fortalece a coesão interna e a exclusão do outro, pois o "inimigo" é considerado indigno dos direitos e proteções que seriam aplicados aos membros do próprio grupo (Opatow, 1990). A construção dessa superioridade do próprio grupo de pertença foi a representação do próprio policial como um “super-herói”. que desenvolve seu modo de conduta própria, frente a um sistema que privilegia aqueles que não obedecem a lei, como se depreende dos seguintes comentários:

“quem escapou teve sorte, tinha q morrer junto, cambada de vagabundo!!!
#faxinanojacarezinho #bandidos #mizeraveis”

"#domingoespetacular não confundir faxina com chacina. Morreu 1 trabalhador, o policial. 1 perda, apenas 1. #FAXINA #FaxinaDoJacarezinho"

"#CPFcancelado Parabéns POLICIAIS. OBRIGADO POR LIVRAR O PAIS DESSA CORJA"

"#FaxinaDoJacarezinho Parabéns aos policiais que arriscaram suas próprias vidas para acabar com esses párias da sociedade!!"

"27 CPF cancelados com sucesso e direto para o inferno. Lamentável apenas a morte do policial herói, o resto foram tarde. #ParabenspoliciaivilRJ #FaxinaDoJacarezinho"

É importante destacar-se que os processos ligados à desumanização não surgem sem apoio institucional, ou seja, precisam ser endossados por instituições políticas ou por códigos legais e/ou morais (Bar-Tal, 1989). Nesse sentido, os discursos de ódio que legitimam a violência policial não apenas ressoam nas próprias forças policiais, mas também reforçam condições sociais adversas. Essas condições criam o ambiente necessário para que indivíduos comuns interiorizem essa desumanização, o que os leva a perceber o outro como um menos humano e mesmo como não-humano, postulado que se materializa na representação da população dos moradores da favela como dispensáveis e indignos.

Grupos em conflito, com frequência, recorrem à desumanização do outro para justificar as causas do próprio conflito e naturalizar processos de exclusão e extermínio direcionados à parte adversária. Esse mecanismo sustenta o ciclo vicioso que perpetua o conflito, implicando que o grupo deslegitimado merece tratamentos extremos, além do que seria considerado justo para "humanos dignos". A interpretação do que é justo ou injusto depende, em grande parte, das repercussões na ordem social predominante. As normas culturais compartilhadas moldam os julgamentos sobre quais categorias de seres têm direito a considerações de justiça (Lerner & Miller, 1978). Em um ambiente marcado pela percepção de insegurança generalizada, pela ausência de um sistema penal eficaz e pelo estímulo à noção de "guerra ao crime", os discursos de ódio aprofundam e solidificam as fronteiras grupais (Soral et al., 2018).

Os discursos de ódio deixam explícita a desumanização dos indivíduos, vítimas do massacre. Foram encontradas construções narrativas que envolve categorizar um grupo como desumano, usando categorias de criaturas sub-humanas, como raça inferior, animais (animalização), ou demônios e monstros (demonização) (Haslam, 2006). Tais formas de representação da alteridade instigam emoções de nojo, repulsa e de desprezo pelos grupos-alvos (Haslam, 2006; Leyens et al., 2003), normalizando atitudes negativas e ações de matança e de destruição (Bar-Tal, 1989), como fica patente nos comentários seguintes:

“Parabéns a polícia do RJ por mandar pro inferno 24 emissários do capeta. A imprensa mais uma vez mostrou de que lado está. Meus sinceros sentimentos a família e amigos do herói morto por esses bandidos”

“Tinham que ter sido todos os 27 enterrados juntos, todos de cabeça para baixo... #BandidoBomEBandidoMorto”

“Parece que não foram 25 "pessoas" que morreram, né @tvglobos? #CPFcancelado”

“Salvar aquele que no futuro poderá te matar, só mesmo sendo hipócrita e imbecil para tomar essa decisão. Se tiver um cachorro e um bandido precisando de ajuda para não morrer, é óbvio que salvarei o cachorro. #BandidoBomEBandidoMorto”

As pessoas são frequentemente comparadas a "animais" ou despojadas de suas características humanas, não apenas quando violam normas sociais de forma explícita, mas também quando suas ações são percebidas como uma ameaça à ordem moral de uma sociedade (Haslam, Loughnan, & Sun, 2011). Um ponto relevante foi o uso da metáfora da "faxina", por ser poderosa para demonstrar que a operação policial não deve ter o objetivo de prender o suspeito, entretanto de eliminar aqueles, rotulados como "bandidos". Essa retórica de "limpeza" desumaniza o outro ao tratar a vida como a que deve ser descartada, reforçando a ideia de que determinados grupos, os favelados, neste contexto, não são dignos de direitos ou de proteção legal:

“Bandido bom é bandido morto! Se matar vários bandidos se chama Chacina então queremos muitas chacina igual a essa. #CPFcancelado”

#FaxinaDoJacarezinho bora cancelar mais cpfs hj?

“Alguém sabe dizer quando vai ter operação novamente? Quero comprar mais fogos! Alô @PMERJ Bora aumentar o número de #CPFcancelado 24 tá muito baixo! Tem que dobrar a meta. Tudo vagabundo morto.”

“Toda semana 25, fica uma boa limpeza. #BandidoBomEBandidoMorto”

“Será que não conseguimos dobrar a meta! #bandidobomebandidomorto”

“Justiça só se pede para gente inocente ... #FaxinaDoJacarezinho”

“Esse BOSTA chama BANDIDOS de vítimas! Pena que não foram 250! #CPFcancelado”

“Queremos mais!! #FaxinaDoJacarezinho”

Os indivíduos desumanizados, também, tornam-se alvo de um intenso desejo de “vingança”, que é percebido como um "direito" de aplicação de castigos extremos. As postagens de ódio incentivam a conduta de práticas de extermínio policial como o único meio

de se alcançar justiça, exaltando as diferenciações de tratamento aos diversos grupos. A "sede de sangue", expressa nas postagens, revela esse desejo por justiça. Uma perspectiva paradoxal, na qual se busca justiça através de atos criminosos, reflete uma lógica perversa em que as escolhas de vida das vítimas são equiparadas às ações dos agentes de segurança. Dessa forma, a responsabilidade por sua própria morte é transferida às próprias vítimas, justificando a violência estatal como uma resposta legítima à provocação do "inimigo":

“ô maluca, foram bandidos q morreram em confronto com a polícia. Não foram inocentes, exceto o policial. O resto eram criminosos q não farão falta à sociedade. #CPFCancelado”

“Ué, justiça foi feita!! #Jacarezinho #cpfcancelado”

“A OPERAÇÃO FOI UM SUCESSO! #CPFCancelado #ChacinaNoJacarezinho quem vive dentro da lei e da ordem agradece. @STF_oficial como espero q sejam despedidos das togas! Seus militantes travestidos”

“O desgraçado do cara entra para o tráfico e a mamãezinha dele chora dizendo que o filhinho dela tinha apenas 25 aninhos... Viveu foi muito! #FaxinaDoJacarezinho”

“Justiça só se pede para gente inocente ... #FaxinaDoJacarezinho”

A análise realizada indica que os discursos de ódio no então *Twitter*, se mostraram eficientes enquanto narrativas para formar a opinião pública e promover a adesão daqueles que se identificam com os conteúdos discriminatórios. No contexto da chacina do Jacarezinho, o endosso das práticas de violação dos direitos humanos criou um ambiente de desumanização, no qual a eliminação do "inimigo" (pessoas da favela) é vista como desejada e um dever do Estado. Fato esse que sinaliza uma aceitação crescente da violência como solução para conflitos sociais e o discurso de ódio nas redes como recurso de coesão grupal.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo analisar o discurso de ódio no *Twitter* (X), em relação à ação policial no Jacarezinho, em maio de 2021, buscando compreender a estruturação desses comentários. As *hashtags* que continham discursos de ódio e/ou apoio à violência policial serviram como marcadores principais para a análise. Os resultados, por sua vez, evidenciaram a mobilização de pautas discriminatórias, com demonstrações de endosso à violência e ao extermínio da população da favela, motivadas por ideologias conservadoras e identificação grupal. Foi identificado que aspectos de uma ideologia conservadora-reacionária utilizam o

discurso de ódio como um instrumento para delimitar fronteiras entre grupos, como esquerda e direita, violência policial e direitos humanos, "cidadãos de bem" e "bandidos", assim como define quem merece viver e quem merece morrer.

As publicações analisadas apresentavam uma visão das vítimas da chacina como menos humanas. O fenômeno da desumanização fundamenta a discriminação e o desejo pelo extermínio intergrupar, o que torna ainda mais grave esse tipo de expressão, pois endossa as práticas institucionalizadas de violência, especialmente pelas forças policiais, sob a bandeira de guerra contra o crime. Vale destacar que todas as publicações se referiam às vítimas, de forma generalizada, reduzindo-as à ideia de "grupo inimigo", visto como uma ameaça aos valores sociais fundamentais. O discurso de ódio não apenas desumaniza a população da favela, mas, também, reforça comportamentos que transcendem as fronteiras do ambiente virtual, concretizando-se em atitudes no mundo real.

Esses resultados ganham ainda mais relevância em um contexto no qual as mídias sociais se tornaram um dos principais formadores de opinião pública. A possibilidade de se compreender os elementos, que compõem o discurso de ódio direcionado às pessoas das favelas, demonstra que, embora nem sempre sutis, tais discursos podem ser, amplamente, naturalizados apesar de seu conteúdo danoso. Ao se aprofundar o entendimento sobre como a discriminação contra as pessoas das favelas é construída, adquire-se mais ferramentas para compreender, ampla e detalhadamente, esse fenômeno. Isso permite identificar os mecanismos que sustentam e perpetuam essa forma de exclusão social e de violência, facilitando a criação de estratégias mais eficazes de controle da violência.

Apesar das contribuições deste estudo, algumas limitações devem ser reconhecidas. Uma delas é no que concerne ao uso de uma única plataforma. A delimitação pode limitar a generalização dos resultados para plataformas e modos de comunicação. A coleta de dados, por ter-se baseado em *hashtags* selecionadas, pode não capturar a totalidade das interações que envolvem discursos de ódio ou de apoio à violência, uma vez que muitos usuários podem expressar opiniões semelhantes sem o uso desses marcadores. Contudo, por se tratar de estudo para se compreender, em um primeiro momento, o fenômeno, torna-se oportuno. Além disso, a partir das análises realizadas, neste estudo de caso, é possível ampliar-se a compreensão do papel do discurso de ódio no apoio à violência contra a população das favelas.

Conclusão que aponta para a necessidade de se expandir a investigação para a análise de como o discurso de ódio impacta atitudes preconceituosas. Esse aprofundamento permitirá uma visão mais detalhada dos mecanismos pelos quais o discurso de ódio reforça atitudes

discriminatórias, modificando o ambiente social e a percepção sobre a violência contra minorias.

CAPÍTULO 4

O DISCURSO DE ÓDIO, PRECONCEITO IMPLÍCITO E DESUMANIZAÇÃO

Este capítulo investiga como a exposição a discursos de ódio nas redes sociais influencia a percepção sobre minorias sociais, o que pode aumentar o preconceito e promover a desumanização, especialmente em relação à população das favelas. De forma específica, buscou entender como o preconceito implícito e a propagação de discursos de ódio em ambientes virtuais facilitam a banalização do ódio e a desumanização da população negra-pobre. Para este fim, foi realizado um estudo empírico que se propôs a analisar se a exposição ao discurso de ódio contra moradores de favelas aumentava as expressões implícitas de preconceito e os processos de desumanização em relação a este grupo. As medidas utilizadas no estudo incluíram instrumentos de preconceito racial implícito (“*First Person Shooter Task*”, Correll *et al.*, 2002), de desumanização (baseado em Lima, 2002) e de percepção sobre o ódio (baseado em Soral *et al.*, 2018), além de dados sociodemográficos.

4.1 O ódio como lente: o impacto dos discursos de ódio na percepção social

Em 31 de maio de 1921, na cidade de Tulsa, no estado de Oklahoma (EUA), uma multidão de pessoas brancas invadiu e incendiou o distrito de Greenwood, uma das mais prósperas comunidades negras do país. O massacre durou 18 horas, resultando na morte de mais de 300 pessoas, bem como na destruição de 1.200 casas, culminando em cerca de 10.000 pessoas negras desabrigadas. Na tarde deste mesmo dia, um dos dois jornais da cidade, o “*The Tulsa Tribune*”, publicou uma matéria de primeira página com a manchete “*Nab Negro for Attacking Girl in Elevator*” (Prendam negro por atacar menina no elevador). O artigo fornecia detalhes sensacionalistas sobre a prisão de Dick Rowland, um engraxate de 19 anos que foi falsamente acusado de agredir sexualmente uma garota branca de 17 anos. A cobertura sensacionalista do jornal “*Tribune*” funcionou como um catalisador: mobilizou cerca de 2.000 moradores brancos a se reunirem na prisão, mais tarde e naquela noite, e exigirem que a polícia entregasse o suspeito. Após um breve período de tensão entre os residentes negros e brancos em frente ao local, tiros foram disparados e o massacre começou (*Oklahoma Commission to Study the Tulsa Race Riot of 1921*, 2021).

A abordagem jornalística citada reforçou estereótipos racistas disseminando discursos de ódio que instigaram o massacre que se seguiria. Segundo o relatório da comissão de investigação da tragédia, "*Tulsa Race Riot*" (2021), os jornais da época foram essenciais para estimular o massacre, culpabilizando a população negra pela tragédia. Nos dias que antecederam o massacre, o foco principal foi a criminalidade negra: publicação, na primeira página, de artigos que distorciam os fatos, relacionados a essa população. Reportagens carregadas de racismo, reforçaram os estereótipos que associavam homens negros à violência e ao crime sexual, aprofundando o clima de medo e de hostilidade contra os negros, a exemplo de "*Precisamos agir nos hotéis. Temos que expulsar os cafetões negros se quisermos acabar com esse problema.*" (*Oklahoma Commission to Study the Tulsa Race Riot of 1921*, 2021, p. 55).

Em uma sociedade imersa em inflamadas tensões raciais, caracterizada pelas leis de Jim Crow e pelo crescimento rápido da Ku Klux Klan, as manchetes sensacionalistas, cheias de ódio, atuaram como um gatilho para o racismo já existente, utilizando a desumanização da população negra como um dos meios para estimular linchamentos e promover a "justiça" com as próprias mãos (Tolnay & Beck, 1995). Estudos mais recentes atestam esse tipo de influência, demonstrando que tanto a natureza das notícias como a linguagem utilizada nos meios de comunicação podem influenciar o preconceito e a violência contra minorias sociais (Graf et al., 2019).

Apesar de muitas mudanças sociais terem ocorrido desde o Massacre de Tulsa, infelizmente ainda se enfrenta desafios semelhantes em relação à incitação pública contra minorias através de discursos de ódio (Burnap et al., 2019; Intravia & Pickett, 2019). Um dos elementos desse quadro é a transição da mídia tradicional para o ambiente digital, que tem alterado profundamente a maneira como as informações são consumidas, propagadas e interpretadas pelo público. O relatório *Digital News Report* (2023), que analisa as dinâmicas do consumo de notícias em diversos países, preconiza que existe uma transição contínua dos meios tradicionais de comunicação para as plataformas digitais. Em todo o mundo, os dispositivos móveis têm sido a preferência: 73% da população consome notícias pelos celulares e redes sociais, sendo essa a principal fonte de informações. Esse número é ainda mais elevado entre os jovens: 43% dos entrevistados na faixa etária de 18 a 24 anos.

O acesso a informações exclusivamente pelas redes sociais traz diversas mudanças na maneira como a sociedade se relaciona com esses conteúdos. Dois elementos característicos desses ambientes requerem maior atenção nessa transição de consumo. O primeiro deles é a

rapidez do consumo, associado a superficialidade das informações fornecidas. Apesar de acelerarem a divulgação de notícias, as redes sociais e outras plataformas digitais, muitas vezes, não adotam uma verificação de veracidade adequada (Vosoughi et al., 2018). Isso induz o consumo seletivo de informações, muitas vezes, descontextualizadas, contribuindo para a maior disseminação de informações enganosas e à formação de opiniões com base nessas informações (Pennycook et al., 2019). Um problema significativo, pois esse tipo de conteúdo distorcido, como *fake news*, têm, em média, 70% mais probabilidade de serem compartilhadas nas redes sociais (Vosoughi, et al., 2018).

O segundo elemento a ser levado em consideração nesse quadro é a própria natureza algorítmica das redes sociais, que promove maior interação e engajamento e dá mais visibilidade a conteúdos polêmicos ou extremos (Dobson & Knezevic, 2018). O estudo de Liu et al. (2021) revela como a estrutura das redes sociais pode reforçar e ampliar visões extremas. Após analisar 900 mil artigos de notícias de 41 fontes no antigo *Twitter*, os autores concluíram que usuários com preferências políticas mais extremas, tendem a receber recomendações de conteúdo que são menos diversificados e mais alinhados com suas visões pré-existentes. Essa dinâmica além de promover um aumento da ideia de polarização política, reforça a percepção de consenso dentro de seus próprios grupos. Também foi possível identificar que os algoritmos, baseados tanto em filtragem colaborativa quanto em conteúdo, desempenham papéis significativos na criação de bolhas informativas, embora de maneiras distintas. Ambos os métodos tendem a reduzir a exposição dos usuários a pontos de vista divergentes, o que tem um impacto profundo na forma como as pessoas percebem o consenso social e se mobilizam em torno de questões públicas.

Com essa estrutura algorítmica, a situação se agrava ainda mais, pois evita o contato com outros grupos sociais. Contato que seria um dos elementos fundamentais para diminuição do preconceito intergrupais (Allport, 1954/1979). Assim, o ambiente virtual e a exposição a discursos de ódio não apenas consolidam estereótipos negativos, mas, servem como uma porta de entrada para a socialização *off-line*, aumentando as chances de formação de grupos extremistas que promovem ações baseadas em ódio no “mundo real” (Koehler, 2014).

A Crise dos *Rohingyas* de Mianmar, na Ásia, uma das mais graves crises humanitárias recentes, exemplifica tragicamente como o uso de discurso de ódio em ambientes virtuais pode ter consequências devastadoras na vida real. Em 2014, um extremista budista provocou uma série de linchamentos ao compartilhar no *Facebook* uma falsa informação sobre estupro. As autoridades foram obrigadas a bloquear o acesso à plataforma para interromper a revolta

popular. Esse contexto não se restringe apenas a este episódio: ao longo dos anos, o *Facebook* foi, amplamente, utilizado para disseminar mensagens carregadas de conteúdo desumanizador, propagadas por líderes religiosos e por figuras políticas, que alimentaram o preconceito e incitaram a violência. O resultado foram assassinatos, estupros e destruição de comunidades inteiras, forçando centenas de milhares de muçulmanos *Rohingyas* a fugirem de suas casas (Fink, 2018).

Em diferentes cenários, ambas as tragédias mencionadas neste capítulo ilustram como a instrumentalização de discursos de ódio com elementos de desumanização pode instigar violência contra minorias sociais. Esses atos extremos de violência, usualmente, não ocorrem de maneira isolada; pelo contrário, eles são precedidos por um processo gradual que se inicia com a manifestação inicial do preconceito (discurso de ódio) (Allport, 1954/1979). Nesse sentido, é importante destacar que a forma como os discursos de ódio são percebidos nos ambientes virtuais está diretamente relacionada a uma série de fatores, que vão desde o contexto em que são propagados até o perfil dos indivíduos que os recebem (Schmid et al., 2022).

O estudo de Schmid et al. (2022) traz boas reflexões sobre como as características pessoais dos usuários, as formas de apresentação do discurso e as características do seu conteúdo tendem a influenciar a percepção do discurso de ódio nas redes sociais. A pesquisa distingue entre percepções de primeiro nível (reconhecimento do discurso de ódio) e percepções de segundo nível (atitudes em relação ao discurso de ódio). Participaram 23 usuários, com idades entre 18 e 67 anos, que navegaram em uma rede social fictícia enquanto suas reações ao discurso de ódio eram observadas. Posteriormente, os participantes foram entrevistados para discutir suas atitudes e percepções nas postagens. Os resultados mostram que os usuários reagem de maneira diferente ao discurso de ódio com base na forma de apresentação (textual ou visual) e no seu conteúdo, dividido em direto e indireto. O conteúdo direto são as expressões de ódio, manifestadas de forma explícita e inequívoca, enquanto o conteúdo indireto, mais sutil e disfarçado, não o expressando de maneira explícita.

Demonstrando que os discursos diretos e visualmente impactantes são mais identificados e considerados ofensivos, em relação às formas indiretas e textuais. Muitas vezes, camufladas em humor, são frequentemente ignoradas ou não percebidas como problemáticas. Além disso, usuários mais jovens e aqueles com maior frequência de uso de redes sociais tendem a reconhecer menos o discurso de ódio, possivelmente devido a um

processo de dessensibilização, causado pela alta exposição a este tipo de conteúdo (Schmid et al., 2022).

Desse modo, a forma como o discurso de ódio é apresentado tem uma influência significativa na maneira como ele é reconhecido e percebido pelos usuários. Compreender o contexto em que essas mensagens são inseridas é essencial para captar as nuances do conteúdo. O contexto fornece uma moldura interpretativa que ajuda a discernir a intenção e a gravidade do discurso, em especial, em situações em que o ódio é dissimulado ou apresentado de forma irônica (Pérez et al., 2023).

Como apontado, quando o discurso de ódio é disfarçado com humor, não apenas evita a detecção pelos sistemas automatizados das plataformas digitais, mas também se torna mais aceitável para o público. O estudo desenvolvido por Schmid et al. (2023) demonstra como os usuários tendem a processar discursos de ódio, principalmente aqueles que são memes, ajudando a entender como o humor auxilia nesta normalização de ideologias hostis. O estudo foi conduzido em duas etapas. Na primeira, 41 usuários de redes sociais navegaram por páginas com memes, contendo discurso de ódio humorístico, com a verbalização dos seus pensamentos e reações em tempo real. Na segunda, 65 estudantes universitários foram expostos a uma série de memes e instruídos a classificar cada um como hostil ou não hostil, com o tempo de resposta medido para se avaliar a rapidez no processamento do conteúdo. Os resultados indicam que participantes mais jovens e familiarizados com memes inclinam-se a considerar esses conteúdos menos hostis em comparação com a opinião dos participantes mais velhos. O estudo demonstra que não apenas o humor, mas também a compreensão da linguagem das redes sociais desempenha um papel crucial na forma como o discurso de ódio é percebido e aceito.

Na dinâmica dos grupos sociais, mais do que uma menor percepção dos discursos de ódio nos ambientes virtuais, a proliferação desse tipo de conteúdo também tem o potencial de exacerbar a divisão social e aumentar a desconfiança em outros grupos (Schäfer et al., 2021). Essa percepção de maior conflito grupal pode acentuar as distinções entre diferentes grupos, à medida que os indivíduos tendem a fortalecer sua identificação com o próprio grupo (endogrupo), distinguindo o seu dos demais grupos (exogrupos) (Tajfel & Turner, 1979). Isso reduz a possibilidade de interações positivas com a diversidade e outras perspectivas de mundo, aguçando os conflitos sociais latentes. Especialmente nas plataformas de mídias sociais, essa tendência é amplificada por uma simplificação excessiva das características dos grupos sociais, o que intensifica o processo de estereotipia, impacta diretamente a organização

social e influencia tanto as interações entre indivíduos quanto o funcionamento das instituições (Dobson & Knezevic, 2018).

Arcila-Calderón et al. (2022) realizaram um estudo no qual exploram a relação entre o discurso de ódio e a aceitação social de migrantes e refugiados na Europa. A pesquisa baseia-se na coleta e na análise de 847.978 *tweets*, publicados entre 2015 e 2020, junto com a geolocalização para associar esses *tweets* a regiões específicas da Europa. Os resultados demonstraram que países como a Itália e a Grécia apresentaram picos de discurso de ódio em várias ocasiões durante o período estudado. Essas flutuações, atribuídas a crises migratórias e ao aumento do sentimento nacionalista nesses países. Os dados também revelaram uma correlação negativa entre o nível de discurso de ódio *on-line* e o apoio social aos migrantes, em regiões onde o discurso de ódio era menos prevalente, os migrantes eram mais aceitos e havia uma maior disposição para integrá-los socialmente, sugerindo que a redução do discurso de ódio pode ser fundamental para promover atitudes mais inclusivas em relação aos migrantes (Arcila-Calderón et al., 2022).

Dessa forma, é possível perceber que a exposição aos discursos de ódio e a conteúdos estereotipados exerce uma influência perigosa na percepção sobre grupos-alvo. Essa exposição reforça preconceitos existentes, desumaniza esses grupos e os retrata como inferiores ou ameaçadores (Goff et al., 2008). Por outro lado, também promove a dessensibilização ao conteúdo discriminatório, ou seja, torna os indivíduos menos conscientes e críticos em relação à gravidade da violência infligida a esses grupos (Soral et al., 2018). Nesse sentido, é possível perceber que seu impacto se estende além das manifestações explícitas de preconceito, perpetuando, inclusive, formas implícitas que são internalizadas e que afetam atitudes em níveis não conscientes ou no processamento automático das informações (Barnidgea, et al., 2019).

4.2 O preconceito implícito e a naturalização da violência

O discurso de ódio é considerado uma forma explícito de preconceito e compreendido como uma ação deliberada destinada a incitar discriminação e violência contra grupos específicos (Waldron, 2012). Entretanto, essa expressão discriminatória, pode ativar processos cognitivos que operam abaixo do nível de controle consciente e que influenciam, diretamente, as percepções, os pensamentos e os comportamentos das pessoas (Lima, & Vala, 2004). Após décadas de pesquisas, é possível afirmar que boa parte dos processos mentais envolvidos nas

interações sociais não ocorre de forma controlada e deliberativa. Pelo contrário, raciocínios tão complexos quanto aqueles envolvidos na avaliação ou julgamento moral, em grande parte, ocorrem automaticamente ou de maneira não controlada (Gramzow & Gaertner, 2005).

Esses fenômenos cognitivos são justamente influenciados por dois tipos de processos: controlados e automáticos. Os processos cognitivos controlados são intencionais e deliberativos, estando sob o controle do indivíduo, de modo consciente, para se tomar decisões, ou seja, há intencionalidade no comportamento daquele que o faz, como, por exemplo, resolver uma equação matemática. Esse tipo de processo não pode ser realizado simultaneamente com outro ou, de maneira inconsciente (Devine & Sharp, 2009). Já os processos cognitivos automáticos podem ser conceituados como os que acontecem sem intencionalidade ou sem deliberação do indivíduo, assim como não interferem em outros processos cognitivos simultâneos, portanto, são involuntários. Um exemplo desse tipo de processo é a reação instintiva de se desviar de um objeto em movimento e, mesmo sem querer, a resposta ocorre de forma automática e rápida (Devine & Sharp, 2009; Lima, 2020).

O preconceito implícito, nesse processo psicológico, manifesta-se como atitudes negativas automáticas em relação a determinados grupos sociais, fato que influencia percepções e comportamentos sem a deliberação consciente do indivíduo (Bodenhausen & Richeson, 2010). Esse tipo de preconceito é, potencialmente, perigoso porque os indivíduos não estão plenamente conscientes de seus vieses implícitos, o que gera ações e julgamentos que contradizem seus valores conscientes de igualdade e de justiça (Yogeeswaran et al., 2017).

No nível cognitivo, esse fenômeno reflete experiências e associações repetidas em determinados contextos. As interações entre diferentes objetos, categorias sociais e eventos criam associações implícitas na mente, influenciam percepções e comportamentos (Smith & Nosek, 2010). Como fica demonstrado no interessante estudo desenvolvido por Olson e Fazio (2001), que mostra como atitudes podem ser moldadas sutilmente, impactando bastante as percepções. No experimento, os participantes foram expostos a pares de imagens de personagens da animação "*Pokémon*" com palavras ou imagens de valência positiva (e.g., "excelente", "maravilhoso") e negativa (e.g., "terrível", "horrível"). Após a exposição, os participantes avaliaram os estímulos em uma escala Likert de desagradável a agradável (medida explícita) e responderam o Teste de Associação Implícita (IAT) (medida implícita). Os resultados indicaram que os estímulos condicionados, associados a palavras e a imagens

positivas foram avaliados mais positivamente do que aqueles relacionados a estímulos negativos, tanto na medida explícita quanto na implícita.

Apesar da possibilidade do preconceito implícito poder ser manipulado em situações experimentais, no mundo “real”, os elementos sócio-históricos que estruturam o ambiente desempenham um papel central na sua perpetuação (Payne & Hannay, 2021). Segundo Devine (1989), os estereótipos culturais são profundamente enraizados nas memórias desde a infância, antes mesmo de os indivíduos desenvolverem a capacidade cognitiva de, criticamente, questionar a validade ou a aceitabilidade desses estereótipos. Isso implica que as atitudes implícitas, além do mais, dão fruto de associações de um longo processo de socialização, o qual integra normas culturais e padrões comportamentais.

Pesquisas demonstram que os discursos de ódio, ao passo que evocam estereótipos vastamente compartilhados, aumentam não apenas o preconceito explícito, mas também o preconceito implícito (Bilewicz & Soral 2020; Fasoli, et al., 2016; Soral, et al., 2018). Destacando o estudo de Hsueh et al. (2015) que se propôs a investigar como os comentários, contendo discurso de ódio *on-line*, podem influenciar as atitudes dos leitores. A investigação contou com 137 voluntários que foram convidados a entrar em um *site* fictício de pesquisa de marketing. Nesse local, os participantes leram um artigo sobre o aumento no financiamento de bolsas para estudantes internacionais asiáticos e após visualizaram 12 comentários selecionados previamente (preconceituosos ou anti-preconceituosos). Ao fim, eram convidados a postar seus próprios comentários sobre a notícia e participar do Teste de Associação Implícita. Os resultados demonstraram que os participantes expostos a comentários preconceituosos apresentaram atitudes mais negativas em relação aos asiáticos, tanto nas medidas explícitas quanto nas medidas implícitas de preconceito. Por sua vez, os comentários anti-preconceituosos resultaram em atitudes mais positivas em relação ao exogrupo.

Na consideração do discurso de ódio como rótulos depreciativos direcionados a determinadas identidades, é perceptível que seus efeitos discriminatórios não são causados apenas pelas palavras negativas usadas para descrever grupos sociais minoritários. Mas também da forma simplificada e superficial com que esses grupos são representados (Dobson & Knezevic, 2018; Lim, 2013), muitas vezes, retirando as características, tipicamente humanas, em seus conteúdos (Musolff, 2015). Fato demonstrado no estudo conduzido por Fasoli et al. (2016), no qual os participantes que leram conteúdos homofóbicos reduziram a atribuição de palavras associadas a seres humanos ao grupo dos homossexuais (palavras como

"pessoa" ou "cultura"), em favor de termos relacionados a animais (como "rebanho" ou "natureza"). Além disso, o estudo demonstrou que esses estereótipos também resultam em um maior distanciamento físico, com os participantes tendendo a se sentar mais afastados ao encontrar um homossexual, em comparação com a exposição a rótulos de categorias neutras e de insultos genéricos.

Com o foco nesse potencial de dano que conteúdos de ódio contra grupos sociais minoritários e sua influência nos processos automáticos, Soral e colaboradores (2018) desenvolveram três estudos, no contexto polonês, com o objetivo de entender como a exposição repetida a discursos de ódio aumenta o preconceito contra grupos minoritários e gera a naturalização de atos discriminatórios.

Os participantes, separados em grupos, foram expostos a discursos de ódio e neutros. Para analisar a naturalização ao ódio, os pesquisadores implementaram um treinamento de dessensibilização, quando os participantes foram expostos a declarações de ódio, direcionadas a cinco minorias diferentes. Eles tinham que indicar, em uma escala de 1 a 7, se percebiam cada exemplo como não ofensivo (1) ou altamente ofensivo (7). Criou-se um indicador de sensibilidade ao discurso de ódio com base na média das pontuações nas 15 declarações do treinamento de dessensibilização. Os resultados mostraram que a exposição frequente a discursos de ódio diminui a sensibilidade a esses discursos e aumenta o preconceito contra os grupos-alvo. Em outros termos, os participantes expostos com maior frequência a discursos de ódio apresentaram uma menor percepção da ofensividade dos discursos e maior propensão a ter atitudes preconceituosas em comparação com aqueles do grupo controle (Soral et al. 2018).

Estudos relacionam a naturalização ao ódio ao Modelo de Agressão Geral (Carnagey et al., 2007), uma estrutura teórica que busca explicar os mecanismos pelos quais a exposição às situações de violência influencia os comportamentos. Nesse contexto, a dessensibilização diz respeito a uma redução na resposta emocional e fisiológica à violência após a exposição repetida a conteúdos violentos. Isso implica que, com o tempo, as pessoas se tornam menos sensíveis ou reativas à violência, tanto em termos de emoções (como empatia e aversão) quanto de reações fisiológicas (como aumento da frequência cardíaca ou dos níveis de estresse) (Bartholow, et al. 2006).

Esse fenômeno é bem ilustrado no experimento realizado por Fanti et al. (2009). Os autores se propõem a investigar como a exposição repetida à violência em mídias leva à dessensibilização em curto prazo. Participaram 96 voluntários, expostos a nove cenas de

violência e a nove de comédia, em uma única sessão experimental. Após cada segmento, os participantes preencheram questionários que mediam suas reações emocionais e atitudinais. Os resultados indicaram que a exposição repetida a cenas de violência levou a uma diminuição na resposta emocional negativa à violência. Inicialmente, os participantes relataram sentir menos prazer ao assistir às cenas violentas e mais simpatia pelas vítimas. Contudo, com o tempo, eles mencionaram uma maior aceitação e, até mesmo, um aumento no prazer ao presenciarem essas cenas, contexto que indica uma mudança progressiva na percepção. Em contraste, a exposição às cenas de comédia não resultou em dessensibilização semelhante.

Assim como a apresentação repetida à violência em mídias pode reduzir a sensibilidade das pessoas às consequências dessa mesma violência (Anderson & Bushman, 2018), a exposição contínua a discursos de ódio, nas redes sociais, leva à modificação da percepção dos indivíduos quanto ao conteúdo negativo desses discursos (Soral et al., 2018).

O estudo conduzido por Schäfer et al. (2021) também exemplifica como essa exposição repetida aos discursos de ódio impacta as atitudes dos usuários das redes sociais. No experimento, 920 usuários do *Facebook* foram colocados à frente de uma plataforma fictícia, onde visualizaram diferentes tipos de comentários de usuários. As variáveis do experimento incluíam a quantidade de discurso de ódio (nenhum, poucos ou muitos comentários de ódio) e os grupos-alvo desses comentários (muçulmanos e homossexuais). Os resultados sinalizaram que a exposição contínua a discursos de ódio não só leva os participantes a uma percepção menos danosa em relação a esses conteúdos, mas promove a polarização de suas atitudes. Em particular, os indivíduos que já possuíam atitudes negativas em relação aos grupos visados tendiam a reforçar essas atitudes após serem expostos a comentários de ódio.

Contudo, a discriminação não parte apenas de indivíduos preconceituosos, incluem ainda um conjunto de tendências estruturais na sociedade que, sistematicamente, prejudicam grupos sociais marginalizados (Almeida, 2019; Galvan & Payne, 2024). Apesar de o discurso de ódio atuar como um catalisador das manifestações de preconceito em determinados contextos (Soral et al., 2018), como no uso de linguagem racista que pode exacerbar o preconceito entre indivíduos que já possuem atitudes racistas (Leets, 2001), o conhecimento sobre estereótipos é difundido de maneira semelhante entre indivíduos com diferentes níveis de preconceito, indicando que a ativação automática desses estereótipos é um fenômeno comum, mesmo entre aqueles que não endossam conscientemente tais crenças (Devine,

1989). Nesse sentido, o preconceito implícito deve ser entendido não apenas como uma expressão automática de preconceito, bem como como um reflexo sociocognitivo do ambiente cultural em que se está inserido (Payne & Hannay, 2021).

4.3 Violência Racial Implícita: a manifestação do racismo estrutural

A consolidação de preconceitos preexistentes, através da exposição repetida ao discurso de ódio em uma estrutura social, não ocorre de forma isolada, pois está profundamente interligada a uma sociedade que perpetua a discriminação contra grupos marginalizados (Galvan & Payne 2024). Sua disseminação nas redes sociais e seu uso político intensificam essa dinâmica, em especial, em contextos em que determinados grupos são desumanizados (Müller & Schwarz, 2021; Williams & Burnap, 2016). Em sociedades como a brasileira, onde as desigualdades sociais são profundas, os discursos de ódio, frequentemente, têm como alvo grupos diretamente expostos à violência do Estado e à exclusão socioeconômica, como ocorre com a população negra e com os pobres (Fauth & Catalan, 2018; Moreira, 2014; Vascon, 2018).

Os aspectos históricos e sociais refletem os preconceitos presentes na maioria da população e moldam profundamente a percepção sobre as pessoas negras e pobres (Galvan & Payne, 2024; Payne & Hannay, 2021). As interações repetidas com normas e práticas discriminatórias, ao longo do tempo, reforçam estereótipos e vieses negativos sobre essas pessoas, que são internalizados e ativados de forma automática frequentemente. Mesmo em contextos em que indivíduos não expressam abertamente atitudes racistas, suas percepções e comportamentos podem ainda ser influenciados por esses preconceitos enraizados (Devine, 1989; Kawakami & Dovidio, 2001). Nesse sentido, o racismo estrutural afeta leis, instituições, normas e forças culturais, criando padrões de desvantagem que podem persistir por gerações, moldando as atitudes e percepções contemporâneas sobre a população negra e os pobres (Almeida, 2019).

Em um estudo desenvolvido por Payne e colaboradores (2019), foi investigado como o legado da escravidão nos EUA está relacionado ao preconceito implícito contemporâneo. Utilizando dados do Censo dos Estados Unidos de 1860, que fornece informações detalhadas sobre a população escravizada em diferentes estados antes da Guerra Civil, os pesquisadores mapearam a proporção da população escravizada em cada condado e estado. Além disso, foram analisados dados do Teste de Associação Implícita (IAT) de 2,5 milhões de

entrevistados do "*Project Implicit*" coletados entre 2002 e 2016, com uma amostra representativa de várias regiões dos Estados Unidos. Os resultados mostraram que as áreas com maiores níveis de preconceito implícito apresentam maiores desigualdades sociais e raciais, como disparidades na saúde, mortalidade infantil e uso de força policial. Os autores sugerem que o preconceito implícito deve ser compreendido como uma manifestação cognitiva de desigualdades históricas e estruturais atuando como um indicador de desigualdades sistêmicas, refletindo as condições sociais e os estereótipos predominantes sobre a população negra.

Essa ativação automática pode ter implicações sérias, especialmente quando o conteúdo é predominantemente negativo, como no caso dos estereótipos raciais (Kawakami & Dovidio, 2001). Estudos sobre processos automáticos e vieses raciais comprovam associações danosas do estereótipo do negro, como, por exemplo, serem avaliados mais negativamente (Devine, 1989; Devine & Sharp, 2009) ou serem percebidos como menos inteligentes do que brancos (Sommers & Ellsworth, 2000).

A criminalidade também tem sido um componente típico do estereótipo dos negros com o passar dos anos, substanciando preconceitos automáticos, promovendo a associação imediata entre o negro e o estigma da suspeição e da violência, influenciando o comportamento do indivíduo de modo que o próprio não perceba (Devine, 1989; Goff et al., 2014; Lima et al., 2018). Como por exemplo, estudos experimentais sobre crime e violência que tem concluem que a exposição a rostos negros facilita a categorização de objetos associados com a criminalidade (Payne, 2001; Payne et al., 2002; Dantas et al., 2023), ou mesmo a tendência em atirar em alvos negros armados mais rapidamente do que em alvos brancos armados (Correll et al. 2002; Lima et al., 2018), assim como o quanto mais estereotipados os traços físicos de uma pessoa parecerem negros, maior a probabilidade dela ser vista como criminoso (Eberhardt et al., 2004).

A associação automática de negros como suspeitos, criminosos e/ou violentos, por exemplo, pode levar alguém a interpretar o comportamento ambíguo de um indivíduo negro como mais potencialmente ameaçador do que o comportamento idêntico a um indivíduo branco (Lima, 2020). Esses julgamentos racialmente tendenciosos não exigem o fanatismo tradicional. Em vez disso, para indivíduos fazerem essa associação automaticamente é possível que a mera menção à categoria “negro” possa ativar ligações com a representação mental de crime, fazendo com que interpretem comportamentos alinhados com o conceito ativado, isso ocorre porque a categoria social negros atua como protótipo mental, ou seja,

junção de traços e características centrais que define o estereótipo de um criminoso violento (Eberhardt et al., 2004; Osborne & Davies, 2014; Richardson & Goff, 2012).

O mero contato com pessoas negras pode influenciar vieses de processamento cognitivo que afetam a nossa percepção do ambiente. Como demonstrado em um dos experimentos realizados por Eberhardt et al. (2004), onde 39 estudantes brancos do sexo masculino foram divididos aleatoriamente em três grupos: um grupo foi subliminarmente exposto a rostos negros, outro a rostos brancos e um terceiro grupo não recebeu exposição a rostos (controle). Foram utilizadas fotografias de 50 jovens adultos negros e 50 jovens adultos brancos, todos com expressões faciais neutras. Foi solicitado aos participantes que identificassem a localização de pequenos estímulos visuais (esquerda ou direita) o mais rápido possível, enquanto eram subliminarmente expostos a um rosto negro, branco ou a uma imagem não interpretável (controle). Posteriormente, os participantes foram informados de que a segunda parte da sessão experimental envolvia um estudo sobre a velocidade de reconhecimento de objetos em preto e branco, com um "ruído" adicionado digitalmente para dificultar a identificação, eram tanto objetos relevantes para o crime (como armas e facas) quanto irrelevantes (como livros e telefones). Cada participante foi exposto a 14 objetos (4 crimes-relevantes e 10 crimes-irrelevantes). Os resultados demonstraram que os participantes expostos a rostos negros detectaram objetos relacionados ao crime mais rapidamente do que aqueles expostos a rostos brancos ou no grupo de controle. Em contraste, a exposição a rostos brancos inibiu a detecção desses objetos.

Infelizmente, esse fenômeno pode ser tragicamente exemplificado em muitos casos de violência policial e seletividade penal no Brasil. Um caso representativo é o de Rodrigo Alexandre Serrano, 26 anos, morador da favela Chapéu Mangueira no Rio de Janeiro que, em 2018, quando descia a ladeira para esperar sua esposa e filhos carregando um guarda-chuva preto, foi confundido por policiais da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) com um criminoso armado e acabou sendo baleado e morto (Moura, 2018). A confusão entre o guarda-chuva e um fuzil resultou em sua morte injustificada, demonstrando como a ativação automática dos estereótipos raciais pode influenciar as decisões de vida e de morte ligadas à justiça, desde o primeiro momento da abordagem até o julgamento.

Situações de discriminação racial não são exclusivas das forças de segurança pública. Estudos indicam que operadores da justiça também manifestam tendências racistas, apontando que ser negro pode influenciar negativamente as sentenças de juízes, resultando em sanções penais mais severas (Blair et al., 2004), influenciando as decisões dos promotores (Smith &

Levinson, 2012) e levando a penas mais longas em casos de suspeita de homicídio (Silva & Lima, 2017).

A realidade brasileira reflete esses apontamentos científicos. Um relatório produzido pelo Núcleo de Estudos Raciais do Insper analisou 3,5 milhões de boletins de ocorrência feitos de 2010 a 2020 pela polícia de São Paulo, revelando que a polícia daquele estado enquadrado mais negros como traficantes em situações nas quais brancos foram classificados como usuários de drogas. O estudo destaca que a possibilidade de enquadramento como traficante é 1,5% maior se o suspeito for preto ou pardo em relação ao que ocorre se ele for branco, quando são comparadas pessoas de perfil semelhante (que tinham a mesma quantidade de droga, a mesma substância, a mesma idade, mesmo gênero etc.). Embora o percentual de 1,5% possa parecer pequeno, na prática ele significa que 31 mil negros que foram enquadrados como traficantes em situações nas quais pessoas brancas foram tratadas pela polícia como usuárias de drogas (Duque, et al. 2024).

Em outro contexto, no estado de Sergipe, Silva e Lima (2016), analisaram 114 processos de casos de homicídios julgados e constataram que o tempo de pena atribuído a réus de cor preta foi em média 12,3 anos, contra 3,7 anos para réus brancos. Ou seja, réus negros receberam penas quase quatro vezes maiores para o mesmo crime, controlados os efeitos dos qualificadores, que réus de cor branca. O mesmo estudo demonstrou que a incidência condenatória do conselho de sentença foi muito maior para réus pobres (setores habitacionais D e E) que para réus de classe média alta (setores habitacionais A e B).

Já no sistema prisional, o segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023, a população carcerária do Brasil é composta por 68,2% de negros. A maioria dessas pessoas vêm de comunidades pobres; sendo a principal causa de encarceramento o tráfico de drogas. Como demonstra a pesquisa produzida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre tráfico de drogas, que analisou mais de 5 mil processos dos tribunais de Justiça estaduais, 66% dos réus são negros e 68% não chegaram ao ensino médio, destacando o viés racial e socioeconômico no sistema de justiça (IPEA, 2023).

Os dados referidos ilustram o quanto o sistema de justiça brasileiro é marcado por profundas desigualdades raciais e sociais que refletem o racismo e o classismo estruturais enraizados na sociedade, operando de maneira a perpetuar a discriminação contra a população negra e pobre (Almeida, 2019; Borges, 2019). Pode-se observar que essa parte da população é frequentemente alvo de violência e criminalização nas práticas policiais e judiciais, especialmente em áreas de alta vulnerabilidade social, como as favelas brasileiras. Essas

práticas reforçam padrões racistas/classistas de conduta institucional. As políticas de segurança pública tratam frequentemente locais periféricos como territórios inimigos, onde a presença policial é marcada por operações ostensivas, tornando esses ambientes palco de frequentes abusos de poder e violações de direitos humanos. A presença militarizada nessas áreas não só intensifica a violência, como evidencia como o racismo/classismo institucionalizados e a desigualdade socioeconômica se entrelaçam para manter a marginalização das pessoas nas favelas (Borges, 2019; Macedo & Sinhoretto, 2019; Silva et al., 2021).

Esse trágico fenômeno tem encontrado eco em determinados ambientes virtuais. O discurso de ódio desempenha um papel fundamental nesse processo, sendo utilizado para exaltar processos de desumanização como forma de legitimar as práticas do Estado (Cioccarri & Persichetti, 2018). A divulgação de discursos de ódio com conteúdo estereotipados, influencia a forma como as pessoas percebem os grupos sociais alvos (Hsueh et al., 2015), levando à naturalização das práticas de violência e extermínio, afetando as normas sociais, de modo que a discriminação não apenas se torne aceitável, mas também seja vista como uma ferramenta das forças policiais (Burnap et al. 2019).

Um exemplo desse processo foi a publicação de 13 vídeos em plataformas digitais nos quais policiais fazem declarações consideradas como disseminação de discursos de ódio e incitação à violência. Nos vídeos, os entrevistados narram episódios de agressão durante ocorrências policiais. Entre os conteúdos suspensos, há vídeos intitulados "Fiquei sem controle no Bope", "Cachorro Louco conta como quebrou quatro em favela", "Eu fui pro tático para matar ladrão", "O Bope sobe assim para pegar vagabundo de bobeira" e "Matei o dono da favela no primeiro serviço". Por determinação da Justiça Federal do Rio de Janeiro tais conteúdos foram suspensos (Justiça tira do ar vídeos [...], 2024).

Nas redes sociais, a desumanização é frequentemente utilizada para justificar ações violentas e discriminatórias (Musolff, 2015). Esses discursos colocam os indivíduos em uma posição de elimináveis, negando-lhes características ou qualidades tipicamente associadas à humanidade, como racionalidade, moralidade, emoções secundárias (sentimentos) e individualidade (Haslam, 2006; Leyens et al., 2001; Opatow, 1990).

O reforço dessa percepção desumanizadora a partir de discursos de ódio sobre a população negra e periférica pode influenciar diretamente nos comportamentos discriminatórios. Como demonstra o estudo realizado por Mekawi et al. (2019), que trata dos efeitos prejudiciais de consumir conteúdos desumanizantes sobre grupos raciais. No

experimento, os participantes, estudantes brancos de uma grande universidade dos EUA, foram divididos em três grupos: desumanização de pessoas negras, desumanização de pessoas brancas e um grupo de controle. Cada grupo leu um artigo manipulado que sugeria diferentes níveis de semelhança genética com primatas entre grupos raciais, com o intuito de induzir a desumanização. Posteriormente, os participantes foram convidados a participar de uma tarefa de viés de atirador. Os resultados mostraram que a desumanização dos negros aumentou as chances de atirar, especialmente entre aqueles que já percebiam esse grupo como ameaçador. O efeito de desumanização nos alvos brancos não foi forte o suficiente para ser considerado significativo, o que sugere que a desumanização de brancos não teve o mesmo impacto observado na desumanização de negros.

Dessa forma, conteúdos desumanizantes podem intensificar o preconceito implícito e fomentar comportamentos discriminatórios. Espaços virtuais dominados por esse tipo de conteúdo, criam um senso de norma descritiva que permite a derrogação de grupos minoritários, levando à suspensão das normas antidiscriminatórias e criando a possibilidade de institucionalização da intolerância e do extermínio (Bilewicz & Soral, 2020; Musolff, 2015).

4.4 Discurso de ódio como catalisador da desumanização da população negra

As plataformas virtuais têm o potencial de expor os usuários a uma variedade de pontos de vista, o que teoricamente poderia enriquecer a compreensão mútua. No entanto, na prática, isso nem sempre ocorre. Ao invés disso, os usuários tendem a procurar e interagir com fontes que confirmam suas crenças pré-existentes (Dobson & Knezevic, 2018). Estudos na área da comunicação apontam para a importância de equilibrar a participação nas redes sociais, incentivando a interação com grupos homogêneos e heterogêneos (Sunstein, 2017). Contudo, a existência de câmaras de eco (Schmidt et al., 2017), o aumento da polarização de grupos políticos (Siegel et al., 2019), somado a intensificação da desumanização esses ambientes (Cassese, 2019; Harel et al., 2020) trazem consequências graves para importantes questões sociais e políticas.

Em 2017, um youtuber espanhol gravou e divulgou maciçamente, através de seu próprio canal, um vídeo no qual dá um biscoito recheado de pasta de dente a uma pessoa em situação de rua em Barcelona. Denunciado às autoridades por atentado contra a dignidade humana e demonstração de preconceito contra pessoas pobres, o youtuber foi condenado a 15 meses de prisão e recebeu uma multa de 20.000 euros. Além disso, foi determinado que ele deveria remover seu canal do YouTube por cinco anos. Contudo, antes de ser retirado

acumulava cerca de 1 milhão de visualizações (Cantó, 2017). Este caso exemplifica como a desumanização dentro de uma dinâmica de busca de engajamento pode repercutir, estimulando atos de crueldade que têm consequências muito reais.

A desumanização online se manifesta de diversas maneiras, incluindo comentários estereotipados (Awam, 2014), campanhas coordenadas de assédio (Hanzelka & Schmidt, 2017) e direcionamento estratégico de conteúdos para viralizar (Wahlström et al. 2021). Como referido, a desumanização é definida como o ato de perceber ou tratar as pessoas como menos do que humanas (Haslam & Stratemeyer, 2016). Esse processo é fundamental para a intensificação do viés intergrupar extremo, ou seja, amar meu grupo e odiar o grupo dos outros (Haslam, 2006). De acordo com Haslam (2014), a desumanização pode ocorrer de duas formas principais: animalizante, onde as pessoas são comparadas a animais e privadas de qualidades como racionalidade e autocontrole; e mecanicista, onde são comparadas a máquinas e desprovidas de características como emoções e individualidade.

A desumanização, nas suas diversas formas, tem se ampliado nas redes sociais, onde encontram um ambiente necessário para o discurso encontrar eco (Bilewicz & Soral, 2020). Em um estudo realizado por Harel et al.(2020), foram exploradas as manifestações de desumanização em discussões políticas no Facebook. Analisando comentários de uma página dedicada a debates de extrema-direita, os resultados revelaram que os usuários frequentemente utilizavam a identidade de grupo como um mecanismo para reforçar a coesão interna. Comentários e postagens destacavam a diferença e a superioridade percebida do próprio grupo em relação aos adversários políticos. A desumanização foi uma característica recorrente nos comentários analisados: os usuários frequentemente comparavam os adversários a animais ou seres inferiores, *“uma praga de cães, todos os esquerdistas são traidores”* e *“o país precisa urgentemente de controle de pragas”*, assim os retirando da condição de humano e justificando a hostilidade contra o exogrupo. Isso sugere que a dinâmica das redes sociais pode exacerbar a desumanização entre grupos com perspectivas opostas. A identidade de grupo, quando reforçada por essas plataformas, contribui para a segregação e a intensificação de conflitos (Haslam. 2014).

O emprego da desumanização para associar humanos a animais serve para justificar atrocidades ao longo da história, como a escravização, o holocausto e a violência contra imigrantes em diversos países (Almeida, 2019; Arcila-Calderón et al, 2020; Grabowski, 2009). Esse processo é um componente central da violência intergrupar, frequentemente funcionando como precursor da exclusão moral, que ocorre quando grupos estigmatizados são

colocados fora da esfera de aplicação dos valores morais, regras e considerações de justiça, permitindo que sejam tratados de maneira injusta e desumana sem questionamentos éticos (Opatow, 1990).

Pensando na população negra, de acordo com Almeida (2019), suas representações desumanizadoras surgem a partir de um contexto histórico marcado por processos de colonização e escravização. Historicamente, a ideia de raça foi construída para justificar a exploração e a subjugação de determinados grupos humanos, tornando-se uma ferramenta poderosa para legitimar as práticas de dominação usadas pelos colonizadores europeus (Rex, 1986). Nesse contexto, os negros foram posicionados como inferiores, muitas vezes, comparados a animais. A desumanização dos negros foi ainda reforçada por pseudociências no século XIX, que tentaram justificar biologicamente essa suposta inferioridade. Pensadores da época argumentavam que a mistura de raças resultava em degeneração, perpetuando a crença de que os negros eram naturalmente inferiores, ideias que foram amplamente aceitas e difundidas (Nascimento, 1978).

Essas representações desumanizadoras não são apenas vestígios do passado, mas continuam a influenciar a forma como a sociedade contemporânea percebe e trata a população negra, reproduzindo estereótipos negativos e práticas discriminatórias que vão desde as relações pessoais até instituições sociais. Esse fenômeno também não ocorre apenas de forma explícita. Um estudo realizado por Goff et al. (2008) revela importantes achados sobre a associação implícita entre negros e animais. No estudo, os participantes foram expostos brevemente a imagens de rostos negros ou brancos, seguidas de imagens de macacos ou objetos neutros. Em outra parte do experimento, os participantes realizaram tarefas de reconhecimento visual, onde precisavam identificar rapidamente se a imagem mostrada era de um macaco ou de um objeto neutro após serem subliminarmente expostos a rostos negros ou brancos. Além disso, responderam a questionários sobre atitudes raciais explícitas para comparar com as medidas implícitas. Os resultados demonstraram que a exposição subliminar a rostos negros influenciava a rapidez e precisão no reconhecimento de imagens de macacos, assim como aumentava a aprovação da violência contra suspeitos negros. Esses achados evidenciam como a persistência de práticas de desumanização dos negros, traz implicações sérias na medida em que a essa prática se torna parte normalizada no meio social.

Por ser um fenômeno complexo e multifacetado, a negação da plena humanidade a determinados grupos também pode ocorrer de maneira mais sutil, como a infra humanização. Esta é uma forma peculiar de desumanização, pois não exige uma comparação explícita dos

membros do exogrupo com animais ou com máquinas e não está limitada ao favoritismo do endogrupo. Ela também pode ocorrer na ausência de conflito intergrupar, ampliando assim o escopo da desumanização além do contexto de violência e ódio (Haslam & Stratemeyer, 2016). Estudos sobre a infra-humanização conduzidos por J-P. Leyens et al. (2001) investigam como as pessoas atribuem emoções exclusivamente humanas a membros do seu grupo e do grupo do outro. Os resultados revelaram que as pessoas tendem a atribuir essas emoções secundárias ou sentimentos com maior frequência aos membros do seu grupo em comparação com os membros dos exogrupos. Essa tendência de atribuir emoções exclusivamente humanas apenas aos membros do endogrupo sugere que os membros dos exogrupos são percebidos como menos humanos ou menos capazes de expressar as emoções mais complexas.

Esses achados demonstram que a percepção de um grupo como menos humano não depende necessariamente de uma relação de conflito ou de hostilidade aberta entre os grupos, desde que existam distinções significativas entre eles. O fenômeno é frequentemente evidenciado em tarefas simples de julgamento, como esse da atribuição de emoções a diferentes grupos, mostrando que as pessoas tendem a infra-humanizar grupos com base em diferenças percebidas, independentemente de qualquer conflito explícito (Haslam & Stratemeyer, 2016).

Apesar da compreensão de que as categorias sociais não possuem essências que as diferenciam fundamentalmente de outras categorias sociais, a lógica de essencializar o grupo leva à construção de hierarquias que infra-humanizam os grupos minoritários e marginalizados, atribuindo "más essências" a esses grupos. Essa essencialização, quando aplicada a grupos minoritários, geralmente implica na negação, em maior ou menor grau, de certas características que são consideradas parte da "essência humana", ou seja, resulta em desumanização desses indivíduos (Haslam, 2006). Esses grupos, então, tendem a ser mais descritos em termos de traços naturais, onde os membros do grupo são percebidos como menos humanos e menos capazes de experimentar uma gama completa de emoções e traços culturais (Moscovici & Pérez, 1997).

O estudo realizado por Lima e Vala (2005) é um bom exemplo de como a cor da pele e o status quo influenciam a percepção dos grupos raciais no Brasil. A pesquisa envolveu 175 estudantes brancos de universidades particulares em três regiões do país (Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste). Os participantes leram uma história sobre um grupo de brasileiros que obtiveram sucesso econômico e social ou que fracassaram, acompanhada de uma

fotografia representando a cor da pele dos grupos-alvo (brancos ou negros) com variações nas vestimentas para indicar sucesso ou fracasso. Em seguida, indicaram a frequência com que os membros dos grupos-alvo sentiam determinadas emoções e sentimentos, além de atribuir traços naturais e culturais (positivos e negativos) a esses grupos. Por fim, foi medida a percepção de branqueamento. Os resultados demonstraram que os grupos que fracassam são infra-humanizados, seja em termos de sentimentos ou emoções secundárias, seja pela sub-atribuição de características culturais. Além disso, os grupos que obtêm sucesso são percebidos como mais brancos. O estudo evidencia como a infra-humanização e o branqueamento refletem preconceitos profundamente enraizados que associam positivamente a cor branca ao sucesso e, a negra, ao fracasso.

Este sentimento de "superioridade humana" contribui para a antipatia intergrupala, ao mesmo tempo que dificulta a redução de preconceitos (Vaes et al., 2003). Dessa forma, essencializar indivíduos pode fortalecer o pensamento desumanizante, pois assim reduz-se todos os indivíduos de outros grupos a um conjunto fixo de atributos, desconsiderando a diversidade interna intragrupos (Haslam, 2014). De acordo com Allport (1954/1979), a estrutura do pensamento preconceituoso é caracterizada pela presença de crenças essencialistas, ou seja, a ideia de que os grupos sociais são divididos em categorias fixas, definidoras e intrínsecas ao indivíduo. Assim, a categorização social passa a ser percebida como um processo natural (Tajfel, 1984), deixando de lado muitas vezes os valores e contextos históricos que ela incorpora.

Esse fenômeno facilita julgamentos negativos sobre a população negra e pobre, pois ao atribuir características homogêneas a todos os membros do grupo racial/social, pode justificar práticas desumanizantes (Goff et al., 2004). Por exemplo, a criminalização desproporcional de pessoas pobres e negras, assim como a violência policial, é frequentemente justificada por uma visão essencialista que as considera inerentemente mais propensas ao crime e à violência (Devine, 1989; Richardson & Goff, 2012). No ambiente social, isso torna-se um problema estrutural, já que a percepção social de que esses grupos são ameaçadores pode aumentar sua desumanização (Viki et al., 2013).

Um dos fatores que contribuem para a reprodução de conteúdos preconceituosos e desumanizantes é a cobertura jornalística focada em crimes e operações policiais em comunidades pobres, predominantemente negras (Abreu-Silva, 2023; Fauth & Catalan, 2018). Estudos indicam que a sobrerrepresentação de pessoas negras como criminosas na mídia reforça estereótipos e crenças negativas sobre esse grupo (Dixon & Linz, 2000; Dixon, 2008;

Zeifert & Lucas, 2021). Apesar das mudanças nas formas de consumir notícias, migrando da televisão para a internet (Digital News Report, 2023), a associação da população negra a contextos de crime ainda persiste (Brion Sever et al., 2018).

No Brasil, a cobertura midiática da violência como entretenimento, tende a enfatizar ações das forças de segurança, como a Polícia Militar e o Exército, frequentemente utilizando uma abordagem punitivista contra as pessoas negras-pobres, seguindo a lógica de reprodução de estereótipos que coloca os moradores sempre como suspeitos (Sinhoretto & Lima, 2015; Fauth & Catalan, 2018). Matérias em portais de notícias na internet muitas vezes omitem o elemento racial e descontextualizam a violência policial contra negros, retratando a violência como incidental ou isolada, em vez de uma questão sistêmica (Lemos et al., 2022; Lopes, 2022).

A estrutura algorítmica contribui para a fixação desses estereótipos, dando mais alcance a esse tipo de notícia, conseqüentemente ampliando a percepção de insegurança através da circulação rápida de informações, fotos e vídeos com conteúdos desumanizantes (Danieli & Paz García, 2021). Plataformas como o “X”, *Facebook* e *YouTube* tornam-se um meio favorito dos usuários interagirem, compartilhando seus pontos de vista sobre as notícias. Como vimos, um exemplo evidente desses discursos de ódio desumanizantes pode ser observado nos comentários de postagens de notícias sobre ações policiais. Esses espaços virtuais, geralmente apresentam discussões acaloradas e uma tendência preocupante à naturalização e ao apoio explícito à violência e o extermínio contra as comunidades (Macedo & Sinhoretto, 2019; Vascon, 2018).

Nas redes sociais ou nas próprias plataformas de notícias, os comentários dos usuários que aparecem abaixo das notícias se tornaram uma característica intrínseca das próprias notícias. Embora apenas uma minoria dos internautas contribua ativamente para discussões online, a maioria lê os comentários pelo menos ocasionalmente (Springer et al., 2015). Os comentários em reportagens muitas vezes servem como exemplos, sendo que os usuários que comentam são considerados mais ou menos representativos da sociedade. Isso os torna a base para certas percepções da realidade, fornecendo suporte para a construção da opinião pública sobre determinados assuntos (Friemel e Dötsch, 2015; Neubaum e Krämer, 2016).

Em vista disso, estudos sobre os efeitos dos comentários dos usuários confirmam que a direção dos comentários afeta a atitude das pessoas em relação a um determinado assunto (Anderson et al., 2018; Sung & Lee, 2015). Sobre o discurso de ódio, os resultados também sugerem que a exposição a conteúdos estereotipados influencia a maneira como as pessoas

percebem o conteúdo discriminatório, ativando preconceitos implícitos (Bilewicz & Soral, 2020; Soral et al., 2018).

Neste cenário, é fundamental compreender como a exposição aos estereótipos contidos em discursos de ódio pode afetar o pensamento e o julgamento dos usuários das redes sociais e plataformas de notícias, pois pode alterar a percepção dos indivíduos sobre as normas sociais, além de deixar as pessoas mais propensas a comportamentos violentos (Hsueh et al., 2015; Soral et al., 2018). Com o aumento do consumo de notícias direcionadas pelas redes sociais (Digital News Report, 2023), especialmente relacionadas a operações policiais e ações de repressão em favelas (Macedo & Sinhoretto, 2015), a exposição a discursos de ódio contra moradores negros dessas comunidades pode intensificar expressões implícitas de preconceito e desumanização.

Diante disso, se faz necessário analisar qual seria o impacto do discurso de ódio contra um grupo social historicamente marginalizado: a população negra das favelas. Conforme será analisado no estudo a seguir, o discurso de ódio pode atuar como catalisador de condutas discriminatórias, contribuindo para uma menor percepção do caráter discriminatório desses conteúdos e para a manutenção de uma sociedade que desumaniza a população negra e pobre (Roussos & Dovidio, 2018; Smith, 2018).

4.5 Estudo 3 - A lente do ódio: Relação entre discurso de ódio, preconceito implícito e desumanização

4.5.1 Objetivos

4.5.1.1 Objetivo Geral

Analisar se a exposição ao discurso de ódio contra moradores de favelas aumenta as expressões implícitas de preconceito e os processos de desumanização em relação a este grupo

4.5.1.2 Objetivos Específicos

- Verificar se a preconceito implícita dos participantes se relaciona com a desumanização das pessoas negras;

- Avaliar se a diminuição da percepção de ofensividade do discurso de ódio se relaciona com o consumo de redes sociais;
- Avaliar a relação entre a exposição ao discurso de ódio e a diminuição da percepção de ofensividade desses discursos;
- Analisar as relações entre a exposição com o discurso de ódio, percepção sobre o conteúdo discriminatório e a posição política

4.5.2 Hipóteses

H1 – Os participantes expostos ao discurso de ódio apresentarão níveis mais altos de violência racial implícita (preconceito implícito) e desumanização contra pessoas negras-pobres em comparação ao grupo não exposto ao ódio;

H2 – Haverá correlação positiva entre a violência racial implícita e desumanização dos negros-pobres;

H3 - Haverá uma correlação positiva entre a exposição ao discurso de ódio e desumanização dos negros-pobres;

H4 – A exposição ao discurso de ódio leva à naturalização desse discurso, ou seja, a uma menor percepção da ofensividade de conteúdos contrários a minorias raciais e de classe, e se correlaciona com o tempo de uso diário das redes sociais

4.5.3 Método

4.5.3.1 Participantes

Participaram do estudo 48 estudantes de graduação. Os dados sociodemográficos demonstraram que a idade dos participantes variou entre 18 e 60 anos, com uma média de 20,96 anos (DP = 7,15). Quanto ao sexo, a amostra foi composta por 64,6% do sexo feminino. No que diz respeito à raça, 27,1% dos participantes se identificaram como brancos, 18,8% como pretos, e a maioria, 54,2%, como pardos. Analisando a posição no espectro político, dos 66,7% participantes que afirmaram ter uma posição política, 12,5% se posicionaram na "Extrema Esquerda", 8,3% na "Esquerda", 25% na "Centro-Esquerda", 12,5% no "Centro",

14,6% na "Centro-Direita", 4,2% na "Direita" e 2,1% na "Extrema Direita". Quanto à religião, a maioria dos participantes, 45,8%, se identificou como católicos, seguidos por 6,3% de evangélicos, 6,3% de praticantes de religiões de matriz africana, 4,2% de espíritas e 37,5% que se declararam não religiosos.

A inclusão na pesquisa foi feita por conveniência e não houve controle de gênero. A amostra foi composta por indivíduos adultos, de ambos os sexos, sendo todos estudantes da Universidade Federal de Sergipe e convidados a participar de um estudo na área de Psicologia.

4.5.3.2 *Instrumentos e procedimentos*

O experimento foi realizado no laboratório de computação do Departamento de Computação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). O ambiente foi organizado adequadamente para acomodar os participantes de forma confortável e manter a confiabilidade do experimento. Os computadores foram numerados para garantir a confidencialidade das respostas, sendo disponibilizados 40 computadores previamente preparados como o jogo "*The Police Officer's Dilemma*" (Correll et al. 2002) e o link para o questionário do grupo experimental adequado.

Em sala de aula, os participantes foram convidados a colaborar em uma pesquisa na área da Psicologia Social, no dia 07 de julho de 2023. Como o experimento seguiu um design de grupos independentes e utilizou um procedimento de *priming*, os interessados foram informados que o objetivo do estudo seria “analisar a relação entre web design, percepção e memória”, a fim de reforçar o método utilizado e acessar os processos cognitivos pretendidos. Em seguida, foram conduzidos ao laboratório e posicionados em computadores identificados, onde estava disponível o questionário online referente ao seu grupo (prime positivo e negativo).

Divididos em dois grupos: os participantes na condição de prime discurso de ódio, foram expostos ao discurso de ódio direcionado a moradores da favela, e na condição de prime neutro foram expostos a uma notícia de implantação de políticas públicas direcionadas a moradores da favela com comentários positivos. Inicialmente, o grupo na condição discurso de ódio participou do experimento, seguido pelo grupo controle (prime neutro). A sequência do experimento ocorreu dessa maneira a fim de evitar qualquer influência que a exposição ao discurso de ódio pudesse ter sobre as respostas dos participantes no grupo controle, uma vez

que o laboratório de coleta abrigou vários estudantes de uma só vez. A designação dos participantes para cada condição foi feita de forma aleatória.

Devidamente acomodados nos computadores individuais, os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) no início do instrumento, garantindo que estavam dispostos a participar voluntariamente e que compreendiam os aspectos éticos da pesquisa, assim como poderiam cessar sua participação no experimento a qualquer momento. Todos receberam informações detalhadas sobre os procedimentos do estudo, sendo garantido o consentimento informado antes do início da coleta de dados. Ao final da aplicação dos instrumentos foi explicado aos participantes que o real objetivo era analisar a relação entre a exposição ao discurso de ódio e o preconceito, informando ainda sobre a importância de manter essa informação sob sigilo, para manter o rigor metodológico.

Desse modo, a pesquisa foi conduzida em cinco etapas aplicadas de forma consecutiva e na mesma sequência em ambos os grupos: (1) Exposição ao *prime* (positivo ou negativo), (2) Jogo "*The Police Officer's Dilemma*" (Correll *et al.*, 2002), (3) questionário sobre atributos de natureza e de cultura (baseado em Lima, 2002), (4) questionário sobre percepção de ofensividade e (5) Questionário sobre dados sociodemográficos (Apêndice B).

4.5.3.2.1 *Priming*

Os participantes foram designados aleatoriamente para dois grupos experimentais: um grupo exposto ao *prime* com discurso de ódio e outro exposto a um *prime* neutro. Ambos receberam um questionário online com links específicos para o respectivo conteúdo. O grupo exposto ao *prime* com discurso de ódio visualizou uma reportagem sobre a chacina do Jacarezinho, ocorrida em 2021, acompanhada de 10 comentários contendo discurso de ódio. Já o grupo exposto ao *prime* neutro acessou uma reportagem que destacava uma iniciativa de oferta de cursos de tecnologia para moradores da favela, acompanhada de 10 comentários sem qualquer conteúdo ofensivo ou de forte opinião.

4.5.3.2.1.1 *Pré-teste priming*

Para garantir que os comentários selecionados para o *priming* no experimento principal fossem eficazes, foi realizado um pré-teste para avaliar o nível de ofensividade dos

comentários. Os comentários utilizados como *prime* foram extraídos e adaptados do Estudo 3 do capítulo “Discurso de Ódio e Institucionalização do Ódio Contra População Negra e Pobre”. No total, os 10 comentários contendo discurso de ódio mais hostis foram selecionados com base em índices de ofensividade, medidos em escala Likert de 10 pontos (0 nada ofensivo - 10 extremamente ofensivo) e avaliados por 21 juízes pesquisadores na área de Psicologia Social, que analisaram cada comentário individualmente, considerando a gravidade da linguagem e o teor discriminatório (Tabela 1).

A adaptação desses comentários seguiu o procedimento utilizado no estudo de Soral et al., (2018), que propõe ajustes do conteúdo e da linguagem para assegurar a compreensão da mensagem. Nesse sentido, todos os comentários tinham conteúdos discriminatórios direcionados a população da comunidade do Jacarezinho (Estudo 1).

Tabela 1.
Ofensividade das frases de acordo com especialistas em Psicologia Social

Nº	Frase	M	DP.
1	Os moradores de favelas são todos bandidos mesmo, merecem ser presos ou mortos pela polícia.	9,67	1,32
2	Só existe violência nas favelas porque os moradores são delinquentes. O melhor é isolar da sociedade.	9,57	1,75
3	Esses moradores de favelas são todos criminosos e devem ser tratados como tal.	9,57	1,75
4	Se querem acabar com a violência, basta eliminar os moradores das favelas.	9,48	1,78
5	Os moradores de favelas são todos bandidos. A polícia deve agir sem piedade.	9,48	1,75
6	Correção: Morreu 1 pessoa os outros 24 eram bandidos eleitores da esquerda, então não farão falta	9,45	1,79
7	Os moradores de favelas são todos sujos, mal-educados e perigosos.	9,43	1,78
8	Se tiver um cachorro e um desses precisando de ajuda para não morrer, é óbvio que salvarei o cachorro.	9,38	1,77
9	Quem escapou teve sorte, tinha que morrer junto, cambada de vagabundo!! Tem que tá a sete palmo.	9,38	1,75
10	Se meu filho fosse um bandido maldito como esses, eu mesmo faria questão de matar.	9,33	1,77

4.5.2.1.1 *Prime* “Exposição ao discurso de ódio”

Operação no Jacarezinho deixa 28 mortos, provoca intenso tiroteio e tem fuga de suspeitos.



g1.globo.com

Operação no Jacarezinho deixa 28 mortos, provoca intenso tiroteio e tem fuga de suspeitos.

Uma operação da Polícia Civil do RJ contra o tráfico de drogas no Jacarezinho, deixou 28 pessoas mortas e provocou intenso tiroteio no início da manhã. A corporação afirma que 27 criminosos e um policial foram mortos, mas não esclareceu quem são as vítimas e a situação em que foram atingidas.

06/04/2021

61 Comentários



Ana Maria

@aniamaria

Os moradores de favelas são todos bandidos mesmo, merecem ser presos ou mortos pela polícia.



Carlos E. Pereira

@carlosepereira

Esse pessoal tem que estar a sete palmas debaixo da terra!!



Anônimo

@anonimo

Só existe violência nas favelas porque os moradores são todos marginais e traficantes.

A solução é dar um jeito neles.



Bernadete da Silva

@bernadetedasilva

Esses moradores de favelas são todos criminosos, vivendo à custa dos impostos que nós pagamos.

Deviam ser eliminados da sociedade.



Anônimo

@anonimo

Se tiver um cachorro e um desses precisando de ajuda para não morrer, é óbvio que salvarei o cachorro.

#BandidoBomEBandidoMorto



Paulo Souza

@paulosouza

Querem acabar com a violência? Basta eliminar essas favelas e todos os marginais que vivem lá.



Ricardo S. Santana

@ricardosantana

Correção. Morreu 1 pessoa os outros 24 eram bandidos eleitores da esquerda, então não farão falta

#CPFcancelado



Paula Cristina B.

@paulacristinab

A criminalidade só existe nas favelas porque os moradores são delinquentes. O melhor é resolver assim mesmo.



Anônimo

@anonimo

Os moradores de favelas são todos bandidos. A polícia devia sempre invadir e dar uma lição nesse povo.

#BandidoBomEBandidoMorto



Anônimo

@anonimo

Os moradores de favelas são todos sujos, mal-educados e violentos. Quem convive com eles sabe que são uma praga para nossa sociedade.

Figura 7. Captura da página da web contendo discurso de ódio.

4.5.2.1.2 Prime neutro “Exposição a notícia não odiosa”

g1

A “Expo Favela” disponibiliza 5 mil bolsas para cursos de tecnologia para moradores de comunidades.



g1.globo.com
A “Expo Favela” disponibiliza 5 mil bolsas para cursos de tecnologia para moradores de comunidades.
 Os alunos contemplados como iniciativa da exposição vão aprender desde lógica de programação, até desenvolvimento para internet, entre outras linguagens. A formação terá duração de 75 horas e dará aos participantes conhecimentos para o desenvolvimento de aplicações de alto nível com as melhores práticas do mercado.

06/04/2021

61 Comentários

Ana Maria
 @anamaria
 Ótima iniciativa para a população da favela!

Carlos E. Pereira
 @carlospereira
 Assim que se faz! Finalmente!

Anônimo
 @anonimo
 Não adianta nada oferecer cursos profissionalizantes se depois não tem emprego para essas pessoas. Essa empresa deveria investir em criar vagas e contratar os alunos que se formarem.

Bernadete da Silva
 @bernadetedasilva
 Que iniciativa incrível! Parabéns pela oportunidade de capacitar pessoas que precisam de mais acesso à educação e ao mercado de trabalho.

Anônimo
 @anonimo
 Isso é só marketing social. Essa empresa não se importa com os moradores de favelas, só quer se aproveitar da mão de obra barata e explorar os trabalhadores.

Paulo Souza
 @paulosouza
 Eu moro em uma favela e tenho interesse em fazer um curso profissionalizante de tecnologia. Como faço para me inscrever?

Ricardo S. Santana
 @ricardossantana
 Muito bom ver que a tecnologia pode ser um instrumento de inclusão social e desenvolvimento humano. Espero que mais empresas sigam esse exemplo.

Paula Cristina B.
 @paulacristinab
 Acho que essa é uma ótima iniciativa, mas deveria ser ampliada para outras regiões e comunidades. Muita gente precisa de oportunidades como essa para mudar de vida.

Anônimo
 @anonimo
 Recomendo para quem quiser se qualificar e crescer profissionalmente.

Anônimo
 @anonimo
 Muita gente precisa de oportunidades como essa para mudar de vida. Eu não entendo porque tem pessoas reclamando desse post.

g1 © Copyright 2000-2023 Globo Comunicação e Participações S.A.

Figura 8. Captura da página da web sem discurso de ódio.

4.5.2.1.3 Checagem de manipulação

Inicialmente, para verificar a percepção sobre a cor da pele das pessoas retratadas no *priming*, foi utilizada uma escala do tipo Likert de 7 pontos (totalmente branco = 1; totalmente preto = 7). Foi realizado um teste t de *Student* para comparar os grupos (expostos e não expostos ao discurso de ódio). Os resultados mostraram que os participantes de ambos os grupos não demonstraram diferenças significativas na avaliação da cor da pele das pessoas exibidas na foto, $t(36) = -1,178; p = .24$. Tanto na condição de *prime* do discurso de ódio ($M = 5,57; DP = 0,78$) quanto na condição de *prime* com descrição positiva ($M = 5,87; DP = 0,74$), os estímulos estavam equiparados em relação à cor da pele das pessoas nas imagens. Ou seja, os participantes dos dois grupos experimentais perceberam as pessoas destacadas na foto do cenário como negras.

Após a leitura, os participantes de ambos os grupos responderam uma pergunta de controle para verificar a fixação do conteúdo e uma questão sobre a hostilidade percebida nos comentários, em uma escala de 1 (nada ofensivo) a 5 (muito ofensivo). Os resultados mostraram diferenças significativas na percepção de ofensividade, $t(36) = 16,48; p < 0,0001$. Aqueles que foram expostos ao discurso de ódio perceberam mais conteúdo odioso ($M = 4,74; DP = 0,54$) do que aqueles que não foram expostos ($M = 2,13; DP = 0,35$), demonstrando que existe diferença de conteúdos entre os *primes*.

4.5.3.2.2 Medidas

Medida de Preconceito racial implícito

Em seguida, os participantes jogaram o “*The Police Officer's Dilemma*” (Correll et al., 2002), adaptado para medir a violência racial implícita em relação a diferentes grupos étnico-raciais neste estudo. O jogo utiliza imagens de fundo e 20 modelos masculinos, igualmente divididos entre negros e brancos. Cada modelo aparece quatro vezes, segurando ora uma arma, ora um objeto inofensivo, totalizando cinco poses básicas. Objetos inofensivos incluem uma câmera, um celular e uma carteira, enquanto as armas são um revólver e uma pistola. O jogo consiste em 80 tentativas, combinando variáveis de cor da pele (preta ou branca) e tipo de objeto (arma ou inofensivo). As tentativas começam com um ponto de

fixação seguido por fundos vazios, antes de apresentar o alvo. A duração dos fundos varia aleatoriamente entre 500 e 1000 ms (Correll et al., 2002).

Para minimizar ausências de respostas, os participantes são penalizados com menos dez pontos se não responderem dentro de 850 ms. Esta janela de tempo foi selecionada para forçar os participantes a responderem de forma relativamente rápida. Nesse sentido, a hipótese subjacente do jogo é que os participantes tendem a tomar decisões mais rápidas e precisas ao atirar em alvos pertencentes a grupos étnico-raciais estereotipados como ameaçadores, enquanto podem ser mais hesitantes ao tomar a decisão de atirar em alvos de grupos estereotipados como não ameaçadores. Esta abordagem avalia as associações implícitas entre grupos étnico-raciais e decisões de atirar ou não atirar, fornecendo dados sobre a violência racial implícita (Ver Correll et al., 2002). É importante destacar que o jogo "*The Police Officer's Dilemma*" utilizado neste experimento foi obtido da plataforma "*Millisecond*" (www.millisecond.com/download/library/podt).⁸

Antes das análises propriamente ditas, conforme proposto por Correll et al.(2002), foi avaliada a existência de participantes com taxas de não resposta superiores a 10% do total das apresentações ou "*trials*", ou seja, aquelas que excedem a taxa dos tempos de espera de 850 ms mais de 10 vezes em cada 100 avaliações. Nenhum participante foi excluído por este critério. Contudo, foram excluídos os participantes com taxas de erros superiores a 20% do total das apresentações (*trials*), ou seja, aqueles que tiveram mais de 16 erros nas 80 tentativas. No total foram excluídos 10 participantes, que correspondem a 20,8% de todos os participantes. Com a exclusão, o banco de dados final contou com 38 participantes.

Desumanização

Na sequência, os participantes responderam ao questionário adaptado dos Traços de Natureza e de Cultura (Lima, 2002). O instrumento utilizou 20 traços com conteúdo que indicam, através de quatro dimensões teóricas, a representação de grupos sociais. Os traços poderiam ainda ser de caráter natural ou cultural, positivos ou negativos. Os autores partem do argumento que a forma como as representações sociais dos grupos racializados podem ser estruturadas em duas dimensões: traços de natureza e traços de cultura. Os traços "naturais" são características usadas de maneira indiferenciada ao descrever seres humanos e animais, enquanto os traços "culturais" são aqueles que são considerados típicos dos seres humanos

⁸ Para mais detalhes, acesse: <https://www.colorado.edu/lab/social-perception/research/police-officers-dilemma>.

(Moscovici & Pérez, 1997). Assim, o instrumento foi utilizado como uma forma de mensurar a desumanização direcionado à população negra das favelas.

Dessa forma, foram analisadas as quatro dimensões do instrumento, nas quais os participantes indicaram sua opinião em uma escala de pontos se percebem cada exemplo como "Nada característico" (1) ou "Extremamente característico" (5). A escala demonstrou moderados e bons índices de consistência interna: Cultura positiva (inteligentes, sábios, progressistas, solidários e leais à sua identidade; $\alpha = .81$), Cultura negativa (amantes do prazer, supersticiosos, infantis, preguiçosos e falsos, $\alpha = .62$), Natureza positiva (alegres, espontâneos, fisicamente hábeis, livres e intuitivos; $\alpha = 0.69$) e Natureza negativa (agressivos, descontrolados, despreocupados, ruidosos e selvagens; $\alpha = 0.84$).

Percepção de ofensividade

O instrumento utilizado para mensurar a percepção de ofensividade contida no discurso de ódio foi baseado nos estudos de Soral et al. (2018), que trata do fenômeno da dessensibilização ao discurso de ódio. Com base nisso, o instrumento utilizado neste estudo foi construído com uma lista de seis exemplos dentro da temática de violência contra moradores da favela. Os participantes indicaram, em uma escala de cinco pontos, se percebiam cada exemplo como "Nada ofensivo" (1) ou "Fortemente ofensivo" (5), permitindo avaliar os níveis individuais de percepção de ofensividade e sensibilidade em relação às declarações de discurso de ódio, como realizado no estudo de Soral et al., (2018). O instrumento obteve média de 4,72 ($DP= 0,48$) e alta consistência interna ($\alpha = .86$).

Exposição às redes sociais

Por fim, os participantes de ambos os grupos responderam a questões sociodemográficas, incluindo idade, sexo, raça/etnia, espectro político e religião. Além disso, forneceram informações sobre sua relação com as redes sociais. As respostas revelaram que 97,4% dos participantes utilizam redes sociais, com 94,7% usando-as diariamente. Em relação ao tempo de uso, 31,6% informaram que passam em média de 1 a 2 horas por dia nas redes sociais, enquanto 21,1% utilizam de 2 a 3 horas, e 36,8% passam mais de 3 horas por dia conectados. A rede social mais utilizada foi o Instagram (84,2%), tendo como principal objetivo o entretenimento (76,3%), seguido pela comunicação com amigos e familiares

(18,4%) e busca de informações (5,3%). Ao serem questionados sobre suas experiências de violência ou assédio nas redes sociais, 63,2% dos participantes afirmaram nunca ter sofrido essas situações, enquanto 31,6% relataram já ter sido vítimas. 5,3% dos participantes preferiram não responder a questão.

4.5.3.2.2.6 Aspectos éticos e análise dos dados

Ao serem convidados a colaborar com uma pesquisa na área de Psicologia Social, os participantes recebiam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE; Apêndice B), conforme a resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Este documento apresentava aos participantes os aspectos éticos da pesquisa, o contato com o pesquisador responsável e esclareceu que a participação na pesquisa era voluntária, garantindo aos participantes a possibilidade de desistir a qualquer momento, além de assegurar o sigilo dos dados coletados. Os dados foram analisados utilizando o *Software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). Inicialmente, foi realizada a verificação de integridade e consistência dos dados coletados. Em seguida, foram aplicadas análises estatísticas descritivas e inferenciais para responder aos objetivos e as hipóteses da pesquisa.

4.5.4 Resultados e discussão

As análises dos dados seguiram a ordem de enunciação das hipóteses propostas. Para testar a primeira hipótese (H1) a qual previa que a exposição ao discurso de ódio estaria associada a um aumento na violência racial implícita (Correll et al., 2002) e na desumanização (Lima, 2002) contra pessoas negras, em comparação ao grupo que não foi exposto ao discurso de ódio. Tendo em vista o desenho do "Dilema do Policial", os dados foram submetidos a análises de variância com medidas repetidas, utilizamos a cor da pele do alvo (branca vs. preta) X o tipo de objeto (arma vs. objeto inofensivo) como variáveis intra-participantes e a condição experimental (grupo exposto ao conteúdo de ódio e o grupo exposto ao conteúdo positivo) como variável inter-participantes. As variáveis dependentes foram o tempo para decidir se atirar ou não no alvo que aparecia na tela do computador e os erros de tomada de decisão, ou seja, atirar em alvo desarmado ou não atirar em alvo armado.

Ao analisar o efeito principal do tipo de objeto, pôde-se constatar que, de forma semelhante ao que foi observado no estudo desenvolvido por Correll e colaboradores (2002),

os resultados indicaram que os participantes foram significativamente mais rápidos em tomar a decisão de atirar em pessoas armadas do que em tomar a decisão de não atirar em pessoas desarmadas [$F(1, 34) = 223,97; p < 0,0001, \eta^2 = 0,87$]. Além disso, foi identificada uma interação significativa entre a cor da pele do alvo e o objeto [$F(1, 34) = 11,007; p < 0,001, \eta^2 = 0,24$], indicando que a velocidade de resposta na tomada de decisão para com arma ou objetos inofensivos dependia da cor do alvo. Comparações planejadas indicam que os participantes foram mais rápidos em atirar em pessoas negras armadas ($M=581,45; DP=38,13$) do que em pessoas brancas armadas ($M=594,82; DP=34,09$), [$t(37) = -2,45; p = 0,01$] (ver Figura 1). Apesar de não diferiram quanto a decisão de não atirar em pessoas negras desarmadas ($M=658,18; DP=39,56$) e brancas desarmadas ($M=652,93; DP=39,12$) [$t(37) = 1,33; p = 0,19$].

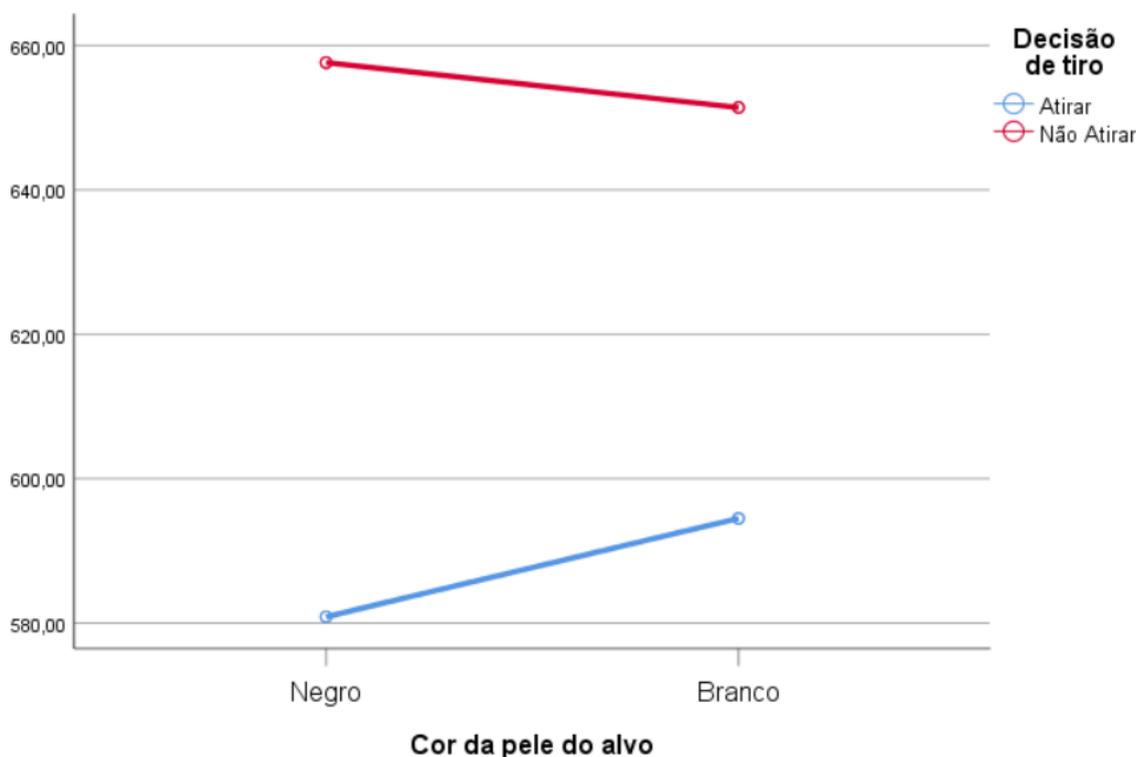


Figura 9.

Médias dos tempos para a decisão de tiro em função da cor do alvo

Em seguida, analisou-se os efeitos do *priming* sobre o tempo de decisão de tiro. Os resultados indicam que não houve efeito de interação do *priming* com o objeto [$F(1, 34) = 0,356; p = 0,55; \eta^2 = 0,010$], nem com a cor de pele dos alvos [$F(1, 34) = 0,314; p = 0,57; \eta^2 = 0,009$]. Também não foi obtido efeito de interação tripla envolvendo o *priming*, a cor de

pele dos alvos e o objeto ($F(1, 34) = 0,847; p = 0,36; \eta^2 = 0,02$). Esses dados indicam que a exposição ao *priming*, seja ele positivo ou negativo, não influenciou significativamente o tempo de decisão de tiro dos participantes nos cenários analisados, ou seja, seus níveis de preconceito racial implícito.

As mesmas análises foram conduzidas em relação aos erros de decisão de tiro. Levando em consideração todos os participantes, não se observou diferença nos erros associados a atirar em pessoas armadas ou a não atirar em pessoas desarmadas [$F(1, 36) = 0,707; p = 0,40; \eta^2 = 0,01$]. Além disso, não foi identificada uma interação significativa entre a cor da pele do alvo e o objeto [$F(1,36) = 0,074; p = 0,78; \eta^2 = 0,002$]. Analisando o efeito da exposição ao *priming* sobre os erros de decisão, também se constatou que não houve efeito de interação do *priming* com os erros relacionados ao objeto [$F(1,36) = 0,125; p = 0,72; \eta^2 = 0,003$]. Entretanto, verificou-se um efeito tendencialmente significativo da cor de pele dos alvos [$F(1, 36) = 3,49; p = .07; \eta^2 = 0,08$]. Os participantes expostos ao prime neutro ou controle, apresentaram mais erros em atirar nos brancos desarmados ($M=2,80; DP= 1,61$) que nos negros desarmados ($M=1,73; DP= 1,48$) [$t(14) = -2,41; p = 0,03$]. Esse achado sugere que, embora o *priming* não tenha influenciado as decisões de tiro, ele pode ter gerado uma ligeira inclinação a erros específicos quando associados a alvos brancos desarmados, apontando para uma possível sensibilidade racial nas decisões de tiro sob influência de *priming* que retratava uma notícia positiva sobre a favela. Contudo, a falta de significância na interação tripla (*priming* x objeto x cor do alvo) [$F(1,36) = 0,995; p = 0,32; \eta^2 = 0,02$], reforça a conclusão de que, dentro do contexto deste experimento, o *priming* não desempenharam um papel determinante nos erros de decisão.

Dessa forma, apesar dos dados demonstrarem que os participantes foram mais rápidos em atirar em pessoas negras do que em pessoas brancas, como observado no estudo de Correll et al. (2002), os resultados refutaram a H1, que previa que os participantes expostos ao discurso de ódio apresentariam níveis mais elevados de preconceito implícito em comparação ao grupo submetido ao conteúdo positivo.

Com o intuito de testar H2, que previa uma correlação positiva entre o preconceito racial implícito dos participantes e a desumanização das pessoas retratadas no prime, foram realizadas análises de correlação utilizando as medidas o *The Police Officer's Dilemma* como indicador de preconceito e as dimensões que compõem o instrumento de atribuição de Traços de Natureza e de Cultura (Lima, 2002). A variável *preconceito implícito em relação a alvos*

negros armados, foi derivada da diferença entre o tempo necessário para decidir atirar em alvos brancos armados e o tempo equivalente para alvos negros armados. Da mesma forma, a variável *preconceito implícito em relação a alvos negros desarmados* foi obtida pela diferença entre o tempo necessário para decidir não atirar em alvos negros desarmados e o tempo correspondente para alvos brancos desarmados. Por fim, a partir da soma dessas duas variáveis, obtivemos o que chamamos de *preconceito racial implícito à decisão de tiro*.

Com relação às medidas de erro na decisão de atirar ou não, foram construídas variáveis baseadas na quantidade de erros por condição (negro x branco; armado x desarmado). A variável *erro de decisão negro armado* foi calculada subtraindo o número de erros ao atirar no negro desarmado do número de erros ao atirar no branco desarmado. Assim como, o *erro de decisão negro desarmado* foi uma variável obtida subtraindo o número de erros de não atirar no branco armado do número de erros de não atirar no negro armado. Somando essas duas variáveis, obteve-se o *preconceito racial implícito no erro de tiro*.

No entanto, não foram encontradas correlações significativas entre esses indicadores, apenas entre os próprios instrumentos, como é demonstrado na Tabela 2. Esse resultado refuta a segunda hipótese.

Tabela 2.

Correlações entre as medidas de preconceito implícita e o indicador de desumanização (controlado por sociodemográficos e espectro político)

	Média	DP	2	3
1. Discriminação Racial na decisão de tiro	9,51	29,84	.26	.03
2. Discriminação Racial no erro de tiro	4,81	22,45	-	-.017
3. Indicador de Desumanização	0,17	1,18	-	-

Nota: * A correlação é significativa no nível $p < 0.05$ ** A correlação é significativa no nível $p < 0.01$

Como forma de testar a H3, que pressupunha que haveria uma correlação positiva entre a exposição ao discurso de ódio e desumanização do grupo-alvo, examinamos o efeito do *priming* na atribuição de traços de natureza e cultura aos indivíduos negros-pobres. Inicialmente, utilizando o indicador de desumanização, obtido a partir do instrumento adaptado dos Traços de Natureza e de Cultura (Lima, 2002), foi realizado um *teste t Student* para comparar os grupos avaliados. Os resultados demonstraram que houve diferença tendencialmente significativa entre os grupos participantes ($t(36) = 1,91$; $p = 0,064$), o grupo

exposto ao discurso de ódio ($M=0,54$; $DP= 0,97$) apresentou uma média superior ao grupo que não foi exposto ao ódio ($M=-0,09$; $DP= 1,06$). Seguindo as análises, utilizando as dimensões dos traços de natureza e cultura como variáveis para comparação, os resultados revelaram uma significativa influência no que diz respeito às atribuições de traços de natureza negativos [$t(36) = 2,51$; $p < 0,05$]. Constatamos que os participantes expostos ao discurso de ódio apresentaram uma média significativamente superior ($M= 2,89$ $DP= 0,96$) em comparação aos participantes expostos ao prime neutro ($M=2,06$ $DP=1,03$).

Nesse sentido, levando em consideração a deslegitimação - uma forma de infra-humanização que pode ocorrer a partir da atribuição de características muito negativas ao exogrupo, excluindo-o da categoria humano (Bar-tal, 1989) - utilizamos a valência das palavras (positiva ou negativa) atribuídas ao grupo como indicadores de infra-humanização. Os resultados demonstraram que os traços de natureza e cultura negativos foram mais atribuídos ao exogrupo pelos participantes que foram expostos ao discurso de ódio ($M= 2,69$ $DP= 0,76$) que o grupo de participantes que não foram expostos ($M= 2,08$ $DP= 0,85$) [$t(36) = 2,51$; $p < 0,05$]. Em paralelo, no questionário, solicitamos que os participantes escrevessem as três características elencadas no questionário adaptado dos Traços de Natureza e de Cultura (Lima, 2002), que melhor descrevesse o grupo exposto no *priming*. Os participantes expostos ao discurso de ódio atribuíram mais termos negativos ao exogrupo, como agressivos: (n=11), e descontrolados (n= 4), que os participantes expostos ao prime neutro, que atribuem características essencialmente positivas: solidários (n=3), alegres (n=2) e leais sua identidade (n=2).

Os achados indicam que os participantes que foram expostos ao discurso de ódio contra a população da favela apresentaram índices mais altos de desumanização direcionado a esse grupo, tendo em destaque os traços de natureza negativa. Esse achado sugere uma alteração nas percepções, indicando que a exposição ao conteúdo de ódio pode ter influenciado nas atribuições de características negativas relacionadas à natureza dos indivíduos negros. Dessa forma, a hipótese 3 (H3) deste estudo foi confirmada.

Testando a H4, a exposição ao discurso de ódio levaria a uma menor percepção da ofensividade de conteúdos e se relacionaria com o tempo de uso diário das redes sociais. Inicialmente, os resultados do teste *t de Student* entre os grupos experimentais de prime neutro ($M= 4,67$; $DP= 0,59$) e prime do discurso de ódio ($M= 4,80$ $DP= 0,22$) não apresentaram significância estatística [$t(36) = -0,783$; $p = 0,43$]. Essa análise inicial sugere

que a exposição ao discurso de ódio não teve um impacto direto em uma menor percepção da ofensividade de conteúdos discriminatórios.

Contudo, para testar se a percepção do nível de ofensividade ao discurso de ódio estaria correlacionado com o tempo de uso das redes sociais, foram realizadas análises de correlação entre a variável *exposição às redes sociais* e a variável *percepção do ódio*. A variável *exposição às redes sociais* foi construída a partir da combinação das variáveis *frequência de uso das redes*, que corresponde a uma escala de 5 pontos que varia de "nunca uso" até "uso diariamente", e *tempo diário nas redes*, que corresponde às horas de uso por dia, variando de "menos de 30 minutos" a "mais de 3 horas". Quanto à medida de percepção do discurso de ódio, esta foi baseada no estudo de Biliewicz e Winiewski (2018) que tratava da naturalização do discurso de ódio. O estudo aborda como a exposição do discurso de ódio diminui a percepção de ofensividade do conteúdo discriminatório, caracterizando a banalização do mal ou a dessensibilização.

As análises de correlações foram realizadas filtrando-se a condição experimental. Desse modo, os resultados revelaram que a percepção do discurso de ódio estava correlacionada positivamente de forma significativa apenas na condição de exposição ao ódio (na condição experimental) ($r = 0,45$; $p < 0,05$). Na condição de não exposição ao conteúdo odioso (condição controle) não houve correlação significativa entre o tempo de uso de redes sociais e maior banalização do discurso de ódio ($r = 0,26$; $p = 0,34$) (ver Tabela 3). Dessa forma, os resultados demonstraram o inverso de nossa hipótese, uma vez que há uma correlação significativa entre a exposição às redes sociais e a percepção do conteúdo de ódio específica para o grupo experimental exposto ao discurso de ódio. Isso descarta a hipótese 4 (H4), de que a percepção sobre a ofensividade do discurso de ódio neste grupo estaria correlacionada com o tempo de uso das redes sociais, pois apesar de estar correlacionada não foi um efeito negativo.

Tabela 3.

Correlações entre o tempo de exposição as redes e a dessensibilização ao ódio por grupo experimental

Cond: experimental	Média	DP	2
1. Uso das redes sociais	4.17	.86	.45*
2. Percepção de ofensividade	4.67	.59	-
Cond: controle	Média	DP	2
1. Uso das redes sociais	4.56	.53	.26
2. Percepção de ofensividade	4.80	.22	-

Nota: ** A correlação é significativa no nível $p < 0.01$; * A correlação é significativa no nível $p < 0.05$;

Como forma de compreender quais os elementos relacionados na correlação anterior, foram efetuadas novas análises de correlação avaliando quais variáveis poderiam estar diretamente relacionadas ao fenômeno identificado. As análises efetuadas demonstraram que ao incluirmos o espectro político como variável de controle a correlação entre o uso das redes sociais e a percepção de ofensividade perde a significância. Tanto na condição de exposição ao ódio (prime negativo) ($r = 0,41$; $p = 0,09$), quanto na condição de não exposição ao ódio (prime positivo) ($r = 0,21$; $p < 0,55$) não demonstraram correlações estatisticamente significativas (Tabela 4). Assim, é possível inferir que a posição política dos participantes influencie o modo que consomem as redes sociais e como percebem os conteúdos discriminatórios. Esses dados impulsionam o teste de uma nova relação não hipotetizada, sobre o efeito da posição política dos participantes na relação entre exposição do discurso de ódio e desumanização dos negros-pobres.

Tabela 4.

Correlações entre o tempo de exposição as redes e a dessensibilização ao ódio por grupo experimental utilizando o espectro político como variável de controle

Cond: experimental	V. controle	Média	DP	2
1. Uso das redes sociais		4.27	.87	.41
2. Percepção de ofensividade	Espectro político	4.62	.64	-
Cond: controle		Média	DP	2
1. Uso das redes sociais		4.63	.45	.21
2. Percepção de ofensividade	Espectro político	4.80	.23	-

Assim, a fim de explorar quais os elementos existentes na relação entre o discurso de ódio e o espectro político, a princípio, foi conduzida uma regressão múltipla hierárquica, para verificar o impacto das variáveis propostas sobre a naturalização do ódio. A análise foi realizada por etapas e divididas pela condição experimental do participante (exposto ao prime positivo ou negativo). Para testarmos essa nova hipótese de que a relação entre o tempo de uso das redes sociais, percepção do ódio e o espectro político dos participantes, foi realizada uma análise de mediação com os participantes expostos ao discurso de ódio, pois assim como na correlação anterior, não houve significância na relação entre o uso de redes sociais e a

percepção de ofensividade para os participantes do prime positivo. Para tal, foram seguidos os procedimentos de Baron e Kenny (1986), nos quais a análise da mediação é realizada a partir de um conjunto de regressões múltiplas, de forma que o efeito de mediação ocorre quando são satisfeitas as seguintes condições: (1) existe um efeito da variável independente (VI) sobre a variável dependente (VD); (2) existe um efeito da VI sobre a variável mediadora (VM); (3) existe um efeito significativo da VM sobre a VD; (4) o efeito da VI sobre a VD torna-se mais fraco, ou mesmo desaparece, quando a variável mediadora é colocada no modelo de análise.

Neste sentido, foi medido o efeito da exposição as redes na percepção do discurso de ódio ($\beta = 0,457$; $t = 2,355$; $p < 0,05$); seguido do efeito de exposição as redes no espectro político ($\beta = -0,573$; $t = -2,798$; $p < 0,05$); assim como foi medido o efeito do espectro político na adesão ao ódio ($\beta = -0,533$; $t = -2,519$; $p < 0,05$). Finalmente, foi testado o efeito causal direto da variável independente (exposição as redes sociais) sobre a dependente (percepção do ódio) controlado pelo mediador (espectro político), e se observou que o espectro político desempenha um papel de mediação completa na relação entre a exposição às redes sociais e a percepção do discurso de ódio ($\beta = 0,427$; $t = 1,759$; $p = 0,09$). Isso significa que o consumo das redes sociais afeta a percepção de ofensividade do discurso de ódio por meio do espectro político dos indivíduos. Dessa forma, a orientação política é um fator determinante para compreender como o uso das redes sociais influencia a percepção de discurso de ódio, como apresentado na Figura 10.

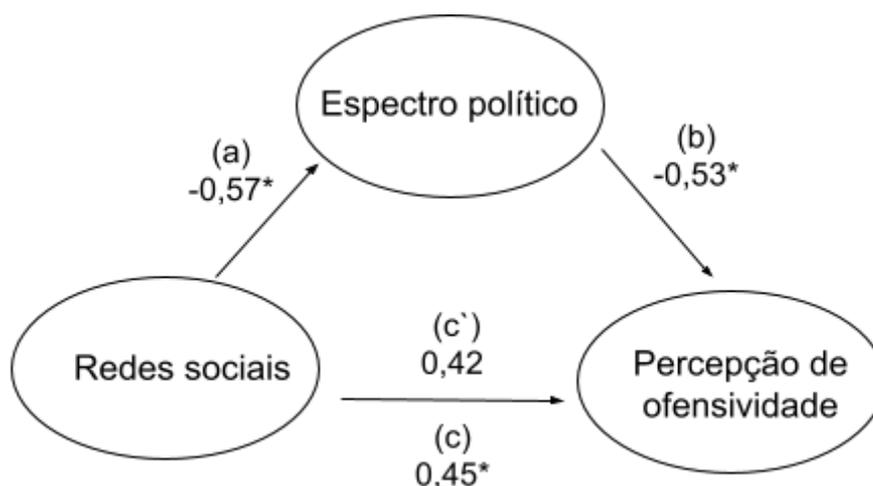


Figura 10. Mediação considerando o espectro político como mediador da relação entre a exposição às redes sociais e a naturalização do discurso de ódio.

Os resultados apontam que indivíduos com maior uso das redes sociais e que se posicionam mais à direita no espectro político tendem a perceber os discursos de ódio como menos ofensivos. O contrário também é verdadeiro; participantes que se identificam mais à esquerda tendem a perceber o discurso como mais ofensivo. Esses resultados apontam para uma tendência já identificada em pesquisas, à medida que houve um aumento da utilização das redes sociais como meio propagador político da direita e extrema direita, ocorreu também uma incitação à difusão de discursos de ódio contra minorias sociais, reforçando estereótipos e a defesa de práticas abusivas e violentas (Cioccarri & Persichetti, 2018; Silva, Francisco & Sampaio, 2021).

Por conta das bolhas algorítmicas, programação prévia para personalizar o conteúdo ao qual os usuários são expostos, os ambientes virtuais podem se tornar espaços nos quais o discurso de ódio é visto de forma mais branda. Essas bolhas criam ambientes online altamente homogêneos, onde os indivíduos são constantemente expostos a informações e opiniões que reforçam suas crenças pré-existentes (Liu et al., 2021). Esta configuração ideológica pode resultar em uma normalização de discursos extremos e desumanizadoras, já que os usuários não são expostos a perspectivas diversas que poderiam desafiar suas visões. Assim, ao permanecerem dentro dessas bolhas, os indivíduos banalizam o discurso de ódio, visto que este se torna uma parte regular e não contestada de suas interações diárias. Por exemplo, membros de grupos de extrema direita afirmam que o conteúdo relacionado ao ódio na internet foi fundamental para reafirmar suas visões radicalizadas (Gaudette et al., 2020). Como é ilustrado na Figura X.

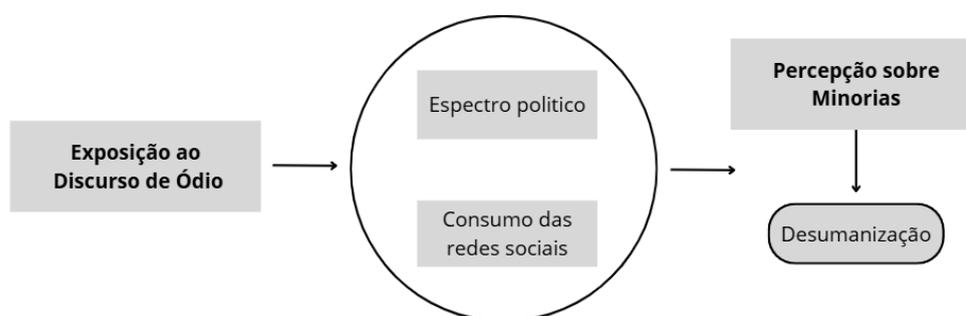


Figura 11. Modelo teórico sobre o papel dos espectro político e o consumo da redes como elementos que influencia na percepção sobre as minorias sociais

Convergindo com estudos anteriores, nossos resultados indicam que este fenômeno é particularmente preocupante no contexto da extrema direita, pois esses grupos utilizam as redes para disseminar suas ideologias, utilizando discursos de ódio como ferramenta para fortalecer a coesão interna do grupo e compartilhar visões do mundo discriminatórias (Wahlström, et al., 2021; Calderón et al., 2020; Silva et al., 2021; Müller & Schwarz, 2020). À medida que ocorre exposição repetida a discursos de ódio, os usuários de espaços virtuais com viés de direita e extrema direita tendem a perceber conteúdos ofensivos como naturais, normalizados nesses ambiente. Isso reduz suas respostas afetivas negativas e a empatia pelas vítimas, o que facilita a aceitação de atitudes discriminatórias e de violência verbal (Soral et al.,2018).

Considerações finais

O estudo apresentado neste capítulo teve como objetivo analisar se a exposição ao discurso de ódio contra moradores negros de favelas aumenta as expressões implícitas de preconceito. Especificamente, buscou-se verificar a relação entre o preconceito racial implícito e a desumanização das pessoas negras, além de investigar como a exposição ao discurso de ódio influencia a percepção de ofensividade desses discursos. Também foi explorada a conexão entre a exposição às redes sociais e a percepção de ofensividade, bem como as interações entre o discurso de ódio, a percepção sobre o conteúdo discriminatório e a posição política dos participantes.

Seguindo as hipóteses propostas, os resultados demonstraram que apesar dos participantes terem sido mais rápidos em atirar em pessoas negras do que em pessoas brancas, como observado em Correll et al.(2002), aqueles expostos ao discurso de ódio não apresentaram níveis mais elevados de preconceito implícito em comparação ao grupo

submetido ao conteúdo positivo. Contudo, com relação aos erros, não se observou diferença em pessoas armadas ou a não atirar em pessoas desarmadas. Assim, como não apresentou uma correlação direta entre o preconceito racial implícito dos participantes e a desumanização dos moradores da favela. Contudo, ao examinar o efeito do *priming* na atribuição de traços de natureza e cultura aos indivíduos negros, os resultados demonstraram que os participantes expostos ao discurso de ódio, apresentaram índices mais altos de desumanização direcionado aos moradores da favela.

Da mesma forma, não foi encontrada uma relação direta entre a exposição ao discurso de ódio e uma maior naturalização do conteúdo odioso. No entanto, ao considerar o uso das redes sociais, os resultados revelaram que a percepção da ofensividade do discurso de ódio no grupo experimental exposto ao conteúdo discriminatório estava correlacionada com o tempo de uso. Assim como foi constatado que a posição política influencia como os usuários consomem as redes sociais e como percebem os conteúdos discriminatórios.

Neste sentido, as análises apontaram que o espectro político medeia a relação entre o uso das redes sociais e a percepção do discurso de ódio. Ou seja, o consumo de redes sociais afeta a percepção de ofensividade do discurso de ódio por meio da orientação política dos indivíduos. Dessa forma, a orientação política se mostrou um elemento determinante para compreender como o consumo de informações em redes sociais influencia a percepção dos indivíduos sobre os conteúdos de ódio.

Os achados do estudo trazem importantes apontamentos sobre a relação entre o discurso de ódio, preconceitos implícitos e desumanização. Indicando que a exposição ao discurso de ódio promove alterações nas percepções, influenciando nas atribuições de características desumanizantes da população negra das favelas, principalmente relacionadas a traços de natureza negativos. Esses resultados estão em linha com a teoria da desumanização, que sugere que discursos desumanizantes reduzem a percepção de humanidade de determinados grupos, facilitando a aceitação de atitudes e comportamentos discriminatórios (Fasoli et al., 2016; Goff et al., 2008).

Assim, o consumo frequente das redes sociais junto a uma maior identificação política à direita podem influenciar na percepção dos discursos de ódio como menos ofensivos. Isso reforça como a estrutura das redes e suas bolhas algorítmicas, podem promover frequente exposição a conteúdos que reforçam suas crenças preexistentes, diminuindo a sensibilidade a mensagens preconceituosas e aumentando a polarização (Gaudette et al., 2020).

Contudo, o presente estudo apresenta limitações que merecem destaque. A primeira delas é com relação ao baixo número de participantes, influenciando no poder explicativo dos resultados expostos. Um tamanho amostral maior teria permitido uma análise mais robusta e generalizável, aumentando a confiabilidade das conclusões. Assim como a natureza do ambiente experimental e a homogeneidade da amostra, composta majoritariamente por estudantes universitários, o que pode não refletir a diversidade da população em termos de idade e experiências de vida. Isso pode limitar a aplicabilidade dos resultados a outras populações.

Outro ponto importante é a possível limitação do efeito do *priming*, que pode não ter sido forte o suficiente para influenciar significativamente o comportamento dos participantes no curto período do experimento; ainda que tenha tido impacto significativo na desumanização dos negros-pobres retratados no cenário da pesquisa. Nosso *priming* usa a imagem de pessoas pretas e pardas, assim como expressões discriminatórias, o estudo original de Corr et al. (2002) apresenta pessoas negras individualmente, isso pode ter afetado as medidas de violência racial. Além disso, o estudo se restringiu a um contexto específico de discurso de ódio, focando na discriminação da população das favelas, o que exclui uma gama de outros discursos discriminatórios que podem existir. Esse foco específico traz uma série de representações por ser um grupo social vastamente conhecido no Brasil, mas possivelmente limita a generalização dos resultados para outros grupos sociais que também são alvo de discriminação.

De modo geral, este estudo abre novos caminhos para a compreensão do impacto do discurso de ódio e da desumanização em ambientes virtuais. Ao demonstrar que a combinação de alta exposição a discursos de ódio e o consumo de informações filtradas pelas redes sociais pode criar um ambiente propício para a normalização de atitudes preconceituosas e a perpetuação de estereótipos negativos, evidenciando como a estrutura das redes sociais pode perpetuar a discriminação e a desumanização da população negra e moradora da favela de forma explícita e implícita. Além disso, ao evidenciar a influência da orientação política na percepção dos discursos de ódio, o estudo abre possibilidades para futuras pesquisas que possam explorar conteúdos específicos direcionados a diferentes grupos políticos e como esses conteúdos discriminatórios podem perpetuar desigualdades sociais e até a defesa do extermínio de grupos minoritários.

CAPÍTULO 5

O DISCURSO DE ÓDIO NA POLÍTICA: ESTRATÉGIAS DE PODER E EXTERMÍNIO

Este capítulo analisa como o discurso de ódio tem sido utilizado como uma ferramenta política por governos autoritários de extrema direita, especialmente nas redes sociais, para ampliar a adesão ao grupo e legitimar práticas de exclusão contra minorias sociais. A análise aborda como o uso da retórica de medo é estrategicamente utilizada para influenciar pautas públicas e promover políticas de segurança mais repressivas contra populações marginalizadas. O capítulo apresenta evidências empíricas de um estudo que analisa comentários com discurso de ódio durante a campanha para as eleições presidenciais de 2022, investigando como o uso desse discurso na política atua como mecanismo de fortalecimento identitário e delimitação do inimigo, retratando-o como uma ameaça e legitimando atitudes de intolerância e políticas de repressão direcionadas à população das favelas.

5.1 O ódio como política: discursos de ódio enquanto ferramenta do autoritarismo

Nas últimas décadas, o discurso de ódio tem se tornado um elemento cada vez mais presente no cenário político global (Bilewicz & Soral, 2020). Em junho de 2015, durante o anúncio de sua primeira candidatura à presidência dos Estados Unidos, Donald Trump fez um discurso descrevendo os imigrantes mexicanos, entre outras coisas, como “estupradores”. No trecho, Trump afirma: *"Quando o México envia seu povo, eles não estão enviando os melhores... Eles estão trazendo drogas. Eles estão trazendo o crime. Eles são estupradores. E alguns, eu suponho, são boas pessoas"*. Seguindo sua campanha, ocorrem outros episódios discriminatórios, como os insultos machistas contra uma jornalista de televisão, *"Ela tem sangue saindo de tudo que é lugar"*, assim como a imitação de uma repórter com deficiência física que o criticou (Empoli, 2022). Apesar das críticas sobre ser racista e misógino, venceu as eleições nos EUA em 2016. Em 2024, no dia 07 de outubro, na sua segunda e também vitoriosa campanha, Trump voltou ao tema afirmando sobre os imigrantes que: *"Muitos deles mataram bem mais de uma pessoa, e agora vivem tranquilamente nos EUA. Você sabe, eu acredito que ser um assassino está nos genes da pessoa. E a gente tem muitos genes ruins no nosso país agora"* (Em nova fala racista [...], 2024).

O primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, também possui um extenso histórico de discursos de ódio contra minorias, principalmente os imigrantes. Nos últimos anos, ele chamou imigrantes muçulmanos de "invasores" e descreveu a imigração de não europeus como um "veneno", afirmando que *"Todos os terroristas são imigrantes!"*. Em discurso na Romênia, país que abriga uma grande comunidade húngara, afirmou: *"Queremos manter a Hungria como uma nação húngara. É por isso que sempre lutamos: estamos dispostos a nos misturar, mas não queremos nos tornar povos mestiços"*⁹.

No Brasil, o ex-presidente Jair Bolsonaro fez várias declarações ao longo de sua carreira como político que são consideradas discursos de ódio. Como por exemplo, em 2011, em um programa de televisão, foi questionado sobre o que faria se tivesse um filho gay, o então deputado respondeu: *"Isso nem passa pela minha cabeça porque tiveram uma boa educação, eu fui um pai presente, então não corro esse risco"*. Em outro momento, ao ser indagado por uma mulher negra (Preta Gil) o que faria se seu filho se apaixonasse por uma negra, Bolsonaro afirmou: *"Preta, não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja, eu não corro esse risco, e meus filhos foram muito bem educados, e não viveram em ambiente como lamentavelmente é o teu"*¹⁰. Além de uma série de outras falas discriminatórias contra as mulheres, populações indígenas, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas negras e quilombolas, além de posição contrária aos direitos humanos e exaltação da ditadura militar (Silvia, et al., 2021).

Apesar de ser um lugar comum da política atual, o uso do discursos de ódio como apoio a políticas excludentes têm raízes profundas na história política e social dos diferentes países. Políticos populistas e autoritários recorrem a essas retóricas como estratégias para mobilizar apoio das massas às políticas repressivas. Ficando evidente em contextos de crise ou em situações que alguma ameaça é percebida, quando líderes utilizam uma linguagem polarizadora para reforçar a necessidade de "ordem" e "segurança", apresentando determinados grupos minoritários como bodes expiatórios que representam uma ameaça à estabilidade social (Osborne, et al., 2023).

Utilizado como estratégia de mobilização política, os discursos de ódio buscam antagonizar a sociedade para consolidar o poder dos seus promotores (Cambridge, 2019). Como já referido, ao criar narrativas que separam a sociedade entre "aliados" e "opositores", permitem que certos grupos minoritários sejam representados de forma negativa, além de

⁹ Retirado de :

<https://www.dw.com/pt-br/orb%C3%A1n-diz-que-discurso-contra-migra%C3%A7%C3%A3o-%C3%A9-quest%C3%A3o-cultural/a-62629791>

¹⁰ Retirado de: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/354809/noticia.htm?sequence=1>

promover uma maior coesão do endogrupo (Tajfel, 1982). A partir dessa estratégia, líderes populistas buscam legitimar medidas que atendam a seus interesses políticos, criando um ambiente social mais favorável para o crescimento de práticas discriminatórias (Osborne et al., 2023).

Esse mecanismo é bem ilustrado no estudo de Shafer (2017), que analisa como a retórica “politicamente incorreta” de Trump ajudou a normalizar preconceitos raciais disfarçados como “verdades”. A autora utilizou exemplos de declarações públicas, como entrevistas, anúncios de campanha e tweets, entre junho de 2015 e julho de 2016, durante a campanha eleitoral de Trump, além de respostas de seus apoiadores no antigo Twitter (X). Os resultados mostraram que as declarações de Trump, focadas em "dizer a verdade" e "acabar com o politicamente correto", estavam associadas à ideia de um “pós-racismo”. Nesse contexto, “dizer a verdade” significava afirmar que o racismo não existia, o que era visto como uma “verdade” desconfortável para muitos. Essa retórica ressoava entre seus apoiadores, que acreditavam que os avanços nos direitos das minorias estavam associados ao “politicamente correto”, um conceito que viam como opressor.

A pesquisa revelou que muitos apoiadores de Trump usavam a mesma linguagem para expressar preocupações sobre imigração, segurança e identidade nacional, sem necessariamente utilizar linguagem explicitamente racista, mas mantendo uma estrutura de pensamento discriminatória. A autora conclui que a postura “politicamente incorreta” de Trump serviu como uma forma de permissão para que o discurso de ódio racista circulasse no espaço público, agravando a divisão social e influenciando as políticas públicas de seu governo (Shafer, 2017).

No Brasil, tanto o ex-presidente Jair Bolsonaro, quanto seu ex-vice, Hamilton Mourão, ainda enquanto autoridades públicas, fizeram declarações que negavam o racismo e seus impactos nas desigualdades do país. Frases como: “*racismo é coisa rara no Brasil*”; “*não existe racismo no Brasil*”; “*sou daltônico: para mim todos têm a mesma cor*”; “*Brasil é a minha cor*” e “*(...) discussões sobre temas raciais representam tentativas de importar para nosso território tensões alheias à nossa história*” (Alfonso, 2019).

Representantes políticos da extrema direita como Donald Trump, Viktor Orbán e Jair Bolsonaro, ganharam destaque na mídia através desses tipos de declarações polêmicas e preconceituosas, que ocorrem em uma alta frequência, criando uma espiral de atenção que mantém o foco constantemente sobre essas figuras (Siegel, et al., 2019; Karapetjana et al., 2023; Silva, et al., 2021). Embora essas declarações públicas pareçam espontâneas, fazem

parte de uma estratégia política. Por trás dessa retórica extremada e populista, há uma estrutura ideológica robusta, apoiada por especialistas em tecnologias avançadas de Big Data, que possibilitam a segmentação precisa do público para divulgação dos discursos polarizadores. Esse uso estratégico do discurso de ódio visa manipular as emoções e consolidar identidades políticas, garantindo apoio a medidas excludentes e autoritárias (Empoli, 2022).

As estratégias políticas recentes estão se adaptando à dinâmica das redes sociais, o que transformou radicalmente a dinâmica social. Essas estratégias abandonaram as formas tradicionais de mediação com o público (partidos, noticiários e outras instituições), que antes atuavam como organizadores do discurso político, colocando a relação com a população em uma perspectiva mais horizontalizada. Atualmente, a maior parte dos atores políticos, desde grandes líderes até cidadãos comuns, teoricamente, têm acesso direto ao debate público sem intermediários. O sucesso se baseia na captura imediata da atenção pública, apelando para seus medos, aspirações e preconceitos, características que são amplificadas por algoritmos projetados para maximizar a interação (Empoli, 2022).

De fato, por conta da estrutura algorítmica das redes sociais, o discurso de ódio nesses espaços se torna um caminho mais fácil para alcançar maior público. Como é demonstrado no estudo de Mathew et al. (2018), que com o objetivo de compreender como o discurso de ódio se propaga, analisou um conjunto de dados de 21 milhões de postagens de 341 mil usuários da plataforma Gab. Os resultados indicam que postagens de usuários identificados como odiosos alcançam uma audiência maior, se espalham mais rápido e de maneira mais viral do que as postagens de usuários não-odiosos. A análise revelou que esses usuários formam uma rede densa, o que potencializa a influência e alcance de seus conteúdos. Dessa forma, o discurso de ódio se torna uma ferramenta eficaz para atingir um grande número de pessoas e construir redes virtuais mais coesas, fortalecendo a difusão dos conteúdos políticos polarizadores.

O aumento gradual da violência em seus discursos torna os regimes autoritários, ou projetos autoritários, mais eficazes em contornar as normas institucionais destinadas a proteger os direitos humanos. Mesmo em países com democracias consolidadas, forças internas exploram as fragilidades desses sistemas, tensionando a política nacional para fomentar o ódio, legitimar a violência e buscar poder autocrático (Osborne, et al., 2023). Dados recentes mostram um cenário tenebroso. Em 2021, um total de 60 países apresentavam retrocessos em suas liberdades, como consequência, cerca de 38% da população mundial vive em países classificados como "não livres", a maior proporção desde 1997. Em contraste,

apenas cerca de 20% da população global reside atualmente em países considerados "Livres" (Repucci & Slipowitz, 2022). Isso demonstra o declínio democrático, especialmente em governos de extrema direita, onde os controles sobre abuso de poder e violações de direitos humanos foram erodidos .

5.1.1 Estratégias de comunicação autoritária da extrema direita

A popularização dos discursos antidemocráticos possibilitou que algumas características do autoritarismo germinassem no contexto mundial. Entre essas características, destacam-se a intolerância ao pluralismo político, a deslegitimação de adversários e a concentração de poder em torno de um líder ou de uma elite específica (Silva, 2021). O autoritarismo pode ser entendido como a combinação de uma tendência à submissão a autoridades (submissão autoritária), desejo de punição rigorosa aos infratores de normas (agressão autoritária) e a valorização da conformidade com normas tradicionais (convencionalismo) (Altemeyer, 1996).

Diversas pesquisas indicam que os valores alinhados à direita política estão frequentemente associados ao autoritarismo (Altemeyer, 1996; Calderón et al., 2020; Siegel, et al, 2019). No entanto, outros estudos sugerem que valores da esquerda também podem ser mobilizados para comportamentos autoritários (Conway et al., 2021). Em sua essência, o autoritarismo envolve o desejo de conformidade grupal acima da autonomia individual, com uma tendência à submissão a figuras de autoridade e a vontade de punir aqueles que violam as normas valorizadas pelo grupo, independentemente de essas normas refletirem valores tradicionais ou progressistas (Osborne, et al., 2023). Portanto, o autoritarismo pode existir tanto à esquerda quanto à direita do espectro político; ainda que, nos últimos anos, tenha se tornado especialmente prevalente na direita. Esse fenômeno é impulsionado pelo aumento de governos de extrema-direita e pela sua apropriação estratégica das dinâmicas das redes sociais (Wahlström & Törnberg, 2019).

Ao redor do mundo a extrema direita tem explorado crises sociais e políticas para legitimar discursos de ódio e medidas autoritárias. Utilizando narrativas que capitalizam os medos e ressentimentos da população, apresentam grupos marginalizados como responsáveis pelos problemas sociais, construindo um "outro" que deve ser controlado ou eliminado (Osborne, et al., 2023). O estudo desenvolvido por Calderón et al.(2020) ilustra como, a partir da ideologia política da extrema direita, o discurso de ódio constrói seus alvos. Os autores analisaram o discurso de ódio contra imigrantes no Twitter na Espanha, relacionado ao

surgimento do partido político de extrema-direita “Vox”. Utilizando técnicas computacionais, foram coletadas 244.095 mensagens ao longo de seis meses durante o período eleitoral de 2018/2019. Dessas mensagens, 1.977 foram classificadas como discurso de ódio contra imigrantes. Inicialmente, as mensagens de ódio foram classificadas em níveis de perigo: (a) ofensas contra os sentimentos dos alvos (56%); (b) incitação à discriminação, ódio ou cerceamento de direitos (42%) e (c) incitação direta ou glorificação da violência (2%).

A pesquisa destaca o uso de estereótipos como linguagem comum a essa ideologia política, seja como intolerância religiosa e racismo, por exemplo: *"Exato. No entanto, estão destruindo nossas crenças, nossas tradições e impondo o islamismo radical e culturas estranhas a nós que nos desrespeitam"*, *"Fora os mouros! Foda-se a religião deles! Larga os bichos do norte da África!"*; seja com conteúdo de incitação da violência contra e desumanização dos imigrantes, como: *"Vamos ver se o Vox entra e expulsamos todos esses malditos ratos do país"*, *"Hoje só o Vox pede o fim da imigração ilegal. Os espanhóis devem se dedicar a limpar a Espanha desses selvagens. E aqueles de vocês que não votam neles, aproveitem o que votaram"*. Os autores da pesquisa concluem que o discurso de ódio foi usado como um meio político de fomentar a violência contra os imigrantes a fim de promover a coesão dos espanhóis em apoio a restrição de direitos a esses grupos, pauta base do “Vox” (Calderón et al., 2020).

Essa retórica simplista, que promete soluções rápidas para questões complexas, é particularmente eficaz em tempos de incerteza, quando a percepção de ameaça é elevada. Nesses contextos, o discurso de ordem e segurança se torna atraente, ativando predisposições autoritárias que favorecem a conformidade social e a centralização do poder. Essa abordagem se sustenta na ideia de que a preservação dos valores tradicionais e da estabilidade social depende de ações punitivas, criando um ambiente favorável para o crescimento de ideologias extremistas com enormes repercussões danosas no mundo offline (Osborne et al., 2023).

A ideologia extremista pode assumir diferentes formas, variando conforme o contexto histórico e cultural. Em alguns casos, grupos extremistas adotam uma abordagem mais moderada, participando do processo político dentro dos limites democráticos. Em outros, recorrem a ações mais radicais, como a violência política e a incitação ao ódio (Bobbio et al., 2004). Um evento recente de grande gravidade que ilustra essa tendência, trata-se do ataque ocorrido em 6 de janeiro de 2022 ao Capitólio dos Estados Unidos. O discurso de ódio disseminado por figuras políticas e pelos meios de comunicação alimentou os extremistas,

grupos de extrema direita como o Proud Boys e o QAnon, que invadiram o edifício governamental e recorreram à violência contra as forças policiais (El País, 2021).

Aqui no Brasil, os eventos que ocorreram em 8 de janeiro de 2023, também refletem a mesma lógica. Apoiadores radicais do ex-presidente Jair Bolsonaro invadiram os prédios dos três poderes, em Brasília. Movidos por semanas de retórica de ódio nas redes sociais, ao atentarem contra a República, os terroristas entraram em conflitos com as forças de segurança e, posteriormente, ao serem questionados sobre as armas que utilizam, informaram que usariam caso fossem atacados por "esquerdistas" (Mendes, 2023).

O discurso de ódio utilizado de forma política pode afetar diretamente a organização social, influenciando atitudes e comportamentos das pessoas, trazendo consequências reais. Representantes políticos antidemocráticos e autoproclamados antissistema, juntamente com seus apoiadores em ambientes virtuais, têm investido na tentativa de remodelar ou manipular sistemas políticos, em parte jogando com os medos dos eleitores de mudar seu modo de vida ou ressentimentos por perdas percebidas, destacando as falhas dos seus antecessores. Promove-se a ideia de que, uma vez no poder, a responsabilidade desse tipo de liderança é apenas para com sua própria base eleitoral, desconsiderando outros interesses e segmentos da sociedade, distorcendo as instituições sob seus cuidados para prolongar seu governo (Freedom House, 2022).

Dessa forma, a linha que divide eventos online e offline é muito tênue. Ao utilizar o discurso de ódio contra determinados grupos minoritários ou opositores, os representantes políticos conseguem mobilizar emoções intensas, como medo e raiva na população (Bilewicz & Soral, 2020). Contribuindo para gerar uma sensação de ameaça e insegurança, o que traz maior apoio por parte da população a medidas autoritárias, assim como coesão do grupo cuja a identidade é construída a partir da exclusão do outro (Pasquale, 2019). Como mostra o estudo de Müller e Schwarz (2020), que analisou postagens de Donald Trump desde o início da primeira campanha presidencial, especialmente aquelas relacionados ao Islã e ao ódio antimuçulmano, e sua possível ligação com crimes de ódio registrados pela polícia. Os autores descobriram que os tweets de Trump sobre muçulmanos estão altamente correlacionados com o número de crimes de ódio antimuçulmano; sendo que a maioria desse efeito foi mais impulsionada em regiões com preconceito já existente contra essa minoria social.

Os mesmos autores, dessa vez no contexto da Alemanha, também encontraram uma correlação entre postagens sobre anti-refugiados na página do Facebook da extrema direita

("Alternative für Deutschland") com crimes violentos contra imigrantes. Demonstrando que as postagens de políticos influentes e organizações de extrema-direita que propagam discursos de ódio, contribuem para enfraquecer as normas sociais que inibem comportamentos discriminatórios e violentos, estimulando aqueles que se identificam com esses discursos preconceituosos a cometerem crimes de ódio (Müller & Schwarz, 2020; Müller & Schwarz, 2021).

Evidências indicam que eventos sociopolíticos de alta visibilidade, como protestos, eleições e crises, podem servir como "gatilhos" para mudanças significativas no volume e na natureza das interações em plataformas digitais (Bajari et al., 2021; Lupo et al., 2023; Siegel et al., 2019). Eventos de relevância social, muitas vezes intensificam sentimentos relacionados às identidades sociais dos grupos envolvidos, resultando em um aumento notável na atividade de comunidades online, principalmente associadas a discursos de ódio. A visibilidade desses eventos potencializa as tensões, incentivando interações mais acaloradas, que reforçam divisões e ampliam conflitos (Scharwächter & Müller, 2020).

O estudo conduzido por Lupo et al. (2023) analisa essa dinâmica em duas situações de grande relevância social: A morte de George Floyd¹¹ e as Eleições dos EUA em 2020. Foram analisadas 59 milhões de postagens em inglês de 1.150 comunidades online de discurso de ódio, espalhadas por seis plataformas digitais, ao longo de um período de 19 meses (2019-2020). Os resultados indicaram que ambos os eventos resultaram em aumentos significativos de postagens de discurso de ódio, mas com diferentes padrões de reação. Durante os protestos após a morte de George Floyd, houve um aumento acentuado no discurso de ódio racial, além de outros tipos, como sexismo e LGBTQIAPN+fobia. Durante as eleições, houve um aumento notável de discurso de ódio relacionado à religião, identidade de gênero e imigração. O estudo sugere que o discurso de ódio online tende a se expandir para grupos e temas aparentemente não conectados ao evento inicial, sugerindo que esses eventos podem estimular identidades e tensões entre os grupos de formas não diretas.

Nesse sentido, o discurso de ódio por vezes se apresenta com um alvo difuso, definido como um "outro" que é associado a um "combo" que aglutina muitas identidades vistas como ameaças à ideologia do grupo que promove o ódio. Como demonstra o estudo de Mercure e Lima-Lopes (2020), que investigou como os discursos de ódio são usados para influenciar a opinião pública por meio de apropriação de pautas sociais. Em uma análise de conteúdo das redes antes das eleições de 2018 no Brasil, a partir da hashtag #Dia28EuVouTrabalhar, que

¹¹ Para mais informações: <https://g1.globo.com/tudo-sobre/george-floyd/>

expressava oposição à greve geral contra as reformas trabalhistas e previdenciárias de 2017. Conteúdos estimulavam a violência e colocam símbolos da esquerda como alvos a ser eliminados como: *“Terroristas sim, manifestante não”*; *“Eu quero ver grevista levando tiro de borracha na cara”*, *“#Dia28EuVouTrabalhar e eu espero q a polícia trabalhe bastante amanhã e enfie o kct nesses vagabundos”*(sic) e *“Se você for a esta greve estará apoiando o PT! Cut e principalmente lula! É isso que eles tem que usar”*. Uma das figuras centrais na disseminação desses discursos foi um deputado estadual de extrema direita, filho do então candidato à presidência Jair Bolsonaro. As manifestações online visavam associar a greve ao Partido dos Trabalhadores (PT) e à esquerda, apesar de a manifestação não ter ligação direta com o partido. O objetivo era deslegitimar o movimento e aumentar o engajamento, reforçando a visibilidade e a influência política do grupo, que já tinha claras ambições de alcançar a presidência do país.

A estrutura de retórica utilizada por movimentos de extrema direita nas redes sociais é meticulosamente pensada, ainda que por vezes possa parecer passional, para servir a objetivos específicos, como o fortalecimento de identidades grupais e a desvalorização de grupos externos. Essa linguagem geralmente tem características, termos e símbolos e narrativas utilizados de forma sistemática para intensificar conflitos sociais que possam trazer ganhos eleitorais e abater o "inimigo". Transformando debates sociais em narrativas de "bem contra mal". Logo, o modo de utilizar os “memes”, slogans e hashtags são fundamentais para criar uma identidade coletiva que possa se apropriar da linguagem e atingir seu alvo (Pasquale, 2019; Siegel, et al., 2019; Meza et al., 2019).

O discurso de ódio utilizado como ferramenta política tem se agravado com a chegada da extrema direita ao poder em todo mundo. A partir de 2017, os partidos de extrema-direita conseguiram ganhos eleitorais significativos em vários países na Europa (a exemplo da Alemanha, Dinamarca, Hungria, França e Itália) (Empoli, 2022). Assim como no mesmo período, nos Estados Unidos, Donald Trump tomou posse pelo Partido Republicano (Wahlström et al., 2021) e Jair Bolsonaro no Brasil (Silva et al., 2021). Agora, em 2024, Trump foi reeleito nos Estados Unidos.

Autores das ciências sociais têm apontado que as estratégias discursivas atualmente implantadas por movimentos de extrema direita têm características de militarização da linguagem. Governos autoritários usam estratégias discursivas bélicas para consolidar o poder dentro de suas próprias nações, muitas vezes desumanizando seus próprios cidadãos (Pasquale, 2019). A linguagem do Terceiro Reich, pode ser compreendida como uma das

manifestações mais emblemáticas desse tipo de estratégia. Esse tipo de discurso explora vulnerabilidades culturais do grupo-alvo, sendo usado para desumanizar grupos minoritários a serviço de um estado-nação, para desacreditar fatos conhecidos e para manipular as respostas emocionais da população (Klemperer, 2013).

Segundo Pasquale (2019), os discursos de ódio com características militarizadas são parte de uma "instrumentalização sistemática da linguagem", utilizada para moldar a percepção da realidade e legitimar institucionalmente práticas de injustiça, promovendo a sensação de ameaça para justificar as políticas discriminatórias como necessárias para proteger a ordem e a segurança social. A autora identificou quatro componentes interconectados dessa linguagem, o que permite uma melhor análise sobre a forma como a extrema direita instrumentaliza o discurso de ódio para seus interesses. Destacando que em todos os países, essas estratégias são usadas de maneiras ligeiramente diferentes, mas há semelhança suficiente para delimitar o fenômeno (Pasquale, 2019). Esse discurso se concentra em quatro componentes interligados da linguagem armada: censura, propaganda, desinformação/*fake news* e discursos cotidianos.

Em regimes autoritários, a censura é empregada como uma ferramenta estratégica para silenciar vozes dissidentes ou instituições que expõem as incongruências do governo. Por exemplo, o renomado cartunista político do Pittsburgh Post-Gazette que foi demitido alegadamente por preconceito anti-Trump (Cavna, 2018). Como, também, o anúncio do governo Trump que pesquisadores do Centro de Controle de Doenças (*Centers for Disease Control* - CDC), a agência de saúde pública mais significativa do país, não deveriam usar sete palavras em uma próxima reunião de orçamento. As palavras a serem evitadas na reunião e que muitos acreditavam que seriam evitadas para sempre eram: "vulnerável", "diversidade", "transgênero", "direito", "feto", "baseado em evidências" e "baseado em ciência" (Sun & Eilperin, 2017).

Em sociedades autoritárias, a imprensa se torna alvo frequente por exercer o papel de expor as distorções promovidas pelo governante. Na Hungria, o governo de Viktor Orbán tem monitorado jornalistas, coletando informações detalhadas sobre suas atividades, além de controlar a publicidade na mídia e o conteúdo editorial, buscando limitar a liberdade de expressão (Bennet & Naim, 2015). No Brasil, houve situações semelhantes de repressão e intimidação à imprensa, como o caso da repórter Patrícia Campos Mello, que se tornou alvo de ataques públicos após relatar que apoiadores de Jair Bolsonaro, então presidente eleito, financiaram uma campanha de desinformação via WhatsApp (Vick, 2018). Esses episódios

refletem um ambiente hostil para o jornalismo no país, evidenciado pelo ranking da organização Repórteres sem Fronteiras (2022), que posicionou o Brasil, em 2022, na 110ª colocação no índice mundial de liberdade de imprensa, entre 181 países. Além disso, o país foi considerado o segundo mais perigoso para jornalistas no continente, atrás apenas do México, o que destaca a gravidade das ameaças enfrentadas por profissionais da mídia em contextos de governos com tendências autoritárias.

A propaganda política pode ser mais comumente associada ao esforço dos governos para manipular informações e sentimentos para obter apoio público para agendas específicas (Messeryly, 2015). No entanto, na extrema direita, a propaganda vai além da mera retórica de persuasão, tornando-se uma combinação estratégica de fatos seletivos e ficções para promover uma visão específica. Nesse contexto, a propaganda sempre visa a persuasão por meio do engano. Quando o público reconhece parte da informação como verdadeira, os elementos restantes, mesmo que não verificados, tendem a ser aceitos como plausíveis. A propaganda funciona como um sistema de significados que utiliza táticas estratégicas, como simplicidade, repetição, apelo a emoções fortes e símbolos de fácil compreensão. Slogans, imagens impactantes e frases de efeito são essenciais para tornar a propaganda eficaz em diferentes mídias (Pasquale, 2019).

Embora o objetivo principal da propaganda sempre tenha sido manipular o discernimento público, a internet trouxe novas ferramentas para potencializar essa estratégia. Governos, empresas e movimentos agora utilizam a propaganda computacional, que envolve contas automatizadas, algoritmos de redes sociais e inteligência artificial. Essas tecnologias analisam perfis online, identificam públicos suscetíveis a certas mensagens e direcionam conteúdo personalizado de forma precisa, possibilitando evitando diferentes tipos de conteúdo para diferentes públicos (Frank, 2018).

A desinformação pode ser entendida como um subproduto desse tipo de propaganda. O intuito não é apenas que as pessoas acreditem que coisas falsas são verdadeiras, mas produzir também pânico social com notícias manipuladas para promover maior polarização, além de fazer com que as pessoas se tornem resistentes a novas informações, ficando cada vez mais presas em suas “bolhas políticas” (Pasquale, 2019). As campanhas de desinformação também costumam incorporar teorias da conspiração que deslegitimam a grande mídia e são usadas para atingir pessoas, grupos e ideias.

Por exemplo, em 2018, o primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán forçou o fechamento da Universidade Centro-Europeia (CEU), uma universidade privada financiada

por George Soros, um americano de origem húngara e judaica, alegando que era um plano do financiador para inundar a Hungria com imigrantes não cristãos (Stanley, 2018). No Brasil, durante a campanha eleitoral de 2018, Jair Bolsonaro utilizou intensamente as plataformas virtuais para disseminar desinformação, um exemplo marcante foi a circulação de *fake news* relacionadas ao chamado "kit gay" e à "ideologia de gênero". Essas notícias foram forjadas estrategicamente para criar ameaça moral e reforçar a imagem de Bolsonaro como defensor da "família tradicional brasileira" (Viscardi, 2020).

Os discursos cotidianos se referem ao uso de linguagens aparentemente comum, mas que contribuem para normalizar discursos de ódio e reforçar ideologias de direita. Essas expressões fazem com que atitudes e crenças preconceituosas se tornem parte do discurso social diário, sem a necessidade de utilizar uma retórica explicitamente hostil. A ideia é que, por meio da repetição e da aceitação social desses discursos aparentemente triviais, as ideologias autoritárias ganhem legitimidade e se tornem mais difíceis de questionar, já que são disseminadas de forma "natural" no cotidiano (Pasquale, 2019). Exemplos são o discurso de ódio racista vastamente repetido por Trump que está diretamente correlacionado com o aumento de crimes de ódio contra negros e muçulmanos (Burnap et al., 2019), ou a máxima repetida pela extrema direita brasileira "bandido bom é bandido morto" (Abreu-Silva, 2023).

5.2 O discurso de ódio no Brasil: entre a retórica e a realidade da favela

A ascensão da extrema direita no Brasil segue um padrão observado em outros contextos globais, onde fatores estruturais, históricos e econômicos são combinados para consolidar uma base política autoritária (Löwy, 2015). A democracia brasileira sempre esteve sob forte influência autoritária em seu cenário político, alimentado por desigualdades estruturais e uma cultura de dominação (Silvia, 2021). Entretanto, nas eleições de 2014, o Brasil já demonstrava sinais de uma crescente onda conservadora pós-redemocratização, que se refletiu na composição de um Congresso Nacional marcadamente inclinado para a direita e de forte viés militar. Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), houve um incremento de 25% no número de ex-policiais eleitos como deputados estaduais ou federais naquele ano, e uma forte presença de representantes militares, policiais, religiosos e ruralistas, com uma pauta voltada para a revisão do Estatuto do Desarmamento, a redução da maioria penal e a criação de leis mais rígidas para punir crimes, resultando em um

aumento significativo de parlamentares ligados a setores mais conservadores, especialmente as chamadas "Bancadas da Bala, da Bíblia e dos Boi ou ruralista".

Com a chegada de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil, em 2018, houve um período de maior intensificação do autoritarismo no país, momento no qual o Brasil entrou na lista de 14 países que possuíam movimentos autoritários crescentes em suas democracias, incluindo outros como: Estados Unidos, Hungria e Turquia (Ma, 2018). Um movimento que segue aumentando no decorrer dos anos. Nas eleições de 2022, houve uma presença ainda mais expressiva de candidatos ligados às forças de segurança pública, incluindo policiais, militares, bombeiros e agentes de segurança, foram eleitos para o Congresso Nacional 103 políticos dessas áreas, sendo 57 deputados estaduais, 44 federais e 2 senadores (Nexo Jornal, 2024). Nas últimas eleições para prefeitos, em 2024, esse quadro se intensificou, com a eleição , sobretudo, de homens, brancos e de centro-direita¹². Tal cenário solidifica a presença de representantes comprometidos com uma agenda de segurança pública rigorosa, que favorece o endurecimento penal, a redução da maioria penal, o fortalecimento do excludente de ilicitude para policiais e a maior facilidade na aquisição de armas, refletindo a continuidade e aprofundamento da onda conservadora no cenário político brasileiro.

A ideia de "guerra" é um elemento central da linguagem militarizada que a extrema direita brasileira adota em seus discursos políticos, na maioria das vezes criando uma atmosfera de medo e combate iminente com os "inimigos" selecionados (Serra, 2024). Há uma conexão histórica e ideológica com os militares, especialmente evidenciada nos apelos a uma intervenção militar e no saudosismo em relação ao período da ditadura militar (1964-1985). Contudo, diferentemente do cenário europeu, não se manifesta por meio de partidos de massa explicitamente discriminatórios, mas sim por uma retórica de exaltação à segurança e repressão, acompanhada de uma inclinação autoritária, que envolve, por exemplo, demanda por políticas de segurança rígidas e centralizadas em figuras de autoridade, mesmo que o uso da violência seja necessário para isso (Löwy, 2015).

A utilização desse discurso bélico, transforma debates políticos em narrativas de confronto, facilitando a aceitação de medidas polêmicas para manutenção da segurança social (Pasquale, 2019). A exploração da violência social, por exemplo, desempenhou um papel central na promoção da pauta armamentista no Brasil. Com uma narrativa de medo e insegurança do país, diante do "descontrole da segurança pública" e da falta de proteção do

¹² Retirado de

<https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/homem-branco-de-centro-direita-veja-o-perfil-predominante-dos-prefeitos-eleitos-em-2024/> em 11/11/24

Estado, políticos e grupos pró-armamento utilizam slogans, fatos distorcidos e o senso de união, para “conquistar” o direito do cidadão estar armado para se defender. Esse discurso simplificado e repetitivo, centrado na ideia de autodefesa e proteção da família, tem sido eficaz em obter apoio popular, especialmente quando utilizando conteúdo odioso associado a estereótipos como o "cidadão de bem" versus "bandidos" (Sousa & La-Rama, 2019), como pôde ser visto no Estudo 1.

Essa retórica contribuiu para um aumento significativo no número de armas em circulação no Brasil. De acordo com o Instituto Sou da Paz (2023), passou de cerca de 1,2 milhão em 2018 para quase 3 milhões até o final de 2022. Sendo um efeito imediato do descontrole promovido pelos mais de 40 atos infralegais – decretos, portarias e instruções normativas – publicados entre 2019 e 2022, quase todos regredindo em controles até então vigentes. Dados mostram que a maior disponibilidade de armas está associada a um aumento nas taxas de homicídios e violência, desafiando a narrativa de que a ampliação do armamento traria mais segurança (Schneider, 2021).

Essas características punitivistas e militaristas, se organizam em um espectro que engloba outras intersecções identitárias, como o conservadorismo, identidade religiosa, anti-intelectualismo, negacionismo científico, aversão ao comunismo e corrupção, permitindo a construção da figura suprapartidária do “cidadão de bem” (Sena, 2019). Uma junção de elementos de identidade que tem bem definido quais são os “problemas” a ser combatidos. Dessa forma, junto com o apoio à militarização, é utilizada uma retórica que enfatiza a necessidade de ordem e disciplina. Essa abordagem, envolve atitudes de intolerância a minorias sociais, desejo de leis mais duras e culto à violência policial, com pautas que buscam restaurar a pena de morte e reforçar o papel da polícia como agente de controle social (Löwy, 2015).

O "Pacote Anticrime" proposto pelo governo de Jair Bolsonaro, em 2019, representa uma manifestação concreta do discurso de intolerância ao "outro" com sua abordagem de endurecimento penal. O pacote trouxe mudanças significativas ao Código Penal, com impacto nas políticas de segurança pública e o risco de incentivar práticas abusivas, especialmente em áreas periféricas. Nessas comunidades, como as favelas, onde a violência é percebida como ameaça constante, normas mais rígidas frequentemente legitimam práticas policiais extremas sob a justificativa de "manutenção da ordem", ampliando a estigmatização de determinados grupos e resultando em uso desproporcional da força e violações de direitos humanos. Esse tipo de política, ao estabelecer parâmetros mais severos, reforça estereótipos e uma cultura

punitiva, na qual operações de segurança promovem práticas desumanizantes que acabam por criminalizar a existência de grupos vulneráveis, como moradores de periferias. Ao legitimar esse modelo, o Estado abre precedentes para uma violência institucional que normaliza a repressão e reduz as garantias civis, ameaçando princípios democráticos e de justiça social (Sá & Silva, 2023).

Outros elementos que são característicos da extrema direita no Brasil, é o ataque sistemático a instituições como o Supremo Tribunal Federal e a imprensa. A utilização de discursos de ódio como meio para criminalização de determinados grupos políticos e sociais, estimula o aumento da militarização das forças de segurança, reforçando a ideia de que a ordem deve ser mantida por meio da força (Silva, 2021). A estrutura narrativa utilizada demonstra que a estratégia populista de dividir a sociedade entre "amigos" e "inimigos", amplamente utilizada para manipular a percepção pública e mobilizar apoio. Como referido, as redes sociais se revelaram um espaço essencial para a construção dessas narrativas, que reforçam o antagonismo político e o discurso de ódio, influenciando de forma significativa o cenário político (Mercure & Lima-Lopes, 2020).

Essa estrutura narrativa é analisada no estudo de Silva et al. (2021), que pesquisou 3.819.909 comentários no Facebook da página de Jair Bolsonaro entre 2013 e 2016, período em que ele demonstrava interesse na candidatura presidencial de 2018. Os resultados revelaram 78.004 sentenças com conteúdo odioso, indicando que dentre essas sentenças o ódio político-partidário predominava (74% do total), direcionado contra partidos e figuras da esquerda política. Muitos comentários de ódio também apresentavam sexismo, LGBTfobia, xenofobia, racismo entre outros preconceitos. Manifestações seguidas por expressões de superioridade/inferioridade, assim teorias conspiratórias que associavam grupos de esquerda e minorias sociais a inimigos do Estado. Esses dados demonstram como o discurso de ódio na política se torna um catalisador para diversos preconceitos.

É importante ressaltar que a história das campanhas presidenciais brasileiras desde a redemocratização está ligada a ataques entre os adversários políticos, que levam em consideração as angústias da população e buscam apresentar os adversários como representantes daqueles problemas ou incapazes de resolvê-los, aumentando assim a vigilância do eleitor sobre determinado tema ou político (Rodrigues & Fernandes, 2019). Contudo, a utilização de discursos de ódio ultrapassa a mera crítica ao adversário e visa atingir de forma discriminatória grupos sociais que são vistos como problemas ou desvios sociais. Dessa forma, mais do que desacreditar adversários políticos, o discurso de ódio molda

a percepção pública com relação a esses grupos e incita atitudes de intolerância contra eles (Bilewicz & Soral, 2020; Empoli, 2022)

Dentro da perspectiva política, os discursos de ódio se encaixam em um contexto em que as pautas têm gradualmente substituído a identificação partidária nas disputas eleitorais. Isto não significa que discursos de ódio não tenham uma clara matriz ideológica, mas sim que esta passa a ser articulada de outra forma (Sponholz, 2020). A ideologia neste contexto consiste no enquadramento coerente dado às mais diversas pautas políticas, constituindo uma visão de mundo daquele grupo. Uma ideologia exige um comprometimento maior do que uma pauta. Pautas podem ser oferecidas “avulsas”, permitindo um leque maior de combinações, o que por sua vez possibilita atrair um eleitorado mais diverso do que a afinidade ideológica. Com isso, abre-se a possibilidade de conquistar os votos de grupos distintos da sociedade. Assim, o discurso de ódio não precisa ser necessariamente aprovado ou rejeitado, basta ser considerado relevante na situação que é usado (Kalil, 2019).

Nos discursos cotidianos, o ódio e seus alvos são disfarçados através de uma linguagem aparentemente comum. Fazendo um paralelo, nos Estados Unidos, o termo “*illegal alien*” (alienígena ilegal) é frequentemente utilizado para desumanizar aqueles que buscam asilo no país. Discursos políticos e midiáticos se referem à “*chain migration*” (migração em cadeia), quando, na verdade, estão falando sobre reunificação familiar dos imigrantes. Com isso, muitos norte-americanos usam o termo “*chain migration*” simplesmente porque estão repetindo a única formulação que já ouviram (Pascale, 2019).

No Brasil, representantes da extrema direita empregam uma linguagem que suaviza o discurso de ódio ao utilizar termos e expressões aparentemente neutras, mas estrategicamente posicionadas para reforçar divisões sociais. Expressões como “cidadão de bem” funcionam como eufemismos que promovem a ideia de superioridade dos “bons”, em oposição aos “maus”, muitas vezes identificados como “comunistas”. Essa apropriação de uma identidade positiva normaliza atitudes violentas contra grupos vistos como inimigos. A expressão “*fuzilar a petralhada*”, utilizada por Bolsonaro em agosto de 2018, durante um evento de sua campanha, ilustra esse ponto ao sugerir um ato de violência extrema contra aqueles que possuem visões políticas divergentes (Marques & Mendes, 2020). Em publicações no Facebook, Bolsonaro de forma reiterada desdenhou as causas e as pautas dos direitos LGBTQIAPN+, os retratando como ameaças aos valores tradicionais da família brasileira, os associando a uma “erosão” dos valores morais e inventando uma “ditadura gay”, que supostamente restringiria a liberdade de expressão dos opositores

(Silva, et al., 2021)

Embora esse tipo de discurso possa parecer inofensivo, ele possui grande potencial para danos, pois molda a percepção das pessoas sobre o mundo. Metáforas e estruturas linguísticas tornam-se parte do discurso cotidiano, reforçando gradualmente uma visão dicotomizada do mundo (Pasquale, 2019).

Esse discurso de ódio além de facilitar a aceitação pública de determinadas pautas políticas ao consolidar estereótipos sobre quem são os “inimigos”, também funciona como uma forma de violência simbólica poderosa, que atua como precursora da violência física (Allport, 1965; Burnap & Williams, 2016; Williams et al., 2019). Por exemplo, após o massacre de muçulmanos em duas mesquitas em Christchurch, na Nova Zelândia, um ataque terrorista perpetrado por um homem branco de 28 anos e militante de extrema-direita que deixou 51 mortos, o *Institute for Strategic Dialogue*¹³, órgão especialista em desinformação e discurso de ódio, identificou as 10 contas do Twitter que foram mais influentes na propagação da ideia de que os brancos estão sob ataque; oito delas estavam na França, uma pertencia ao site de extrema direita europeu e a outra pertencia a Donald Trump (Iqbal & Townsend, 2019). O discurso de ódio então se torna a primeira etapa de violência extrema, como o extermínio (Allport, 1965), além de sustentar a continuidade de crimes de ódio ao repercutir e validar esses atos, alimentando o ciclo de violência social.

No Estudo 1 desta Tese, que explorou o discurso de ódio no "X" relacionado à ação policial no Jacarezinho em 2021, postagens como a do Deputado Estadual de Minas Gerais, Bruno Engler (PL), ilustram essa dinâmica belicista contra um alvo, ao questionar a inocência das vítimas, afirmando: “*Jovens' é a palavra que ela usou, todo mundo sabe que se trata de bandidos, vagabundos e marginais*”. De forma similar, o Deputado Federal Otoni de Paula (MDB – RJ) reforçou essa retórica ao afirmar: “*Freixo chama traficante de juventude. Graças a Deus, dos 24 mortos pela @PCERJ, não havia um único inocente. TODOS eram os que Marcelo Freixo protege. #CPFCancelado*”.

Com o uso instrumentalizado do discurso de ódio no ambiente virtual intensificam-se as tensões sociais, criando uma cultura que valida ações punitivas desproporcionais contra grupos marginalizados. Essa validação permeia as camadas institucionais e comunitárias, levando a uma aceitação mais ampla de práticas de repressão contra minorias, legitimadas sob a alegação de segurança pública. Essa conjuntura narrativa abre espaço para políticas públicas

¹³ Para mais informações: <https://www.isdglobal.org/>

que institucionalizam o controle repressivo, acentuando a vulnerabilidade dos alvos desses discursos ao incentivar medidas que reduzem garantias de direitos (Williams et al., 2019).

A realidade brasileira nos mostra o quanto isso pode ser danoso. O levantamento, realizado pelo Instituto Sou da Paz (2024) com base em dados da Secretaria da Segurança Pública (SSP) de São Paulo, aponta aumento de 78,5% das mortes cometidas por policiais em serviço entre janeiro e agosto de 2024 na comparação com o ano anterior. O estado matou, em média, 1,8 vítimas por dia neste ano. Um dado alarmante, que exige uma breve contextualização para compreender melhor o cenário em que se insere.

Segundo os dados do Grupo de Atuação Especial da Segurança Pública e Controle Externo da Atividade Policial (GAESP, 2024), entre 2017 e 2020, o número de letalidade policial em São Paulo era em média 800 mortes anuais. Em 2020, o número de mortes chegou a 856, a partir de 2021, houve uma mudança com a implementação de câmeras corporais nas fardas dos policiais militares, resultando em uma queda significativa nas mortes, sendo 622 mortes, mesmo que as câmeras estejam sendo apenas adotadas no meio do ano. No ano seguinte, 2022, as mortes diminuíram para 477, uma queda para quase a metade em dois anos (Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, 2023).

Com a chegada ao governo de São Paulo de Tarcísio de Freitas (Republicanos), em 2022,- que havia mencionado durante a campanha que removeria as câmeras (Folha de S. Paulo, 2022) e que indicou como Secretário da Segurança Pública, Guilherme Derrite, um ex-oficial da Ronda Ostensiva Tobias de Aguiar [ROTA], que já deu entrevista criticando colegas de farda que mataram menos de três pessoas em cinco anos de serviço: “*É vergonhoso*” (Batista, 2024)- a política de câmeras foi ajustada, às novas câmeras passaram a ter acionamento manual pelo policial, ao invés do acionamento automático que existia anteriormente. Esse ajuste coincidiu com um aumento nas mortes por policiais. Em setembro de 2024, foram registradas 663 mortes, superando o total de 537 de todo o ano anterior. Comparando os primeiros nove meses de 2024 com os mesmos meses de 2022 — último ano da política anterior de câmeras — houve um aumento de 157% nas mortes cometidas por policiais durante o serviço (GAESP, 2024).

Como fica demonstrado, o discurso de ódio impacta diretamente as políticas públicas ao influenciar a percepção social de certos grupos como ameaças, justificando medidas de repressão e extermínio (Bilewicz & Soral, 2020; Müller & Schwarz, 2021). No Brasil, essa dinâmica afeta especialmente a população das favelas, vista por parte da sociedade como foco

de criminalidade e ligada à estrutura racial e classista que desumaniza a população negra e periférica (Almeida, 2015).

Historicamente, o Estado e seus agentes de segurança reproduzem um tratamento discriminatório contra comunidades, legitimando práticas repressivas. Quando ouvimos falar sobre violência policial, geralmente imaginamos a favela como um local trágico. Um triste exemplo desse histórico completou 30 anos em 2024. Em outubro de 1994, 80 policiais civis e militares iniciaram uma operação em Nova Brasília, comunidade que faz parte do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. A operação resultou em 13 pessoas executadas, dentre os quais 4 eram menores de idade. Ainda em decorrência dessa primeira chacina, seis meses depois, uma nova incursão policial foi realizada na Favela, mais 13 pessoas foram mortas e nenhuma foi detida, mais do que isso, seus corpos foram removidos em um veículo da Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro [COMLURB], antes da realização da perícia¹⁴.

Essa prática reflete um *modus operandi* sustentado por discursos que associam a favela a um "lugar de criminalidade", estabelecendo práticas repressivas como o padrão operacional adotado nesses territórios. Além do racismo, o preconceito contra a população de baixa renda ou classismo intensifica essas práticas violentas nas favelas. Estereótipos sobre pessoas de classes socioeconômicas mais baixas influenciam a aceitação social desses indivíduos, de modo que a avaliação de aparência, vestimentas, modos de falar e costumes frequentemente impactam na forma como esses grupos são percebidos, levando a adaptações no comportamento e, muitas vezes, a julgamentos estigmatizantes (Durante & Fiske, 2017).

Em 2023, a Pesquisa Data Favea (2023) revelou que nos últimos 10 anos, o número de favelas espalhadas pelo Brasil dobrou, atualmente há mais de 10 mil comunidades, onde vivem cerca de 16 milhões de pessoas, em um total de 6,6 milhões de domicílios. Segundo o estudo, o crescimento tão significativo na última década se deu por mudanças nas condições de vida da população brasileira que tem piorado, as reformas trabalhistas regressivas, como a reforma trabalhista em 2017, e os impactos econômicos da pandemia, levaram a população para o mercado informal de emprego ou para o desemprego, trazem de volta à fome para a vida de mais famílias e aumentam a procura por espaços de moradia em territórios de favelas. Uma nova pesquisa, agora o censo do IBGE de 2022, constatou a existência de 12.348 Favelas e Comunidades Urbanas, onde vivem 16.390.815 brasileiros, 8,1% da população do país (IBGE, 2022).

¹⁴ Retirado de :

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/10/18/chacina-de-nova-brasilia-completa-30-anos.ghtml>

Estereótipos das pessoas pobres são amplamente compartilhados pela população brasileira. Por exemplo, o endosso de estereótipos contra pessoas pobres mostram interferência na disposição em apoiar a expansão de políticas de transferência de renda (Layton et al., 2020). Contudo, a população brasileira mostra um apoio significativo às operações policiais em favelas. Cerca de 82% das pessoas no Sudeste apoiam tais ações, região que mais tem intervenções policiais (Observatório de Favelas, 2024).

Na medida que o discurso de ódio intensifica a coesão do grupo ao reforçar sentimentos negativos em relação a grupos externos (Bilewicz & Soral, 2020), ele se torna uma ferramenta estratégica de engajamento nas redes sociais, promovendo uma retórica autoritária que repercute diretamente nas escolhas políticas dos cidadãos e nas políticas públicas de segurança. Como mostrado, no Brasil, esse tipo de discurso atinge de forma especialmente severa as populações marginalizadas que habitam favelas, e tem o apoio de grande parte da população. Assim, o estudo do discurso de ódio em contexto político, é importante para compreender como a população da favela é representada em situações que não estão diretamente ligadas a episódios de violência ou crime.

5.3 Estudo 4 - "#Faveladoelixohumano": Discurso de ódio como política de desumanização da população da favela

5.3.1 Objetivos

5.3.1.1 Objetivo Geral

-Analisar os discursos de ódio expressos por meio de estereótipos direcionados aos moradores da favela em comentários do YouTube durante a campanha presidencial de 2022, com foco em um evento político ocorrido na favela do Alemão/RJ.

5.3.1.2 Objetivos Específicos

- Investigar as possíveis formas de violência classista e racista nos comentários;
- Examinar o processo de desumanização dos favelados nos comentários;
- Categorizar os comentários com base nos estereótipos e preconceitos expressos e destacar sua relação com o ideário da extrema direita;

- Analisar os elementos identitários nos discursos de ódio direcionados aos moradores da favela.

5.3.2 Método

5.3.2.1 Coleta de dados

Neste estudo, os dados foram coletados a partir de comentários de vídeos postados na plataforma YouTube e utilizados para criar um *corpus* de análise. Tendo em vista os objetivos deste estudo e o alvo do discurso de ódio a ser analisado, ou seja, o discurso de ódio direcionado a moradores de favelas, população geralmente composta por pessoas negras e pobres. Para a coleta de dados, foi utilizado o *YouTube Data Tools* [YDT]¹⁵, uma coleção de ferramentas que permitem extrair dados da plataforma do YouTube através de sua *Application Programming Interface*[API] YouTube v3. O YDT permitiu identificar os vídeos com maior engajamento ou alguma métrica a escolher (comentários, reações, curtidas e compartilhamentos) a partir dos termos selecionados, além de realizar a coleta automatizada de dados dos comentários, como autor, data de publicação, conteúdo e número de curtidas.

Como termos buscadores, foram utilizadas as palavras "Lula" e "Complexo do Alemão", buscando os vídeos que abordavam a visita do então candidato ao conjunto de favelas conhecido como Complexo do Alemão em 12/10/2022. A coleta foi delimitada para acessar os vídeos do período correspondente à campanha eleitoral do 2º turno de 2022 (3 de outubro a 29 de outubro de 2022)¹⁶.

Partindo da ideia de que o discurso de ódio pode ser utilizado como uma estratégia para incitar o medo e a hostilidade em relação a determinados grupos sociais, consolidando o apoio de determinados eleitores (Akhdani & Vera, 2021; Cesarino, 2020; Siegel et al., 2019), este recorte de pesquisa foi escolhido por se tratar de um evento desencadeador (Miro-Linares & Rodriguez-Sala, 2016) de grande repercussão no período de campanha eleitoral, gerando muita mobilização na internet. Nesse sentido, os comentários associados a esses vídeos tendem a refletir uma ampla gama de opiniões, não apenas relacionadas ao pleito em questão, mas também às representações que as pessoas têm sobre as favelas e seus habitantes, incluindo discursos de ódio dirigidos a seus moradores.

¹⁵ Para mais informações acessar: <https://ytdt.digitalmethods.net/>

¹⁶ Os bancos de dados utilizados no estudo foram disponibilizados publicamente na plataforma Open Science Framework (OSF): <https://osf.io/7xb94/>

5.3.2.2 Processamento dos dados

Para manipulação dos dados foi utilizado o software *Orange Data Mining*, uma ferramenta de código aberto, que oferece uma variedade de recursos para mineração e análise de dados. Dessa forma, o software foi empregado na etapa de pré-processamento dos dados, construção do modelo de aprendizado de máquina para detecção de discurso de ódio e análise dos dados. Inicialmente, como forma de garantir que os dados pudessem ser adequadamente interpretados pelos algoritmos de aprendizado de máquina, foi realizado o pré-processamento dos textos a partir de diversas técnicas, como normalização do texto, segmentação (tokenization), retirada de “*stopwords*” (termos sem significado semântico), colocar os termos minúsculo e retirar os acentos.

No final do pré-processamento foi aplicada uma técnica para transformar o texto num formato numérico. Esse tipo de técnica é conhecida como geração de *Word Embeddings*. Para isso, utilizamos o modelo SBERT (Sentence-BERT), que cria representações vetoriais a partir de sentenças inteiras de texto de forma que as sentenças possam ser comparadas entre si de maneira eficiente usando alguma métrica de distância (ex. distância do cosseno) (Salminen et al., 2020).

5.3.2.3 Mineração dos dados

Considerando as características do objeto de estudo e a complexidade inerente ao processo de previsão e classificação de texto, diversos algoritmos foram testados para identificar aquele que melhor se adequaria aos objetivos propostos. Para o desenvolvimento da arquitetura do modelo, foi aplicada uma validação cruzada *k-fold*, com $k=5$, por ser computacionalmente menos exigente e amplamente utilizada em estratégias de classificação de textos em outros contextos semelhantes (Neves, 2022). Além disso, o banco de dados foi dividido em duas partes: 80% dos dados foram utilizados para o treinamento do algoritmo, enquanto os 20% restantes foram reservados para teste e validação, garantindo que o modelo pudesse ser avaliado de maneira objetiva e robusta.

Dentre os vários testes realizados, o modelo de redes neurais *Multi-Layer Perceptron* [MLP] apresentou o melhor desempenho para a classificação de discursos de ódio frente aos outros modelos testados, como apresentado na Figura 11. A validação cruzada *5-fold* foi empregada para avaliar de forma mais robusta a generalização do modelo, mitigando o risco de superespecialização. O modelo alcançou um *F1-score* de 0,86, indicando um desempenho

superior aos trabalhos de Fortuna et al. (2019) e Unsvåg e Gambäck (2018), que obtiveram *F1-scores* de 0,78 e 0,79, respectivamente. O *F1-score* é uma métrica que calcula a média harmônica entre precisão (*precision*) e revocação (*recall*), sendo amplamente utilizada em tarefas de classificação, como essa. O resultado sugeriu que o modelo proposto é eficaz em classificar os discursos de ódio, superando os resultados obtidos em estudos anteriores com abordagens semelhantes, como o uso de *embeddings GloVe* e redes LSTM.

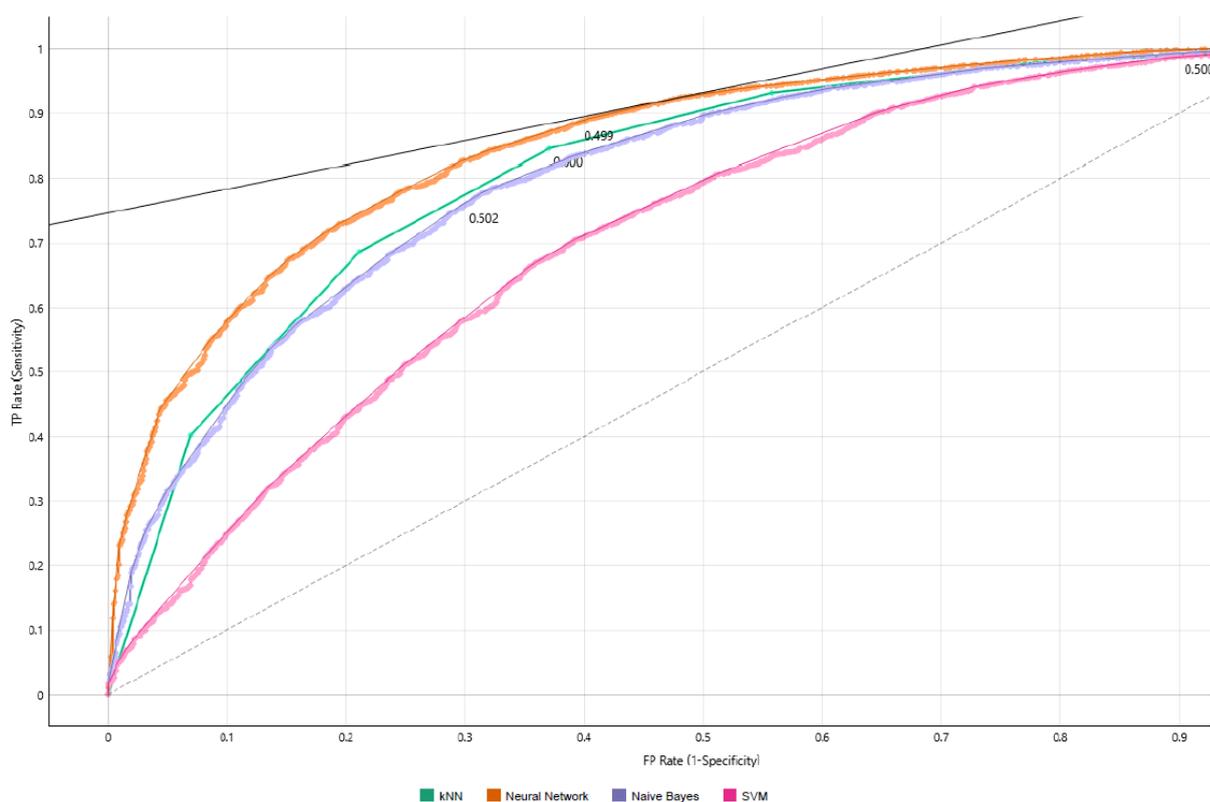


Figura 11. Representação gráfica dos algoritmos testados

Importante ressaltar que para a composição do conjunto de dados utilizado no modelo de detecção de ódio utilizado no estudo, assim como no estudo 1, foi empregado o mesmo conjunto de dados apresentado por Fortuna et al. (2019), composto por tweets com conteúdo de ódio em português. No atual estudo, foi acrescentado ao conjunto de dados o *Dicionário de Fundamentos Morais* (Graham, 2013), criado com termos ligados a vícios e virtudes, contendo palavras de conteúdo desumanizante e de baixa moralidade. Além, comentários contendo discurso de ódio analisados no Estudo 1. O conjunto de dados resultante se mostrou equilibrado entre discursos de ódio e conteúdos neutros, garantindo um aprendizado de

máquina mais robusto. Dessa forma, direcionamos o aprendizado de máquina para se aproximar mais do perfil de alvo de discurso de ódio que delimitamos para este estudo.

5.3.2.4 Análise de dados

Após a composição do banco de dados com os comentários detectados pelo algoritmo, foi realizada uma análise manual para confirmar a existência de discurso de ódio levando em consideração as premissas teóricas. A revisão de literatura (Capítulo 2) sugere que essa abordagem é mais completa ao lidar com as características dos discursos de ódio nas redes, pois combina a detecção automática, via algoritmos, com uma análise qualitativa mais aprofundada, levando em consideração fatores contextuais. Nesse sentido, por compreendermos que a identificação do discurso de ódio nas redes sociais pode ser desafiadora devido à sua natureza complexa, na medida que tende-se desenvolver um vocabulário comum relacionado aos integrantes do grupo para compreenderem seu conteúdo sem restrições da plataforma (Froio & Ganes, 2019), e por se tratar do período eleitoral que muitas vezes intensifica a linguagem ofensiva por conta da polarização política (Ezeibe, 2020; Siegel, et al, 2019), alguns critérios foram estabelecidos para promover um recorte mais preciso dos conteúdos de ódio a serem analisados:

- 1) O conteúdo deve conter expressões verbais que visam difamar, discriminar, desumanizar ou incitar violência contra indivíduos ou grupos com base em suas características de pertença, como raça, etnia, religião, gênero, orientação sexual, entre outros;
- 2) O conteúdo será analisado a partir do contexto e da dinâmica em que as palavras foram usadas para determinar se estão sendo empregadas de forma prejudicial ou discriminatória contra grupos sociais;
- 3) Os termos utilizados que têm conteúdo discriminatória de forma inerente, sem necessariamente estarem ligados ao significado literal da palavra, mas podem ser entendidos como agressões e violência também serão compreendidos como discurso de ódio, como por exemplo: "CPF cancelado" ou "ir pra vala";
- 4) O conteúdo que focar somente seus ataques, insultos ou ofensas a indivíduos ou aos candidatos sem relação a grupos sociais ou à população da favela serão excluídos.

A análise dos comentários para a construção do banco de dados final foi fundamental para excluir aqueles que, embora detectados pelo algoritmo e pudessem conter linguagem ofensiva, não incitavam discriminação com base em características de pertença a grupos sociais. Como por exemplo, comentários como *"Mais mentiroso que o cachaceiro não existe"* e *"Fora besta fera Bolsonaro"*, que apesar de ofensivos, são direcionados a figuras políticas, sem implicar discurso de ódio contra grupos sociais específicos. Da mesma forma, expressões como *"Deixa de ser idiota, cpx quer dizer complexo. Vai trocar as fraldas"*, *"Uma vergonha um ladrão ser candidato"* e "[resposta a comentário] *O seu presidente perdeu porque sempre cagou muito pela boca"* se caracterizam como ataques pessoais, voltados a indivíduos nos próprios comentários ou os políticos da discussão, sem o caráter discriminatório necessário para serem classificados como discurso de ódio.

Após a identificação dos comentários que compõem o banco de dados final, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2011), permitindo identificar padrões e temas recorrentes, facilitando a interpretação das estruturas discursivas presentes nos comentários. Foram seguidas suas três principais etapas:

- 1) Pré-análise: Organização do material, leitura flutuante dos dados e definição das categorias de análise, formando o corpus com base nos temas previamente identificados;
- 2) Exploração do material: Codificação dos dados, dividindo os comentários em unidades de significado (unidades de registro) e categorizando-os conforme os temas definidos, permitindo identificar padrões e recorrências no discurso de ódio;
- 3) Tratamento dos resultados e interpretação: Síntese e interpretação dos dados codificados, analisando e contextualizando os padrões identificados, gerando inferências sobre o fenômeno estudado e suas implicações.

Essa abordagem possibilitou uma compreensão mais contextualizada do fenômeno, tornando as análises mais fiéis à realidade estudada.

5.3.3 Resultados e discussão dos dados

Inicialmente, foram utilizados os termos "Lula" e "Complexo do Alemão" na API do YouTube (YouTube Data Tools) com o objetivo de identificar vídeos que abordassem a visita de Lula ao Complexo do Alemão, realizada em 12 de outubro de 2022. Este evento gerou grande repercussão nas redes sociais, principalmente devido às alegações que

associavam o candidato ao tráfico de drogas por conta de sua presença na favela. Dados do Google Trends apontaram que durante o mês de outubro de 2022 o termo "Complexo do Alemão" atingiu seu pico de popularidade a partir da data da visita de Lula ao local, como apresenta a Figura 12. Foram selecionados os 10 vídeos mais assistidos que tinham relação direta com o tema, a partir da utilização dos termos de busca definidos, apresentados na Tabela 5.

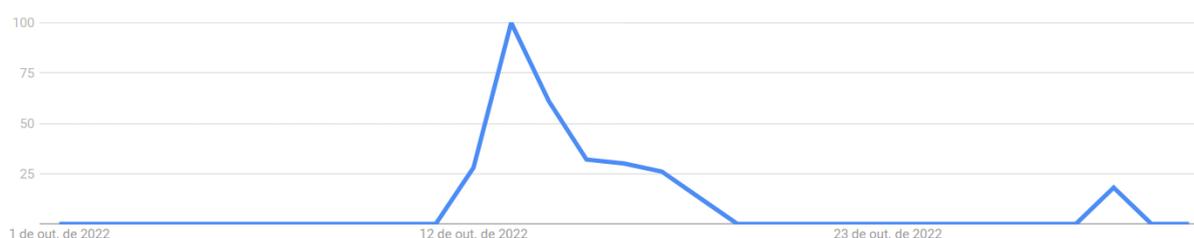


Figura 12. Aumento das pesquisas sobre o Complexo do Alemão.

Tabela 5.

Lista de vídeos selecionados do YouTube

Nº	Título	Canal	Visual.	Coment	Like	Link
1	Descontrole: Bolsonaro abandona coletiva após pergunta sobre Complexo do Alemão	Brasil de Fato	14196060	31483	423705	https://www.youtube.com/watch?v=-2OwjBfFY_k
2	Marco antonio detona discurso de lula no complexo do alemão #255	Pânico Retrô	721366	2544	43987	https://www.youtube.com/watch?v=egP9z4hjFAQ
3	Lula rebate Bolsonaro sobre visita ao Complexo do Alemão: 'Ali não tinha bandido, tinha trabalhador'	UOL	467589	2514	11423	https://www.youtube.com/watch?v=GIY9MMsyr9w
4	Molusco visita complexo do alemão	Bastidores do Brasil	382756	3150	75529	https://www.youtube.com/watch?v=P_Fspmnwpc0
5	Tales: Bolsonaro deu 'bola fora' com fala sobre moradores do Alemão e pode custar votos	UOL	305092	3212	17282	https://www.youtube.com/watch?v=e9AFCTHfsGo
6	Bolsonaro associar moradores do Complexo do Alemão ao crime é erro crasso, diz cientista política	UOL	241295	2780	14915	https://www.youtube.com/watch?v=sqSExEkoNwc
7	Ao vivo 12/10 Caminhada com Lula no Alemão, Rio de Janeiro	Partido dos Trabalhadores	154596	621	10243	https://www.youtube.com/watch?v=itkDQdhB20
8	Caminhada de Lula com o povo no Complexo do Alemão	Lula	153766	802	13242	https://www.youtube.com/watch?v=QjPCDodrH2k
9	Lula no Complexo do Alemão: tão vazio que Eduardo Paes teve que mandar gente!	oiluiz TV	153466	1914	32112	https://www.youtube.com/watch?v=arDNEvAYhJE
10	Lula está com mais fome pelo complexo do alemão que a Rússia dos territórios ucranianos?	Pânico Jovem Pan	59816	205	5016	https://www.youtube.com/watch?v=as_Lb1SP4Ws

Os vídeos selecionados fornecem o pano de fundo para a análise dos discursos de ódio contidos nos comentários, dando o contexto necessário para a interpretação dos dados analisados. Nesse sentido, é importante fazer uma breve descrição do conteúdo dos vídeos.

O vídeo 1, intitulado "Descontrole: O candidato Bolsonaro abandona coletiva após pergunta sobre Complexo do Alemão", retrata o momento em que o então presidente Jair Bolsonaro abandona uma coletiva de imprensa após ser questionado sobre suas alegações de que Lula teria negociado com traficantes no Complexo do Alemão. O vídeo destaca a reação tensa e o visível descontentamento de Bolsonaro diante da pergunta. O então presidente, ao ser confrontado sobre a veracidade das acusações, mostrou-se incomodado e, após a insistência do jornalista, interrompeu a coletiva e se retirou do local. A cena reflete a tensão política em torno das visitas de Lula ao Complexo do Alemão, gerando polêmica durante o período eleitoral.

No vídeo 2, "Marco Antônio detona discurso de Lula no complexo do alemão", o jornalista citado no título critica o discurso de Lula durante sua visita ao Complexo do Alemão, comparando-o com as políticas de segurança de Bolsonaro. Ele enfatiza a diferença entre as abordagens, elogiando a postura de Bolsonaro, que defende a prisão de criminosos e é contra a pedofilia, enquanto acusa Lula de ser conivente com o desarmamento e de tentar censurar críticas. Além dessas questões centrais, o vídeo menciona brevemente temas como o crescimento do PIB sob o governo Bolsonaro, as políticas econômicas de Paulo Guedes e a posição do Brasil em temas internacionais, mas esses assuntos são tratados de forma secundária em relação à comparação dos discursos no Complexo do Alemão.

No vídeo 3, "Lula rebate Bolsonaro sobre visita ao Complexo do Alemão: 'Ali não tinha bandido, tinha trabalhador'", Lula responde às acusações feitas por Bolsonaro sobre sua visita ao Complexo do Alemão durante o debate eleitoral do segundo turno. Ele refuta as alegações de que teria negociado com criminosos, afirmando que no Complexo não havia bandidos, mas sim trabalhadores. Lula critica a suposta afinidade de Bolsonaro com o crime organizado e ressalta sua própria proximidade com as comunidades das favelas. Além disso, Lula critica as políticas de Bolsonaro, especialmente em relação à gasolina e à Petrobras, acusando-o de enganar o povo com suas promessas e afirmações.

No vídeo 4, "Molusco visita complexo do alemão", uma animação amadora faz uma paródia do candidato à presidência Lula, retratado como o personagem "Molusco", em uma visita ao Complexo do Alemão. Na animação, "Molusco" é recebido por membros da comunidade e faz um discurso prometendo, caso seja eleito, proibir a entrada da polícia no

Complexo do Alemão e legalizar o roubo de celulares. A animação satírica apresenta um tom fortemente crítico e irônico, utilizando estereótipos para caricaturar o candidato e suas políticas.

No vídeo 5, "Tales: Bolsonaro deu 'bola fora' com fala sobre moradores do Alemão e pode custar votos", é analisada uma declaração de Bolsonaro, na qual ele relaciona os moradores do Complexo do Alemão a criminosos durante o debate. A crítica central é que essa fala foi vista como inadequada e pode prejudicar sua campanha presidencial, especialmente entre os eleitores das periferias. O vídeo também discute como a equipe de campanha de Lula poderia usar essa declaração de Bolsonaro para minar seu apoio entre os eleitores de baixa renda.

No vídeo 6, "Bolsonaro associa moradores do Complexo do Alemão ao crime é erro crasso, diz cientista política", Tathiana Chicarino, cientista política, analisa os debates presidenciais, destacando as estratégias discursivas de Lula e Bolsonaro. Ela critica a generalização feita por Bolsonaro ao associar os moradores do Complexo do Alemão ao crime organizado, classificando essa declaração como um erro grave que pode prejudicar sua campanha. Este conteúdo reforça a crítica às declarações de Bolsonaro sobre o Complexo do Alemão, destacando o impacto dessas falas nos debates eleitorais e no comportamento dos eleitores, tema central para a análise dos comentários subsequentes.

O vídeo 7, "Ao vivo 12/10 | Caminhada com Lula no Alemão, Rio de Janeiro" e o vídeo 8, "Caminhada de Lula com o povo no Complexo do Alemão", contém o mesmo conteúdo. Ambos mostram o ex-presidente Lula durante uma caminhada e discurso no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, como parte de sua campanha presidencial. Em sua fala, Lula promete recuperar o poder de compra do salário mínimo, garantir acesso universal à saúde e educação, e relembra suas realizações em mandatos anteriores, como a ampliação do acesso às universidades públicas e a redução da fome.

No vídeo 9, "Lula no Complexo do Alemão: tão vazio que Eduardo Paes teve que mandar gente!", um influencer apoiador do então candidato Bolsonaro faz críticas ao evento de Lula no Complexo do Alemão, alegando que a presença do ex-presidente foi pouco expressiva e que a comunidade não demonstrou apoio significativo. Segundo o influencer, o local só teria sido preenchido com ônibus lotados de militantes enviados por Eduardo Paes, prefeito do Rio de Janeiro, para criar a impressão de que Lula tinha amplo apoio popular. O vídeo também acusa Lula de se aliar a traficantes para obter votos, sugerindo que ele só teria conseguido entrar no Complexo com a permissão dos chefes do tráfico. Também é

mencionado que os moradores estariam sendo intimidados para votar em Lula e fazer campanha para ele. O vídeo conclui afirmando que a comunidade do Complexo do Alemão estaria sendo controlada tanto pelo tráfico quanto pelo PT.

No vídeo 10, "Lula está com mais fome pelo complexo do alemão que a Rússia dos territórios ucranianos?", durante o programa "Pânico na rádio", são feitas críticas à atuação do PT, com foco nas tentativas de censurar veículos de comunicação e controlar a narrativa midiática. O vídeo menciona que o Brasil votou contra a anexação de territórios ucranianos, mas a imprensa não deu destaque ao fato, contrariando a ideia de proximidade do Brasil com a Rússia. Compara também as visões de Lula e Bolsonaro sobre segurança pública: "enquanto Lula afirma que a polícia não resolve todos os problemas, Bolsonaro defende a repressão ao crime e a prisão de criminosos."

A partir da junção dos comentários dos vídeos selecionados, foi obtido um banco de dados inicial com 15.836 registros. Utilizando o modelo desenvolvido para identificar potenciais discursos de ódio, foram detectados 4.016 comentários com conteúdo ofensivo. Aproximadamente 25% de discursos de ódio em nosso banco inicial, percentual dentro da média encontrada em outros estudos que analisaram a plataforma do YouTube (Aguirre & Domahidi, 2021; Salminen et al., 2020). Após uma avaliação detalhada para confirmar a presença de discurso de ódio dentro dos critérios estabelecidos anteriormente, foram identificados 317 comentários que se enquadraram nos critérios e compuseram o banco de dados final do estudo. Como fica demonstrado no fluxograma abaixo apresentado na Figura 13.

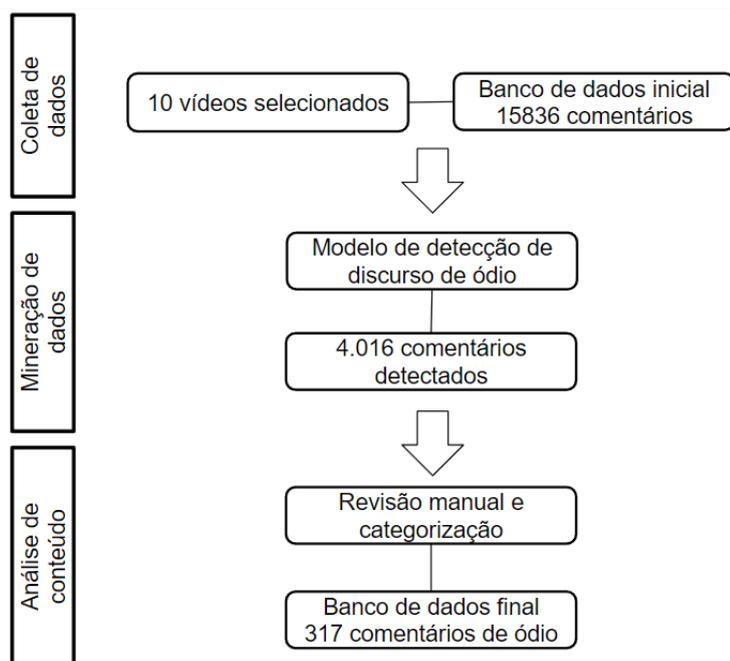


Figura 13. Fluxograma da construção do banco de dados

Como é possível identificar na Figura 14, que demonstra a distribuição dos comentários com discurso de ódio identificados por vídeo. Os dados indicam uma concentração significativa de discursos de ódio no Vídeo 1, com 120 comentários com discurso de ódio, representando o maior volume de comentários ofensivos dentre todos os vídeos analisados. Sendo seguido pelos vídeos 5 e 6, ambos com 36 comentários contendo discurso de ódio. Importante ressaltar que apesar do Vídeo 1 ter maior repercussão no YouTube (31.483 comentários), a quantidade de discursos de ódio identificados é proporcionalmente maior em comparação aos demais vídeos. Nesse sentido, é possível dizer que o conteúdo do vídeo gerou não apenas maior engajamento, mas também instigou maior disseminação de conteúdos discriminatórios em seus comentários.

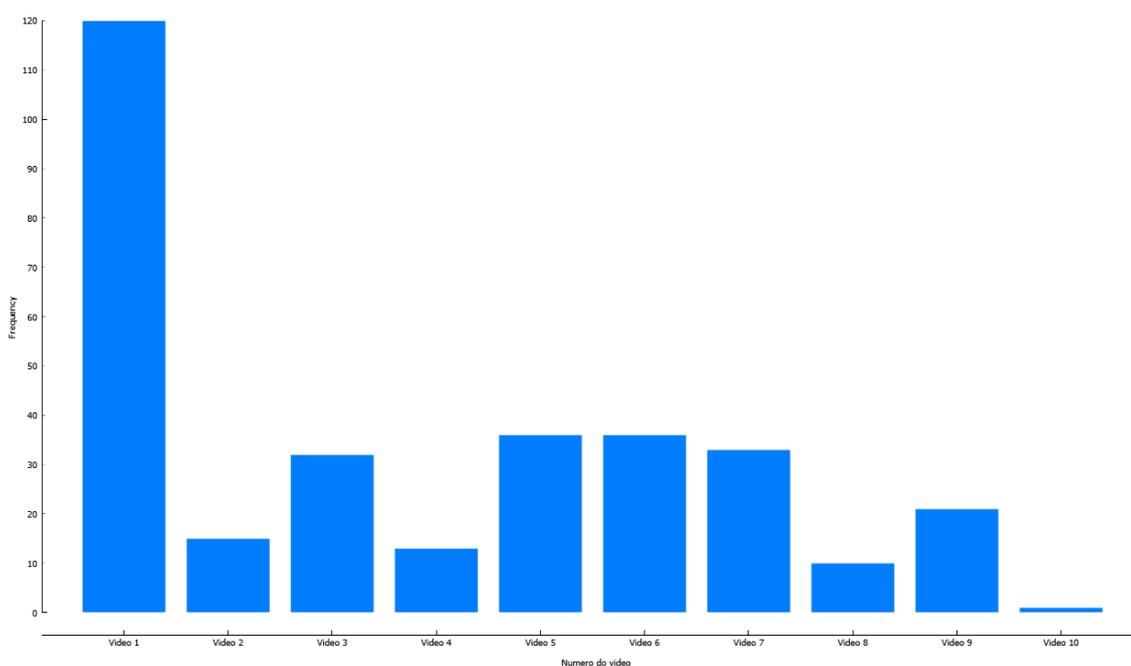


Figura 14. Gráfico de distribuição de discurso de ódio por vídeo

Para compreender melhor o conteúdo expresso nos comentários, inicialmente foi realizada uma análise de frequência das palavras mais utilizadas. A análise demonstrou que o termo "bandido" ($f = 140$) foi aquele com maior destaque, seguido por "gado" ($f = 56$), "favela" ($f = 32$), "pobre" ($f = 29$), "lula" ($f = 28$), "traficante" ($f = 24$), "ladrão" ($f = 24$), "entrar" ($f = 20$), "vagabundo" ($f = 18$), "polícia" ($f = 17$), "ninguém" ($f = 16$), "país" ($f = 16$), "lixo" ($f = 15$), "chora" ($f = 13$), "gente" ($f = 12$), e "nojo" ($f = 11$). Essas palavras refletem os principais temas e expressões recorrentes nos discursos de ódio presentes nos comentários. As construções discursivas mostram melhor seus elementos quando observações dos bigramas (pares de palavras) encontrados nos comentários apresentados na Tabela 6. Pois, na medida que o qui-quadrado avalia a diferença entre a frequência observada e a esperada, indica se um termo ou frase ocorre mais frequentemente do que por acaso em um conjunto de dados.

Tabela 6. Principais bigramas e qui-quadrados dos comentários

Bigramas	Qui-quadrado
ex presidiário	1071.837
boné cpx	742.997
sempre será	668.322
ninguém entrar	143.028
polícia entrar	134.196
morador favela	100.334
bandido morto	69.886
bandido bom	52.229
bandido entendem	44.279
mentira gado	43.095
apoia bandido	36.826
entrar favela	36.816

As análises iniciais revelam uma tendência a conteúdos relacionados à criminalidade. O bigrama "ex presidiário" apresentou o maior valor de qui-quadrado, refletindo sua alta relevância nos comentários analisados. Como esperado, frente ao contexto político, o termo está diretamente relacionado ao histórico do presidente e candidato à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, que foi preso em 2018¹⁷. O uso da condição de "ex-presidiário" como um rótulo pejorativo serve para deslegitimar sua figura política. Contudo, a alta frequência desse bigrama vai além de um ataque pessoal, construindo uma representação mais ampla nos comentários, na qual criminaliza não apenas Lula, mas também aqueles que se identificam com ele e/ou que participam do evento no complexo do alemão.

Um dos elementos relevantes que reforça a associação entre a comunidade e o crime é o bigrama "boné cpx". Este termo foi amplamente explorado em *fake news* após o então candidato Lula ser fotografado usando um boné com a sigla "CPX", fazendo uma associação

¹⁷ Mais informações:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/lula-se-entrega-a-pf-para-cumprir-pena-por-corrupcao-e-lavagem-de-dinheiro.ghtml>

infundada entre o candidato e uma facção criminosa envolvida com o tráfico de drogas. A sigla CPX, na realidade, é comumente usada tanto por moradores quanto por órgãos oficiais para se referir a grandes aglomerados de favelas no Rio de Janeiro, como o Complexo do Alemão (CPX Alemão).

De forma mais explícita, a recorrência da palavra "bandido" e dos bigramas "bandido bom" e "bandido morto" entre os termos mais frequentes evidencia não apenas a percepção da favela como um espaço inerentemente ligado ao crime, mas também uma retórica punitivista que defende a eliminação daqueles vistos como associados à criminalidade, mesmo em um contexto diferente do Estudo 1, ou seja, sem a uma situação de letalidade policial na favela. Bigramas como, "ninguém entrar" e "polícia entrar", também destacam a discussão sobre a entrada no Complexo do Alemão, sugerindo que a presença de policiais seria a única forma legítima de acesso à comunidade. Esse padrão discursivo remete ao histórico de violência policial em favelas, muitas vezes apresentado como uma forma de controle social. Desde o período de redemocratização, essa prática tem sido retratada pelas mídias brasileiras como parte legítima da segurança pública (Macedo & Sinhoretto, 2019).

Importante destacar que o uso recorrente do termo "gado", assim como o bigrama "mentira gado", está diretamente relacionado ao debate político brasileiro dos últimos anos. Segundo o projeto Museu do Meme (2019), do Laboratório de Pesquisa em Comunicação, Culturas Políticas e Economia da Colaboração [coLAB] da Universidade Federal Fluminense, o termo "gado" é utilizado de forma pejorativa para descrever eleitores do ex-presidente Jair Bolsonaro, sugerindo que eles o seguem de maneira acrítica. Surgido em meados de 2018 na própria internet, o meme foi disseminado tanto no Twitter em forma de hashtag quanto no Facebook nos comentários de sites de notícias e em postagens que fazem referência ao ex-presidente.

Além disso, apesar do teor humorístico, o uso do termo aponta para uma perspectiva desumanizadora; pois, a comparação a animais reduz o "outro" a uma posição inferior e ausente de autocontrole, ou seja, não humana (Haslam, 2006). Esse processo de desumanização é comum em contextos de alta polarização política, e vastamente usado nas plataformas digitais (Martherus et al., 2019). Por fim, o termo "mentira", surge particularmente no contexto das alegações de Bolsonaro ao associar os moradores do Complexo do Alemão à criminalidade.

Com relação ao teor dos comentários, por conta da complexidade da compreensão do discurso de ódio em ambientes virtuais, dada sua ambiguidade e pela natureza contextualmente dependente do conteúdo (Kovács et al., 2021), a análise de conteúdo

realizada seguiu a metodologia proposta por Bardin (2011), permitindo assim uma categorização que reflete a complexidade e interseções dos discursos analisados. Assim, foram estabelecidas cinco categorias, apresentadas graficamente na Figura 15: Ódio Político (162 comentários), Estereótipos Raciais (169 comentários), Desumanização (116 comentários), Extermínio (36 comentários) e Preconceito Generalizado (62 comentários)

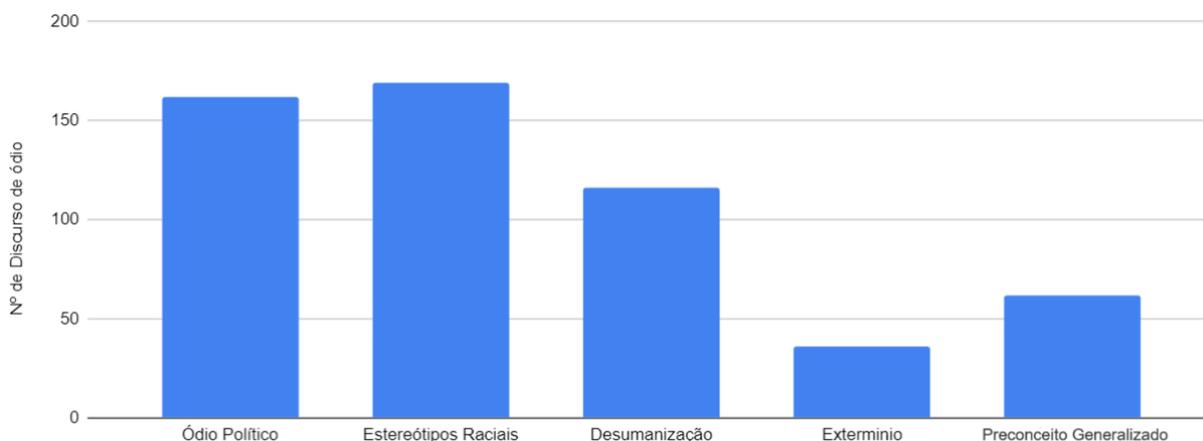


Figura 15. Gráficos da distribuição de discursos de ódio por categoria

Uma característica do corpus analisado é a sobreposição significativa das categorias entre si. Observando o diagrama apresentado na Figura 16, é possível perceber que as quatro categorias — Ódio Político, Estereótipos Raciais, Desumanização, e Extermínio — apresentam um alto grau de compartilhamento entre si, refletindo os múltiplos significados dos discursos de ódio presentes nos comentários. Essas categorias possuem conteúdo fortemente ligado ao contexto político e/ou à discriminação direcionada à população das favelas. Como, por exemplo, os discursos de ódio político e aqueles que possuem estereótipos raciais tendem a se cruzar, evidenciando uma interseção entre preconceitos políticos e raciais. Quadro que tem convergência com outros estudos, pois o discurso de ódio na política se torna um potencial amplificador de sentimentos racistas e de outros preconceitos já existentes (Lupo et al, 2023).

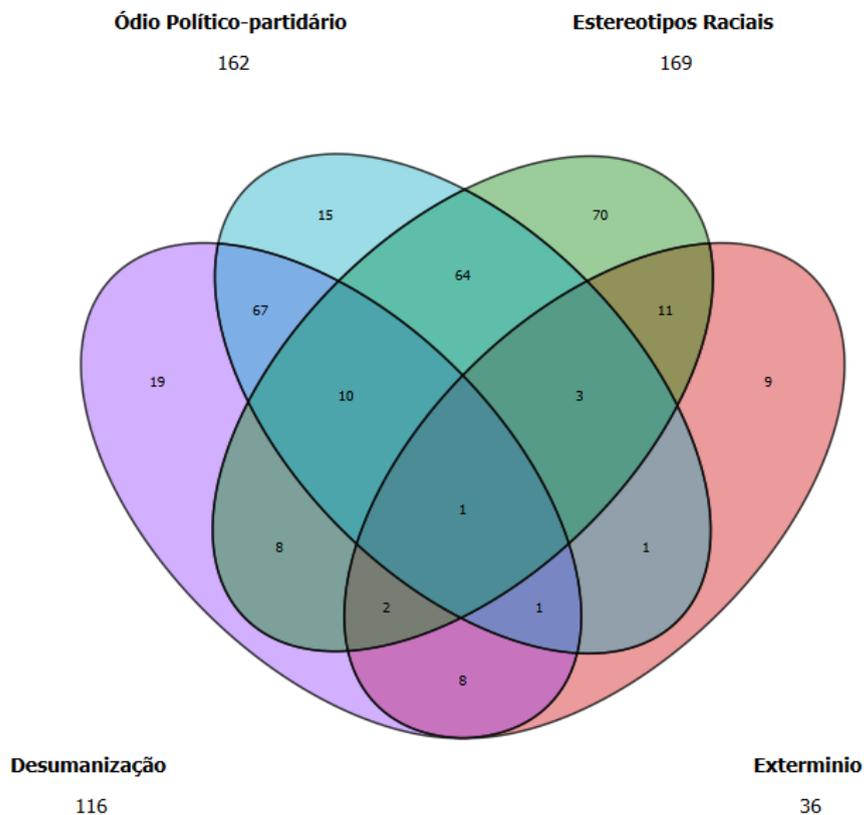


Figura 16. Diagrama de Venn com as quatro categorias principais e suas frequências de uso interseccionadas

No entanto, ao inserir a categoria "Preconceito generalizado", observa-se uma menor sobreposição em relação às outras quatro categorias, como é possível observar na Figura 17. Isso indica que essa categoria abrange formas de discriminação que não estão diretamente relacionadas ao contexto político ou à discriminação da população das favelas, mas sim direcionadas a outros grupos sociais, como mulheres, pessoas LGBTQIA+, grupos religiosos, entre outros. Por esse motivo, a categoria foi nomeada "Preconceito generalizado", refletindo a natureza mais ampla e diversa dos preconceitos contidos e que não necessariamente compartilham o mesmo foco das categorias principais.

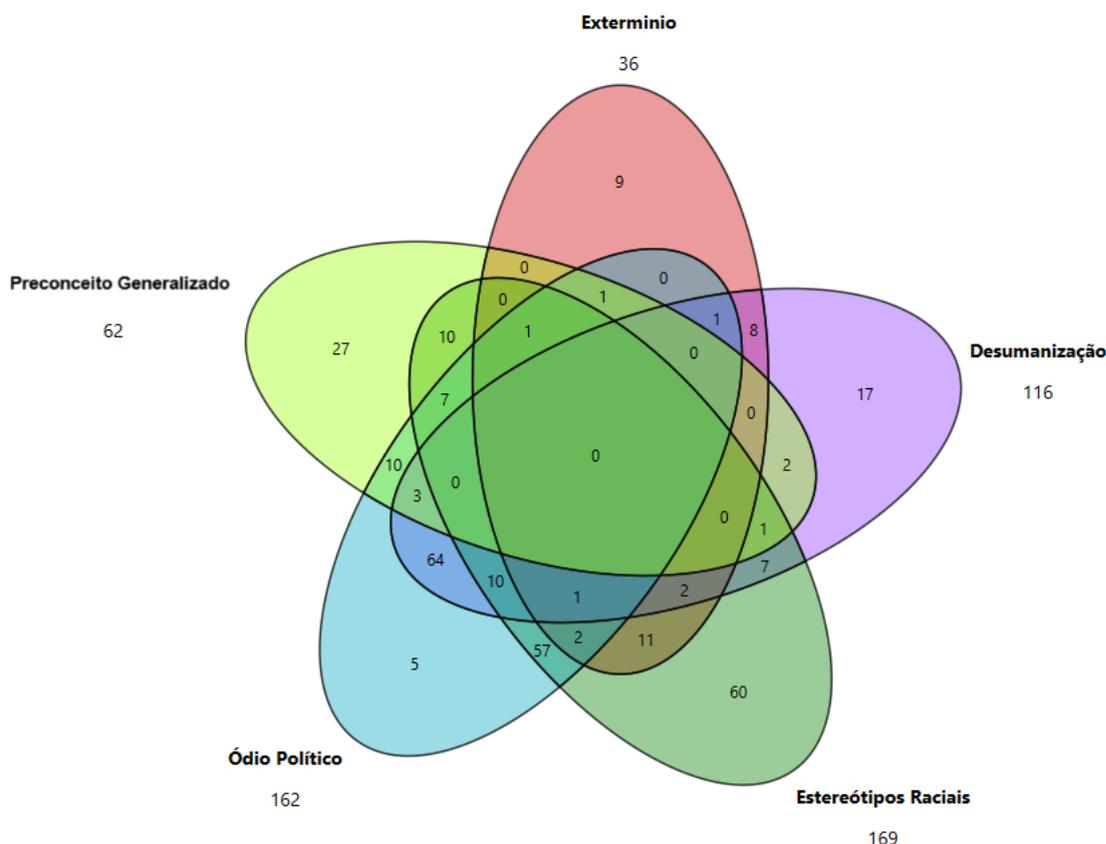


Figura 17. Diagrama de Venn inserindo a categoria “Preconceito generalizado” e suas interconexões com as outras categorias

Analisando o conteúdo dos comentários, a categoria “Ódio Político” (162 comentários) observa-se como a identidade política direciona a dinâmica das relações dentro do ambiente virtual do YouTube, gerando discursos carregados de estereótipos que reforçam divisões e o conflito entre os grupos sociais. A partir da presença de elementos discriminatórios e/ou ofensivos direcionados a grupos políticos específicos, como esquerda e direita, podemos melhor compreender como as relações dentro deste ambiente virtual ocorrem.

Os comentários identificados como “contra a esquerda”, por exemplo, apresentam uma forte tendência a associar o Partido dos Trabalhadores (PT) e seus apoiadores a características negativas como a criminalidade, a ignorância e a “preguiça”. Comentários como: “só tem bandido na favela e no PT”, “(...)um ladrão se candidatar a presidente de um país”, “Vamos ter um pouco de inteligência parece que fizeram uma lavagem cerebral em vcs petistas pra serem burros desse tanto apontam os erros de Bolsonaro querendo encobrir as cagadas do luladrão” (sic), “Por isso que esse povo burro e ignorante votou no 13 por conta

dessa mídia suja, podre e sem caráter!” e “(...)e o Brasil tá cheio de facção por causa do PT”, ressaltam o estabelecimento de uma certa equivalência entre o então candidato Lula, seus eleitores e os moradores de favelas, construindo a imagem de todos como "criminosos", ou não tem capacidade intelectual para tomar decisões políticas.

Os conteúdos retratam os moradores da favela e apoiadores do presidente Lula, como indivíduos que dependem dos programas sociais do Estado para obter benefícios pessoais, destacando o assistencialismo como o principal motivo de identificação política. Por exemplo: *“Quem é que gosta de esquerda mesmo só a playboyzada e a vagabundagem”, “[...] petista é tudo analfabeto e ignorante igual diz o seu candidato. O nordestino você dá R\$10 pra ele e ele já vira freguês”* e, de forma irônica, *“[...] mas tem que ter picanhas no meu prato cumpanheiru, e enquanto isso eu quero/tenho que ficar em casa porque não gosto de trabalhar que venha mais bolsa preguiça”(sic).*

Além da expressa xenofobia, que será discutida mais à frente, o conteúdo traz à tona um dos estereótipos mais comuns presentes no preconceito contra pessoas pobres, que elas são preguiçosas, e que os programas sociais são uma das motivações para não trabalharem, justificando assim sua situação econômica. Essa perspectiva reforça a crença de que o programa "Bolsa Família" promove "acomodação", não incentivando o esforço necessário para melhorar suas condições de vida e as mantendo dependentes do governo (Layton, 2020). Como pode ser visto no comentário a seguir: *“(...) Lula odeia pobre nunca fez nada por eles. Quem mais ajudou pobre foi Bolsonaro. Lula alimenta a pobreza daqueles que são vagabundo e querem mamar nas tetas do povo e fazer um monte de filhos para viver na miséria. O pobre vagabundo adora ser pobre e posar de vitimista”* e *“(...) Minha mãe me criou pra ser um macho e não uma putinha que fica chorando se sentindo excluído, discriminado etc... Passei a minha infância pobre no Pará, comi café com farinha várias vezes, agora você quer que depois de adulto eu fique chorando me sentindo coitadinho e dizendo que o Lula é o pai dos pobres e que os ricos não gostam do pobre e blablabla(...)(sic).*

Os comentários utilizam uma estrutura de diferenciação moral, onde a figura de Bolsonaro é contraposta à de Lula, o acusando de fomentar a pobreza. Essa visão reforça a ideologia de que a responsabilidade pelas desvantagens sociais recai sobre os próprios indivíduos marginalizados. No trecho *"o pobre vagabundo adora ser pobre e posar de vitimista"*, identifica-se uma forma de racismo revitimizador (Lima et al., 2020), que não apenas nega a existência da opressão, mas também responsabiliza os grupos marginalizados

por suas desvantagens. Culpando os próprios indivíduos pela sua situação, os retratando como responsáveis pela perpetuação da discriminação social, ignorando os fatores estruturais que contribuem para a desigualdade.

No contexto de um evento político com forte simbolismo para as populações periféricas, a dinâmica dos comentários revela como esse racismo revitimizador permeia os ambientes online. Como é nítido no diálogo que ocorre no chat ao vivo do vídeo 8, que transmite a “Caminhada de Lula com o povo no Complexo do Alemão”, no canal do Lula no YouTube:

Usuário 1:” kkkkk”

Usuário 2: “Muito engraçado ha ha ha Deixe aqui a sua risada”

Usuário 1: “e aí ? Já se vitimizou hoje ?”

Usuário 2: “e aí já defendeu seu pai, o mito, hoje?”

Usuário 1: “não, não preciso defender ninguém, eu trabalho e tenho meu dinheiro. Não preciso de migalhas de governo nenhum e nem pertenco a nenhum grupinho que fica pedido voto pra político. Minha mãe me criou pra ser um macho e não uma putinha que fica chorando se sentindo excluído, discriminado etc... Passei a minha infância na pobre no Pará, comi café com farinha várias vezes, agora você quer que depois de adulto eu fique chorando me sentindo coitadinho e dizendo que o Lula é o pai dos pobres e que os ricos não gostam do pobre e blablabla, meu Deus eu não consigo me sentir um lixo feito os apoiadores do velho cachaceiro, todo mundo que vota nele chora por alguma coisa. Chora por ser pobre, chora por ser gay, chora por ser negro, chora por ser nordestino, chora por ser mulher, chora por ser vegano, chora por ser da favela, chora por ser gordo etc. é um combo de depressão misturado com preguiça, baixa auto-estima, ódio e vingança”.

O discurso de ódio assim se torna uma ferramenta que desqualifica os grupos da comunidade por meio de uma narrativa que culpa os próprios indivíduos por suas condições de vida, enquanto exalta uma visão distorcida de mérito individual, uma distinção moral entre aqueles que, na sua visão, merecem o sucesso pelo esforço próprio e aqueles que dependem de políticas públicas, como programas sociais. Além disso, a ridicularização de diversas identidades (pobres, gays, negros, nordestinos, mulheres, moradores de favelas, gordos) reflete uma tentativa de deslegitimar a luta desses grupos por direitos e tentar diminuir toda discriminação que sofrem, tipos de discurso de ódio que serão discutidos mais à frente.

Fazendo parte dessa dinâmica dos comentários, muitos outros comentários utilizam o ex-presidente Jair Bolsonaro como exemplar, remetendo a dicotomia "bem" e "mal" (ver estudo 2), em que a favela e os apoiadores do presidente Lula são retratados como bandidos,

enquanto o ex-presidente é estabelecido como defensor da ordem e moralidade. Em um dos comentários prototípicos, o autor defende diretamente a afirmação de Bolsonaro sobre a relação entre a favela e o tráfico, [resposta ao vídeo 1] *“Ele não falou que todos da favela são bandidos, mas sabemos que a maior parte da bandidagem se encontra aglomerada aí na favela, e no partido petista”*. Nota-se como um discurso político pode incorporar estereótipos sociais de longa data, que associam automaticamente as pessoas da favela à criminalidade, esse tipo de discurso justifica práticas de militarização reforçando as desigualdades raciais e sociais, compreendendo os moradores da favela como aqueles que são “matáveis” (Håndlykken-Luz, 2020).

Os conteúdos colocam o então candidato Bolsonaro como alguém que não perde tempo com “bandidos”, fortalecendo a imagem do ex-presidente como estando comprometido com a segurança e o combate ao crime; em oposição a Lula, que é retratado como: *“patrão dos bandidos”*: *“vc acha que o presidente vai perder tempo com bandidos, ele não é bandido, bandidos é a turma do PT por isso sobe o morro, e outra lá ninguém é dono de nada não, lá é esconderijos dos piores bandidos”, “É claro que bandidos não vão permitir o Bolsonaro!. Até pq os bandidos apoiam o Lula! O patrão dos bandido” e “[resposta a comentário] Deixa de ser burro criatura! Ele vai pq ele é o candidato dos bandido. Pergunta se o Bolsonaro pode entrar no complexo” (sic)*. Esses discursos deslegitimam as políticas sociais direcionadas a população em situação de pobreza, também criam uma representação social dos pobres objetivada no estereótipo de que são indolentes, o que reflete uma tentativa de deslegitimar sua participação no debate político (Naiff & Naiff, 2005).

Por outro lado, os comentários “contra direita” seguem um padrão semelhante, embora direcionados aos apoiadores de Bolsonaro. Em sua grande maioria, os comentários utilizavam o termo “gado” de forma pejorativa para descrever esses apoiadores como seguidores cegos e acrílicos de uma liderança autoritária. Como referido, a metáfora do “gado” sugere que os eleitores da direita não têm agência própria, reforçando o estereótipo de que apoiam Bolsonaro sem questionar suas políticas ou ações (Museu de Memes, 2019). Nesse sentido, pelo seu caráter desumanizador, será discutido em maior profundidade na categoria de análise mais à frente. De toda forma, o uso do termo como estereótipo para descrever eleitores de Bolsonaro reflete um processo de conflito intergrupais, em que a identidade política estimula a atribuição de estereótipos negativos e a homogeneização dos grupos considerados rivais (Tajfel, 1982). Essa prática serve para atribuir características depreciativas ao exogrupo, deslegitimando sua posição na arena política.

Outro aspecto relevante nos comentários contra a direita é a crítica à contradição percebida entre a identidade política e a classe socioeconômica dos indivíduos. Termos como "gado pobre" e expressões que sugerem que pessoas da periferia não votam na direita, como: *"quanto gado pobre aqui da direita"* e *"já vi de tudo, menos favelada de direita bolsonarista kkkkkkkk"*, retratam os apoiadores de Bolsonaro da favela como contraditórios em relação à sua própria classe social. O uso da alcunha "pobre de direita", frequentemente empregado como uma categoria com conotação pejorativa nos debates políticos, reflete a possível incongruência de indivíduos das classes mais baixas apoiando ideologias políticas que não atendem e mesmo ameaçam seus interesses materiais e direitos sociais (Ribeiro & Marques, 2022).

A percepção de uma identidade contraditória surge também com relação a outros grupos sociais marginalizados, mas no sentido de demonstrar a postura discriminatória do "líder" do exogrupo, como no comentário *"O bozo odeia pobre, ele não se importa com os pobres, odeia negros, nordestinos, mulheres, indígenas ou seja: ele odeia o povo brasileiro... vazzzaaaaaaaaa do Brasil seu gado lambedor de sal grosso uuuuuu"*(sic). Reforçando a ideia de que Bolsonaro tem uma postura antagônica em relação aos pobres, mas também a outros grupos historicamente excluídos, como negros, nordestinos, mulheres e indígenas, evidenciando o posicionamento opositor em relação a esses grupos. Assim, como a incoerência atribuída a identidade moral reivindicada e as atitudes reais, passando pela moralidade cristã, como no comentário: *[Resposta ao comentário] "(...)olha o gado que se diz cristão desrespeitando a fé do próximo. "Pessoa de bem", são as piores pessoas possíveis"*. O termo "pessoa de bem" é utilizado de forma sarcástica para criticar a postura dos apoiadores de Bolsonaro que frequentemente se identificam como moralmente superiores, ou como defensores dos valores tradicionais e familiares, sugerindo que enquanto se proclamam como portadores de valores elevados, suas práticas sugerem o contrário.

A categoria de análise "Estereótipos Raciais" (169 comentários) é composta por discursos de ódio que se baseiam na atribuição de características estereotipadas e negativas ao grupo-alvo, ou seja, os moradores da favela, uma comunidade majoritariamente formada por pessoas negras e de baixa renda (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023). O elemento preponderante dos conteúdos da categoria é a associação da população da favela com a criminalidade. De forma que, o uso da palavra "bandido" não se limita a descrever pessoas envolvidas em atividades criminosas, mas passa a ser um rótulo genérico aplicado de forma indiscriminada a qualquer pessoa associada à favela, perpetuando a ideia de que ser morador

de uma favela é sinônimo de criminalidade. Assim, como visto no Estudo 1, mantém-se a consistência do conteúdo dos estereótipos, apesar do contexto ser um evento político não ligado à operação de segurança pública.

Expressões como *"80% é tudo bandido sim"*, *"habitat natural de bandido"*, *"Nem TDS são predestinados a se tornarem bandidos, somente uns 97% vão se tornar bandidos"*(sic) e *"os que não são os bandidos obrigam a ser"*, reproduzem uma percepção amplamente disseminada pelas mídias e na esfera pública (Macedo & Sinhoretto, 2020), um olhar construído historicamente que vincula pessoas negras e pobres à criminalidade (Borges, 2019). O que reforça uma perspectiva essencialista sobre a população da favela, na qual liga a identidade de seus moradores ao território, reduzindo aqueles que ali moram ao estereótipo de criminosos.

Os comentários seguem no sentido de estabelecer limites bem claros de uma comunidade moral composta pelo "nós", representados pelos "cidadãos de bem", em oposição ao "eles", os moradores da favela. Sugerindo que as favelas são territórios perigosos, onde "cidadãos de bem" não têm acesso seguro. Essa visão reforça a exclusão moral (Opatow, 1990) dos que vivem na favela. Como retratam os comentários a seguir:

“(...) morador de favela é bandido mesmo, não pagam 1 centavo de imposto, energia e água é tudo gato, pra mim isso é ser bandido igual. Enquanto nós pessoas de bem temos que pagar tudo e ainda somos criticados por chamar favelado de bandido (...)”
 “Quantos cidadãos de bem que erraram o caminho e entraram em uma comunidade no Rio e perderam a vida. A muitas denúncias do crime organizado nas periferias com vagabundos ao lado da urna e se não votarem no lula vão perder a vida”
 “[resposta a comentário] mano, pensa, só pensa, como que alguém como o Lula vai pra aquele lugar e nenhum bandido faz nada? "Ain, mas a maioria de la e cidadão de bem", fds, e lógico que tem cidadão de bem, mas ta cheio de bandido também e isso e óbvio, ai vem um filha da puta fazer uma pergunta idiota dessas cara, é só pensar”(sic)

Os comentários do tipo: *"Bandido com bandido se entendem"*, *"Bandido é parça de bandido"*, *"Ladrão visitando ladrões"*, *"Bandido indo visitar os outros bandidos"*, e *"Os eleitores dele estão nos presídios e biqueiras"*, *"O ladrão subiu no morro com autorização do dono ou seja bandidos iguais a ele"*(sic), *"O candidato dos narcotraficantes tem trânsito livre entre a bandidagem. Pode ser que tenha ido lá combinar alguma estratégia com seus grupos de guerrilha armada"* e *"(...) essa sigla do boné do larápico consta no cartaz do procura-se dos criminosos das facções"*. Na medida que equiparam os participantes do evento

de Lula a criminosos, promovem a dicotomia entre os moradores da favela e a sociedade vista como "cidadãos de bem". Essa lógica se ampara na sigla do boné (CPX) como um símbolo de facção, *fake news* que surgiu e foi muito disseminada no período do evento retratado¹⁸.

Esses comentários reproduzem a ideia de que os moradores das favelas possuem uma essência criminosa comum. Essa compreensão de mundo está enraizada em um processo histórico que remonta à colonização e institucionalização do racismo, que não se restringiu à esfera física da opressão e estruturam o funcionamento social e político do país (Almeida, 2019). Conteúdos de ódio desse tipo justificam as práticas discriminatórias, como maior abordagem policial, maior taxa de encarceramento, assim como o uso de tortura e a repressão nas favelas, são constantemente justificadas, pois no imaginário social ali estão os crimes que devem ser reprimidos e indivíduos que são suspeitos (Borges, 2018).

Outra estereotipação histórica que emergiu na categoria foi a associação entre a população da favela e a pobreza, o que também reflete um preconceito racial que perpetua a ideia de que a vulnerabilidade econômica é uma característica inerente à população negra. Esses discursos de ódio desvalorizam o valor humano e cultural das comunidades faveladas, como exemplificado nos comentários: "(...) *tanto lugar bom de você ir, vou fazer o que na favela, o que tem de bom na favela? Tem muita gente de bem e trabalhador, mas favela não tem nada de atrativo*", e "*Jesus, eles não são donos de merda nenhuma, manda eles trabalhar pra ser donos, povão babaca desses morros que vivem à mercê de traficantes, credo*". Os comentaristas reforçam um discurso classista que discrimina pessoas em situação de pobreza (Lott, 2002; Oliveira et al., 2024), buscando desqualificar a posição e a opinião daqueles que participam da discussão. Isso é evidente nos comentários como "*Tem pobre reclamando de fome com iPhone nas mãos*", "*Tu nem tens onde cair morto*", e "*Pobre é foda nem interpretar sabe*", que utilizam a pobreza como ferramenta de deslegitimação, sugerindo que essas pessoas são incapazes ou indignas de expressar suas opiniões. Esses discursos reforçam a ideia de que a pobreza é uma falha moral ou intelectual, desconsiderando as desigualdades estruturais e raciais que limitam as oportunidades e perpetuam a exclusão social (Ximenes et al., 2019).

O fenômeno do classicismo envolve a exclusão, a separação e a desvalorização das pessoas pobres, que são vistas como "outras" em relação àqueles em melhores posições socioeconômicas (Lott, 2002). Os discursos de ódio coletados ilustram esse tipo de

¹⁸ Para mais informações:

<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/eleicoes/noticia/2022/10/13/e-fake-que-bone-usado-por-lula-com-abreviacao-cpx-seja-referencia-a-facao-criminosa-do-rj.ghtml>

distanciamento, evidenciando uma percepção de que pessoas da favela, além de serem pobres, são também responsáveis por sua própria condição de vulnerabilidade econômica:

“Que País é esse onde ensinam os pobres odiarem os ricos ao invés de ensinar a admirá-los pois ser rico não é defeito e menos ainda pecado, a pobreza e miséria sim é problema a qual devemos buscar soluções para mudar e não iremos transformar as nossas vidas com auxílio não, precisamos nos capacitar para administrarmos bem a nossas finanças, responsabilizar governos pelas nossas falta de sabedoria não muda nada, pois muitos recebem o auxílio e ao invés de comprar mantimentos aos filhos toram tudo em bebidas, festas etc e depois ficam reclamando, outros tem oportunidade de trabalhar porém faz corpo mole, isso ninguém fala né, cada um carregue às suas responsabilidades com verdades seu fracasso nem sempre será falta de oportunidade e sim falta de visão...”(sic)

“(...)Enquanto nós pessoas de bem temos que pagar tudo e ainda somos criticados por chamar favelado de bandido. Se nasceu pobre culpe seus pais, já reparou que todo pobre é filho de pai pobre? Pq tem filho se não tem condição? Quanto mais merda Bolsonaro fala, mais ele nos representa pq nosso pensamento é disso pra pior, e somos quase 60 milhões.”

Os discursos de ódio que possuem conteúdo classista, utilizam argumentos simplistas para justificar a exclusão dos mais pobres. Nesse sentido, a naturalização da pobreza como uma falha individual a partir do discurso de ódio, em vez de reconhecê-la como resultado de desigualdades estruturais, levam à revitimização das pessoas em situação de vulnerabilidade, assim como justifica seu *status quo*.

Outras associações levantam estereótipos negativos não apenas contra a população da favela, mas também a sua cultura. As citações feitas como no comentário sobre “(...) *bailes funks lota pra caralho e só tem fuzil e droga, esse povo aí tbm é trabalhador é honesto?*”(sic), indicam a criminalização das manifestações culturais das favelas. Ao associar o funk diretamente ao tráfico e ao uso de drogas, esses comentários ignoram o contexto cultural e social desses eventos, que são importantes espaços de expressão e socialização para os jovens da periferia. Outros comentários reforçam este pensamento: “*a droga deve ter rolado a balde!*”, “*Só vi cracudo ali*”, “[...] *maconheiro e bandido tem passe livre né bb*”(sic), “*ele só falou a verdade parem de mimi mimi ladrão se dá bem com ladrão tinha um monte de maconheiro em volta dele senta o dedo capitão*”. A categorização dos moradores como "usuários de drogas" contribui para um distanciamento moral e social, trazendo à tona

elementos que simplificam o local como ambiente de tráfico e baixa cultura, negando os elementos positivos à vida nas favelas.

Além da associação a criminalidade, o preconceito à pobreza e o rebaixamento da cultura, alguns comentários presentes na categoria também expressam um racismo ainda mais explícito, estabelecendo uma lógica que não apenas marginaliza, mas também nega qualquer valor humano ao grupo alvo. Esses discursos operam em um nível que ultrapassa a criminalização dos comportamentos ou das manifestações culturais e atinge um estado de negação da humanidade dos indivíduos, pois muitos dos estereótipos raciais presentes nos comentários também carregam uma dimensão de desumanização.

Dentro da categoria “Desumanização” (116 comentários), é possível perceber que os discursos não apenas reproduzem estereótipos que passam a ideia de inferioridade social, mas a uma concepção essencialista de que as pessoas da favela são seres subdesenvolvidos, ou seja, não compartilham da mesma humanidade daqueles que são considerados pertencentes ao grupo dominante. Os comentários como *“Ocorreu um movimento cultural e genético por décadas, para que as pessoas tivessem um intelecto subdesenvolvido”* e *“(...) que nojo, é só brasileiros sem cérebros que ama uma porcaria dessa (...)”* evidenciam esse processo ao trazer uma tentativa de essencialização da suposta inferioridade, atribuindo características biológicas à população da favela.

Além do questionamento com relação a capacidade de racionalidade, os comentários refletem a ideia de que as pessoas da favela possuem uma natureza intrinsecamente violenta. Como fica claro no comentário: *“[resposta ao um comentário] não esquenta não, defensores de ladrão, além de bandidos são agressivos por natureza”*. Esse tipo de discurso enquadra a agressividade como características inevitáveis, associando esses comportamentos a uma suposta essência do grupo social em questão, se encaixando em uma percepção infra-humanizadora dessa população, pois o grupo é visto como mais próximos de instintos animais, incapazes de comportamentos complexos, racionais e éticos que caracterizam a humanidade “plena” (Haslam, 2006).

Os discursos de ódio de caráter desumanizador intensificam os preconceitos apresentados de forma mais sutil em outros comentários. Esses discursos avançam para um nível mais explícito, questionando a capacidade de contribuição significativa à sociedade e fazendo comparações com animais, como pode ser visto no comentário a seguir:

“O problema é uma parcela da população que não contribui com nada. Vive como coelho e com benefícios sociais. Esses tem o mesmo peso meu e seu que pagamos nossos impostos . Isso é injusto. Não deveria ser assim . Mas para os políticos. Em

sua maioria é muito vantajoso. Pois são essas pessoas que eles conseguem ludibriar com migalhas. Pois elas não querem trabalhar; se profissionalizar. Apenas querem benefícios.”

A animalização é uma das formas mais diretas de retirar a humanidade de um grupo de pessoas, ao situá-lo abaixo na hierarquia social (Haslam, 2006). A metáfora desumanizadora de que essas pessoas da favela "vivem como coelhos" constrói a ideia que eles são guiados apenas por impulsos, desprovidos de racionalidade, e dentro do contexto, irreversivelmente dependentes do estado, como já dito (...) *querem mamar nas tetas do povo e fazer um monte de filhos pra viver na miséria* (...). O conteúdo lança estereótipos que colocam os moradores da favela como um fardo para os "cidadãos produtivos" que pagam impostos. Sugerindo que há um desequilíbrio na sociedade, no qual aqueles que trabalham e "contribuem" estão sendo injustamente prejudicados pelos que recebem benefícios, remetendo a um conflito intergruppal (Tajfel, 1989).

Outros comentários trazem novas facetas desse tipo de discurso de ódio, como: “[resposta ao comentário] (...) quando e quando um bandido matar um da tua família apoia eles hahaha geração de víboras”(sic); “[resposta ao comentário] quem quer entrar em merda de favela? quem gosta de lama é porco”. As comparações com animais venenosos, constroem uma imagem de ameaça inerente e imediata, não passível de mudança, da mesma forma, que a alusão a porcos, evoca a imagem de impuros e/ou sujos.

Historicamente, a população negra foi frequentemente animalizada, desde os primeiros contatos europeus com a África Ocidental, estereótipos, como a de macaco, foram reforçados posteriormente por teorias do racismo científico que colocavam as pessoas negras em uma posição "menos evoluída" no suposto espectro evolutivo humano (Goff et al., 2008; DeLombard, 2018). Apesar de no contexto contemporâneo a representação explícita de pessoas negras como macacos ter praticamente desaparecido dos discursos públicos, como pode ser visto neste estudo, outros conteúdos desumanizadores são usados de forma instrumentalizada para evocar estereótipos relacionados a preguiça e agressividade, justificando a necessidade de controle dos indivíduos negros e pobres.

Como esperado, também houve o uso da animalização dentro da relação dos grupos políticos. Nos comentários analisados, tanto apoiadores da direita quanto da esquerda utilizam termos desumanizadores, como "gado" e "jumentos", para se referirem aos opositores políticos, e muitos dos comentários passavam pelo “líder” para atingir o grupo. Aqueles direcionados contra a esquerda, demonstram esse tipo de ataque “duplo” de modo bem

explícito, como exemplo, esses comentários as respostas a um comentário neutro de um usuário do youtube (“*O Lula não é 'ninguém', respeita e aceita*”), gerando discursos de ódio que utilizam a desumanização para atacar tanto o candidato quanto aos seus apoiadores: “[*resposta ao comentário*] *por isso os presidiários comemoraram a eleição do ladrão adestrador de jumentinhos inteligentinho*”(sic) e “[*resposta ao comentário*] *Para mim ele sempre será um nada! Para os jumentos sempre será um domador*”.

Há também comentários mais diretos aos eleitores: “*vocês eleitores do presidiário são maiores antas, não interpretam nada*”. O uso de termos como “jumento”, “burro” e “anta”, animais frequentemente usados para simbolizar teimosia e falta de inteligência, demonstra a tentativa de desumanizar o eleitorado de Lula, negando a sua capacidade de discernimento.

Em paralelo, nos discursos desumanizantes direcionados contra a direita, é possível observar uma estrutura argumentativa semelhante àquela empregada contra a esquerda. No entanto, o termo “gado” se destaca como a principal metáfora utilizada, termo que carrega consigo a lógica da desumanização, ao negar ao grupo-alvo características humanas fundamentais (Haslam, 2006). Muitas vezes, utilizado como crítica e/ou chacota política: “*Vergonha e esse presidente vagabundo conta mentiras e os gado apoiarem*”; “*Os gado estão desesperado com nosso Presidente Lula que vai ganhar a eleição e agora chora gado*”; “*gado é assim mesmo só sabem mugir, não entendem nada de porra nenhuma*” e “*Chora gado*”.

Apesar dos comentários frequentemente refletirem uma escalada de agressividade de ambos os grupos, o uso da animalização contra a direita muitas vezes é visto como uma reação direta à percepção de ataque ao seu grupo político ou a outros grupos sociais. Essa percepção, na visão de quem responde, pode justificar o uso de termos de ódio e comparações animalísticas, como pode ser observado nos exemplos a seguir:

Comentário 1: “Quem apoia bandido, bandido é, ou tem algum esquema em algum tipo de corrupção, nojo de quem apoia bandido.” (Vídeo 2)

Resposta: “Liga não, se o gado morrer os carrapatos morrem também.” (Vídeo 2)

Comentário 2: “Só tinha ladrão mesmo, como que um lugar onde que as pessoas roubam não é ladrão?” (Vídeo 3)

Resposta: “Vai comer teu capim. Aproveite e aprenda a escrever, assim pelo menos alguém entende as fakes que você tenta escrever. Gado imbecil e inútil.” (Vídeo 3)

Comentário 3: “O bozo odeia pobre, ele não se importa com os pobre, odeia negros, Nordestinos, mulheres, indígenas ou seja: ele odeia o povo brasileiro...vazzzaaaaaaaaa do Brasil seu gado lambedor de sal grosso uuuuuu”(sic)

Ao observar as diferenças no processo de desumanização contra a direita e a esquerda, constatamos que, embora ambas as partes utilizem essa forma de desumanização para atacar seus oponentes, há nuances específicas. No discurso de ódio contra a esquerda, termos desumanizadores como “jumentos” e “antas” são utilizados para reforçar estereótipos de falta de inteligência e teimosia; sendo dirigidos tanto aos apoiadores quanto ao próprio candidato. Já no caso do discurso de ódio contra a direita, o termo “gado” assume um papel central, simbolizando seguidores passivos que obedecem cegamente ao seu líder. Embora a conotação de “gado” seja próxima da desumanização utilizada contra a esquerda, o discurso contra a direita frequentemente emerge como uma crítica à postura política e aos valores defendidos por Bolsonaro e seus seguidores, que em muitos casos, já carregam premissas preconceituosas e termos pejorativos contra grupos sociais (Silva et al.2021).

Esse ciclo de reações, respostas e contra-ataques reforça a divisão entre os grupos opositores. Ao desumanizar o outro, ambos os lados intensificam a agressão mútua e perpetuam o ciclo de ódio dentro das relações. Essa dinâmica se torna muito mais danosa quando o discurso de ódio é a base de comunicação política (Cassese, 2019).

Outra dimensão da desumanização presente nos comentários foi a demonização. Forma de expressão discriminatória que retrata certos grupos como intrinsecamente malignos ou demoníacos, sendo no contexto político uma estratégia de persuasão que cria uma divisão nítida entre o “bem” e o “mal” (Kteily & Bruneau, 2017). O conteúdo do estudo trouxe novamente a divisão por grupos, sendo um lado visto como portador dos valores “de Deus”, enquanto o grupo opositor é representado como aliado “do Diabo/Demônio”, como ilustram as seguintes falas “*Isso parece mais complexo do inferninho*” e :

“Os demônios estão vindo votar , temos que rezar pro anjos de Deus vim também ...
Isso eles não pode pq são honestos , mas pra eles impedirem que os demônio
votem.” (sic)

Para compreender a dinâmica do discurso de ódio contido nos comentários, é necessário ter compreensão do contexto político do país. Desde sua primeira candidatura à presidência da república, o ex-presidente Jair Bolsonaro usou a identidade religiosa como parte central de sua estratégia política, construindo uma aliança com a direita cristã, especialmente com líderes evangélicos e neoconservadores católicos. Ele mobilizou eleitores

em torno de temas morais e sociais, se apresentando como defensor da tradição cristã e promovendo a ideia de que o Brasil precisava ser salvo (Løland, 2020; Russo et al., 2023). Nesse sentido, os discursos sugerem a associação do espaço da favela e seus moradores como as forças “malignas”, enquanto os perpetradores a forças divinas, legitimando sua oposição e elevação moral (Opatow, 1990).

Os comentários exemplificam essa visão de grupos opositores, com o uso de expressões como "*Os demônios estão vindo votar*", sugerindo a equivalência dos moradores da favela a seres demoníacos; enquanto os "*anjos de Deus*" são aqueles que se opõem a essas forças. Assim, como no outro comentário diz: "*Um no morro do Alemão onde nem a polícia entra, outro na igreja em Aparecida. Precisamos mostrar isso. Pode realmente fazer toda a diferença. Um do maligno e outro de Deus*". Os discursos reforçam a ideia que as favelas são espaços dominados pelo mal, e seus moradores vistos como uma ameaça moral que precisa ser combatida.

Esse tipo de desumanização, frequentemente ocorre em contextos de conflito sociais, como visto em eventos históricos, incluindo genocídios e colonização. A retratação de certos grupos como "bestas", "demônios" ou "amaldiçoados", não apenas acompanhou essas atrocidades, mas também facilitou sua execução, ao suprimir as barreiras morais que normalmente inibem a violência contra outros seres humanos (Kteily & Bruneau, 2017). Um componente retórico potencialmente volátil quando direcionado de forma sistemática a grupos frequentemente alvos de ações violentas por parte das forças de Estado.

A desumanização emergiu como um elemento central nos discursos de ódio analisados nos comentários direcionados aos moradores da favela. Esse fenômeno, conforme destacado por Haslam (2006), manifesta-se principalmente através de duas formas; a animalização e a mecanização, que negam a plena humanidade dos indivíduos, reduzindo-os a seres irracionais ou a meros objetos funcionais. No entanto, nos dados coletados, foi possível identificar uma forma ainda mais extrema de desumanização, que vai além da simples negação da humanidade; a categorização do alvo como algo abjeto, que deve ser eliminado ou descartado pela sociedade. Essa modalidade de desumanização se expressa de maneira explícita por meio de termos como “lixo”, “nojo” e “asco”, e pela frequente associação dos moradores das favelas a algo sem valor, descartável, ou que precisa ser "limpo" e "purificado". Como pode ser visto nos comentários: "*Nojo desse morro*"; "*Chega a dar asco! Nojo!*"; "*brasileiros sem cérebros que ama uma porcaria dessa. o criminoso voltou a cena do crime*"; "*LIXO NÃO SEPULTA, ENTERRA!*".

Essa retórica de ódio reflete uma postura de abjeção, onde o "outro" é colocado fora da ordem social aceitável, não como um ser humano, não como um animal ou um ser supra-humano-demônio ou robô-, mas como algo que precisa ser descartado para garantir a "pureza" do país. Esse discurso também revela uma tentativa de purificação simbólica, na qual a eliminação de determinados grupos sociais, especialmente aqueles ligados à pobreza e à criminalidade, é vista como um passo necessário para a regeneração da sociedade.

Os discursos de ódio presentes nos comentários revelam um padrão de reação agressiva, especialmente diante de qualquer crítica ou oposição ao grupo político do ex-presidente Jair Bolsonaro. Os perpetradores do ódio recorrem a insultos que não apenas atacam politicamente, mas também desumanizam os moradores da favela. Comentários como “(...) *O pai do lixo*”, “*Mulher que defende lixo... Nem para sexo serve*”, “*Esses meliantes são ditos pela esquerda as vítimas da sociedade?! nojo*” e “*Fora vocês! Lixos traidores da Pátria!*”. As expressões carregam uma forte carga simbólica, onde o outro é reduzido a algo sem valor, logo indigno de respeito ou de direitos.

O uso de termos como "nojo" e “asco”, que trazem o sentido de repugnância e/ou desprezo, pode fortalecer os preconceitos já existentes. Estudos mostram que essa emoção está frequentemente ligada a crenças ideológicas e percepções desumanizantes, de modo que, o preconceito não surge apenas de uma sensação de perigo, mas de uma reação instintiva que vê o outro como algo impuro ou indesejável, algo que deve ser evitado ou eliminado (Hodson & Costello, 2007). Essa dinâmica relacional pode ser percebida no diálogo construído nos comentários no vídeo 2, intitulado “*Marco Antônio detona discurso de Lula no complexo do alemão*”, no canal Pânico Retrô no Youtube:

Comentador 1: “Engole o chora. Fora Bolsonaro, qualquer miséria ainda é melhor que Bozo”

Comentador 2: “Quando alguém colocar uma arma na tua cabeça e sem querer escorregar o dedo, faz o L, no colo do capiroto kkkkkkkkkk.”

Comentador 1: “Sua resposta típica de fanática pelo bozo, consigo entender quem se diz cristão e vota em alguém que imita pessoas morrendo de falta de ar, que debocha de quem está com Covid, que demora a comprar vacinas e incentiva a não vacinação, que permite e incentiva que terras indígenas legalmente protegidas sejam invadidas por garimpeiros, madeireiros e pescadores ilegais, com lideranças indígenas sendo assassinadas e crianças indígenas sendo estupradas e mortas. Não entendo como um cristão pode votar em alguém que defende armas, que diz que preto se pesa em arrobos, que diz que não estupraria uma mulher porque ela não merecia. Não entendo quem vota em alguém que só propaga violência e ódio. Ah! E

corrupto, com vários escândalos no seu governo e nos mais de 30 anos de sua vida pública.”

Comentador 2: “Tá sem argumentos kkkkkkkk,não tem para defender teu bandido,bandido defende bandido.”

Comentador 1:” calma fofinha, vc também é da rachadinha hehehe, guarda as lágrimas pra dia 30, engole o choro”.

Comentador 2: “Vocês são realmente doentes por bandido,mais fácil tu ser um bandido se fingindo ser cidadão,dia 30 teu bandido vai ser enterrado de vez com o partido dele,e bandido bom é bandido morto,pois dá nojo, bando de bandido fdp.”

Outro ponto recorrente é o uso da expressão "lixo" nos discursos de ódio para se referir às pessoas da do morro do alemão. Este termo não deve ser visto como uma simples ofensa, essa representação categoriza os moradores da favela como sujos, descartáveis e indesejáveis na sociedade. Percepção sobre a população da favela que fica nítida no ataque ao comentário que afirma *“é muito triste ver um presidente da república chamar o povo trabalhador de uma comunidade de 'bandidos' simplesmente por apoiar quem acolhe e olha pra comunidade”*. Em resposta a essa crítica à fala do ex-presidente Bolsonaro, que havia associado os moradores da favela do Complexo do Alemão a criminosos, um usuário respondeu de forma desumanizadora: *“(...) e realmente são, FaveladoéLixoHumano”*(sic).

Essa linguagem possui uma conotação de "limpeza social", sugerindo que esses indivíduos não possuem valor, e como um problema devem ser extirpados para o bem comum. Essa abordagem de "limpeza" ou "purificação" do espaço social não é nova; ao longo da história, grupos marginalizados foram alvos de políticas de repressão que visavam à sua erradicação como forma de garantir a segurança da sociedade "respeitável" (Foucault, 1978). A interseção entre ser negro e pobre tem sido um fator crucial para legitimar a exclusão e a forte repressão dessas populações (Borges, 2018). De fato, em seu cotidiano os moradores de favelas, especialmente os negros, enfrentam a realidade de serem alvos prioritários da repressão policial. Como já destacado, a polícia é mais propensa a empregar força excessiva nessas comunidades (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Essa percepção desumanizante, amplamente disseminada em ambientes virtuais, sustenta a visão de que a violência da parte das forças de segurança do Estado, é uma medida necessária de “controle” ou “faxina”, perpetuando o tratamento desumano dos moradores dessas regiões. Como fica nítido nestes comentários: *“Cadê as balas perdidas pra fazer um serviço de limpeza no país!”*; *“Pena que os governadores não deixam a polícia fazer faxina no complexo do alemão e*

outras favelas!" ; e "Bandido sente cheiro de bandido. Tudo em casa! Ainda tem quem acoberta a bandidagem - Tudo bandido. A limpeza tem que ser geral".

O conteúdo dos discursos sugere que a violência letal deveria ser usada como uma solução para eliminar essa população vista como impura ou indesejável. Por conta das suas características de extrema de desumanização, foi denominada "desumanização abjetal". O conceito se refere à categorização dos alvos como algo extremamente desprezível ou degradante, esses discursos além de desumanizarem os indivíduos, como ocorre na animalização ou mecanização (Haslam, 2006), tratam seus alvos como sujeira ou um tipo de lixo social

As formas preconceito, discriminação e desumanização evidenciadas pelos ataques direcionados aos moradores das favelas, utilizam elementos de estereótipos raciais como a pobreza e criminalidade como justificativa os moradores da favela como elementos indesejáveis. Assim os discursos de ódio se direcionam para a ideia de que o extermínio físico seria a única resposta para restabelecer a ordem e purificação do país. Os comentários, retirados do vídeo 1, "*Descontrole: Bolsonaro abandona coletiva após pergunta sobre Complexo do Alemão*", publicado no canal Brasil de Fato no YouTube, fornecem um exemplo claro de como o discurso de extermínio é articulado como uma solução final para promover uma "limpeza" no país.

Comentador 1: "por isso q eu estou comentando q nenhum presidente manda invadir um morro, vai dar merda, gente inocente vai morrer, mas uma coisa é certa, nenhuma facção tem poder p confrontar o exército, é uma diferença muito grande, os caras são treinados p guerra, enquanto esses bandidos são um bando de iludidos"(sic)

Comentador 2: "Mas não faz pq é covarde, se fosse o brabo usava o exército pra acabar com essas praga de traficante"(sic)

Comentador 1: "e a população parceiro? Ñ sabe q eles iriam ficar no meio do fogo cruzado,qualquer presidente da República tem esse poder de tomar um morro qualquer desses se quiser,mas iria custar vidas inocentes,por isso ñ invadem!"(sic)

Comentador 2: "Que alguns morram para o Brasil ser purificado, essa raça deve ser expurgada custe o que custar"

Nesse contexto, a categoria de análise "Extermínio" (36 comentários) agrupa discursos de ódio que promovem explicitamente a eliminação física dos moradores das favelas, frequentemente retratados como criminosos. A expressão "bandido bom é bandido morto"

ressurge como um elemento central nesse tipo de conteúdo, assim como foi identificado no estudo 1. Embora o ambiente que tenha sido o foco da coleta de dados em ambos os casos seja o mesmo, a favela, o contexto é diferente. No estudo 1, tratava-se de uma chacina policial; enquanto agora o evento é político. No entanto, a violência direcionada a essas pessoas permanece inalterada, independente da situação, como pode ser vista nesses comentários: *“nem todos são bandidos, mas a maioria é, e sim, tem que ser morto”*; *“Bandido tem que ser eliminado SIM”*; *“Bandido tem que ser torrado mesmo, bolso22”*; e *“Bandido bom sempre foi bandido morto!”*.

A máxima “bandido bom é bandido morto” nas redes sociais é frequentemente usada em contexto de conflitos policiais e segue uma lógica punitivista e de extermínio, que reduz o outro a uma ameaça que deve ser eliminada (Vascon, 2018). No mundo offline, esse fenômeno se insere dentro de uma narrativa de “guerra ao crime”, apresentada como a mais eficaz estratégia de segurança pública, muitas vezes usada para justificar as práticas policiais de violência. A associação entre criminalidade e favelas, e por extensão, entre criminalidade e os próprios moradores desses territórios, legitima operações policiais que usam de violência letal contra os moradores. Como expressa o comentário a seguir:

“Lógico la e cheio de bandido e bandido gosta de bandido por isso é e mas fácil pro ex presidiário subir lá e mesmo a Sim teve que usa o boné cpx pra mim bandido bom e bandidos morto esses pesqueira não tem do de pais de família mães de família eles não tá nem aí pra vida de ninguém eu que é que esses bandidos se ferra só que já passou na mão desses lixo e perdeu tudo igual eu sabe o que estou falando.”(sic)

Muitos discursos de ódio solicitavam que as forças de segurança, especialmente a polícia e o exército, interferissem nas favelas para “resolver a situação”, enxergando a repressão, muitas vezes letal, como a única forma eficaz de controle. A intervenção policial é vista como a “solução final” nesses territórios que são percebidos como um problema. Como visto nos comentários: *“Só mandar o exército subir, sobra nem morador pra contar mentiras”*; *“Ando o BOPE invadi esse lugar eles não vão ligar pra nd”* (sic); *“Ele só falou a verdade porem de mimi mimi ladrão se dá bem com ladrão tinha um monte de maconheiro em volta dele senta o dedo capitão”*; *“A polícia vacilou! Tinha que ter uma incursão na hora que os ladroes estávamos todo reunidos hj”*; *“Pena que os governadores não deixam a polícia fazer faxina no complexo do alemão e outras favelas!”*; *“bota a polícia pra correr quando morre alguém lá a CULPA foi só da polícia e claro q todo lugar tem bons e ruins mas tem*

lugar q tem mais bandido tipo favela” (sic); e “Forças armadas nos morros para garantir as eleições já!”.

De fato, esse tipo de pensamento interventivo, de faxina ou “limpeza étnica” encontra eco na sociedade, pois na medida que a própria aplicação da segurança no local segue uma lógica militarizada, tratam as comunidades faveladas como territórios a serem “conquistados”, ao invés de promover uma real segurança para a população. A própria implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em 2008, que tinham como objetivo ocupar permanentemente esses territórios, para restabelecer a presença do Estado e garantir a ordem pública, foi marcada por um uso excessivo de violência, com alto número de mortes e abusos cometidos contra moradores, particularmente negros e pobres, que eram alvos de abordagens racistas (Håndlykken-Luz, 2020).

O discurso de ódio que defende o extermínio da população das favelas é um dos exemplos mais extremos da escalada do preconceito, conforme descrito anteriormente (Allport, 1954). Ele demonstra como a marginalização, alimentada por estereótipos raciais e sociais, pode evoluir de formas sutis de discriminação para expressões explícitas de violência. Esses discursos delimitam os grupos de forma clara, colocando de um lado os “cidadãos de bem” e, de outro, os “favelados”, que são retratados como criminosos, sujos e perigosos.

Esse processo de delimitação entre os grupos serve para justificar as violências direcionadas a esse “outro”, que é percebido como uma ameaça constante à ordem social. Além disso, a retórica do extermínio é sustentada pela crença de que as forças de segurança, especialmente a polícia e o exército, têm a obrigação de realizar esse tipo de “faxina social”. Ao desumanizar completamente o outro, o discurso abre espaço para que a repressão policial nas favelas seja vista como uma forma de proteção aos interesses da sociedade majoritária, enquanto se nega a humanidade e a dignidade dos moradores dessas regiões marginalizadas.

A categoria de “Preconceito Generalizado” (62 comentários) abrange formas de discriminação que, embora não estejam diretamente ligadas ao contexto político ou à marginalização da população das favelas, refletem preconceitos direcionados a outros grupos sociais, como mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, minorias religiosas, entre outros. Esses discursos emergem como manifestações de ideologias preconceituosas mais amplas, que frequentemente são relacionadas com as identidades políticas dos perpetradores. Como pode ser vista nessa interação nos comentários do vídeo 8 -“*Caminhada de Lula com o povo no Complexo do Alemão*” no Canal do Lula-, quando um dos comentadores escreve sobre as

alegações de Bolsonaro de que Lula teria negociado com traficantes no fazer seu evento político no Complexo do Alemão, fazendo uma associação direta entre os moradores do complexo e o crime:

Comentador 1: “Na verdade ele só falou o que ele realmente pensa...”

Comentador 2 em resposta ao 1: Ele e os seguidores dele eles sempre deixaram isso muito claro na internet mas quem mora na comunidade não tem vergonha na cara acha que ele é o salvador

Comentador 3 em resposta ao 2 “Exatamente! Kkk por isso vou votar nele só de raiva. Quero ver os pobres se f***** . Ga¥ . Negr0s , pobres, mulher etc. Quero vê se f***** kkkk”(sic).

A interação descrita exemplifica como os preconceitos podem se estender para além do foco principal da discussão, alcançando outros grupos marginalizados. O exemplo acima, demonstra que apoio ao candidato (voto) está vinculado a uma ideologia preconceituosa que busca através da estrutura do Estado democrático, oprimir esses grupos. Assim como os grupos alvos se alinham diretamente a muitos dos discursos políticos e publicações em redes sociais do ex-presidente. Bolsonaro frequentemente usava o discurso de ódio como uma ferramenta de mobilização política, invocando temas carregados de misoginia, homofobia e racismo, entre outras formas de discriminação (Silva, et al., 2021; Sponholz, 2020).

Além disso, o uso de linguagem disfarçada, com termos alterados para escapar dos algoritmos de detecção de ódio nas plataformas digitais, é uma tática comum adotada por grupos extremistas organizados na internet. Esses grupos buscam disseminar suas mensagens de intolerância sem enfrentar as consequências ou bloqueios imediatos pelas plataformas (Gaudette et al., 2020).

Um dos preconceitos que surgiram de forma secundária foi a misoginia. Discursos violentos que desvalorizam a mulher, insinuando vitimização e reduzindo seu valor à utilidade sexual. Comentários como: “*Maioria mulher vitimista doente kkkk Parte de uma mulherada do país que passou a odia-lo por não aceitar o apoio ao evangelho cristãos kkk*”; “*Mulher quê defende lixo... Nem pra sexo serve*”, refletem o padrão de ataque às mulheres na esfera pública, reforçando estereótipos de gênero e dinâmicas de poder que as colocam em posição de inferioridade. Dentro dos espaços virtuais, as mulheres estão mais sujeitas a discursos de ódio por questões de moralismo e aparência física (Ghaffari, 2020; Wilhelm & Joeckel, 2016), sendo alvos frequentes de ataques de extrema direita, que muitas vezes as criticam com base em normas morais e sociais rígidas (Piñeiro-Otero & Martínez-Rolán, 2021).

Há também a junção da misoginia com outros preconceitos, como a xenofobia, por exemplo. A interação a seguir demonstra como o perpetrador se afasta da questão inicial para atacar a identidade de gênero da vítima:

Comentarista 1: “E o que dizer do cara que disse a seguinte frase: “Depois de ter quebrado o Brasil, Lula diz que quer voltar ao poder. Ou seja, meus amigos, ele quer voltar à cena do crime.” Prazer, Geraldo Alckmin, vice do Lula! Isso sim que é vergonhoso!!”

Comentarista 2: “De vc so tenho duas nota, Dó!!! bolsonarista burro”

Comentarista 1: Dó é uma nota só, e não duas. Pra ser tão burra assim só podia ser eleitora do Lula.

Comnetarista 2: “kkkkkkkk quem é burro aqui é vc dó ”

Comentarista 1 “No mínimo deve ser uma nordestina que não entende porra nenhuma de política e muito menos de economia, pq pra votar em um cara que estava preso tem que ser muito trouxa mesmo, alem de ser uma defensora de bandido kkkkkkk”(sic)

Essa junção de preconceitos não ficou limitada a essa interação, como mostra este comentário: “*Pra ser bem sincero, sou mineiro moro em SP + nunca me envolveria com mulher do nordeste, respeito + não gosto*”. Na verdade, a xenofobia foi uma forma de preconceito recorrente, os discursos direcionados contra a população do Nordeste, utilizam estereótipos históricos, que retratam os nordestinos como menos inteligentes, pobres e mal educados (Albuquerque, 2011). Nos comentários, essas ideias são usadas para desqualificar as escolhas políticas da região, associando o voto em Lula à ignorância e ao atraso social: “*Kkkkkk tu muito deve ter qi a menos debes ser nordestino o funcionário público*”; “*Infelizmente a maioria do nordeste vota no ladrão de 9 dedos*”; “*Representa só se for a classe de imbecis mesmo! Deixa o nordeste sem educação nenhum para o povo poder votar nele! Se o nordeste fosse tão bom o pessoal não viria para as regiões sudeste em busca de emprego*”; e:

“A salvação dos petistas é o Nordeste coitados povo sofrido a vida toda sobre o comando do PT e não aprendem a votar nunca vão prosperar eles não querem que vcs prosperem pois aí saberão o valor da política no país ainda da tempo. bolsonaro2022” (sic).

Como pode ser visto em um dos comentários anteriores, outro preconceito que emergiu foi o capacitismo, expressado em torno da figura de Lula. O termo “*nine*” faz

referência à sua deficiência física, resultado de um acidente de trabalho na juventude, no qual perdeu um dedo: *“Falou que bandidos acompanham 9 dedos? E ele está errado? Nãooooooooo. Kkkkk São mesmo. Da mesma laia dele”*; *“nove dedo e safado memo, a maioria dos bandido vota nele, tava usando até boné do complexo”*; *“quem apoia pedofilos é o luloso. kkkkk cuidado com o nine, ele vai invadir a sua casa e vai colocar pedofilos bandidos e estrupadores lá”*; *“Se sentindo em casa ,visita íntima aos marginais que elegeram o Nine”*; e *“dá nojo é cara chamar um presidente de mentiroso na tora em entrevista na hora de perguntar, quem costuma fugir de perguntas é o nine dedos ”* (sic).

Apelidos capacitistas como esse são formas de discriminação que se baseiam em características físicas ou condições de saúde para ridicularizar pessoas com deficiência. Esse tipo de discurso de ódio faz parte do capacitismo recreativo, que utiliza discursos visuais ou textuais para fazer humor, desumanizando e retificando indivíduos com deficiência. Esse fenômeno é semelhante ao racismo recreativo, que também transforma características físicas em objeto de piada (Santos & Mendes, 2024; Araújo, 2024).

A intolerância religiosa também surge como elemento de ataque ao outro, direcionado a crenças religiosas específicas, de religiões de matriz africana e evangélica. Por conta do contexto político, ambas estão diretamente associadas aos ataques contra os eleitores respectivamente de Lula e Bolsonaro.

Aqueles discursos de ódio que envolvem Lula, refletem uma visão deturpada em relação a religiões de matriz africana: *“isso é vdd que lula gosta de bandido mesmo de estupro de pedofilia de macumba de tudo que é ruim”* (sic); e *“quem eleger o Lula do PCC foram os ateus, os satanistas e o pessoal da umbanda”*. Essas religiões são frequentemente estigmatizadas e associadas a práticas "malignas" (Nascimento, 2016). Ao utilizar termos como "macumba" e associá-la a crimes como "estupro" e "pedofilia", os comentaristas reforçam estereótipos históricos que demonizam as religiões afro-brasileiras, retratando uma espécie de desordem moral e novamente construindo a divisão entre o "bem" e o "mal".

Também houveram discursos de ódio contra os evangélicos, que compõem uma parte significativa da base de apoio de Jair Bolsonaro (Løland, 2020). Como por exemplo: *“Sempre um crente otário pra passar vergonha grátis”*, que ataca diretamente os seguidores da religião evangélica. Outro exemplo segue uma estrutura nos comentários já vista anteriormente, que é a reação ao discurso de ódio com o ódio:

Comentarista 1: *“Bando de impocritas usando o nome de Deus em política falsos profetas vão queimar no inferno”* (sic)

Comentarista 2: “Ah cala essa boca crente suja” (No vídeo 1 - “Descontrole: Bolsonaro abandona coletiva após pergunta sobre Complexo do Alemão” - Canal Brasil de Fato)

Os discursos demonstram que as identidades políticas foram equiparadas a identidades e práticas religiosas como forma de construir um grupo mais amplo com características que seriam tão negativas quanto as do grupo primário. Nesse sentido, ambos os grupos políticos utilizaram a religião como uma ferramenta de ataque, seja para demonizar as religiões de matriz africana, seja para ridicularizar e rebaixar os evangélicos.

Nos comentários foi possível perceber que os jornalistas também se tornaram alvos frequentes de ataques. Embora não sejam um grupo minoritário, a profissão tem sido alvo constante de ódio, principalmente por grupos políticos que se beneficiam da desinformação para fortalecer suas bases de apoio, se aproveitando da desconfiança generalizada em relação aos veículos de comunicação tradicionais para criar um cenário onde o jornalismo é visto como uma ameaça (Seabra, 2020): “*Está imprensa é muito podre e à maioria esquerdista dá vontade até de vomitar*”; “*E ele acha que e m eu mentira jornalista sem respeito sobe lá pra Tamar tiro no rabo vagabundo*”; “*A repórter bandido, quem não sabe que Lula está aparelhado com os bandidos. Mentiroso é você. Mentiroso é voce e bandido. ESQUERDALHAS BANDIDOS E MENTIROSOS*”; “*primeiro vá aprender a escrever analfa...falta mesmo generais de brigada iguais aos que tínhamos no passado, iria voar vagabundos para todos os cantos, principalmente jornalistainhas vagabundos iguais a esses...*”; e “*Imprensa podre , são um monte de inúteis... Não prestam pra nada! Pau mandado estes jornalistas, da vergonha a nós brasileiros!*”

Nos discursos os jornalistas são retratados como agentes de uma conspiração maior para manipular informações em prol de interesses políticos, especialmente aqueles associados à esquerda. A violência explícita nesses discursos também foi um elemento de destaque. Esse tipo de hostilidade contra esses profissionais, tem como objetivo o enfraquecimento do papel da imprensa, no sentido de desestabilizar um dos pilares da democracia, criando um vácuo onde a verdade e os fatos podem ser manipulados sem contestação pública. O que beneficia grupos políticos que usam as redes sociais como forma de alcançar e controlar suas bases políticas (Ekman & Widholm, 2023).

Considerações finais

O estudo apresentado teve como objetivo analisar os discursos de ódio expressos através de estereótipos direcionados aos moradores de favelas em comentários do YouTube durante o período eleitoral de 2022 e investigou formas de violência, preconceitos e termos pejorativos utilizados na desumanização dessa população. A pesquisa apontou como a instrumentalização política do discurso de ódio contribui para a exacerbação das divisões sociais e integra o ciclo de violência simbólica e estrutural contra essas pessoas.

Os resultados demonstraram que plataformas virtuais, como o YouTube, funcionam como espaços onde os conflitos sociais são intensificados e reproduzidos. A partir das categorias de análise, foi possível evidenciar a complexa intersecção entre identidade política, racismo e desumanização. Os discursos de ódio, mesmo aqueles voltados a atacar grupos políticos opositores, serviram como catalisadores de estereótipos raciais e preconceitos históricos contra a população da favela, composta predominantemente por pessoas negras e pobres.

Com um conteúdo que delimita os limites entre "nós"-“cidadãos de bem”- e "eles"-moradores da favela-, os discursos disseminavam estereótipos raciais com características essencialistas, associando os moradores da favela ao crime e à dependência de benefícios sociais para sobreviver. Essa retórica transformava o espaço da favela em um território socialmente inferior, perpetuando a ideia de que aqueles que ali vivem seriam naturalmente predispostos à violência e/ou dependentes do Estado.

O fenômeno da desumanização emergiu de formas distintas no estudo, como a animalização e a demonização do grupo-alvo (Haslam, 2006). Contudo, foram identificados discursos de ódio que, com a intenção de retirar a humanidade dos moradores de favelas, os comparavam a "lixo" ou "dejetos", o que denominamos de "desumanização abjetal". Essa metáfora recorrente sugere que esses indivíduos são vistos como elementos descartáveis da sociedade, indignos de respeito ou proteção. Esse tipo de desumanização tende a minimizar a percepção do impacto da violência direcionada à população da favela, equiparando práticas de extermínio a uma forma de "limpeza" étnica necessária para alcançar uma sociedade idealizada.

Foi percebido que o processo de desumanização, frequentemente embasado em retóricas militarizadas, evolui para uma defesa da eliminação física dessas pessoas, realizada pelas instituições de segurança pública do Estado. Esse tipo de discurso de ódio facilita, no imaginário social, a aceitação de práticas punitivistas, que encontram ressonância em

discursos políticos populistas que utilizam o medo e o ódio ao "outro" como estratégia para atrair e consolidar eleitorado.

O estudo também demonstrou que os discursos de ódio emergem como manifestações de ideologias preconceituosas mais amplas, frequentemente relacionadas com as identidades políticas dos perpetradores, saindo do foco principal do contexto políticos e alcançando outros grupos marginalizados. Isso reflete preconceitos direcionados a outros grupos minoritários que são frequentemente alvos de discursos políticos ligados à extrema direita, como mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, minorias religiosas, entre outros.

O estudo apresenta algumas limitações decorrentes tanto do método utilizado quanto das especificidades do contexto analisado. Embora tenham sido feitos ajustes específicos para este estudo, o uso de algoritmos de detecção de discurso de ódio enfrenta desafios para captar nuances da escrita, como ironia e sarcasmo, além de compreender plenamente o contexto sociocultural, o que pode impactar a precisão na identificação dos conteúdos. Ademais, o recorte temporal, focado no período eleitoral, pode ter intensificado a linguagem ofensiva, adicionando uma carga emocional elevada aos discursos, apesar de manter o mesmo padrão identificado no estudo 1, mesmo fora de período eleitoral. Outro ponto, é que a amostra, apesar de significativa para identificar padrões de discurso de ódio, foi baseada em um número limitado de vídeos e comentários, o que pode restringir a abrangência dos resultados e sua aplicabilidade a outros contextos.

Em suma, o estudo revela a profundidade dos discursos de ódio desumanizadores contra a população da favela e como essa retórica é influenciada por questões ideológicas e políticas, instrumentalizando estereótipos negativos e outras formas de discriminação para promover o pertencimento grupal e obter apoio para práticas de violência e extermínio contra minorias sociais. Este trabalho abre caminho para futuras investigações que busquem compreender melhor as intersecções entre identidade social, política e a instrumentalização do discurso de ódio, especialmente considerando o impacto das redes sociais na normalização e disseminação desses discursos. Ele aponta ainda para novas formas de desumanização, além das classicamente levantadas pela literatura psicossocial, "desumanização abjetal", que associa o outro a lixo, o que interconecta a desumanização com o a necessidade de "limpeza" "faxina", ou seja, extermínio, de forma mais explícita.

DISCUSSÕES GERAIS

Este trabalho teve como objetivo principal analisar o discurso de ódio direcionado à população negra e pobre da favela, investigando como a exposição a esse discurso impacta o preconceito implícito e se relaciona com práticas de desumanização. Buscamos, ainda, identificar os elementos que contribuíram para a normalização de conteúdos discriminatórios, além de caracterizar os estereótipos, os conteúdos identitários e os ideológicos subjacentes a esses discursos. O trabalho foi dividido em cinco capítulos que, apesar de serem relativamente autônomos, se articulam na tentativa de explorar diferentes perspectivas do discurso de ódio direcionado à população da favela.

Apresentamos o trabalho em duas seções: referencial teórico e estudos empíricos. A seção I possui dois capítulos que estabelecem as bases teóricas para o desenvolvimento da tese e a seção II é composta por 3 capítulos, cada um com um estudo empírico.

No capítulo 1, foi realizada uma revisão teórica sobre o fenômeno do discurso de ódio com foco nas redes sociais, destacando sua definição, suas características principais e suas formas de expressão, contextualizando como os ambientes virtuais contribuem para a disseminação rápida e ampla desses conteúdos. Foi descrito, ainda, como o discurso de ódio contribui para a formação de identidades sociais e a manutenção de estereótipos negativos, escancarando fronteiras entre os grupos sociais e fortalecendo os sentimentos de pertencimento grupal em detrimento da aceitação do outro. Dessa forma, o discurso de ódio nas redes sociais reproduz e ecoa os preconceitos e conflitos sociais do “mundo real”.

Nesse sentido, o capítulo 1 enfatiza que o discurso de ódio, além de uma questão de comunicação ofensiva, se caracteriza como o primeiro passo em uma escalada de violência contra minorias sociais (Allport, (1954/1979))., Ademais, demonstra que os processos de identificação social e de produção de alteridade inerentes às plataformas virtuais, produzem estereótipos negativos reforçam visões preconceituosas de grupos sociais marginalizados

O Capítulo 2 apresentou uma revisão sistemática de estudos empíricos sobre o discurso de ódio nas redes sociais, mostrando como essa temática tem sido abordada nos últimos anos, destacando abordagens teóricas e metodológicas recentes para a exploração do fenômeno. Os resultados demonstraram que muitos dos estudos trataram o discurso de ódio em interseção com diversos tipos de discriminação, indicando que, apesar de frequentemente ter um alvo definido, o discurso de ódio tende a atingir múltiplas identidades e grupos sociais.

A revisão trouxe importantes contribuições para a estruturação dos estudos empíricos desta tese, ao apontar aspectos metodológicos importantes para investigar o discurso de ódio. Os estudos selecionados apontam que os discurso de ódio varia conforme o grupo-alvo, o tipo de conteúdo e o contexto sociopolítico envolvido. O que destaca a importância de selecionar cenários e eventos desencadeadores que impulsionam expressões discriminatórias, como episódios de violência social ou eventos políticos, como foi o caso deste trabalho; podendo assim orientar a coleta de dados de maneira mais estratégica. Concluímos que, apesar da detecção automática auxiliar na identificação de grandes volumes de dados, a análise qualitativa permite a interpretação dos conteúdos que consideram nuances contextuais que as ferramentas computacionais podem não captar. Desse modo, essa abordagem é importante para compreender como os discursos se estruturam em relação às dinâmicas sociais, políticas e culturais do contexto que surgem, oferecendo uma visão mais compreensiva do fenômeno

No capítulo 3, inicialmente apresentamos análise sobre como o discurso de ódio contribui para a institucionalização da discriminação e pode se consolidar como uma prática recorrente e socialmente aceita. Para tanto, contextualizamos esse processo dentro da estrutura social racista e classista que atua para criminalizar a população negra e pobre no Brasil. E discutimos como os ambientes virtuais se tornam um espaço propício para formação de grupos cuja ideologia se baseia na discriminação do “outro”, encontrando respaldo na violência institucionalizada, especialmente em operações policiais nas favelas. Ao fim, exemplificamos como esse discurso encontra respaldo na violência institucionalizada, destacando em operações policiais nas favelas, onde a retórica odiosa se concretiza com a prática de extermínio.

O estudo empírico permitiu demonstrar que discurso de ódio direcionado à população negra e pobre da favela, em um contexto de chacina policial, se baseia em estereótipos desumanizantes que legitimam a violência policial. Os discursos também revelaram uma conexão com ideologias conservadoras, que utilizam retóricas militarizadas para reforçar a ideia de “guerra contra o crime” e retratar os moradores da favela como “bandidos”. Também, foi possível capturar a linguagem usada para expressar ódio e apoiar práticas de violência contra essas pessoas, que foram componentes importantes para os estudos seguintes.

Já no capítulo 4, destacamos os efeitos da exposição ao discurso de ódio nas redes sociais sobre preconceito implícito e desumanização. Discorremos sobre como a exposição frequente a discursos de ódio em ambientes virtuais contribui para a naturalização desses conteúdos, afetando a percepção da gravidade dos conteúdos discriminatórios. Especialmente

em uma sociedade que tem incorporada na sua estrutura, práticas segregatórias contra minorias (Galvan & Payne 2024), como é o caso da população da favela no Brasil, com pessoas predominantemente negras e pobres.

A partir do estudo experimental, observamos que, embora o preconceito implícito não tenha demonstrado diferença entre os grupos experimentais, os participantes expostos aos discursos de ódio apresentaram índices mais altos de desumanização direcionado aos moradores da favela. O tempo de uso das redes sociais e a orientação política dos participantes também têm influencia na percepção de ofensividade desses discursos. Isso indica que os indivíduos que se posicionam mais à direita no espectro político tendem a perceber os discursos de ódio como menos ofensivos, possivelmente por influência da bolha algorítmica.

Nesse sentido, uma conclusão importante deste estudo é a de que não é a mera exposição às redes sociais que fomenta o discurso de ódio, mas a exposição seletiva a determinados conteúdos compartilhados em certas “comunidades ideológicas” que têm mais impacto. Outra conclusão possível é a de que o preconceito tem uma relação com o discurso de ódio mais complexa do que imaginávamos a princípio. Esse é um aspecto que precisa de um maior aprofundamento em investigações futuras, inclusive utilizando medidas mais clássicas de preconceito implícito, a exemplo do *Implicit Association Test*.

Por fim, o capítulo 5 demonstrou como o discurso de ódio se consolidou como ferramenta política nas redes sociais nos últimos anos, sendo amplamente empregado por governos autoritários de extrema direita para produzir sentimento de pertencimento identitário em sua base e assim expandir a adesão ao grupo. No estudo empírico do capítulo, apesar do contexto ser diferente do estudo 1, com comentários relacionados a um evento político na favela, os estereótipos da população ligados à violência e criminalidade foram evocados novamente, assim como a compreensão da violência direcionada a essa população como uma prática legítima de segurança pública.

Também surgiu com mais destaque a percepção do grupo-alvo como dependentes do Estado. A desumanização foi um dos elementos mais presentes nos discursos de ódio, além das expressões mais clássicas na literatura psicossocial, surgiram representações que associam os moradores da favela a lixo, o que denominamos “desumanização abjetal”. Isso interconecta a desumanização com a necessidade de “limpeza” social ou “faxina”, sendo uma alusão ao extermínio, assim como no Estudo 1 de forma extremamente explícita. O surgimento desse tipo de retórica demonstra que a lógica da violência institucionalizada contra a população

negra e pobre, ecoa do uso do ódio como base de discursos populistas, construindo “outro” que já é estruturalmente marginalizado, como uma ameaça ao ideal social.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A hipótese geral proposta nesta tese sugeria que o discurso de ódio direcionado à população negra e pobre da favela reflete e reforça estereótipos e ideologias que sustentam sua desumanização. A exposição a esse tipo de discurso está associada ao aumento de respostas preconceituosas implícitas em relação aos alvos, intensificando práticas de desumanização e reduzindo a percepção de ofensividade de seu conteúdo.

Os estudos apresentados nesta tese confirmaram essa hipótese de forma parcial. Pois, a partir dos dois estudos utilizando mineração de dados (Estudo 1 e 3), foi possível perceber que apesar dos contextos distintos, uma operação policial com alta letalidade e um evento político, a estrutura da narrativa e os elementos de estereotipia da população da favela possuem a mesma estrutura semântica. Com características de uma ideologia conservadora de extrema direita, utilizando uma linguagem com ênfase em termos militarizados e retóricas de "guerra", refletindo uma percepção da favela como "território inimigo" e seus moradores como alvos de extermínio.

Nesse sentido, uma das principais constatações da tese, é a de que o uso desse tipo de linguagem contra o grupo-alvo com retóricas desumanizantes que associam o extermínio a uma "limpeza social", se constitui como uma forma de desumanização que equipara os indivíduos a lixo, a "desumanização abjetal", e promove a ideia de que sua remoção é necessária para o bem-estar social, . Assim, o discurso de ódio contra as pessoas da favela atua como um elemento de coesão grupal para os perpetradores, que retratam o exogrupo, os moradores da favela, como menos humanos, facilitando a aceitação da violência policial e o endosso de políticas públicas de segurança cada vez mais duras.

Por outro lado, no estudo experimental (Estudo 2), apesar dos resultados indicarem que os participantes foram mais rápidos na decisão de atirar em pessoas negras armadas do que em pessoas brancas armadas, como no estudo desenvolvido por Correll et al. (2002), não apresentou diferença entre os grupos experimentais. Mesmo que trabalhos anteriores tenham demonstrado a relação direta entre a exposição do discurso de ódio e maior expressão de preconceito implícito (Fasoli et al., 2016; Soral et al., 2018; Billewicz & Soral, 2020), não foi possível constatar aumento na relação direta entre as variáveis. Uma limitação do nosso trabalho que pode explicar esse resultado é o fato de, na manipulação experimental, não ser possível produzir uma exposição contínua ao discurso de ódio, foi feita uma exposição breve,

mediante a leitura de um pequeno texto e comentários. Na vida real das interações nas redes sociais a exposição é, certamente, mais intensa e duradoura.

Entretanto, durante a análise ao examinar o efeito da exposição ao discurso de ódio na atribuição de traços de natureza e cultura aos indivíduos negros e pobres, observou-se que o grupo exposto ao discurso de ódio apresentou um nível mais alto de desumanização em comparação ao grupo não exposto. Especificamente os traços negativos de natureza e cultura foram mais frequentemente atribuídos ao exogrupo pelos participantes expostos ao discurso de ódio. O que indicou que há um aumento da tendência a desumanizar o grupo-alvo do discurso. Assim, considerados os resultados em conjunto, esse duplo padrão (influência do discurso de ódio sobre a desumanização e a não influência sobre preconceito implícito) pode indicar diferenças no processamento afetivo-cognitivo dos dois fenômenos.

O preconceito implícito é uma espécie de parte submersa do iceberg do preconceito, formada pela cristalização, ao longo do tempo, de associações culturais automáticas negativas contra as minorias sociais (Greenwald & Banaji, 1995); sendo, portanto, menos afetado por situações contextuais transversais. A desumanização é algo mais relacionado à legitimação da posição dos grupos na estrutura social, sendo mais dominada por processo conscientes e mais voltada para justificar posições e decisões (Lima & Vala, 2004); assim, mais reativa a contextos sociais imediatos.

Apriori, os resultados sugeriram que a exposição ao discurso de ódio não teve influência em uma menor percepção da ofensividade de conteúdos discriminatórios. Desse modo, na tentativa de compreender quais as variáveis poderiam estar relacionadas, percebemos que ao colocar o espectro político como variável de controle, a correlação entre o uso das redes sociais e a percepção de ofensividade perdeu a significância. Esse fenômeno está diretamente relacionado às bolhas algorítmicas (Lim, 2017; Liu et al., 2021). Apesar de esta relação não ter sido hipotetizada a princípio, ao testarmos a relação entre o tempo de uso das redes sociais, percepção do ódio e o espectro político dos participantes, através de uma mediação, os resultados indicaram que indivíduos com maior uso de redes sociais e posicionamento político mais à direita tendiam a perceber os discursos de ódio como menos ofensivos.

Os achados sugerem que o contato prolongado com discurso de ódio, em ambientes que possuem ideologias discriminatórias, como é o caso do ideário da extrema direita, moldam a sensibilidade dos indivíduos a conteúdos discriminatórios. Esses achados convergem com a literatura sobre o uso instrumental do discurso de ódio por parte de

representantes da extrema direita (Akhdani & Vera, 2021; Arcila-Calderón et al, 2020; Ben-David & Matamoros-Fernandez, 2016; Siegel, et al, 2019; Bajari et al., 2021, Silva et al., 2021; Walther & McCoy, 2021).

Os resultados apontam para uma tendência, já identificada em pesquisas, de aumento da utilização das redes sociais como meio propagador político da extrema direita no Brasil. O que conduz a uma incitação à difusão de discursos de ódio contra minorias sociais, reforçando estereótipos, defesa de práticas abusivas e violentas (Cioccarri & Persichetti, 2018; Silva, et al., 2021). Situação preocupante no contexto mundial, pois esses grupos utilizam as redes para disseminar suas ideologias, utilizando discursos de ódio como ferramenta para fortalecer a coesão interna do grupo e desumanizar os grupo que são visto como opositores ou minorias sociais (Wahlström, et al., 2021; Calderón, et al., 2020; Silva, et al., 2021; Müller & Schwarz , 2020; Harel et al., 2020).

A tese também apresenta algumas limitações, além das já comentadas, por questões metodológicas e contextuais. No estudo experimental, por conta de dificuldades na organização e recrutamento dos participantes, ainda decorrentes das mudanças da pandemia de COVID-19, houve um número pequeno de participantes, o que deve ter limitado a possibilidade de generalização dos resultados e seu poder explicativo. Dessa forma, surge a necessidade de estudos futuros com amostras mais amplas para aprofundar a compreensão dos efeitos da exposição ao discurso de ódio com os elementos que foram destacados nesta tese. Investigações futuras também podem aprofundar essa relação considerando uma amostra maior de participantes de extrema-direita e de extrema-esquerda e incluindo lideranças e influenciadores políticos. O que resolveria uma outra limitação do nosso estudo de ter uma amostra pequena e exclusiva de estudantes universitários jovens.

Nos estudos computacionais, também foram identificadas limitações, maior parte delas relacionadas à complexidade da detecção de discurso de ódio em ambientes virtuais. Pois, embora sejam eficientes para acessar grandes volumes de dados, as técnicas de mineração de dados ainda têm dificuldades de captar integralmente os elementos contextuais que transformam determinadas expressões em discurso de ódio, especialmente quando esses discursos estão camuflados em humor ou linguagem ambígua. Dessa forma, alguns comentários podem não ter sido analisados por conta da dificuldade da detecção ou por utilizarem linguagem ultra criptografada para despistar o algoritmo.

A relevância desta tese reside em sua contribuição para a compreensão aprofundada de como o discurso de ódio direcionado à população da favela, especialmente em redes sociais,

baseado em premissas autoritárias e racistas, influencia a percepção social e legitima práticas de violência e exclusão. Ao abordar as dinâmicas entre discurso de ódio, desumanização e preconceito implícito, assim como elementos estruturantes das expressões discriminatórias contra o grupo alvo, o trabalho oferece uma análise de como essa forma de expressão de preconceito é construída, difundida e normalizada em ambientes virtuais. Ao abordar a linguagem desumanizante que associa a população das favelas a termos de “lixo” e “faxina”, revela uma nova dimensão de desumanização que reforça a aceitação social de políticas punitivas e retórica bélicas contra esse grupo historicamente marginalizado.

Finalizando, destacamos que a tese auxilia para a percepção que o discurso de ódio nas plataformas virtuais vai além de ofensas explícitas, envolvendo a construção de identidades sociais sustentadas por ideologias de segregação contra a população negra e pobre das periferias, que legitimam práticas de extermínio. Para pesquisas futuras, seria relevante explorar a relação entre discurso de ódio e desumanização em contextos diversos, abrangendo diferentes grupos minoritários e tipos de discurso discriminatório, para identificar padrões e variações por meio de outras metodologias, como escalas psicossociais e entrevistas. Além disso, é importante investigar o impacto de campanhas de conscientização e intervenções educativas sobre a percepção e aceitação do discurso de ódio, visto que, conforme discutido ao longo desta tese, ele pode representar um primeiro passo para uma brutal escalada de violência contra as minorias (Allport, 1954/1979).

Nesse cenário, o fortalecimento de regulações como o Marco Civil da Internet é crucial para garantir a responsabilização e o controle sobre a disseminação de discursos odiosos, promovendo uma internet mais ética e inclusiva (Araújo et al., 2019). Possibilitando a promoção de direitos humanos no ambiente digital, ampliando a discussão sobre os limites da liberdade de expressão em relação à proteção de grupos vulneráveis.

REFERÊNCIAS

- Abreu, A. A. (2019). A relação entre Estado e territórios estigmatizados no Rio de Janeiro. *Geografares*, (29), 114–130. <https://doi.org/10.7147/GEO29.23536>
- Abreu-Silva, G. E. (2023). “Bandido bom é bandido morto”: como as grandes mídias e o estado reforçam esse discurso de ódio no Brasil. *Revista Falange Miúda*, 5(1), 1–10. Recuperado de <https://periodicos.upe.br/index.php/refami/article/view/434>
- Agência Brasil. (2024). IBGE volta a adotar o termo 'favela' em censos e pesquisas. CartaCapital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/ibge-volta-a-adotar-o-termo-favela-em-censos-e-pesquisas/>
- Aguilera-Carnerero, Carmen & Azeez, Abdul-Halik. (2016). ‘Islamonausea, not Islamophobia’: The many faces of cyber hate speech. *Journal of Arab & Muslim Media Research*. 9. 21-40. 10.1386/jammr.9.1.21_1.
- Aïmeur, E., Amri, S., & Brassard, G. (2023). Fake news, disinformation and misinformation in social media: a review. *Social Network Analysis and Mining*, 13(1), 30. <https://doi.org/10.1007/s13278-023-01028-5>
- Albuquerque, F. (2023). Favela cresce demograficamente e movimenta mais de R\$ 200 bilhões. *Agência Brasil*. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-03/favela-cresce-demograficamente-e-movimenta-mais-de-r-200-bilhoes>
- Alfonso, D. A. (2019) Bolsonaro’s take on the “absence of racism” in Brazil. *Race & Class*. vol. 61, 2019, n. 3, p. 33-49.
- Allport, G.W. (1954/1979). *The nature of prejudice*. 3ª Ed. Wokingham: Addison Wesley.
- Almeida, M. da S. (2015). Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. *Revista Em Pauta: Teoria Social E Realidade contemporânea*, 12(34). <https://doi.org/10.12957/rep.2014.15086>
- Alshalan, Raghad & Al-Khalifa, Hend & AlSaeed, Duaa & Al-Baity, Heyam & Alshalan, Shahad. (2020). Detection of Hate Speech in COVID-19–Related Tweets in the Arab Region: Deep Learning and Topic Modeling Approach. *Journal of Medical Internet Research*. 22. e22609. 10.2196/22609.
- Anderson, C., & Bushman, B. (2018). Media Violence and the General Aggression Model. *Journal of Social Issues*. <https://doi.org/10.1111/JOSI.12275>.
- Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 10ª ed. (2016). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf

- Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 15ª ed. (2021). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. INSS 1983-7364. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>
- Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 17ª ed. (2023). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. ISSN: 1983-7364. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>
- Anunciação, D., Trad, L. A. B., & Ferreira, T. (2020). “Mão na cabeça!”: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. *Saúde e Sociedade*, 29, e190271.
- Araújo, J. & Saraiva, M. & Godinho, A. (2019). Liberdade de expressão e ponderação de valores: tutela da dignidade da pessoa humana versus hate speech. *Revista da Faculdade de Direito*. 1. 10.22456/0104-6594.84601.
- Arcila-Calderón, C., Sánchez-Holgado, P., Quintana-Moreno, C., Amores, J.-J., & Blanco-Herrero, D. (2022). Hate speech and social acceptance of migrants in Europe: Analysis of tweets with geolocation. *Comunicar*, 30(71), 21-35. <https://doi.org/10.3916/C71-2022-02>
- Arendt, H. (2013). *Eichmann em Jerusalém - Um relato sobre a banalidade do mal*. Companhia das Letras . Edição do Kindle.
- Assembleia Geral da ONU. (1948). "Declaração Universal dos Direitos Humanos" (217 [III] A). Paris. Disponível em: https://www.un.org/en/hate-speech/understanding-hate-speech/what-is-hate-speech?gclid=CjwKCAjw6IiiBhAOEiwALNqnceKI2ra9qW7JLajz4MII5JFjBmBZ0QF86XqaevcQt_6NB5Uj2je31hoCQtkQAvD_BwE
- Auti, D.N., Ghadge, S., Jadhav, R., Jagtap, P., & Ranaware, S. (2022). Social Media based Hate Speech Detection using Machine Learning. *International Journal of Scientific Research in Computer Science, Engineering and Information Technology*.
- Awan, I. (2014). Islamophobia and Twitter: A Typology of Online Hate Against Muslims on Social Media. *Policy & Internet*, 6(2), 133–150. doi:10.1002/1944-2866.poi364
- Bajari, A., Koswara, I., Istiqomah, R. N., & Erlandia, D. R. (2021). Hatenography on Twitter during the COVID-19 pandemic in Indonesia: Hate speech case against Anies Baswedan. *Review of International Geographical Education Online*, 11(5). <https://doi.org/10.48047/rigeo.11.05.07>
- Balakhonskaya, L., Strelchenko, V., Balakhonsky, V., Sadretdinova, T., & Beresneva, I. (2020). Communicative Strategy of Discrediting Opponents in the Russian Political Blogosphere. *2020 IEEE Communication Strategies in Digital Society Seminar (ComSDS)*, 27-33. <https://doi.org/10.1109/ComSDS49898.2020.9101281>.
- Barreiro J. A. & Castorina, A. (2015). La Creencia en un Mundo Justo como Trasfondo Ideológico de la Representación Social de la Justicia. *Revista Colombiana de Psicología*, 24(2), 331-345. <https://doi.org/10.15446/rcp.v24n2.44294>
- Bar-Tal, D. (1989). Delegitimization: The Extreme Case of Stereotyping and Prejudice. 10.1007/978-1-4612-3582-8_8.

- Bartholow, B. D., Bushman, B. J., & Sestir, M. A. (2006). Chronic violent video game exposure and desensitization to violence: Behavioral and event-related brain potential data. *Journal of Experimental Social Psychology*, 42(4), 532–539. doi:10.1016/j.jesp.2005.08.006
- Bartholow, B. D., Bushman, B. J., & Sestir, M. A. (2006). Chronic violent video game exposure and desensitization to violence: Behavioral and event-related brain potential data. *Journal of Experimental Social Psychology*, 42, 532–539. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2005.08.006>
- Batista, J. (2024). Derrite já foi investigado por dezesseis homicídios. *Revista Piauí*. <https://piaui.folha.uol.com.br/derrite-investigado-homicidios/>
- Ben-David, A. & Matamoros-Fernandez, A. (2016). Hate Speech and Covert Discrimination on Social Media: Monitoring the Facebook Pages of Extreme-Right Political Parties in Spain. *International Journal of Communication*. 10. 1167-1193.
- Bilewicz, M., & Soral, W. (2020). Hate Speech Epidemic. The Dynamic Effects of Derogatory Language on Intergroup Relations and Political Radicalization. *Political Psychology*. doi:10.1111/pops.12670
- Bilewicz, M., Soral, W., Marchlewska, M., & Winiewski, M. (2015). When authoritarians confront prejudice. Differential effects of RWA and SDO on support for hate speech prohibition. *Political Psychology*, 38, 78–99. *Aggressive Behavior*, 44, 136–146 <https://doi.org/10.1111/pops.12313>
- Blair, I. V., Judd, C. M., & Fallman, J. L. (2004). The Automaticity of Race and Afrocentric Facial Features in Social Judgments. *Journal of Personality and Social Psychology*, 87(6), 763–778. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.87.6.763>
- Bobbio, N.; Matteucci, N.; Pasquino, G. *Dicionário de Política*. São Paulo: Editora UNB. 2004.
- Bodenhausen, G. V., & Richeson, J. A. (2010). Prejudice, stereotyping, and discrimination. In R. F. Baumeister & E. J. Finkel (Eds.), *Advanced social psychology: The state of the science* (pp. 341–383). Oxford University Press.
- Borges, J. (2019) *Encarceramento em massa*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen.
- Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 out. 1998. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 03 Maio de 2023.
- Brugger, W. (2007) Proibição e proteção do discurso do ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano. *Revista de Direito Público* 15/117. Tradução Maria Angela Jardim de Santa Cruz Oliveira. Brasília: Instituto Brasiliense de Direito Público, ano 4, jan-mar. 2007.
- Burnap P., & Williams M. L. (2016). Us and them: identifying cyber hate on Twitter across multiple protected characteristics. *EPJ Data science*, 5, 1–15. <https://doi.org/10.1140/epjds/s13688-016-0072-6>
- Caiani, M.; Carlotti, B. & Padoan, E. (2021). Online Hate Speech and the Radical Right in Times of Pandemic: The Italian and English Cases. *Javnost - The Public*. 28. 1-17. 10.1080/13183222.2021.1922191.

- Calderón, A. Carlos & Sanchez-Holgado, Patricia & Blanco-Herrero, David & Amores, Javier. (2022). Hate speech and social acceptance of migrants in Europe: Analysis of tweets with geolocation. *Comunicar*. 71. 10.3916/C71-2022-02.
- Calderón, C. A.; Vega, G. & Herrero, D. B. (2020). "Topic Modeling and Characterization of Hate Speech against Immigrants on Twitter around the Emergence of a Far-Right Party in Spain" *Social Sciences* 9, no. 11: 188. <https://doi.org/10.3390/socsci9110188>
- Cantó, P. (2017). El youtuber que dio galletas con dentífrico a un indigente borra el vídeo y pide disculpas. *El País*. Acesso em 28 de maio de 2024. Disponível em: https://verne.elpais.com/verne/2017/01/21/articulo/1485003447_033490.html
- Carnagey, N. L., Anderson, C. A., & Bartholow, B. D. (2007). Media violence and social neuroscience: New questions and new opportunities. *Current Directions in Psychological Science*, 16, 178–182. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8721.2007.00499.x>
- Cedro, A. (2018) A Violência letal intencional no Município de Luziânia-GO: Conflitos interpessoais e a reciprocidade de vingança. São Carlos, 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos.
- Cesarino, L. (2020) Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. *Internet & Sociedade*, v. 1, n. 1, p. 91-120.
- Chaudhry, I. (2015). #Hashtagging hate: Using Twitter to track racism online. *First Monday* 20, 2.
- Chetty, N; Alathur, S (2018). Hate speech review in the context of online social networks. *Aggression and Violent Behavior*. 40. 10.1016/j.avb.2018.05.003.
- Cioccari, D., & Persichetti, S. (2018). Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. *Revista Alterjor*, 2018 (2), 201-214. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/144688>
- Cline, V. B., Croft, R. G., & Courier, S. (1973). Desensitization of children to television violence. *Journal of Personality and Social Psychology*, 27, 360–365. <https://doi.org/10.1037/h0034945>
- Code, J. & Zap, N. (2009). Social Identities, Group Formation, and the Analysis of Online Communities. 10.4018/978-1-60566-208-4.ch007.
- Combating Terrorism Center at West Point. (2020). *The Iron March forum and the evolution of the "Skull Mask" neo-fascist network*. Combating Terrorism Center at West Point. <https://ctc.westpoint.edu/the-iron-march-forum-and-the-evolution-of-the-skull-mask-neo-fascist-network/>
- Conway III, L. G., McFarland, J. D., Costello, T. H., & Lilienfeld, S. O. (2021). The curious case of left-wing authoritarianism: When authoritarian persons meet anti-authoritarian norms. *Journal of Theoretical Social Psychology*, 5(4), 423-442.
- Conway, L. G. III & McFarland, J. D. Do right-wing and left-wing authoritarianism predict election outcomes?: Support for Obama and Trump across two United States presidential elections. *Personal. Individ. Differ.* 138, 84–87 (2019).

- Costa-Moura, F. (2014). Proliferação das #hashtags: lógica da ciência, discurso e movimentos sociais contemporâneos. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 17, ago. 2014. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982014000300012>
- Costello, T. & Bowes, S., Stevens, S., Waldman, I. & Lilienfeld, S. (2020). Clarifying the Structure and Nature of Left-Wing Authoritarianism. *Journal of personality and social psychology*. 122. 10.31234/osf.io/3nprq.
- Costello, M., Hawdon, J., Bernatzky, C., & Mendes, K. (2019). Social Group Identity and Perceptions of Online Hate. *Sociological Inquiry*. doi:10.1111/soin.12274
- Crump, J. (2011). What Are the Police Doing on Twitter? Social Media, the Police and the Public. *Policy & Internet*: Vol. 3: Iss. 4, Article 7. Doi: 10.2202/1944-2866.1130
- Danieli, N. E., & Paz García, A. P. (2021). Opinión pública de la inseguridad: dimensiones de análisis psicosocial en torno al miedo al delito y su tratamiento mediático. *Comunicación Y Sociedad*, 1-23. <https://doi.org/10.32870/cys.v2020.7586>
- Dantas, G.S., Alves, M.V. & Pereira, M.E. (2023) Automatic Prejudice and Weapon Identification: A Study with Students and Police Officers. *Race Soc Probl* **15**, 154–165 (2023). <https://doi.org/10.1007/s12552-022-09373-4>
- Datafolha. (2024). *Em alta, 36% se sentem muito inseguros nas ruas do próprio bairro ao anoitecer*. Folha de S.Paulo. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniao-e-sociedade/2024/04/em-alta-36-se-sentem-muito-inseguros-nas-ruas-do-proprio-bairro-ao-anoitecer.shtml>
- Deschamps, J. C., & Moliner, P. (2009). *A identidade em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Devine, P. G. (1989). Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 1-18.
- Devine, P. G., & Sharp, L. B. (2009). Automaticity and control in stereotyping and prejudice. In T. D. Nelson (Ed.), *Handbook of prejudice, stereotyping, and discrimination* (p. 61–87). Psychology Press.
- Dixon, Travis L. 2008. “Crime News and Racialized Beliefs: Understanding the Relationship Between Local News Viewing and Perceptions of African Americans and Crime.” *Journal of Communication* 58: 1: 106–125. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2007.00376.x>.
- Dobson, Kathy & Knezevic, I.. (2018). "Ain't nobody got time for that!": Framing and stereotyping in legacy and social media. *Canadian Journal of Communication*. 43. 381-397. 10.22230/cjc.2018v43n3a3378.
- Duque, D., França, M. & Santos, A. (2024) 50 Shades of Guilt: Exploring the Role of Race in Drug Trafficking Indictment in Brazil. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=4861741> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4861741>
- Eberhardt, J. L., Davies, P. G., Purdie-Vaughns, V. J., & Johnson, S. L. (2006). Looking deathworthy: Perceived stereotypicality of Black defendants predicts capital-sentencing outcomes. *Psychological Science*, 17, 383–386.

- Eberhardt, J. L., Goff, P. A., Purdie, V. J. & Davies, P. G. (2004). Seeing black: Race, crime, and visual processing. *Journal of Personality and Social Psychology*, 87, 876-893.
- El País. (2021, 8 de janeiro). *Dos Proud Boys ao QAnon: o exército de Trump*. El País. <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-08/dos-proud-boys-ao-qanon-o-exercito-de-trump.html>
- ElSherief, M., Kulkarni, V., Nguyen, D., Wang, W.Y., & Belding-Royer, E. (2018). Hate Lingo: A Target-based Linguistic Analysis of Hate Speech in Social Media. ICWSM.
- Em nova fala racista, Trump diz que imigrantes levam 'genes ruins' aos EUA. (2024). Folha de S.Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/10/em-nova-fala-racista-trump-diz-que-imigrantes-levam-genes-ruins-aos-eua.shtml>
- Empoli, G. (2020). *Os engenheiros do caos* Tradução de Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio.
- Fanti, K.A., Vanman, E.J., Henrich, C.C., & Avraamides, M.N. (2009). Desensitization to media violence over a short period of time. *Aggressive behavior*, 35 2, 179-87 .
- Farkas, Johan & Schou, Jannick & Neumayer, Christina. (2018). Cloaked Facebook pages: Exploring fake Islamist propaganda in social media. *New Media & Society*. 20. 146144481770775. 10.1177/1461444817707759.
- Fasakin, A., Oyero, O. and Okorie, N. 2017. Use of Hate Speeches in Television Political Campaign. Proceedings from SOCIOINT2017: The fourth international conference on education, social sciences and humanities. Dubai, U.A.E.
- Fasoli, F., Maass, A., & Carnaghi, A. (2015). Labelling and discrimination: Do homophobic epithets undermine fair distribution of resources? *British Journal of Social Psychology*, 54, 383–393. <https://doi.org/10.1111/bjso.12090>
- Fasoli, F., Paladino, M. P., Carnaghi, A., Jetten, J., Bastian, B., & Bain, P. G. (2016). Not “just words”: Exposure to homophobic epithets leads to dehumanizing and physical distancing from gay men. *European Journal of Social Psychology*, 46, 237–248. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2148>
- Fauth, I. C. F., & Catalan, M. (2018). A Mercantilização da Atividade Policial na Sociedade do Espetáculo: Um Estudo Empírico. SEFIC 2018.
- Filibeli, T., & Ertuna, C. (2021). Sarcasm Beyond Hate Speech: Facebook Comments on Syrian Refugees in Turkey. *International Journal of Communication*, 15, 24. Disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/16582>
- Fink, C. (2018). Dangerous speech, anti-Muslim violence, and Facebook in Myanmar. *Journal of International Affairs*, 71(1.5), 43-52.
- Flanzer, S. N. (2006). Sobre o ódio. *Interações*. (22), 215-229.
- Florida school shooting suspect hid among students after massacre (2018). *Parkland Florida shooting: Nikolas Cruz continued coverage*. CBS News. Disponível em:

<https://www.cbsnews.com/news/parkland-florida-shooting-nikolas-cruz-continued-coverage-2018-02-15-live-updates/>

- Folha de S. Paulo. (2022). Tarcísio diz que vai retirar câmeras de fardas de PMs se eleito em SP. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/tarcisio-diz-que-vai-retirar-cameras-de-fardas-de-pms-se-eleito-em-sp.shtml>
- Formiga, D., Paiva, J., Lima, K., Dantas, S., Sampaio, A., Batalha, G., Oliveira, P., Façanha, P., Pereira, P., Pereira, E., Lima, N., Cerqueira, C., Ramos, R., Silva, I., Araújo, N., Silva, M., Pinheiro, S., Costa, P., & Pereira, V. (2022). The Presence of Structural Racism in Brazilian Culture and the use of Law as a tool of Domination. *International Journal of Advanced Engineering Research and Science*. <https://doi.org/10.22161/ijaers.910.30>.
- Fortuna, P. Silva, J. R.; Soler-Company, J. Wanner, L. ,& Nunes, J. (2019). A Hierarchically-Labeled Portuguese Hate Speech Dataset. In Proceedings of the Third Workshop on Abusive Language Online, pages 94–104, Florence, Italy. Association for Computational Linguistics.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2020). Política e fé entre os policiais militares, civis e federais do Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/politica-e-fe-entre-os-policiais-militares-civis-e-federais-do-brasil/
- Intravia, J., & Pickett, J. T. (2019). Stereotyping Online? Internet News, Social Media, and the Racial Typification of Crime. *Sociological Forum*. doi:10.1111/socf.12515
- Fuchs, Tamara & SchÄfer, Fabian. (2020). Normalizing misogyny: hate speech and verbal abuse of female politicians on Japanese Twitter. *Japan Forum*. 33. 1-27. 10.1080/09555803.2019.1687564.
- Gaudette, T., Scrivens, R., & Venkatesh, V. (2020). The role of the internet in facilitating violent extremism: Insights from former right-wing extremists. *Terrorism and Political Violence*, 1–18. <https://doi.org/10.1080/09546553.2020.1784147>
- Ghaffari, Soudeh. (2020). Discourses of celebrities on Instagram: digital femininity, self-representation and hate speech. *Critical Discourse Studies*. 1-18. 10.1080/17405904.2020.1839923.
- Gillath, O., & Hart, J. (2009). The effects of psychological security and insecurity on political attitudes and leadership preferences. *European Journal of Social Psychology*, 40, 122-134. <https://doi.org/10.1002/EJSP.614>.
- Gillett, R. (2018). Intimate intrusions online: Studying the normalisation of abuse in dating apps. *Women’s Studies International Forum*, 69, 212–219.
- Gitari, N. D.; Zuping, Z.; Damien, H. & Long, J. (2015). A Lexicon-based Approach for Hate Speech Detection. *International Journal of Multimedia and Ubiquitous Engineering* 10, 4 (2015), 215–230.

- Grabowski, J. (2009). German anti-Jewish propaganda in the General Government, 1939–1945: Inciting hate through posters, films, and exhibitions. *Holocaust and Genocide Studies*, 23, 381–412. <https://doi.org/10.1093/hgs/dcp040>
- Grupos neonazistas crescem 270% no Brasil em 3 anos; estudiosos temem que presença online transborde para ataques violentos - <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/01/16/grupos-neonazistas-crescem-270percent-no-brasil-em-3-anos-estudiosos-temem-que-presenca-online-transborde-para-ataques-violentos.ghtml>
- Guo, L., & Johnson, B. G. (2020). Third-Person Effect and Hate Speech Censorship on Facebook. *Social Media + Society*, 6(2). <https://doi.org/10.1177/2056305120923003>
- Hanes, E. & Machin, S. (2014). Hate Crime in the Wake of Terror Attacks: Evidence From 7/7 and 9/11. *Journal of Contemporary Criminal Justice*. 2014;30(3):247-267. doi:10.1177/1043986214536665
- Harris LT and Fiske ST (2006) Dehumanizing the lowest of the low: neuroimaging responses to extreme out-groups. *Psychological Science* 17(10): 847–853. *Affective Neuroscience*, 2, 45–51. <https://doi.org/10.1093/scan/nsl037>
- Harris, L. T., & Fiske, S. T. (2007). Social groups that elicit disgust are differentially processed in mPFC. *Social Cognitive and*
- Haslam N (2006) Dehumanization: an integrative review. *Personality and Social Psychology Review* 10(3): 252–264.
- Haslam N and Loughnan S (2014) Dehumanization and infracommunication. *Annual Review of Psychology* 65: 399–423.
- Haslam, N. (2021). Dehumanization and the lack of social connection. *CURRENT OPINION IN PSYCHOLOGY*, 43, pp.312-316. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2021.08.013>.
- Hassett-Walker, C. (2022) Does Brandenburg v. Ohio still hold in the social media era? Racist (and other) online hate speech and the First Amendment, *Cogent Social Sciences*, 8:1, DOI: 10.1080/23311886.2022.2038848
- HITLER, Adolf. *Minha Luta*. São Paulo: Editora Moraes, 1983
- ICERD (2018). The Norwegian Equality and Anti-Discrimination Ombud. The Ombud's report to the UN Committee on Elimination of Racial Discrimination – a supplement to Norway's twenty-third/twenty-fourth periodic report ISBN 978-82-92852-92-7.
- Information Systems Frontiers (IF6.191), Pub Date : 2022-01-07, DOI: 10.1007/s10796-021-10229-2
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2022). 2. Censo 2022. Favelas e Comunidades urbanas: Dados sobre população e condições de moradia. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>
- Instituto Fogo Cruzado (2021). Relatório da Região metropolitana do Rio de Janeiro • 1º semestre 2021. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/relatorio-semesteral-grande-rio-2021/>

- Instituto Sou da Paz. (2023). *Brasil se aproxima de 3 milhões de armas em acervos particulares*. Disponível em: <https://soudapaz.org/noticias/brasil-se-aproxima-de-3-milhoes-de-armas-em-acervos-particulares/>
- Intravia, J., & Pickett, J. T. (2019). Stereotyping Online? Internet News, Social Media, and the Racial Typification of Crime. *Sociological Forum*. doi:10.1111/socf.12515
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) & Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2019). *Atlas da violência 2019*. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>
- J. M. Pérez *et al.*, "Assessing the Impact of Contextual Information in Hate Speech Detection," in *IEEE Access*, vol. 11, pp. 30575-30590, 2023, doi: 10.1109/ACCESS.2023.3258973
- Jacarezinho: Saiba quem são, onde morreram e o que dizem famílias e polícia sobre os 27 mortos. (2021). G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/14/jacarezinho-saiba-quem-sao-onde-morreram-e-o-que-dizem-familias-e-policia-sobre-os-27-mortos.ghtml>
- Josey, Christopher S. 2015. "Race and Stereotypes in New Media: An Examination of how Internet News
- Justiça tira do ar vídeos que exaltam violência policial no RJ. (2024). *Folha de S.Paulo*. Acesso em 23 de maio de 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/06/justica-tira-do-ar-videos-que-exaltam-violencia-policial-no-rj.shtml>
- Karapetjana, I., Rozina, G. & Spirida, M. (2023). Critical discourse analysis of hate speech from a linguistic perspective. *Valoda: nozīme un forma / Language: Meaning and Form*. 14. 74-90. 10.22364/vnf.14.06.
- Kemp, S. (2023) Digital 2023: Global Overview Report. We are Social, 02/05/2023, New York. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2023-global-overview-report>
- Khaled Júnior, S. H. (2018) *Discurso de ódio e sistema penal*. 2. ed. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- Kiela, D., Firooz, H., Mohan, A., Goswami, V., Singh, A., Ringshia, P., & Testuggine, D. (2020). The hateful memes challenge: Detecting hate speech in multimodal memes. *Advances in neural information processing systems*, 33, 2611-2624.
- Kim, S. & Cho (2022). Identity and Status: When Counterspeech Increases Hate Speech Reporting and Why
- Koehler, D. (2014). The radical online: Individual radicalization processes and the role of the Internet. *Journal for Deradicalization*, 1, 116–134. <https://journals.sfu.ca/jd/index.php/jd/article/view/8>
- Leets, L. (2002). Experiencing hate speech: Perceptions and responses to anti-Semitism and antigay speech. *Journal of Social Issues*, 58, 341–361. <https://doi.org/10.1111/1540-4560.00264>

- Leite, M. P. (2012). Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista brasileira de segurança pública*, 6(2), 374-388.
- Lemos, D. D., Brandão, D. de M., Guedes Júnior, S. C., & Maia de Medeiros, Y. A. F. (2022). Racismo e necropolítica no jornalismo brasileiro: uma análise crítica do discurso do UOL. *Revista Comunicação Midiática*, ISSN-e 2236-8000, Vol. 17, Nº. 2, 2022, págs. 122-138
- Lerner, M. J., & Miller, D. T. (1978). Just world research and the attribution process: Looking back and ahead. *Psychological Bulletin*, 85(5), 1030-1051. doi:10.1037//0033-2909.85.5.1030
- Leyens, J. P., Cortes, B., Demoulin, S., Dovidio, J. F., Fiske, S. T., Gaunt, R., ... Vaes, J. (2003). Emotional prejudice, essentialism, and nationalism: The 2002 Tajfel lecture. *European Journal of Social Psychology*, 33, 703-717.
- Leyens, J. P., Paladino, P. M., Rodriguez-Torres, R., Vaes, J., Demoulin, S., Rodriguez-Perez, A., & Gaunt, R. (2000). The emotional side of prejudice: The attribution of secondary emotions to ingroups and outgroups. *Personality and social psychology review*, 4(2), 186-197.
- Leyens, J. P., Rodriguez-Perez, A., Rodriguez-Torres, R., Gaunt, R., Paladino, P., Vaes, J., & Demoulin, S. (2001). Psychological essentialism and the differential attribution of uniquely human emotions to ingroups and outgroups. *European Journal of Social Psychology*, 31, 395-411.
- Lim, M. (2013). Many clicks but little sticks: Social media activism in Indonesia. *Journal of Contemporary Asia*, 43(4), 636–657.
- Lim, M. (2017). Freedom to hate: Social media, algorithmic enclaves, and the rise of tribal nationalism in Indonesia. *Critical Asian Studies*, 49(3), 411–427.
- Lima, M. & Araujo, C. & Poderoso, E.. (2018). The Decision to Shoot Black Suspects in Brazil: The Police Officer’s Dilemma. *Race and Social Problems*. 10. 10.1007/s12552-018-9225-5.
- Lima, M. E. O. (2003). Normas sociais e racismo: efeitos do igualitarismo e do individualismo meritocrático na infra-humanização dos negros. Tese de Doutorado não-publicada. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004). Serão os estereótipos e o preconceito inevitáveis? In Lima, M. E. O., & Pereira, M. E. (Orgs.), *Estereotipo, preconceitos e discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas*. (pp. 41-67). Salvador, BA/Brasil: EDUFBA.
- Lima, M.E.O., de Araujo, C.L. & Poderoso, E.S. The Decision to Shoot Black Suspects in Brazil: The Police Officer’s Dilemma. *Race Soc Probl* 10, 101–112 (2018). <https://doi.org/10.1007/s12552-018-9225-5>
- Lopes, F. T. M. (2022). Jornalismo e racismo estrutural: Uma análise da cobertura de casos de violência policial pelo portal G1 (Globo). [Monografia de Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório Institucional UFRN. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/50338?mode=full>

- Löwy, M. (2015). Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, v. 124, p. 652–664.
- Lupu, Y., Sear, R., Velasquez, N., Leahy, R., Restrepo, N.J., Goldberg, B. (2023) Offline events and online hate. *PLoS ONE* 18(1): e0278511. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0278511>
- Ma A (2018) The 30 most authoritarian regimes in the world. *Business Insider*, 4 February.
- Macedo, H. (2015) “Polícia” contra “ladrão”: Notas sobre a construção e desumanização do Outro em páginas sobre polícia e crime no Facebook. In: *Colóquio Internacional Justiça, Polícia e Sociedade*, 2015, São Carlos / Ufscar. Disponível em <http://www.coloquiojps.ufscar.br/?page_id=160>
- Macedo, H. N. S.; Sinhoretto, J. (2019). Discursos políticos, mídias e violência: Percursos teóricos e notas de pesquisa. In: *Comunicação, políticas públicas e discursos em conflito [recurso eletrônico] / organização Heloiza Matos, Patrícia Gil. – São Paulo: ECA-USP, 2019. 543 p.: il. Doi: 10.11606/9788572052474*
- Maia, G. L.; Paixão, M. B. (2020) Entre os direitos humanos e o discurso de ódio: muçulmanos no Brasil / Between human rights and hate speech: muslims in Brazil. *Revista Quaestio Iuris*, [S.l.], v. 13, n. 02, p. 765-794, dez. 2020. ISSN 1516-0351. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/40577>>.
- Marques, A. C., & Mendes, C. B. (2020). Do discurso do ódio à violência consumada: “fuzilar a petralhada!” como ameaça de extermínio simbólico na política brasileira. *Revista Psicologia Política*, 20(49), 55-71.
- Martins, Anna. (2019). Discurso de ódio em redes sociais e reconhecimento do outro: o caso M.. *Revista Direito GV*. 15. 10.1590/2317-6172201905.
- Mathew, B., Dutt, R., Goyal, O. & Mukherjee, A. (2019). Spread of Hate Speech in Online Social Media. *Proceedings of the 10th ACM Conference on Web Science*, 173–182. <https://doi.org/10.1145/3292522.3326034>
- Matulewska, Aleksandra & Kic-Drgas, Joanna & Trzaskawka, Paula. (2021). Cyberbullying in Polish Debate on the Białowieża National Forest. *International Journal for the Semiotics of Law - Revue internationale de Sémiotique juridique*. 34. 10.1007/s11196-020-09750-5.
- Mendes, M. (2023). Bolsonaristas radicais presos em Brasília estavam armados com estacas, estilingues e ferramentas pontiagudas. *G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/13/bolsonaristas-radicaais-presos-em-brasil-estavam-armados-com-estacas-estilingues-e-ferramentas-pontiagudas.ghtml>
- Menendez, A. R., Saura, J. R., & Thomas, S. B. (2020). Exploring key indicators of social identity in the #MeToo era: Using discourse analysis in UGC. *International Journal of Information Management*, 54, 102129. doi:10.1016/j.ijinfomgt.2020.1021
- Mercuri K. T. (2016) *Linchamentos Virtuais: paradoxos nas relações sociais contemporâneas*. Dissertação de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Faculdade de Ciências Aplicadas, UNICAMP, Limeira-SP.

- Mercuri, K. T. & Lima-Lopes, R. E. (2020). Discurso de ódio em mídias sociais como estratégia de persuasão popular. *Trabalhos em Linguística Aplicada*. Campinas, SP, 59(2), p. 1216–1238. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8658475>
- Merklejn, I., & Wiślicki, J. (2020). Hate speech and the polarization of Japanese National Newspapers. *Social Science Japan Journal*, 23(2), 259–279. <https://doi.org/10.1093/ssjj/jyaa015>
- Metzger, Miriam J. 2009. “The Study of Media Effects in the Era of Internet Communication.” In Robin L. Nabi and Mary B. Oliver (eds.), *The Sage Handbook of Media Processes and Effects*: pp. 561–576. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Meza, Radu & Vincze, Hanna Orsolya & Mogos, Andreea. (2019). Targets of Online Hate Speech in Context. *Intersections*. 4. 10.17356/ieejsp.v4i4.503.
- Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2023). Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos: Disque 100 – Disque Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh>
- Miró-Llinares, Fernando & Rodriguez-Sala, Jesús. (2016). Cyber hate speech on twitter: Analyzing disruptive events from social media to build a violent communication and hate speech taxonomy. *International Journal of Design & Nature and Ecodynamics*. 11. 406-415. 10.2495/DNE-V11-N3-406-415.
- Miskolci, Jozef & Kováčová, Lucia & Rigová, Edita. (2018). Countering Hate Speech on Facebook: The Case of the Roma Minority in Slovakia. *Social Science Computer Review*. 38. 089443931879178. 10.1177/0894439318791786.
- Modesto & Pilati (2017). "Nem todas as vítimas importam": crenças no mundo justo, relações intergrupais e responsabilização de vítimas. *Temas psicol.* [Internet]. 2017 Jun 763-774. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2017.2-18Pt>.
- Mondal, M., Silva, L. A., & Benevenuto, F. (2017). A Measurement Study of Hate Speech in Social Media. *Proceedings of HT '17, Prague, Czech Republic, July 04-07, 2017*, 10. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1145/3078714.3078723>
- Moore, C. (2015). Moral disengagement. *Current opinion in psychology*, 6, 199-204.
- Moore-Berg, S. L., & Karpinski, A. (2018). An intersectional approach to understanding how race and social class affect intergroup processes. *Social and Personality Psychology Compass*, e12426. doi:10.1111/spc3.12426
- Moreira, F. B. (2014) “A Reapropriação do Sensacionalismo e o Discurso do Ódio na fanpage “Plantão Policial” no Facebook”. VIII Simpósio Nacional da ABCiber Comunicação e Cultura na Era de Tecnologias Midiáticas Onipresentes e Oniscientes Espm-Sp (2014)
- Moura, C. (2018). PM confunde guarda-chuva com fuzil e mata garçom no Rio, afirmam testemunhas. *El País Brasil*. Acesso em 22 de maio 2024. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/19/politica/1537367458_048104.html
- Moura, M. A. (2016). *O Discurso do Ódio em Redes Sociais* (p. 5). Lura Editorial. São Paulo, 2016. Edição do Kindle.

- Mullen B, Smyth JM. (2004). Immigrant suicide rates as a function of ethnophaulisms: hate speech predicts death. *Psychosom Med.* 2004 May-Jun;66(3):343-8. doi: 10.1097/01.psy.0000126197.59447.b3. PMID: 15184693.
- Müller, K., & Schwarz, C. (2020). From hashtag to hate crime: Twitter and anti-minority sentiment. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3149103>.
- Müller, K.; Schwarz, C. (2021). Fanning the flames of hate: Social media and hate crime. *Journal of the European Economic Association*, v. 19, n. 4, p. 2131-2167, 2021.
- Munzlinger, E.; Narcizo, F. & Queiroz. (2012). Sistematização de revisões bibliográficas em pesquisas da área de IHC. 51-54. Disponível em: http://www.elizabete.com.br/site/Outros/Entradas/2012/11/19_Revisao_Sistematica_files/CapituloTutorial-Munzlinger-Narcizo-Rangel.pdf
- Murphy A. Political Rhetoric and Hate Speech in the Case of Shamima Begum. *Religions.* 2021; 12(10):834. <https://doi.org/10.3390/rel12100834>
- Musolff, A. (2015). Dehumanizing metaphors in UK immigrant debates in press and online media. , 3, 41-56. <https://doi.org/10.1075/JLAC.3.1.02MUS>.
- Naiff, L. A., & Naiff, D. G. M. (2005). A Favela e Seus Moradores: Culpados ou Vítimas? Representações Sociais Em Tempos De Violência. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 5(2), 107-119.
- Navarro, J. (2013). The Psychology of Hatred. *The Open Criminology Journal.* 6. 10-17. 10.2174/1874917801306010010.
- Nexo Jornal. (2022). *O número de candidatos militares e policiais nas eleições*. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2022/09/20/o-numero-de-candidatos-militares-e-policiais-nas-eleicoes>.
- Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. (2023). Organizações alertam sobre risco de desmonte da política de uso de câmeras corporais pela polícia em São Paulo. NEV USP. <https://nev.prp.usp.br/projetos/pesquisa-uso-cameras-corporais-pela-policia-militar-de-sp/>
- Observatório de Favelas. (2024). *Agenda de enfrentamento à violência institucional e aos impactos da violência armada na vida de mulheres moradoras de favelas e periferias* [PDF]. Observatório de Favelas. <https://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2024/04/Agenda-de-enfrentamento-a-violencia-institucional-e-aos-impactos-da-violencia-armada-na-vida-de-mulheres-moradoras-de-favelas-e-periferias.pdf>
- Oklahoma Commission to Study the Tulsa Race Riot of 1921. (2001). *Final report of the Oklahoma Commission to Study the Tulsa Race Riot of 1921*. Oklahoma Historical Society. <https://www.okhistory.org/research/forms/freport.pdf>
- Oliveira, I. A., Santos, R. C., Lima, R. S. G., Lima, M. E. O., & Maia, L. M. (2024). Por que a “Lei da Vadiagem” ainda existe: Representações sociais, aporofobia e criminalização da pobreza [Manuscrito não publicado].

- Oliver, M. B., & Fonash, D. (2002). Race and crime in the news: Whites' identification and misidentification of violent and nonviolent criminal suspects. *Media Psychology*, 4(2), 137–156. https://doi.org/10.1207/S1532785XMEP0402_02
- Olson, M. A., & Fazio, R. H. (2001). Implicit Attitude Formation Through Classical Conditioning. *Psychological Science*, 12(5), 413-417. <https://doi.org/10.1111/1467-9280.00376>
- Onu. Artigo 19. Princípios de Camden sobre a Liberdade de Expressão e Igualdade. Disponível em: < <http://www.refworld.org/cgi-in/texis/vtx/rwmain/opendocpdf.pdf?reldoc=y&docid=4b582729> > L
- Opatow, S. (1990). Moral exclusion and injustice: An introduction. *Journal of Social Issues*, 46, 1-20.
- Osborne, D., Costello, T.H., Duckitt, J. (2023) The psychological causes and societal consequences of authoritarianism. *Nat Rev Psychol* 2, 220–232 (2023). <https://doi.org/10.1038/s44159-023-00161-4>
- Pacheco, E., & Melhuish, N. (2018). Online hate speech: A survey on personal experiences and exposure among adult New Zealanders. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3272148>
- Papacharissi, Z. (2004) Democracy online: civility, politeness, and the democratic potential of online political discussion groups. *New Media & Society*. 2004;6(2):259-283. doi:10.1177/1461444804041444
- Park, S., Fisher, C., Flew, T., & Dulleck, U. (2020). Global Mistrust in News: The Impact of Social Media on Trust. *International Journal on Media Management*, 22, 83 - 96.
- Pathak A., Madani N., Joseph K. (2021) A Method to Analyze Multiple Social Identities in Twitter Bios. Proceedings of the ACM on Human-Computer Interaction Volume 5 Issue CSCW2 Article No.: 358pp 1–35 <https://doi.org/10.1145/3479502>
- Payne, B. K., Vuletich, H. A., & Brown-Iannuzzi, J. L. (2019). Historical roots of implicit bias in slavery. *Journal of Experimental Social Psychology*, 85, 103-119. www.pnas.org/cgi/doi/10.1073/pnas.1818816116
- Paz, M.A, Montero-Díaz J, Moreno-Delgado A. Hate Speech: A Systematized Review. SAGE Open. October 2020. doi:10.1177/2158244020973022
- Pennycook, G. & Bear, A. & Collins, E.. (2019). The Implied Truth Effect: Attaching Warnings to a Subset of Fake News Headlines Increases Perceived Accuracy of Headlines Without Warnings. *Management Science*. 10.1287/mnsc.2019.3478.
- Pereira, C. D. A., & GOMES, C. G. C. (2019). A Extrema Direita Adiciona o Neoliberalismo: O papel das mídias sociais no atual cenário político. *Revista Cadernos Internacionais*, 2019(2).
- Pereira, C., Torres, A. R. R., & Almeida, S. T. (2003). Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(1), 95–107. doi:10.1590/s0102-79722003000100010

- Pereira, M. (2013). *Cognição Social*. Em: *Psicologia Social: Temas e Teorias*. Orgs. Leoncio Camino; Ana Raquel Rosas Torres; Marcus Eugênio Oliveira Lima & Marcos Emanuel Pereira. 2ª Ed. Revista e Ampliada. Brasília-Brasil. Ed. TechnoPolitik.
- Liu, K. S. et al. (2021). The Interaction between Political Typology and Filter Bubbles in News Recommendation Algorithms. In *Proceedings of the Web Conference 2021 (WWW '21)*. Association for Computing Machinery, New York, NY, USA, 3791–3801. <https://doi.org/10.1145/3442381.3450113>
- Poderoso, E. S. (2018). *Estereótipos dos suspeitos e ação policial: expressões e consequências* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE. Disponível em https://ri.ufs.br/jspui/bitstream/riufs/7789/2/EMILIA_SILVA_PODEROSO.pdf
- Ragandang, P.I. (2020). Social Media and Youth Peacebuilding Agency: A Case From Muslim Mindanao. *Journal of Peacebuilding & Development*, 15, 348 - 361.
- Ramirez, M. (2015). Racial Discrimination, Fear of Crime, and Variability in Blacks' Preferences for Punitive and Preventative Anti-crime Policies. *Political Behavior*, 37, 419-439. <https://doi.org/10.1007/S11109-014-9285-1>.
- Rathje, S., Bavel, J., & Linden, S. (2021). Out-group animosity drives engagement on social media. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 118. <https://doi.org/10.1073/pnas.2024292118>.
- Recuero, R (2012). *A conversação em Rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 28.
- Recuero, R. (2021) *Desinformação, mídia social e COVID-19 no Brasil: relatório, resultados e estratégias de combate*. 1. ed. Pelotas, RS: MIDIARS - Grupo de Pesquisa em Mídia Discurso e Análise de Redes Sociais, 2021.
- Rede de Observatórios da Segurança. (2021). *Pele-alvo: a cor da violência policial* / Org. Silvia Ramos [et al.]. Rio de Janeiro: CEsC, 2021. Disponível: <https://static.poder360.com.br/2021/12/relatorio-Rede-Observatorios-Seguranca-violencia-policial-14-dez-2021.pdf>
- Repórteres Sem Fronteiras. (2022). *Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa*. Recuperado de <https://rsf.org/pt-br/ranking>.
- Rieger, D., Kümpel, A. S., Wich, M., Kiening, T., & Groh, G. (2021). Assessing the extent and types of hate speech in fringe communities: A case study of alt-right communities on 8chan, 4chan, and Reddit. *Social Media+ Society*, 7(4), 20563051211052906.
- Roccas, S., & Brewer, M. B. (2002). Social Identity Complexity. *Personality and Social Psychology Review*, 6(2), 88-106. https://doi.org/10.1207/S15327957PSPR0602_01
- Sá, R. S. T., & Silva, M. F. P. (2023). O pacote anticrime e o abuso de autoridade: os reflexos sociais e as mudanças inauguradas pela nova legislação. *Revista Jurídica Facesf*, 4(2), 51–66. Recuperado de <https://periodicosfacesf.com.br/index.php/revistajuridicafacesf/article/view/25>
- Safernet (2022). *Indicadores*. Disponível em: www.safernet.org.br/site/indicadores. Acesso em: 10 de março. 2023.

- Saha, K., Chandrasekharan, E., & De Choudhury, M. (2019). Prevalence and Psychological Effects of Hateful Speech in Online College Communities. Proceedings of the 10th ACM Conference on Web Science - WebSci '19. doi:10.1145/3292522.3326032
- Santos, M. A. M. dos (2016). O discurso de ódio nas redes sociais. São Paulo: Lura Editorial, 2016.
- Schäfer, S., Süßlow, M., & Reiners, L. (2021). Hate speech as an indicator for the state of the society: Effects of hateful user comments on perceived social dynamics. *Journal of Media Psychology*, 34(1), 3-15. <https://doi.org/10.1027/1864-1105/a000294>
- Scharwächter, Erik & Müller, Emmanuel. (2020). Does Terrorism Trigger Online Hate Speech? On the Association of Events and Time Series. 10.48550/arXiv.2004.14733.
- Schmid, U. K. (2023). Humorous hate speech on social media: A mixed-methods investigation of users' perceptions and processing of hateful memes. *New Media & Society*, 0(0). <https://doi.org/10.1177/14614448231198169>
- Schmidt, Ana & Zollo, Fabiana & Del Vicario, Michela & Bessi, Alessandro & Scala, Antonio & Caldarelli, Guido & Stanley, H. & Quattrociocchi, Walter. (2017). Anatomy of news consumption on Facebook. Proceedings of the National Academy of Sciences. 114. 10.1073/pnas.1617052114.
- Schneider, R. (2021). Fewer guns, less crime: evidence from Brazil. *Economic Policy*. <https://doi.org/10.1093/EPOLIC/EIAB005>.
- Schwarz, L. M. (2013). Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira. Editora Companhia das Letras.
- Seglow, J. (2016). Hate Speech, Dignity and Self-Respect. *Ethical Theory Moral Practice*, 19, 1103–1116, DOI: 10.1007/s10677-016-9744-3.
- Serra, C. H. A. (2024). Estado de exceção e militarização da segurança pública no Brasil: uma revisão bibliográfica (1988-2024). In *Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra* (Vol. 9, No. 1).
- Shafer, J. G. (2017). Donald Trump's "Political Incorrectness": Neoliberalism as frontstage racism on social media. *Social Media + Society*, 3(3), 1-10. <https://doi.org/10.1177/2056305117733226>
- Siddiqui, I. (2016). Free vs. hate speech on social media: the Indian perspective. *Journal of Information, Communication and Ethics in Society*. 14. 10.1108/JICES-06-2015-0016.
- Siegel, A.; Nikitin, E.; Barberá, P.; Sterling, J.; Pullen, B.; Bonneau, R.; Nagler, J.; & Tucker, J. (2021). Trumping Hate on Twitter? Online Hate Speech in the 2016 U.S. Election Campaign and its Aftermath. *Quarterly Journal of Political Science*. 16. 71-104. 10.1561/100.00019045.
- Siegel, A.; Nikitin, E.; Barberá, P.; Sterling, J.; Pullen, B.; Bonneau, R.; Nagler, J.; & Tucker, J. (2021). Trumping Hate on Twitter? Online Hate Speech in the 2016 U.S. Election Campaign and its Aftermath. *Quarterly Journal of Political Science*. 16. 71-104. 10.1561/100.00019045.
- Silva, A. C. e Montagner, A. C.. Dicionário Latino-Português. São Paulo: Vozes, 2012.

- Silva, L. R. L., Francisco, R. E. B. & Sampaio, R. C. (2021). Discurso de ódio nas redes sociais digitais: tipos e formas de intolerância na página oficial de Jair Bolsonaro no Facebook. *Galáxia* (São Paulo), (46), e51831. <https://doi.org/10.1590/1982-2553202151831>
- Silva, R. L. D., Nichel, A., Martins, A. C. L., & Borchardt, C. K. (2011). Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira. *Revista direito GV*, 7, 445-468
- Silva, R., & Lima, M. (2017). Crime and Punishment: the Impact of Skin Color and Socioeconomic Status of Defendants and Victims in Jury Trials in Brazil.. *Spanish Journal of Psychology*, 19. <https://doi.org/10.1017/SJP.2016.77>.
- Silva, R. L. da et al . Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira. *Rev. direito GV*, São Paulo, v. 7, n. 2, Dec. 2011. p.445-468. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-4322011000200004&lng=en&nrm=iso>.
- Silva, S. A., (2021). Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente. *Revista Katálysis*, 24(1), 119-126. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75120>
- Simons, R. N. (2015). Addressing Gender-Based Harassment in Social Networks: A Call to Action. In *iConference 2015 Proceedings*, <http://hdl.handle.net/2142/73743>.
- Smith, C. T., & Nosek, B. A. (2010). Implicit Association Test. In I. B. Weiner & W. E. Craighead (Eds.), *Corsini's Encyclopedia of Psychology*, 4th Edition (pp. 803-804). Wiley.
- Smith, D. (2018). Manufacturing Monsters: Dehumanization and Public Policy. , 263-275. https://doi.org/10.1007/978-3-319-93907-0_21.
- Smith, R.J., & Levinson, J.D. (2012). The Impact of Implicit Racial Bias on the Exercise of Prosecutorial Discretion. *Seattle University Law Review*, 35, 795.
- Soral, W., Bilewicz, M., & Winiewski, M. (201). Exposure to hate speech increases prejudice through desensitization. *Aggressive Behavior*, 44(2), 136–146. doi:10.1002/ab.21737
- Sousa, G., & La-Rama, R. (2019). A Questão Armamentista no Brasil. *O Eco da Graduação*, 4(2), 141-141.
- Souza, A. P. (2013) *O guardião da cidade: reflexões sobre os casos de violência praticados por policiais militares – São Paulo: Escrituras Editora, 2013.*
- Souza, C. V. B., Lima, M. E. O., Souza, L. F. C., Macedo, H. T., & Bispo, T. D. (2023). Discurso de ódio, redes sociais e violência policial: o caso da chacina do Jacarezinho. In A. Faro, E. Cerqueira-Santos, J. P. da Silva, & J. Tejada (Orgs.), *Pesquisas em Psicologia, Saúde e Sociedade* (Vol. 1, pp. 426-450). São Paulo, SP: Edições Concern.
- Sponholz, L. (2020). O PAPEL DOS DISCURSOS DE ÓDIO (ONLINE) NA ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA: um aporte teórico. *Confluências | Revista Interdisciplinar De Sociologia E Direito*, 22(3), 220-243. <https://doi.org/10.22409/conflu.v22i3.47124>
- Staub, E. (2005). The Origins and Evolution of Hate, With Notes on Prevention. In R. J. Sternberg (Ed.), *The psychology of hate* (pp. 51–66). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/10930-003>

- Sterling, Joanna & Jost, John & Bonneau, Richard. (2020). Political Psycholinguistics: A Comprehensive Analysis of the Language Habits of Liberal and Conservative Social Media Users. *Journal of Personality and Social Psychology*. 118. 10.1037/pspp0000275.
- Straus, S. (2006). Rwanda and Darfur: A comparative analysis. *Genocide Studies and Prevention*, 1, 41–56. <https://doi.org/10.1353/gsp.2011.0009>
- Stroppa, T., & Rothenburg, W. C. (2015). LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DISCURSO DO ÓDIO: O CONFLITO DISCURSIVO NAS REDES SOCIAIS. *Revista Eletrônica Do Curso De Direito Da UFSM*, 10(2), 450–468. <https://doi.org/10.5902/1981369419463>
- Suler, J. (2004). The Online Disinhibition Effect. *CYBERPSYCHOLOGY & BEHAVIOR*, Volume 7, Number 3, 321-326.
- Tajfel, H. (1982). *Grupos humanos e categorias sociais: Estudos em psicologia social*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais: Estudos em psicologia social*. v. II, Lisboa: Livros Horizonte.
- Thompson, Naomi and Woodger, David. 2020. "I hope the river floods": online hate speech towards Gypsy, Roma and Traveller communities. *British Journal of Community Justice*, 16(1), pp. 41-63. ISSN 1475-0279
- Tolnay, S. E., & Beck, E. M. (1995). *Racial Violence and Black Migration in the American South, 1910 to 1930*. *American Sociological Review*, 57(1), 103-116.
- Trujillo, Milo & Gruppi, Maurício & Buntain, Cody & Horne, Benjamin. (2020). What is BitChute? Characterizing the "Free Speech" Alternative to YouTube.
- Tulsa Race Massacre. (n.d.). Oklahoma Historical Society. *The Encyclopedia of Oklahoma History and Culture*. Acessado em 22 de maio 2024. Disponível em: <https://www.okhistory.org/publications/enc/entry.php?entry=TU013>
- Uncovered: Online Hate Speech in the Covid Era. Acessado em: <https://www.ditchthelabel.org/research-papers/hate-speech-report-2021/>
- UNODC (2019). *Global Study on Homicide*. United Nations: Vienna. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/global-study-on-homicide.html> Urbana, IL.
- Vascon, L. F. de C. (2018). Construção social da realidade a partir de páginas policiais em redes sociais virtuais. *Aurora*, 11(2), 23-46. Doi: <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2018.v11n2.03.p23>
- Vidgen, B., Yasseri, T., & Margetts, H. (2021). Islamophobes are not all the same! A study of far right actors on Twitter. *Journal of Policing, Intelligence and Counter Terrorism*, 1–23. doi:10.1080/18335330.2021.189216
- Viscardi, J. M. (2020). Fake news, verdade e mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro no Twitter. *Trabalhos em Linguística aplicada*, 59(2), 1134-1157.

- Vosoughi, S., Roy, D., & Aral, S. (2018). The spread of true and false news online. *science*, 359(6380), 1146-1151.
- Wachs, S., Gámez-Guadix, M., & Wright, M. (2022). Online Hate Speech Victimization and Depressive Symptoms Among Adolescents: The Protective Role of Resilience. *Cyberpsychology, behavior and social networking*. <https://doi.org/10.1089/cyber.2022.0009>.
- Wahlström, M., & Törnberg, A. (2019). Social Media Mechanisms for Right-Wing Political Violence in the 21st Century: Discursive Opportunities, Group Dynamics, and Co-Ordination. *Terrorism and Political Violence*, 33(4), 766–787. <https://doi.org/10.1080/09546553.2019.1586676>
- Wahlström, M., Törnberg, A., & Ekbrand, H. (2020). Dynamics of violent and dehumanizing rhetoric in far-right social media. *New Media & Society*, 146144482095279. doi:10.1177/1461444820952795
- Walther, S., & McCoy, A. (2021). US Extremism on Telegram: Fueling Disinformation, Conspiracy Theories, and Accelerationism. *Perspectives on Terrorism*, 15(2), 100–124. <https://www.jstor.org/stable/27007298>
- Watanabe, Hajime & Bouazizi, Mondher & Ohtsuki, Tomoaki. (2018). Hate Speech on Twitter A Pragmatic Approach to Collect Hateful and Offensive Expressions and Perform Hate Speech Detection. *IEEE Access*. PP. 1-1. 10.1109/ACCESS.2018.2806394.
- Williams, M. & Burnap, P.; Javed, A.; Liu, H. & Ozalp, S. (2019). Hate in the Machine: Anti-Black and Anti-Muslim Social Media Posts as Predictors of Offline Racially and Religiously Aggravated Crime. *British Journal of Criminology*. 10.1093/bjc/azz049.
- Williams, M. and Burnap, P. (2016), 'Cyberhate on Social Media in the Aftermath of Woolwich: A Case Study in Computational Criminology and Big Data', *British Journal of Criminology*, 56: 211–38.
- Williams, M. L., Eccles-Williams, H. and Piasecka, I. (2019), *Hatred Behind the Screens: A Report on the Rise of Online Hate Speech*. Mishcon de Reya. <https://orca.cardiff.ac.uk/id/eprint/127085>
- Winiewski, M., Hansen, K., Bilewicz, M., Soral, W., Świdorska, A., & Bulska, D. (2017). Contempt speech, hate speech. Report from research on verbal violence against minority groups. Warsaw, Poland: Stefan Batory Foundation. Retrieved from http://www.ngofund.org.pl/wp-content/uploads/2017/02/Contempt_Speech_Hate_Speech_Full_Report.pdf
- Winter, C., Neumann, P., Meleagrou-Hitchens, A., Ranstorp, M., Vidino, L., & Fürst, J. (2020). Online extremism: Research trends in internet activism, radicalization, and counter-strategies. *International Journal of Conflict and Violence*, 14(2), 1-20. <https://doi.org/10.4119/ijcv-3809>
- Wolpe, J. (1964). Behaviour therapy in complex neurotic states. *The British Journal of Psychiatry*, 110, 28–34. <https://doi.org/10.1192/>
- Words Heal the World. (2021). Hate map of Brazil: Insights and recommendations for policy. Disponivel em: <https://www.wordshealtheworld.com/wp-content/uploads/2021/01/HATE-MAP-OF-BRAZIL-REPORT-2019.pdf>

- Yamaguchi, T. (2013). Xenophobia in Action: Ultranationalism, Hate Speech, and the Internet in Japan. *Radical History Review*. 2013. 98-118. Doi: 10.1215/01636545-2210617.
- Yesilada M, Lewandowsky S. (2022) Systematic review: YouTube recommendations and problematic content. *Internet Policy Rev*. 2022 Mar 31;11(1):1652. doi: 10.14763/2022.1.1652. PMID: 36466439; PMCID: PMC7613872.
- Zajonc, Robert B. (1968). "Attitudinal Effects Of Mere Exposure" (PDF). *Journal of Personality and Social Psychology*. 9 (2, Pt.2): 1–27. doi:10.1037/h0025848. ISSN 1939-1315
- Zeifert, A. P. B., & Lucas, M. K. (2021). Violência e mídia: a violação de direitos humanos e propagação de estereótipos. *Meritum, Revista de Direito da Universidade FUMEC*.
- Zitek, E., & Hebl, M. (2007). The role of social norm clarity in the influenced expression of prejudice over time. *Journal of Experimental Social Psychology*, 43, 867-876. <https://doi.org/10.1016/J.JESP.2006.10.010>.

APÊNDICE

Pesquisa sobre a relação entre Web Design, Percepção e Memória I

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa científica. Nesta pesquisa, vamos investigar a relação entre o design de websites e a memória dos usuários. O objetivo é compreender como o web design pode influenciar na percepção e memorização de informações do processo de navegação na web. Para isso, será solicitado aos participantes que observem a estrutura de um site e posteriormente realizem algumas tarefas de cunho cognitivo. As informações coletadas serão mantidas em sigilo e utilizadas somente para fins de pesquisa

A pesquisa consiste na aplicação deste questionário semiestruturado para todos os participantes. Esta pesquisa está sob a responsabilidade do pesquisador doutorando Charles Vinicius Bezerra de Souza, sob orientação do Prof. Dr. Marcus Eugênio Oliveira Lima, integrantes do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe.

Importante destacar as seguintes informações:

- a) A participação nesta pesquisa não oferece nenhum risco a saúde física e risco mínimo a saúde psicológica, sendo assim, se em algum momento se sentir desconfortável com as questões, você tem a total liberdade de parar e/ou desistir imediatamente da pesquisa, ou mesmo negar sua participação nela sem prejuízo algum.
- b) Caso sinta algum desconforto, o pesquisador poderá ofertar ao participante acolhimento profissional com escuta especializada para manejo do desconforto de modo a prestar o auxílio adequado;
- c) Os benefícios na participação desta pesquisa são mínimos e se limitam aos aspectos colaborativos com a ciência psicológica no Brasil. Ressaltando que desta participação não resultará em pagamento, sendo ela totalmente voluntária, não contemplando nenhum tipo ou espécie de pagamento;
- d) A participação é livre e voluntária. A qualquer momento você, pode deixar de responder, interromper ou desistir do processo de aplicação do questionário, sem nenhum prejuízo, ou risco de penalidade. Você enquanto participante, tem plena liberdade de recusar-se a participar, ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma;
- e) A qualquer momento você, sempre que julgar necessário, poderá consultar e, posteriormente, ter acesso aos resultados da pesquisa, com o doutorando Charles Vinicius Bezerra de Souza, responsável pelo estudo, através do telefone 79-99145 4344.

f) Em nenhum momento da pesquisa você precisará se identificar. E você tem a garantia de que seus dados pessoais serão mantidos em absoluto sigilo em todas as fases da pesquisa. Apenas os resultados gerais obtidos na pesquisa serão utilizados para alcançar os objetivos do trabalho, incluída sua publicação na literatura científica especializada.

Caso deseje mais ter informações sobre a pesquisa, entre em contato no e-mail:
charlesbsouza@academico.ufs.br

** Indica uma pergunta obrigatória*

1. Concorda em participar?

Marque todas que se aplicam.

Sim. Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa.

2. N° do Computador

Prezado(a) participante, gostaríamos de convidá-lo(a) a participar de um estudo sobre a relação entre o web design, percepção e memória dos usuários. O objetivo da pesquisa é compreender como o web design pode influenciar a memorização e percepção de informações dentro do processo de navegação na internet, bem como avaliar como o design de um site influencia a atenção do usuário e a percepção das informações apresentadas.

Para o estudo em si, solicitamos que analise o layout do site abaixo, bem como leia todo o seu conteúdo com atenção. Não é necessário interagir com o site ou realizar qualquer tarefa específica. Posteriormente, você pode retornar a este questionário para responder algumas perguntas sobre o conteúdo do site e sua percepção sobre ele. Todas as informações coletadas neste estudo são de caráter sigiloso e serão utilizadas somente para fins de pesquisa científica. O estudo tem duração média de 20 minutos.

Dessa forma, solicitamos que siga as instruções fornecidas com atenção e dedicação, a fim de garantir a qualidade e validade dos resultados. Desde já agradecemos sua colaboração.

[Para participar, basta acessar este link. Após a visualização do conteúdo, por favor retorne a este questionário.](#)

Baseado no conteúdo visto anteriormente, responda as perguntas abaixo:

3. Sobre o que se tratava a notícia que leu? (Descreva seu conteúdo)

4. Como você descreveria os comentários apresentados no site?

Marque todas que se aplicam.

- Muito positivos
- Positivos
- Neutro
- Negativos
- Muito negativos

5. Quem são as pessoas que a notícia relata?

Agora, você participará de um jogo cujo objetivo é avaliar como as pessoas tomam decisões rápidas em situações em que a segurança está em risco, neste caso, uma decisão de tiro. Neste jogo, você assumirá o papel de um(a) policial, onde precisará tomar decisões importantes em um curto espaço de tempo. No jogo, você será apresentado(a) a diferentes imagens de pessoas segurando objetos. Alguns desses objetos são inofensivos enquanto outros são armas. Sua tarefa será decidir rapidamente se a pessoa está segurando uma arma ou um objeto inofensivo.

Importante ressaltar que não há respostas certas ou erradas no jogo a seguir, o objetivo é avaliar como as pessoas tomam decisões de modo rápido.

Solicite ao pesquisador que está acompanhando o experimento o início o jogo, e ao finalizar retorne para este questionário.

6. Agora, vamos avaliar em que medida certas características descrevem as pessoas da comunidade que foram apresentadas na notícia que você leu anteriormente.

Neste momento, você deve indicar o quanto acha que a característica listada é característica ou não do grupo como um todo, utilizando as colunas ao lado dos termos:

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada Característico	Pouco Característico	Razoavelmente Característico	Muito Característico	Extremo Característico
Agressivos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Alegres	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Amantes do prazer	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Descontrolados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Despreocupados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Espontâneos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falsos ou mentirosos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fisicamente hábeis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Infantis ou imaturos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Inteligentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Intuitivos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Leais a sua identidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Livres	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Preguiçosos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Progressistas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ruidosos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sábios	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Selvagens	<input type="radio"/>				
Solidários	<input type="radio"/>				
Superciosos	<input type="radio"/>				

7. Agora, escreva 3 características citadas acima que, na sua opinião, melhor descrevem o grupo da notícia apresentada.

Logo mais abaixo você vai encontrar uma série de afirmações. Por favor, para cada uma delas, indique em que medida você acha seu conteúdo ofensivo. Para isso utilize a seguinte escala:

8. "Sinto muito, mas os favelados me dão nojo."

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nad Extremamente ofensivo

9. "A população das favelas é uma ameaça à segurança da cidade. Deviam ser removidos de lá e colocados em prisões especiais."

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nad Extremamente ofensivo

10. "As favelas são um antro de marginalidade e pobreza."

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nad Extremamente ofensivo

11. "Essas pessoas do morro são vagabundas, ficam sendo sustentadas pelo estado e ainda viram criminosos"

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nad Extremamente ofensivo

12. "A favela é uma ameaça à sociedade. É um problema que deveria ter sido resolvido a muito tempo."

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nad Extremamente ofensivo

13. Essas pessoas da favela deveriam trabalhar ao invés de se vitimizarem.

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nad Extremamente ofensivo

Seção sem título

14. Agora, lembrando a página da web apresentada no início desta pesquisa. Até que ponto os comentários na primeira parte do estudo foram ofensivos?

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nad Extremamente ofensivo

15. Como que frequência você se depara com declarações semelhantes em suas redes sociais?

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nun Sempre

16. Como que frequência você se depara com declarações semelhantes em sua vida privada?

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nun Sempre

17. Em uma escala de 1 a 7, qual é a cor da pele dos indivíduos na notícia anterior, onde 1 representa pele totalmente branca e 7 representa pele totalmente preta. *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5 6 7

Tota Totalmente preta

Finalizando este pesquisa. A seguir responda a algumas questões sobre você.

18. Qual sua idade?

19. Qual é o seu sexo?

Marcar apenas uma oval.

Masculino

Feminino

20. Qual é a sua identidade de gênero?

Marcar apenas uma oval.

Mulher

Homem

Não binário

Outro: _____

21. Qual é a sua raça/etnia?

Marcar apenas uma oval.

Branco(a)

Preto(a)/Negro(a)

Pardo(a)

Amarelo(a)/Asiático(a)

Indígena

Outro: _____

22. Você tem alguma posição política?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

23. Se sim, em uma escala de 1 a 7, sendo 1 a posição mais à esquerda e 7 a posição mais à direita, onde você se coloca no espectro político?

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5 6 7

Extr Extrema direita

24. Qual sua religião?

Marcar apenas uma oval.

Católica

Protestante/Evangélica

Espírita

Umbanda/Candomblé

Não religioso(a)

Outro: _____

25. Você usa redes sociais?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

26. Com que frequência você usa as redes sociais?

Marcar apenas uma oval.

- Diariamente
- Semanalmente
- Mensalmente
- Raramente
- Nunca

27. Em média, quanto tempo você gasta nas redes sociais por dia?

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 30 minutos
- De 30 minutos a 1 hora
- De 1 hora a 2 horas
- De 2 horas a 3 horas
- Mais de 3 horas

28. Qual é a rede social que você mais utiliza?

Marcar apenas uma oval.

- Facebook
- Instagram
- Twitter
- LinkedIn
- Outro: _____

29. Para que você usa as redes sociais com mais frequência?

Marcar apenas uma oval.

- Entretenimento
- Comunicação com amigos e familiares
- Busca de informações
- Trabalho escolares
- Outro: _____

30. Você já sofreu algum tipo de violência ou assédio nas redes sociais?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Prefiro não responder

Caros (as) participantes, gostaríamos de agradecer a todos vocês pela participação nesta pesquisa. No entanto, agora gostaríamos de esclarecer que, apesar deste estudo ter sido apresentado com foco no web design e na memória, o verdadeiro objetivo da pesquisa foi estudar a relação entre a exposição ao discurso de ódio e o preconceito.

Nós utilizamos uma técnica chamada "priming", que consiste em apresentar informações sutis e inconscientes para influenciar o comportamento dos participantes. No caso deste estudo, utilizamos imagens e frases que foram previamente identificadas como tendo conteúdos negativos em relação a grupos sociais específicos. Por este motivo, foi necessário omitir inicialmente o real objetivo do estudo para reforçar a técnica utilizada e acessar o processos cognitivos pretendidos.

Gostaríamos de enfatizar que as informações coletadas serão mantidas em sigilo e utilizadas apenas para fins de pesquisa. Esperamos que esta experiência tenha sido valiosa para vocês e que tenham compreendido a importância do nosso estudo sobre discurso de ódio e preconceito. Se tiverem alguma dúvida ou quiserem mais informações, não hesitem em entrar em contato conosco.

Obrigado pela participação!

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

ANEXO

Anexo A

Nº	Autores	Título do artigo	Metodologia	Tipo de preconceito	Plataforma utilizada
1	(Miro-Linares & Rodriguez-Sala, 2016)	Cyber hate speech on twitter Analyzing disruptive events from social media to build a violent communication and hate speech taxonomy	Quantitativo	Intolerância Religiosa	Twitter
2	(Hassett-Walker, 2022)	Does Brandenburg v Ohio still hold in the social media era Racist and other online hate speech and the First Amendment	Qualitativo	D.O Geral	Twitter
3	(Piñeiro-Otero & Martínez-Rolán, 2021)	Say it to my face: Analysing hate speech against women on Twitter	Qualitativo	Sexismo/Misoginia	Twitter
4	(Miskolci, Kováčová & Rigová, 2018)	Countering Hate Speech on Facebook: The Case of the Roma Minority in Slovakia	Qualitativo	Racismo	Facebook
5	(Awan, 2016)	Islamophobia on Social Media A Qualitative Analysis of the Facebook Walls of Hate-converted.en.pt	Quali/Quanti	Intolerância Religiosa	Facebook
6	(Ghaffari, 2020)	Discourses of celebrities on Instagram: digital femininity, self-representation and hate speech	Qualitativo	Sexismo/Misoginia	Instagram
7	(Pane, Siregar, Rumeser & Gea, 2021)	The Performance Mapping for The Viewpoint of Hate-speech on YouTube in Millenials (A Case Study of Students in A Private University)	Quantitativo	D.O Geral	Youtube
8	(Walther & McCoy, 2021)	US Extremism on Telegram Fueling Disinformation, Conspiracy Theories, and Accelerationism-converted.en.pt	Qualitativo	D.O Geral	Telegram
9	(Siegel, et al, 2019)	Trumping Hate on Twitter? Online Hate Speech in the 2016 US Election Campaign and its Aftermath*	Quantitativo	D.O Geral	Twitter
10	(Filibeli & Ertuna, 2021)	Sarcasm Beyond Hate Speech: Facebook Comments on Syrian Refugees in Turkey	Qualitativo	Xenofobia	Facebook
11	(Alshalan et al, 2020)	Detection of Hate Speech in COVID-19–Related Tweets in the ArabRegion: Deep Learning and Topic Modeling Approach	Quantitativo	D.O Geral	Twitter
12	(Ragandang, 2020)	Social Media and Youth Peacebuilding Agency: A Case From Muslim Mindanao	Qualitativo	Intolerância Religiosa	Nenhuma
13	(Arcila-Calderón et al, 2020)	Hate speech and social acceptance of migrants in Europe: Analysis of tweets with geolocation	Quantitativo	Xenofobia	Twitter
14	(Aguilera-Carnerero & Azeez,	Islamonausea, not islamophobia: The many faces of cyber hate speech	Quali/Quanti	Intolerância	Twitter

	2016)			Religiosa	
15	(Meza, Vincze & Mogo, 2019)	Targets of Online Hate Speech in Context	Quantitativo	Xenofobia	Facebook
16	(Fuchs & Schafer, 2020)	Normalizing misogyny: hate speech and verbal abuse of female politicians on Japanese Twitter	Quali/Quanti	Sexismo/Misoginia	Twitter
17	(Burnap, Javed, Liu & Ozalp, 2019)	Hate in the Machine: Anti-Black and Anti-Muslim Social Media Posts as Predictors of Offline Racially and Religiously Aggravated Crime	Quantitativo	Racismo/ Intolerância Religiosa	Twitter
18	(Calderón, Vega & Herrero, 2020)	Topic Modeling and Characterization of Hate Speech against Immigrants on Twitter around the Emergence of a Far-Right Party in Spain	Quali/Quanti	Xenofobia	Twitter
19	(Murphy, 2021)	Political rhetoric and hate speech in the case of Shamima Begum	Qualitativo	Intolerância Religiosa	Twitter
20	(Martins, 2019)	Discurso de ódio em redes sociais e reconhecimento do outro: O caso m.	Qualitativo	Xenofobia	Twitter
21	(Farkas, Schou, & Neumayer, 2017)	Cloaked Facebook pages: Exploring fake Islamist propaganda in social media	Qualitativo	Intolerância Religiosa	Facebook
22	(Bajari, Koswara, Istiqomah & Erlandia, 2021)	Hatenography On Twitter During the Covid- 19 Pandemic in Indonesia: Hate Speech Case Against Anies Baswedan	Quali/Quanti	D.O Geral	Twitter
23	(Thompson & Woodger, 2020)	"I hope the river floods": online hate speech towards Gypsy, Roma and Traveller communities.	Qualitativo	Racismo	Site
24	(Kim, Sim & Cho, 2022)	Identity and Status: When Counterspeech Increases Hate Speech Reporting and Why	Quantitativo	Sexismo/Misoginia	Youtube
25	(Matulewska, Kic-Drgas & Trzaskawka, 2020)	Cyberbullying in Polish Debate on the Białowieża National Forest	Qualitativo	D.O Geral	Twitter/Facebook
26	(Iftikhar & Siddiqui, 2016)	Free vs hate speech on social media the Indian perspective	Quantitativo	D.O Geral	Offline
27	(Maia & Paixão, 2020)	Entre os direitos humanos e o discurso de odio: Muculmanos no brasil/between human rights and rate speech: muslims in brazil	Qualitativo	Intolerância Religiosa	Site
28	(Trujillo, Gruppi, Buntain & Horne, 2020)	What is BitChute? Characterizing the "Free Speech" Alternative to YouTube	Quantitativo	D.O Geral	Bitchute
29	(Mondal, Silva & Benevenuto, 2017)	A measurement study of hate speech in social media	Quali/Quanti	D.O Geral	Twitter/Wisper
30	(Barnidge et al, 2019)	Perceived exposure to and avoidance of hate speech in various communication settings	Quali/Quanti	D.O Geral	Nenhuma

31	(ElSherief et al, 2018)	Hate lingo: A target-based linguistic analysis of hate speech in social media	Qualitativo	D.O Geral	Twitter
32	(Soral, Liu & Bilewicz, 2020)	Media of contempt: Social media consumption predicts normative acceptance of anti-muslim hate speech and islamoprejudice	Quanti	Intolerância Religiosa	Nenhuma
33	(Yamaguchi, 2013)	Xenophobia in action: Ultrnationalism, hate speech, and the internet in Japan	Qualitativo	Xenofobia	Twitter/Facebook
34	(Chekol, Moges & Nigatu, 2021)	Social media hate speech in the walk of Ethiopian political reform: analysis of hate speech prevalence, severity, and natures	Qualitativo	D.O Geral	Youtube/Facebook
35	(Akhdani & Vera, 2021)	Hate speech on social media: Netnographic studies on facebook fanpages 2019 change the president	Qualitativo	D.O Geral	Facebook
36	(Serhan & Elareshi, 2020)	New media and hate speech: A study of university students in Jordan	Quantitativo	D.O Geral	Facebook
37	(Silva, et al, 2016)	Analyzing the targets of hate in online social media	Quali/Quanti	D.O Geral	Twitter/Wisper
38	(Ben-David & Matamoros-Fernandez, 2016)	Hate speech and covert discrimination on social media: Monitoring the Facebook pages of extreme-right political parties in Spain	Quantitativo	D.O Geral	Facebook
39	(Serhan & Elareshi, 2020)	University students' awareness of social media use and hate speech in Jordan	Quantitativo	D.O Geral	Facebook
40	(Khosla, et al, 2019)	Understanding community rivalry on social media: A case study of two footballing giants	Quantitativo	D.O Geral	Twitter
41	(Ajani, et al, 2021)	Influence of hate speech messages on voters' choice of candidate in Kwara State 2019 gubernatorial election	Quali/Quanti	D.O Geral	Nenhuma
42	(Caiani, Carlotti & Padoan, 2021)	Online Hate Speech and the Radical Right in Times of Pandemic: The Italian and English Cases	Quantitativo	D.O Geral	Twitter
43	(Tahat, Tahat & Nejadat, 2019)	The e-hate speech in Jordan	Quantitativo	D.O Geral	Nenhuma
44	(Wekesa, 2019)	Hate online: The creation of the "other"	Qualitativo	D.O Geral	Twitter/Facebook/Whatsapp
45	(Bajari, Koswara, & Erlandia, 2021)	Hatenography: An Analysis of Hate Speech on Facebook in 2019 Indonesian Presidential Campaign	Quali/Quanti	D.O Geral	Facebook
46	(Silva & Silva, 2021)	Disseminação de discursos de ódio em comentários de notícias: uma análise a partir de notícias sobre o universo LGBT em cibermeios sul-mato-grossenses no Facebook	Quali/Quanti	Lgbtobia	Facebook
47	(Vidgen, Yasseri & Margetts, 2021)	Islamophobes are not all the same! A study of far right actors on Twitter	Quantitativo	Intolerância Religiosa	Twitter

48	(Trajkova & Neshkovska, 2018)	Online hate propaganda during election period: The case of Macedonia	Qualitativo	D.O Geral	Facebook/Twitter
49	(Poole, Giraud & Quincey, 2020)	Tactical interventions in online hate speech: The case of #stopIslam	Quali/Quanti	Intolerância Religiosa	Twitter
50	(Hanzelka & Schmidt, 2017)	Dynamics of cyber hate in social media: A comparative analysis of anti-muslim movements in the Czech Republic and Germany	Qualitativo	Intolerância Religiosa	Facebook
51	(Wilhelm & Joeckel, 2016)	Gendered Morality and Backlash Effects in Online Discussions: An Experimental Study on How Users Respond to Hate Speech Comments Against Women and Sexual Minorities	Quali/Quanti	Sexismo/Misoginia	Facebook
52	(Burke, Diba & Antonopoulos, 2020)	'You sick, twisted messes': The use of argument and reasoning in Islamophobic and anti-Semitic discussions on Facebook	Qualitativo	Intolerância Religiosa	Facebook
53	(Abid, Shami & Ashfaq, 2021)	Facebook and hate speech: Analyzing relationship between consumers' attributes and islamic sectarian content on social media in Pakistan	Quantitativo	Intolerância Religiosa	Facebook
54	(Silva, Francisco & Sampaio, 2021)	Discurso de ódio nas redes sociais digitais: tipos e formas de intolerância na página oficial de Jair Bolsonaro no Facebook	Quali/Quanti	D.O Geral	Facebook
55	(Wiedlitzka, 2021)	Hate in Word and Deed: The Temporal Association Between Online and Offline Islamophobia	Quantitativo	Intolerância Religiosa	Twitter